



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS - RIO CLARO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VIVIANA CAMARGO BRANDT

**O IMPACTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA
TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI**



**Rio Claro
2018**

VIVIANA CAMARGO BRANDT

**O IMPACTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA TRAJETÓRIA DE VIDA
DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Rio Claro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Leila Maria Ferreira Salles

**Rio Claro
2018**

B821i	Brandt, Viviana Camargo O impacto das políticas sociais na trajetória de vida de adolescentes em conflito com a lei / Viviana Camargo Brandt. -- Rio Claro, 2018 186 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro Orientadora: Leila Maria Ferreira Salles 1. Políticas sociais. 2. Adolescentes em conflito com a lei. 3. Neoliberalismo. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Rio Claro



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O IMPACTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

AUTORA: VIVIANA CAMARGO BRANDT

ORIENTADORA: LEILA MARIA FERREIRA SALLES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:


Profa. Dra. LEILA MARIA FERREIRA SALLES
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biodiversidade de Rio Claro - SP


Profa. Dra. DEBORA CRISTINA FONSECA
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biodiversidade de Rio Claro - SP


Profa. Dra. FABIANA APARECIDA DE CARVALHO
Departamento de Serviço Social - Centro de Ciências Sociais Aplicadas / Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP

Rio Claro, 01 de novembro de 2018

Dedico este trabalho a Diego, Lucas, Mateus, Igor, Fernanda, Vinícius, Bruno e Renan.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram de alguma forma com a construção deste trabalho. Assim, sou grata:

Aos jovens que se dispuseram a compartilhar com essa estranha aspectos tão particulares de suas histórias de vida;

Aos familiares e amigos que me deram força para continuar;

Aos professores que me proporcionaram tantos conhecimentos e questionamentos que eu já nem me lembro direito quem era antes de iniciar o mestrado;

Às pessoas especiais com as quais a UNESP me presenteou;

Às professoras da banca, Fabiana e Débora, por tanto contribuírem com minha formação pessoal e profissional;

À minha orientadora Leila, pelas provocações, ensinamentos e, mais que isso, pela compreensão e pelo carinho oferecido.

A todos, muito obrigada!

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”

(Bertold Brecht)

RESUMO

Os adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas no Brasil têm cor e classe social: são negros e pobres. Isso não significa que apenas estes cometem atos infracionais, e sim que, via de regra, há uma seleção de quem responde e de como responde por tais atos. Desta forma, a população negra e pobre está mais sujeita a sofrer os danos decorrentes da desigualdade social do país. Mas isso não acontece apenas quando há responsabilização pelas infrações que cometeram. Acontece antes, quando eles ficam à margem das políticas públicas sociais, estas que estão previstas nas legislações nacionais e têm como objetivo redistribuir os benefícios sociais a fim de diminuir as desigualdades estruturais. Para compreender melhor o lugar dessas políticas na vida de adolescentes em conflito com a lei é que foi proposta esta pesquisa, de natureza qualitativa, que tem por objetivo analisar como a inserção de políticas sociais afetam as trajetórias de vida de adolescentes em conflito com a lei. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com jovens da cidade de Araras/SP que saíram da Fundação CASA entre 2015 e 2016. Os dados coletados nas entrevistas foram organizados e tratados por meio de análise de conteúdo. Os resultados indicam que várias políticas sociais alcançaram os entrevistados antes de seu envolvimento com o meio ilícito, porém, elas não foram efetivas, por várias razões, dentre elas, a falta de investimento do poder público nestas políticas, que acabam sendo executadas por poucos funcionários e estes sem a capacitação permanente necessária. A falta de investimento, por sua vez, parece se relacionar com a ideologia neoliberal que regula o Estado e a população de maneira hegemônica na atualidade, já que o neoliberalismo defende direitos individuais e não sociais, estes que são garantidos pelas políticas públicas sociais. Ainda sob interferência dessa ideologia, constatamos nesta pesquisa a força de políticas remediativas – aqui consideradas a Socioeducação e a Segurança Pública – na vida desses jovens, sendo que a Política Socioeducativa assume papel contraditório, principalmente quando se trata da medida de internação, uma vez que garante alguns direitos, como saúde, educação, profissionalização, mas viola outros, como a dignidade, o respeito e a liberdade. Já a Segurança Pública, não compreendendo esses jovens como sujeitos de direitos, não lhes garante proteção e, sim violência, ameaça e grades.

Palavras-chave: Políticas sociais. Adolescentes em conflito com a lei. Neoliberalismo.

ABSTRACT

Adolescents who comply with Socio-educational Measures in Brazil have color and social class: they are black and poor. This does not mean that only these commit offenses, but that, as a rule, there is a selection of who responds and how they respond for such acts. In this way, the black and poor population is more likely to suffer the damages resulting from the country's social inequality. But this does not happen only when there is accountability for the infractions they have committed. It happens first, when they are excluded from public social policies, which are provided for in national legislation and aim to redistribute social benefits in order to reduce structural inequalities. To better understand the place of these policies in the lives of adolescents in conflict with the law, this qualitative research was proposed, whose objective is to analyze how the insertion of social policies affect the life trajectories of adolescents in conflict with the law. For that, semi-structured interviews were conducted with youngsters from the city of Araras/SP who left the Fundação CASA between 2015 and 2016. The data collected in the interviews were organized and treated through content analysis. The results indicate that several social policies reached the interviewees before their involvement with the illicit means, however, they were not effective, for several reasons, among them, the lack of investment of the public power in these policies, that are executed by few employees and these without the necessary permanent training. The lack of investment, in turn, seems to be related to the neoliberal ideology that regulates the state and the population in a hegemonic way today, since neoliberalism defends individual and non-social rights, which are guaranteed by public social policies. Still under the influence of this ideology, we find in this research the strength of remedial policies - here considered as Socioeducation and Public Safety - in the lives of these young people, and the Socio-educational Policy assumes a contradictory role, especially when it comes to the hospitalization measure, since guarantees some rights, such as health, education, professionalization, but violates others, such as dignity, respect and freedom. Public Security, not understanding these young people as subjects of rights, does not guarantee them protection, but violence, threats and grids.

Keywords: Social politics. Teens in conflict with the law. Neoliberalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AVC – Acidente Vascular Cerebral
- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- CAEM – Centro de Atendimento de Especialidades Médicas
- CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
- CAPSad – Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas
- CASA – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
- CDP – Centro de Detenção Provisória
- CI – Centro de Internação
- CIP – Centro de Internação Provisória
- CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
- FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
- GIR – Grupo de Intervenção Rápida
- IDE – Instituto de Difusão Espírita
- LA – Liberdade Assistida
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
- MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
- NA – Narcóticos Anônimos
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONG – Organização Não-Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
- PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- PBF – Programa Bolsa Família
- PCC – Primeiro Comando da Capital

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA – Plano Individual de Atendimento
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas
PRÓ-MENOR – Fundação Paulista de Promoção Social do Menor
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
PSF – Programa Saúde da Família
RGG – Reincidentes, Grave, Gravíssimo
SAM – Serviço de Assistência a Menores
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI – Serviço Social da Indústria
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
UIP – Unidade de Internação Provisória
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
VIJ – Vara da Infância e da Juventude

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Objetivos.....	13
Procedimentos metodológicos.....	13
• Levantamento bibliográfico.....	14
• Pesquisa de campo.....	14
• Análise dos dados.....	20
Estrutura do trabalho.....	20
1 DIREITOS, POLÍTICA E ESTADO	23
1.1 Definindo Política e Estado.....	23
1.2 As políticas sociais no Estado de Bem-Estar Social e no Estado Neoliberal.....	26
1.3 Os direitos e as políticas sociais no Brasil.....	34
1.4 A coexistência de dois ideários opostos.....	39
2 O NEOLIBERALISMO E OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	42
2.1 Adolescentes em conflito com a lei e Medidas Socioeducativas.....	42
2.2 Quem são os adolescentes em conflito com a lei.....	47
2.3 Algumas possíveis relações entre Estado e criminalidade juvenil.....	51
3 OS JOVENS E AS POLÍTICAS SOCIAIS	57
3.1 Diego.....	57
3.1.1 <i>As políticas sociais na trajetória de vida de Diego</i>	58
3.2 Lucas.....	64
3.2.1 <i>As políticas sociais na trajetória de vida de Lucas</i>	65
3.3 Mateus.....	81
3.3.1 <i>As políticas sociais na trajetória de vida de Mateus</i>	82
3.4 Igor.....	93
3.4.1 <i>As políticas sociais na trajetória de vida de Igor</i>	94
3.5 Fernanda.....	103
3.5.1 <i>As políticas sociais na trajetória de vida de Fernanda</i>	104
3.6 Vinícius.....	112
3.6.1 <i>As políticas sociais na trajetória de vida de Vinícius</i>	113
3.7 Bruno.....	118
3.7.1 <i>As políticas sociais na trajetória de vida de Bruno</i>	119
3.8 Renan.....	127
3.8.1 <i>As políticas sociais na trajetória de vida de Renan</i>	127
4 CONSIDERAÇÕES GERAIS A RESPEITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS QUE PERPASSAM A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS JOVENS ENTREVISTADOS	132
4.1 Políticas Sociais Preventivas.....	134
4.1.1 <i>Política de Educação</i>	134
4.1.2 <i>Política de Saúde</i>	139
4.1.3 <i>Política de Assistência Social</i>	143
4.1.4 <i>Outras Políticas Sociais Preventivas</i>	148
4.2 Políticas Remediativas.....	157
4.2.1 <i>Política Socioeducativa</i>	157
4.2.2 <i>Política de Segurança Pública</i>	164
4.3 Uma síntese sobre o papel das políticas na vida dos entrevistados.....	168
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas	182
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (responsável)	184
APÊNDICE C – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (adolescente)	185
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (jovem)	186

INTRODUÇÃO

Em minha atuação em equipamentos públicos desde 2008 – de 2008 a 2010 na política de Educação e, desde 2009, na política de Assistência Social – tenho observado que uma parcela da população tem ficado “fora do alcance” dos serviços oferecidos por essas políticas, por inúmeras razões. Além disso, algumas vezes, esses mesmos serviços, ao invés de garantir direitos, os violam.

Isso foi constatado por mim em recente pesquisa de conclusão de um curso de pós-graduação *lato sensu* em Violência Doméstica, intitulada “Universos que se cruzam: a violência doméstica na história de vida de adolescentes em conflito com a lei” (BRANDT, 2014).

No estudo, por meio da análise de 50 prontuários de um equipamento executor de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, constatei que, para além da violência doméstica sofrida por esses adolescentes, havia um considerável número de violências institucionais, além de violência estrutural em suas trajetórias (BRANDT, 2014).

Em relação à violência institucional, que para Faleiros e Faleiros (2007) pode assumir diferentes formas e se caracteriza por estar associada ao ambiente no qual ocorre, por exemplo, escolas, instituições de acolhimento e serviços de saúde, culminando numa “falta de cuidados de quem deveria proteger” (p.33), em minha pesquisa chamou a atenção a violência efetivada por dois tipos de instituições: a escola e a instituição de acolhimento (BRANDT, 2014).

Quanto à escola, observei nos relatos técnicos registrados em prontuário grande estigma e discriminação; exigência de laudos psiquiátricos para continuidade dos estudos; medicalização¹ de três adolescentes desde a infância devido a queixas escolares; analfabetismo no 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, sendo que dois adolescentes haviam sido alfabetizados durante a internação na Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente); exigência de determinação judicial para liberação de vagas para retorno aos estudos; aplicação de Medidas Socioeducativas como forma de resolução de conflitos ocorridos em escolas; dentre outras (BRANDT, 2014). Conhecendo essas tantas violências institucionais presentes na escola, compreende-se o motivo do alto índice de

¹ Importante destacar que o termo medicalização tem significado diverso do termo medicação, pois se refere ao uso indiscriminado e excessivo de remédios, em ocasiões nas quais questões sociais são tratadas como problemas biológicos e individuais.

evasões, que nesta pesquisa alcançou 62% dos casos analisados, o que, de acordo com Souza e Miotto (2004, p. 11), “denuncia a falácia da política educacional vigente para esta parcela da população”.

Em relação às instituições de acolhimento, foram encontrados relatos dando conta de que dois adolescentes cumpriram Medidas Socioeducativas por ações cometidas dentro do equipamento. Chama a atenção o dado da pesquisa de que, mesmo com os apontamentos dos profissionais que acompanhavam os casos de que o reordenamento pelo qual estava passando a instituição de acolhimento e a institucionalização prolongada de ambos notavelmente contribuíram para a prática ilícita, uma vez que nenhum tinha registros de ocorrências anteriores, um adolescente prestou serviços à comunidade por seis meses (por depredação) e o outro permaneceu internado na Fundação CASA por sete meses (por furtos reiterados), o que também pode ser entendido como uma violência (BRANDT, 2014).

De acordo com Della Porta (2010), a institucionalização prolongada de crianças reforça e perpetua um verdadeiro ciclo de privação, que transforma filhos abandonados em crianças esquecidas, portanto, a autora salienta que o combate ao abandono deveria ser considerado pela sociedade um investimento no próprio futuro, o que visivelmente não acontece.

Sobre a violência estrutural, cabe ressaltar que a conceituação utilizada se baseia em Minayo (1994, p. 8), que afirma tratar-se de uma violência que

Se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte.

De acordo com Faleiros e Faleiros (2007), as políticas públicas descomprometidas com os princípios constitucionais da prioridade absoluta de crianças e adolescentes, fazem do Estado um dos maiores responsáveis pela violência estrutural direcionada a esta parcela da população.

Neste sentido, a pesquisa citada aponta que, embora 78% dos adolescentes em questão tenha sofrido violência doméstica e 50% tenha sido acompanhado pelo Conselho Tutelar, apenas 10% foi encaminhado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como forma de proteção de seus direitos, o que deixa evidente a lacuna na prestação deste serviço e a primazia das ações remediativas/punitivas ao invés das preventivas e protetivas (BRANDT, 2014).

Além disso, considerando que as Medidas Socioeducativas são aplicadas, via de regra, a adolescentes pobres, é preciso ressaltar que a

família empobrecida, embora conte eventualmente com relações de solidariedade parental ampliada e conterrânea, tem experimentado uma crescente diminuição de sua capacidade de proteger seus membros. Criar e educar os filhos, garantindo-lhes o usufruto de todos os direitos de que são titulares como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, tem sido tarefa muitas vezes impossível de ser cumprida pelas famílias submetidas a condições de vida precárias, sem garantia de alimento, de moradia, de trabalho, de assistência à saúde, escolaridade e todos os serviços que definem uma vida minimamente digna no mundo contemporâneo (BERNARDI, 2010, p. 37).

Todas estas constatações oriundas da pesquisa provocaram minha indignação, minha revolta, mas tudo isso tem relação com o meu olhar de profissional e pesquisadora. E agora eu me pergunto: o que os adolescentes pensam sobre isso? Como eles percebem isso? Buscando ouvir esses adolescentes, me lancei a esta nova pesquisa, que mostra sua relevância ao responder a uma das prerrogativas da Constituição Federal de 1988: o controle social sobre as políticas públicas, ou seja, a avaliação da população sobre a administração pública de serviços compreendidos como direito de todos e dever do Estado.

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como a inserção de políticas sociais afetam as trajetórias de vida de adolescentes em conflito com a lei.

Constituem-se como objetivos específicos deste estudo:

- Identificar quais políticas sociais atingem essa população;
- Investigar de que maneira essas políticas atingem esses adolescentes;
- Analisar quais os impactos de tais políticas na vida desses adolescentes.

Procedimentos metodológicos

Levando em consideração que o objetivo deste trabalho é analisar o impacto das políticas sociais na vida de adolescentes em conflito com a lei, compreendemos que a maneira mais eficaz de chegar aos resultados seria entrevistando essa população. Assim, o presente trabalho é considerado uma pesquisa de natureza qualitativa, a qual possui algumas características específicas, de acordo com Bogdan e Biklen (1994). Segundo os autores,

diferente das pesquisas quantitativas que se baseiam em coletas de dados numéricos, a investigação qualitativa é descritiva, ou seja, os pesquisadores recolhem dados em forma de palavras e imagens, se atentando de forma minuciosa aos detalhes envolvidos como forma de se expressar, gestos e palavras especiais utilizadas. Além disso, os autores salientam que a fonte direta dos dados na pesquisa qualitativa é o ambiente natural e que, mesmo quando se utiliza de equipamentos especiais, o próprio investigador é o instrumento principal da coleta, visto que todos os materiais registrados passarão pela sua análise. Outra característica apontada diz respeito à importância dada pelos investigadores qualitativos ao processo mais do que aos resultados, isto é, importa nestas pesquisas o “como”, mais do que o simples “o quê”. Ainda, as pesquisas qualitativas geralmente analisam seus dados de maneira indutiva, uma vez que não objetivam confirmar hipóteses, mas utilizam parte do estudo para verificar quais são as questões mais importantes. Por último, os autores apontam a ênfase das investigações qualitativas no significado, o que implica dizer que os pesquisadores desta natureza têm grande interesse em saber como as pessoas dão sentido à sua vida, o que vivenciam e como percebem suas experiências, mas não deixam de lado seu lugar nestas respostas, considerando os resultados das pesquisas como um diálogo entre investigadores e participantes.

Com estes pressupostos, a presente pesquisa é realizada em três momentos, quais sejam:

- **Levantamento bibliográfico**

Inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico sobre adolescentes em conflito com a lei e políticas sociais, a fim de melhor compreender nossos objetos de estudos e construir uma fundamentação teórica.

- **Pesquisa de campo**

Após o aprofundamento conceitual, realizamos entrevistas semiestruturadas (o roteiro utilizado encontra-se no apêndice A) com jovens da cidade de Araras/SP. Tal cidade foi selecionada por se tratar do local de nascimento e moradia da pesquisadora, portanto, além do interesse pessoal em conhecer a realidade sobre o alcance das políticas sociais em seu município, existe a facilidade de locomoção e de acesso aos participantes devido a trabalhos previamente realizados em conjunto com a equipe que os indicaria.

As entrevistas tiveram por objetivos investigar quais políticas sociais atingiram diretamente esses jovens, como atingiram e quais as repercussões da presença ou ausência dessas políticas na vida desses jovens.

Para a seleção dos entrevistados, estabelecemos contato com a responsável pela execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto no município de Araras, solicitando a indicação de jovens que cumpriram medida de internação na Fundação CASA e foram liberados em 2015 e 2016. Importante ressaltar que até janeiro de 2018 o município pagava subvenção a uma entidade socioassistencial para a execução dessas Medidas. Foi só a partir de então que o governo municipal assumiu, de fato, a responsabilidade por elas, oferecendo este serviço no CREAS. A escolha por participantes que já estiveram privados de liberdade levou em consideração nossa compreensão de que muitos desses jovens parecem crescer à margem das políticas sociais até que a política socioeducativa lhes é imposta, como apontado anteriormente.

O número de jovens a serem entrevistados não foi definido previamente pois entendemos que isso dependeria do total indicado pela profissional e de quantos aceitariam participar da pesquisa.

Tivemos a informação de que dez jovens se enquadravam nos critérios por nós definidos. Porém, antes de iniciarmos as buscas por eles, realizamos uma entrevista piloto com um jovem com o mesmo perfil dos demais, a fim de avaliar o roteiro e verificar a necessidade de adequações, procedimento este sugerido por Manzini (2003). Tal entrevista não foi utilizada na fase de análise desta pesquisa, sendo sua contribuição restrita à avaliação do roteiro, que continuou o mesmo já que o teste indicou que ele estava adequado aos objetivos da pesquisa, não necessitando de ajustes.

Feita a entrevista piloto, e já com os nomes e endereços residenciais dos dez jovens em mãos, demos início à procura dos mesmos, a fim de convidá-los a participar da pesquisa, explicando seus objetivos, os procedimentos da entrevista e a importância de sua participação.

O primeiro jovem a quem procurei foi Renan². Fui em sua casa três vezes durante o mês de setembro de 2017. Na primeira tentativa, estava trabalhando. Fui informada pela sua mãe que ele tem uma barbearia e folga às segundas-feiras. Ela me pergunta se sou do Fórum. Esclareço que não e que procuro pelo seu filho a fim de convidá-lo para uma pesquisa, sendo que gostaria de entrevistá-lo e mostro meu crachá da universidade. Volto na próxima segunda-feira e sou atendida pela namorada do jovem que me informa que ele foi pescar. Ela

² Os nomes próprios utilizados nesta pesquisa são fictícios para garantir o sigilo das informações.

questiona mais sobre a entrevista, pois diz que o namorado ficou ansioso imaginando que era algo relacionado à divulgação de seu trabalho no salão. Explico novamente sobre a pesquisa e retorno em mais uma segunda-feira, mas, dessa vez, fui informada que o jovem estava dormindo e não gostava de ser acordado. Voltei a procurá-lo somente em maio de 2018. Na primeira tentativa, uma vizinha informou que não havia ninguém em casa e sugeriu que eu voltasse no final da tarde. Segui a sugestão e, novamente, me deparei somente com a vizinha. Ela questiona se quero deixar recado, mas nego. Retorno no dia seguinte e, mais uma vez, só encontro essa vizinha. Ela relata que Renan havia acabado de sair para pescar e que informou a ele e à sua mãe que estive lá. Deixei com ela o número do meu telefone e pedi para ele entrar em contato. Depois de mais um dia, ele me mandou uma mensagem a fim de saber porque o estava procurando. Tentei telefonar para ele, mas seu celular não recebia ligações. Enviei mensagem falando sobre a pesquisa, mas solicitei que nos encontrássemos pessoalmente para que eu lhe explicasse melhor. Ele se recusou, pois dizia que a internação já havia ocorrido há muito tempo e não queria mais falar sobre ela. Tentei justificar que a entrevista não seria especificamente sobre a internação, mas ele apenas aceitou responder às perguntas por meio de mensagens. Expliquei sobre a necessidade da assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para jovens (apêndice D), já que tem mais de 18 anos, esclarecendo sobre tudo que ele contém. Ele relata concordar com todos os termos e sugere que eu passe depois para pegar a assinatura. Chegamos a iniciar a entrevista por meio de mensagens, mas logo percebemos que seria inviável porque demorávamos muito tempo em cada questão, já que ele se recusava a gravar áudios e as respostas escritas eram lacônicas e se tornavam incompreensíveis. Continuei insistindo para um contato presencial, mas ele se negava, até que encontrei sua barbearia e ele estava lá. Me apresentei pessoalmente e expliquei melhor do que se tratava a pesquisa. Ele concordou com a entrevista contanto que fosse ali mesmo na presença de seu funcionário e um cliente e não fosse gravada. E assim se deu nosso contato, que durou cerca de uma hora, mas foi bastante difícil devido à resistência do rapaz em se expor.

O segundo jovem procurado mora no mesmo condomínio que o primeiro, portanto, foi procurado nas mesmas ocasiões que ele em 2017. Na primeira vez, fui atendida por sua mãe e seu padrasto que me informaram que o rapaz era dependente químico e, por isso, saía de casa logo pela manhã e voltava no fim da noite, passando os dias em busca de drogas. Explico a eles sobre a pesquisa e questiono se poderia voltar outro dia. Eles concordam, mas dizem acreditar que mesmo que eu encontrasse o jovem em casa, ele não conseguiria manter a concentração para a entrevista. Ainda assim, volto duas vezes, mas não o encontro. Também

retornei em sua casa em maio de 2018, mas fui informada por sua mãe que ele havia sido preso por furtar uma moto, em dezembro de 2017 e, desde então, encontrava-se em Penitenciária na cidade de Itirapina/SP. Assim, não foi possível incluir este jovem na pesquisa.

Na primeira tentativa de encontrar Mateus, em setembro de 2017, fui atendida pelo seu irmão. Este me informou que o jovem estava preso há cerca de um ano e meio. Retornei, então, em abril de 2018 e fui atendida pelo próprio jovem que me contou que estava em liberdade há menos de uma semana. Me apresentei, expliquei sobre a pesquisa e ele concordou rapidamente, mostrando-se bastante disposto a colaborar, o que foi confirmado durante a entrevista ocorrida no dia seguinte numa sala de aula da escola municipal que fica próximo à sua casa, a qual durou 2h05min. No horário agendado, compareci em sua casa a fim de irmos juntos ao local combinado e ele me aguardava.

A quarta procura, em setembro de 2017, foi pela adolescente Fernanda. O endereço residencial que nos fora passado dizia respeito ao nome de um condomínio, com o bairro de outro. Procurei pelos dois condomínios, perguntando aos moradores pela menina e sua mãe, mas ninguém as conhecia. Em abril de 2018, ao retomar as tentativas de contato, procurei a entidade executora da Liberdade Assistida (LA) e só então soube que ela havia encerrado as atividades que passaram a ser de responsabilidade do CREAS. Entrei em contato com o CREAS e, após explicar sobre minha pesquisa, uma das técnicas responsáveis pelas Medidas Socioeducativas me informou que, por coincidência, Fernanda havia ligado na semana anterior para voltar a cumprir a LA que estava pendente e retornaria no dia seguinte, quando seriam atualizados seus dados. Em posse do novo endereço, voltei a procurá-la e a encontrei, juntamente com sua tia materna, a qual era responsável pela adolescente naquele momento. Apresentei a mim e a pesquisa para ambas e Fernanda concordou em participar. A tia da adolescente sugere que a irmã dela assine o Termo de Consentimento, portanto, essa irmã também foi esclarecida sobre a pesquisa antes do início da coleta. Fernanda também foi bastante solícita durante a entrevista que ocorreu alguns dias depois, numa sala reservada do Programa Saúde da Família (PSF) mais próximo de sua casa, e nosso contato durou 1h08min.

Na quinta residência visitada em 2017, fui atendida pela avó do jovem, que informa que o neto estava dormindo, mas nem adiantava chamá-lo, pois ele não acordaria. Quando retornei em 2018, a avó relata que o neto voltou para a Fundação CASA em novembro de 2017 porque, segundo ela, faltava cumprir um tempo da Medida. Tentei coletar informações a respeito com as técnicas do CREAS, mas elas não tinham conhecimento sobre o jovem. Desta forma, também não pudemos contar com a participação do mesmo para a presente pesquisa.

A sexta visita de 2017 foi à casa de Igor. Sua mãe estava na calçada atendendo uma pessoa. Quando pergunto pelo seu filho, ela me olha com desconfiança e também questiona se sou do Fórum. Explico quem sou, mostrando meu crachá, mas ela diz que o filho havia saído e não tinha horas para voltar. Nesse momento, senti que minha presença não era desejada. Voltei em 2018 e conheci a companheira do jovem. Ela esclareceu que Igor estava trabalhando e informou o horário que ele chegava. Retornei após seu expediente e o encontrei. Fiz todas as apresentações necessárias e agendamos a entrevista para o dia seguinte, em sua casa. Compareci no local, conforme combinado e a entrevista se deu na sala, na presença de sua companheira, e durou 54 minutos. Apesar de se apresentar solícito para o contato, Igor parecia ter pressa em terminá-lo.

O próximo procurado em 2017 foi Diego. Ele estava na garagem da casa consertando uma mobilete quando cheguei. Confirmei que se tratava do adolescente indicado e me apresentei, falando da pesquisa e de quem havia me passado seus dados. Faço o convite para a entrevista e ele aceita. Questiono sobre um responsável e ele chama a tia. Reitero as explicações e ela também concorda prontamente. Agendamos uma data e eles decidem que o melhor local para a entrevista é a própria residência da família. Desta forma, retorno em dia e horário combinados e sou atendida por Diego que está sozinho na casa. Ficamos na sala. Solicito a gravação do procedimento e ele concorda, porém, tive problemas técnicos e perdi grande parte do conteúdo, restando apenas a gravação dos oito minutos finais da entrevista, minhas lembranças e algumas anotações em papel. No total, a entrevista com Diego durou cerca de 40 minutos. O adolescente parece bastante tímido, fala baixo e dá respostas muito curtas às perguntas que lhe são feitas, não estendendo a conversa. Esta entrevista, mesmo não tendo sido gravada na íntegra, faz parte da pesquisa.

O oitavo jovem visitado em 2017 foi Lucas. O procurei no endereço indicado, mas o jovem que atendeu me informou que Lucas havia se mudado para outra casa na mesma rua, apontando onde ficava a nova residência. Lá, fui atendida pela mãe do jovem que o chamou. Apresentei a mim e a pesquisa para ele, fazendo o convite para a entrevista. Ele logo aceitou e marcamos a data. Lucas também sugeriu que a realizássemos em sua casa. Compareci ao local na data e horário agendados e aguardei um tempo até que ele retornasse, pois estava passeando com a sobrinha, já que sua irmã tinha ido fazer inscrição para o programa habitacional do município. Assim que chegou, iniciamos a entrevista, que também ocorreu na sala, porém, fomos interrompidos duas vezes: uma pela mãe que nos trouxe salgados que estava assando e refrigerante e outra por uma visita que estava indo embora. Nessas ocasiões, paramos a conversa por poucos instantes e logo a retomamos, sem maiores problemas. Essa

entrevista teve duração de 1h30min, pois Lucas é bastante comunicativo e espontâneo, se expressando com muita facilidade.

Na primeira visita a Bruno, tive contato com seu padrasto, que estava na frente da casa. Ele chamou o rapaz e eu me apresentei, falando sobre a pesquisa. Ele concordou em participar da entrevista e marcamos data e horário. Este jovem achou mais interessante realizarmos a conversa na entidade que executava as Medidas em meio aberto, que fica relativamente perto de sua casa. A coordenadora do serviço já havia disponibilizado o local para isso, então, apenas liguei confirmando se a data e o horário seriam convenientes. Ela concordou. Fui até lá no momento combinado, mas a entidade estava fechada. Aguardei algum tempo pela chegada do jovem que também não compareceu. Liguei no celular que acompanhava os dados entregues pela entidade e falei com o padrasto de Bruno. Ele explicou que o rapaz teve que ir até a casa da irmã cuidar de seu sobrinho, pois, coincidentemente, ela também havia ido se inscrever para o programa habitacional do município (as entrevistas de Bruno e de Lucas foram agendadas para o mesmo dia). Já em 2018, voltei na casa do jovem diversas vezes em que não fui atendida, até que fui recebida por seu padrasto. Ele me informou que Bruno voltou a morar na antiga casa da família, me passou o endereço e o telefone da irmã que mora ao lado. Fui até lá e encontrei o jovem. O levei a se recordar de quem eu era e solicitei remarcar a entrevista. Ele concordou e agendamos para o dia seguinte, após seu expediente, na casa de sua mãe. Compareci no local, conforme combinado, e Bruno me esperava em frente ao portão. A entrevista aconteceu num quarto, no qual ficamos sozinhos, e durou 1h07min.

O décimo jovem, Vinícius, não foi procurado em 2017, uma vez que compreendemos que as duas entrevistas realizadas seriam suficientes para o exame de qualificação. Quando encontrado no ano seguinte, soubemos que a busca por ele seria em vão, já que ele estava preso na ocasião. Em 2018, fui em sua casa três vezes e telefonei duas, mantendo contato com sua companheira e sua sogra, até conseguir encontrá-lo. Quando o conheci, me apresentei e expliquei sobre a pesquisa, agendando a entrevista, mesmo com resistência do jovem. Voltei em sua casa na data e no horário agendados, mas ele havia saído. Tornei a ligar e ir até a casa mais algumas vezes até que o encontrei e solicitei que a entrevista fosse realizada naquele momento. Ele aceitou, fomos até o PSF mais próximo de sua casa, uma vez que a responsável já havia concordado em nos ceder uma sala de atendimento e realizamos a entrevista, que durou 50 minutos e foi bem difícil já que o jovem não parecia muito disposto a falar.

Cabe salientar que tal pesquisa foi submetida à análise do Comitê de Ética da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Rio Claro e todo processo de coleta de dados

somente teve início após a aprovação deste órgão (anexo A). Também ressaltamos que, todos os adolescentes, seus responsáveis e os jovens foram orientados sobre os termos das entrevistas, com apoio de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B e D) e de Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (apêndice C) e que as mesmas só foram realizadas após o consentimento e assinatura desses documentos. Cada participante ficou de posse de uma via do termo que assinou.

- **Análise dos dados**

Os dados coletados nas entrevistas foram organizados e tratados por meio de análise de conteúdo que, segundo Bardin (2010), é composta por três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação.

A pré-análise é a fase de organização do material, quando o pesquisador toma contato com o conteúdo a ser analisado, seleciona palavras, sentenças ou trechos a serem utilizados, formula hipóteses e elabora indicadores que orientarão a interpretação e preparação formal do material. Na fase de exploração do material, são realizadas a codificação, classificação e categorização dos dados, colocando-se em prática o que ficou definido na fase anterior. Para finalizar, executa-se o tratamento dos resultados e a interpretação, condensando os dados em padrões, tendências ou relações implícitas, por meio de técnicas quantitativas e/ou qualitativas, buscando ir além do conteúdo manifesto, uma vez que o objetivo da pesquisa é encontrar o sentido que há por trás do imediatamente apreendido (BARDIN, 2010).

Para além dessa análise de conteúdo clássica, utilizamos a técnica de decifração e de arroteamento entrevista por entrevista, uma vez que Bardin (2010) chama a atenção para o fato de a análise geral destruir a arquitetura cognitiva e afetiva das pessoas singulares. Assim, cada entrevista foi analisada separadamente, a fim de detectar a lógica específica por trás de cada construção.

Desta forma, realizamos a apreciação individual e geral dos relatos encontrados, sob olhar do conteúdo advindo do levantamento bibliográfico realizado, a fim de conhecer o impacto das políticas sociais na vida dos jovens entrevistados.

Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado em seis seções. Na Introdução, encontra-se uma contextualização sobre o tema, os objetivos e a metodologia da presente pesquisa. Ela contém explicação sobre a motivação para o trabalho e sobre os caminhos percorridos para se chegar

aos resultados, desde os estudos preliminares até a forma de tratamento dos dados, passando pelo processo de busca pelos participantes, os quais são brevemente apresentados ao leitor nesta seção.

O capítulo 1, denominado “Direitos, Política e Estado”, é um capítulo teórico que versa sobre as concepções utilizadas neste trabalho sobre Política, Estado, governo, Políticas Públicas, Políticas Sociais e Direitos Sociais. Também são apresentados brevemente o Estado de Bem-Estar Social e o Neoliberalismo, cada qual com seus conceitos e ideologias, bem como os momentos históricos em que ambos têm destaque a nível nacional e internacional. A partir disso, discorre-se sobre a Constituição Federal brasileira de 1988, particularmente sobre os Direitos Sociais defendidos por ela, finalizando com uma discussão sobre as consequências do neoliberalismo na execução das políticas públicas sociais que teriam a incumbência de garantir tais direitos à população.

Continuando o embasamento teórico, no capítulo 2, que tem como título “O neoliberalismo e os adolescentes em conflito com a lei”, são apresentadas as evoluções nas legislações nacionais referentes à criança e ao adolescente, especificamente no que tange ao tratamento dispensado aos autores de atos infracionais. São expostos dados oficiais e de pesquisas acadêmicas sobre o perfil dos adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas no Brasil, problematizando alguns motivos para o grande número de negros e pobres nestas estatísticas. O capítulo é finalizado com uma discussão sobre as consequências de diferentes feições do Estado sobre a juventude pobre.

Iniciando a exposição dos resultados da pesquisa, o capítulo 3 “Os jovens e as políticas sociais” apresenta relatos e problematizações a respeito de cada um dos entrevistados, bem como das políticas sociais que perpassaram suas trajetórias de vida. O objetivo desta seção é levar o leitor a compreender cada história de maneira particularizada, levando em consideração a compreensão dos jovens sobre a inserção das políticas sociais e dos atos infracionais em suas vivências.

Já no capítulo 4 “Considerações gerais a respeito das políticas sociais que perpassam a trajetória de vida dos jovens entrevistados”, os resultados da pesquisa são agrupados por categorias, essas que representam as políticas sociais encontradas nos relatos dos jovens entrevistados. Tais políticas são organizadas em políticas preventivas: Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Cultura e Lazer, Emprego e Renda e Habitação, e políticas remediativas: Socioeducação e Segurança Pública. Apresenta-se como se deu, de maneira geral, a inserção dessas políticas na vida dos entrevistados e problematiza-se a influência da ideologia neoliberal nessa inserção.

Por fim, as Considerações Finais sintetizam os resultados da pesquisa, alertando para a importância do trabalho preventivo e intersetorial em termos de Políticas Públicas, que necessitam de investimento de recursos financeiros, o que implica na superação da lógica neoliberal hegemônica na atualidade.

1 DIREITOS, POLÍTICA E ESTADO

Um estudo sobre Políticas Sociais não pode se abster de apresentar o entendimento de seus autores sobre o significado do termo, uma vez que ele abarca inúmeras compreensões. Desta forma, o presente capítulo visa esclarecer quais as definições de Política, Direitos Sociais e Estado embasam essa pesquisa, discorrendo sobre o impacto de diferentes feições do Estado nas políticas sociais, bem como apresenta os direitos e políticas sociais garantidos legalmente no Brasil, problematizando sua materialização.

1.1 Definindo Política e Estado

De acordo com Chauí (2000), o que chamamos hoje de política foi inventado pelos gregos e romanos. *Ta politika* (do grego), vem de *polis* (Cidade) e simboliza os negócios públicos dirigidos pelos cidadãos (*politikos*): leis, costumes, administração dos serviços públicos e das atividades econômicas etc. Seu correspondente latino seria a *res publica*, dirigida pelos *populus romanus* (cidadãos) na *civitas* (Cidade). Assim, *polis* e *civitas* podem ser equiparados ao que chamamos de Estado e *ta politika* e *res publica* ao que denominamos práticas políticas.

A invenção da política pelos gregos e romanos foi uma tentativa de solucionar o problema da “luta de classes” (CHAUÍ, 2000, p.375) decorrente da autoridade e do poder despótico que reinava absoluto. Contudo, cabe ressaltar que, sendo as sociedades greco-romanas assumidamente escravistas e patriarcais, algumas pessoas estavam excluídas da cidadania e da vida pública e política: as mulheres e os escravos, estendendo-se a exclusão aos estrangeiros e miseráveis (CHAUÍ, 2000).

Já na atualidade, segundo Chauí (2000), o conceito de política assume inúmeros significados, sendo possível distinguir um uso generalizado e vago de política como modalidade de direção de grupos sociais que envolvam poder, administração e organização (política da empresa, política do sindicato...) e outro mais específico e preciso de política como sinônimo de três significados inter-relacionados: governo; atividade realizada por especialistas e profissionais e; conduta duvidosa. No primeiro significado, o governo é entendido como direção e administração do poder público, sob a forma de Estado, sendo a política a ação dos governantes que detém a autoridade para dirigir a coletividade organizada em Estado e as ações da coletividade em apoio ou contrárias à autoridade governamental e mesmo à forma de Estado. No segundo significado, a política é entendida como distante da

sociedade por ser realizada por especialistas (administradores) e profissionais (políticos) pertencentes a um certo tipo de organização sociopolítica (os partidos). Por fim, no terceiro significado, derivado do segundo e mais frequente no senso comum, a política é vista de maneira pejorativa, como algo distante de nós e até contra nós, beneficiando apenas quem a exerce, o que acontece por meios ilícitos ou ilegítimos, sendo seus protagonistas tantos os atuais ocupantes dos cargos políticos quanto grupos opositores que pretendem derrubá-los.

Para Chauí (2000), o uso mais específico e preciso da política é paradoxal, uma vez que o primeiro sentido “se refere a algo geral, que concerne à sociedade como um todo, definindo leis e costumes, garantindo direitos e obrigações, criando espaços para contestações através da reivindicação, da resistência e da desobediência” (p.369), enquanto o terceiro “afasta a política de nosso alcance, fazendo-a surgir como algo perverso e maléfico para a sociedade” (p. 369), sendo essa divergência resultado do segundo significado que reduz a política à ação de especialistas e políticos.

Nesta pesquisa, utilizamos como baliza este entendimento específico e preciso de política (como sinônimo de três significados inter-relacionados), pois é dele que deriva o conceito de políticas públicas que, segundo Höfling (2001), podem ser entendidas como a implantação de um projeto de governo pelo Estado, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Para tanto, a autora compreende o Estado como o conjunto de instituições permanentes (órgãos legislativos, tribunais, exército e outras) que possibilitam a ação do governo, este que se trata do conjunto de programas e projetos proposto por parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) para a sociedade como um todo. Höfling (2001) destaca, ainda, que as políticas públicas não podem ser reduzidas à burocracia pública uma vez que o Estado tem responsabilidade por elas, mas sua implementação e manutenção dependem de órgãos públicos e de diferentes organismos e agentes da sociedade civil. Assim, a depender dos paradigmas teóricos nos quais se embasam o momento histórico e político vivenciado, teremos formas diferentes e até mesmo opostas de intervenção do Estado. Desta forma, como afirma Höfling (2001, p.32), “é impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo”.

Cabe ainda ressaltar que, de acordo com Souza (2006), o Estado não reflete somente as pressões dos grupos de interesse, nem opta sempre por políticas definidas apenas por quem está no poder e também não serve apenas aos interesses de determinadas classes sociais, como dizem as explicações mais simplistas sobre o Estado. Segundo a autora, mais adequado é

considerar que o Estado tem uma autonomia relativa, que lhe permite um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas, sendo que

essa autonomia relativa gera determinadas capacidades, as quais, por sua vez, criam as condições para a implementação de objetivos de políticas públicas. A margem dessa “autonomia” e o desenvolvimento dessas “capacidades” dependem, obviamente, de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país (SOUZA, 2006, p.27).

Também deste entendimento específico e preciso de política de que trata Chauí (2000) decorre o conceito de políticas sociais que, para Höfling (2001), são as ações voltadas à redistribuição dos benefícios sociais com o objetivo de minimizar as desigualdades estruturais.

Pereira (2016), contudo, dá uma significação mais completa do que seja a política social. Apesar de concordar que, genericamente, o termo diga respeito às ações do Estado que, por meio do governo, provê benefícios e serviços sociais a fim de atender às demandas e necessidades coletivas, salienta que esse entendimento contém equívocos e omite bases estruturais da política social. De acordo com a autora, esta política também envolve a sociedade e, devido à relação ao mesmo tempo recíproca e antagônica entre sociedade e Estado, a política social se traduz num processo internamente contraditório. Pereira (2016) complementa que, nessa relação, cabe ao Estado garantir direitos sociais e de controle dessas garantias aos cidadãos, além de prover e gerir benefícios e serviços sociais como dever institucional. Já à sociedade, cabe forjar e vigiar a política, o que faz dela pública – política pública porque é de todos; nem só do Estado e nem só da sociedade. A contradição encontra-se no fato de a sociedade ser o espaço das classes sociais, o que resulta no atendimento a interesses contrários e, assim, a política social acaba assumindo diversas feições.

Segundo Pereira (2016), as bases estruturais da política social moderna podem ser categorizadas como sendo de ordem política, socioeconômica e cultural.

Na base política, a autora aponta como relevantes a formação e consolidação dos Estados nacionais fortemente reguladores, no século XVI; a Lei dos Pobres inglesa, de 1601; a formação de uma rede de assistência e controle sociais estatal, a partir da criação de instituições de amparo à pobreza, à enfermidade e à orfandade; a progressiva separação entre poderes civil e religioso e a delimitação das esferas pública e privada que proporcionaram a ampliação das responsabilidades sociais do Estado; a institucionalização do Estado de Direito, no século XIX, como conquista da Revolução Francesa, de 1789 e o conseqüente desaparecimento dos Estados absolutistas. Desta forma, passa-se a reconhecer

constitucionalmente as liberdades democráticas e aparece, no século XX, o chamado Estado de Bem-Estar Social, no qual nos aprofundaremos no próximo item.

Na base socioeconômica, Pereira (2016) salienta a relação antagônica entre capital e trabalho, enfatizando a importância do trabalho humano coletivo para a expansão do capitalismo, o qual produz riqueza que se torna privada e provoca desigualdades sociais profundas. Esse quadro é agravado pelo desemprego massivo gerado pela racionalização dos métodos produtivos e subutilização ou descarte de recursos humanos. Desta forma, segundo a autora, a política social assume papel anticrise, mas também de ativação de mão de obra para um mercado de trabalho flexível e precário.

Na base cultural, a autora ressalta haver herança de valores da religião e da ética capitalista, os quais nem sempre estão em sintonia, como solidariedade, autossustentabilidade, cidadania, meritocracia, sendo que os diferentes regimes de bem-estar assumem essa característica contraditória. De acordo com a autora, a burocratização também compõe esta base, com a finalidade de racionalizar a política social como ação específica do Estado, desconsiderando sua complexidade.

Com essas bases estruturais, surge o termo política social para diferenciar sua proposta das medidas até então prevalentes: jurídicas, caritativas e de regulação punitiva da vagabundagem. Porém, com paradigmas teóricos divergentes e sob influência de diferentes regimes políticos, a política social contempla momentos alternados de maior e menor intensidade protetora do Estado.

Esclarecida nossa compreensão sobre as terminologias básicas utilizadas nesta pesquisa, trataremos a seguir de alguns princípios da socialdemocracia e do neoliberalismo a fim de compreendermos melhor como se configuram as políticas sociais no Estado de Bem-Estar Social e no Estado Neoliberal.

1.2 As políticas sociais no Estado de Bem-Estar Social e no Estado Neoliberal

Pensando em termos históricos, o Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* nasce no século XX, substituindo as ideias liberais que Adam Smith (1723-1790) inaugurou em 1776, com a publicação de “A riqueza das nações”, e dominavam o mundo capitalista até aquele momento. De acordo com Nogueira (2015), a criação do Estado de Bem-Estar Social é impulsionada pela socialdemocracia, que se converte em partido político comprometido com “a chegada ao governo, a gestão estatal e a reforma social” (p.68), ou seja, visava governar em prol da transformação social, ampliando o campo de responsabilidade do Estado. Era um

momento em que se viviam os reflexos da evolução da classe operária que se fortaleceu no século XIX com lutas sociais, engajamento político e formação de sindicatos. Ainda segundo esse autor, o modelo socialdemocrático teve seu apogeu entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1980, sendo que o período entre os anos 1940 e 1970 ficou conhecido como “os trinta anos dourados” (também chamado de “trinta gloriosos” por Wacquant, 2011), exatamente pelo sucesso da socialdemocracia na Europa.

Um nome de referência para o Estado de Bem-Estar Social é John Maynard Keynes (1883-1946), economista, negociador do pós-guerra inglês, que defendia o pleno emprego e a estabilidade econômica, a partir da regulação do mercado pelo Estado, e entendia o consumo como necessário à prosperidade (BORGES; YAMAMOTO, 2004). Keynes foi tão importante para o Estado de Bem-Estar Social que este modelo também ficou conhecido como keynesianismo e outras variantes de seu nome.

Segundo Borges e Yamamoto (2004), Keynes compreendia que o pleno emprego somente seria conquistado a partir de uma regulação planejada e governamental, ao contrário do que defendiam os liberais – que o pleno emprego derivaria do equilíbrio espontâneo entre oferta e demanda de empregos. Para tanto, Keynes propunha a regulamentação de um marco-jurídico-legal que normatizasse a extensão da jornada de trabalho, o salário, a instauração de salários indiretos e agenciasse a repartição dos ganhos de produtividade e a assistência aos desempregados e acidentados. Desta forma, a proposta de Keynes visava, então, um sistema que resultasse em equilíbrio na proteção social e na distribuição de ganhos de produtividade (LEITE, 1994 apud BORGES; YAMAMOTO, 2004). Ainda segundo esses autores, Keynes acreditava no ciclo progressista ou virtuoso da economia, ou seja, ele compreendia que o consumo gera demanda de produtos, que gera empregos e estes mantêm ou aumentam os níveis de consumo, movimentando, assim, os recursos econômico-financeiros.

Contudo, se o Estado de Bem-Estar Social, de maneira geral, foi influenciado por esse modelo proposto por Keynes, isso não significa que ele se apresentou de maneira idêntica em todas épocas e lugares. Ao contrário disso, os estudiosos sobre a questão (por exemplo, NOGUEIRA, 2015; GIDDENS, 2012; FIORI, 1997; DRAIBE, 1993) são unânimes em dizer que existe uma ampla variedade de trajetórias, padrões e tipologias de *Welfare State* pelo mundo, que não evoluem de maneira linear. Apesar disso, segundo os mesmos estudiosos, alguns elementos são comuns em todos os casos.

De acordo com Draibe (1993), reunindo diversas definições baseadas em diferentes contextos e correntes teóricas, pode-se sintetizar que todas têm em comum: (1) a ênfase em políticas sociais organizadas e implementadas pelo Estado, mesmo que com graus diferentes

de intervenção estatal; (2) a existência de relação entre Estado e mercado, sendo que o Estado deve regular o movimento e as adversidades resultantes do mercado e; (3) a compreensão da importância da substituição de renda quando necessária temporária ou permanentemente devido às consequências próprias do mercado, como doença, velhice, maternidade e desemprego, alcançando, em alguns conceitos, a integração da renda a fim de chegar a padrões mínimos para atendimentos a necessidades sociais vitais para os indivíduos e famílias.

De acordo com Giddens (2012), o modelo para o Estado de Bem-Estar Social moderno foi o Plano Beveridge, de 1942. Trata-se de um documento formulado por uma comissão interministerial, encomendado pelo então primeiro-ministro britânico Winston Churchill, com o objetivo de planejar e propor reformas ao serviço de seguridade social vigente, interligando programas já em vigor e tendo como base iniciativas de outros países e a experiência histórica inglesa. Assim, o *Report on Social Insurance and Allied Services*, que ficou conhecido como Plano Beveridge, teve como mérito o fato de apresentar um plano político concreto, que propunha reformas sociais abrangentes e universalistas (CARDOSO, 2010).

Giddens (2012) afirma que este plano visava erradicar a carência, a doença, a ignorância, a miséria e o ócio, que eram tidos como os cinco grandes males da humanidade. Para tanto, uma série de legislações foram criadas pelo governo trabalhista do pós-guerra a fim de colocar em prática este modelo.

Para Cardoso (2010), com essas iniciativas, o governo tinha a pretensão de assegurar um padrão de vida aceitável para a população, além de reconhecer os esforços de guerra e promover a solidariedade entre as classes. Ainda, as políticas sociais passam a ser compreendidas como necessárias para manter a ordem e a estabilidade macroeconômica, respondendo às demandas políticas e econômicas do pós-guerra. Desta forma, o Plano Beveridge foi capaz de implantar um sistema de proteção social avançado, conquistando ampla repercussão e aceitação (CARDOSO, 2010).

Contudo, se esse modelo teve êxito nos “trinta anos dourados”, nas décadas finais do século XX, o *Welfare State* começa a enfrentar problemas e correr riscos, sendo fortemente atacado pelo neoliberalismo que está em ascensão (NOGUEIRA, 2015). De acordo com Fiori (1997), o discurso dos conservadores era de que o Estado de Bem-Estar Social, também conhecido como Estado-providência, com seu excesso de demandas democráticas, estava cada vez mais extenso, pesado e oneroso e, por isso, era o principal responsável pela crise econômica que se alastrou pelo mundo a partir de 1973. O autor complementa dizendo que as

ideias neoconservadoras saíram politicamente vitoriosas e estimularam os projetos neoliberais de reforma do Estado, que colocou fim ao período de glória dos Estados de Bem-Estar Social.

Em relação ao neoliberalismo³, segundo Moraes (1997), este teria se iniciado com Friedrich von Hayek (1899-1992), em 1944, com a publicação de “O caminho da servidão”, atualizando as ideias de seu antecessor, o liberalismo.

Chaves (2007), por sua vez, defende que neoliberalismo é um termo utilizado por oposicionistas, uma vez que não existe ortodoxia liberal, portanto, não se pode falar em revisionismo, desvio ideológico e heresia dentro do liberalismo – desta forma, existem visões diferentes dentro do liberalismo, mas não um neoliberalismo. Continuando a discussão sobre as divergências, o autor salienta que apesar delas, existem princípios básicos que todo liberal aceita e doutrinas adversárias que todo liberal rejeita.

Para Chaves (2007), o liberalismo é uma filosofia política ou uma tendência na filosofia política, que se sustenta no princípio fundamental da liberdade individual, a qual caracteriza-se como um bem supremo – e com preponderância sobre qualquer outro – do indivíduo, quando ele vive em sociedade. Acrescenta Chaves (2007, p. 8) que “a liberdade é essencial para e por nos preservar um espaço privado, inviolável, que não possa ser transgredido pelos nossos semelhantes”. Assim, é fundamental que se busque “a maior liberdade possível para cada indivíduo que seja compatível com igual liberdade para todos” (CHAVES, 2007, p. 8). Mas é necessária a compreensão de que essa liberdade é um conceito amplo, que abrange as áreas econômica, política e social.

Aplicando o conceito da liberdade na área econômica, para Chaves (2007), o liberalismo defende a abstenção do governo de atuar diretamente na economia, seja como Estado-empresário, como regulador, fiscalizador ou em qualquer outra forma de intervenção. O governo deveria, portanto, deixar a iniciativa privada agir, o que é resumido pela expressão francesa *laissez-faire* (que significa “deixa fazer”).

Neste sentido, partindo para a área política, têm-se que o melhor Estado é o “Estado mínimo” e o melhor governo é o “governo que menos governa”, ou seja, aquele que permite ao indivíduo o máximo de liberdade compatível com a vida em sociedade (CHAVES, 2007).

³ Para a explanação sobre o neoliberalismo utilizamos apenas textos de autores liberais: Eduardo Chaves (2007) e Milton Friedman (2014), recorrendo a um “crítico” – Moraes (1997; 2001) – exclusivamente para trazer algumas informações adicionais.

Já na área social, a tese do liberalismo, segundo Chaves (2007) é a de que não cabe ao Estado “planejar, operar, regular ou fiscalizar atividades relacionadas à prestação de serviços de saúde, de educação, de seguridade etc. – as chamadas ‘políticas públicas’” (CHAVES, 2007, p. 10), estas que também devem ficar a cargo, exclusivamente, da iniciativa privada de indivíduos ou pessoas jurídicas. Isso inclui os contratos estabelecidos entre indivíduos ou associações, a liberdade de expressão e de locomoção dos indivíduos. Para o autor, o liberalismo defende que, em todos estes casos, o Estado só tem o direito de intervir se houver violação de direito individual ou quebra de contrato.

Como o conceito de liberdade é primordial para o liberalismo, Chaves (2007) salienta ser importante esclarecer o entendimento dos liberais sobre ele. Por esse motivo, seguem aqui transcritas suas palavras:

Ser livre, no liberalismo, é não ser coagido a agir (a fazer ou a deixar de fazer) – é não ser obrigado a fazer, nem impedido de fazer, por terceiros. Ser livre, portanto, não deve ser confundido com “ter condições materiais de fazer”, “ter recursos para fazer”, “ter poder de fazer”, “ter capacidade de fazer” alguma coisa (CHAVES, 2007, p. 11).

Desta forma, o conceito de liberdade para o liberalismo é visto como negativo – por ser definido em termos negativos, como não-coação – e formal – porque a não-coação não garante, necessariamente, que a pessoa possa fazer o que deseja (CHAVES, 2007).

Cabe ainda aqui enumerar os direitos individuais defendidos pelos liberais para que se conquiste a liberdade individual, de acordo com a visão de Chaves (2007). São eles: a) o direito à integridade da pessoa (ou direito à vida e à segurança); b) o direito à expressão do pensamento, do modo de ser e do estilo de vida; c) o direito à locomoção; d) o direito à associação; e) o direito à ação em busca da felicidade e; f) o direito à propriedade (o que inclui o impedimento à desapropriação de bens e à privação de rendimentos por meio de impostos, “exceto para finalidades que considere justas e por meio de processos para os quais dê seu consentimento” (CHAVES, 2007, p. 16)).

Sobre os direitos individuais, o autor salienta que eles: a) só são limitados pelos direitos de outros indivíduos e; b) são direitos negativos, porque, “embora direitos de cada indivíduo, o único dever que seu exercício impõe a outros indivíduos é o dever negativo de não interferir” (CHAVES, 2007, p. 16). Isso tem por consequência as ideias de que: a) não posso interferir no direito do outro para conquistar os meus e; b) ninguém tem o dever de dar ao outro os meios de garantir seus direitos, ou seja, o fato de um indivíduo ter o direito à vida não obriga terceiros (indivíduos, organizações ou o Estado) a lhe proporcionar meios de

sobrevivência (terra, emprego, alimentação, atenção médica, educação etc.), por exemplo; apenas determina que ninguém lhe tire ou ameace a vida.

Esta segunda ideia já deixa bastante clara a visão dos liberais sobre os direitos sociais, mas é válido reproduzir algumas assertivas de Chaves (2007) aqui, uma vez que tais direitos são importantes para este trabalho.

De acordo com este autor, os direitos sociais foram inventados por pensadores de esquerda que afirmavam que os direitos individuais, defendidos pelos liberais, de pouco valiam sem os novos direitos. Então, ele complementa que,

Para o liberalismo os chamados direitos sociais não são direitos, porque, não sendo formais ou negativos, impõem a terceiros deveres positivos que estes não assumiriam livremente e que, portanto, violam o seu direito de agir e de dispor como preferirem de seus bens (no caso, de seus recursos financeiros), porque serão obrigados a arcar (com seus impostos) com o custo do atendimento a esses supostos direitos (CHAVES, 2007, p. 22).

O autor continua o texto defendendo sua visão de que há uma “esquizofrenia” no discurso “das esquerdas”, uma vez que as pessoas cobram que o Estado faça aquilo que elas não julgam ser sua obrigação privada e dá exemplos para isso, do tipo: “Se alguém estiver com câncer ou com AIDS e bater à sua porta exigindo que você cumpra seu dever de lhe dar tratamento médico, você reconhecerá esse seu dever e fará isso?” (CHAVES, 2007, p. 22). A esses exemplos, o autor responde: “dificilmente” e complementa dizendo que muitas pessoas, apesar disso, dirão que este dever é do Estado, mas “o governo não tem um centavo que não seja confiscado de você ou de mim – e confiscado quer dizer tomado pela força, pois, se não pagarmos nossos impostos, seremos presos” (CHAVES, 2007, p. 23). O autor ainda salienta, e de maneira persistente, que os serviços derivados dos impostos “confiscados” de nós e executados pelo governo são ineficazes, ineficientes, corruptos e incompetentes.

Chaves (2007) também aponta neste texto que os opositores do liberalismo tentam apresentá-lo negativamente, afirmando que os liberais são “desalmados” e não se preocupam com “os pobres e necessitados”, mas que isso é falso, pois os liberais têm estado entre os “maiores filantropos que este mundo já conheceu” (CHAVES, 2007, p. 32), uma vez que os asilos, orfanatos, santas casas não eram gerenciadas pelo Estado e sim por liberais. Para o autor, a questão é que isso é tratado pelos liberais como generosidade e não como direito, pois “temos o direito de escolher aqueles a quem damos o nosso dinheiro” (CHAVES, 2007, p. 33).

Este autor avança na discussão aplicando os conceitos liberais em vários âmbitos, inclusive na educação. De acordo com ele, o liberalismo, coerente com seus princípios, defende que a iniciativa privada tenha exclusividade no provimento dos serviços e bens educacionais, estes que devem ser cobrados e não obrigatórios. Além disso, sem regulação do Estado e sim do mercado, as escolas não devem ser iguais, seguindo os mesmos currículos e metodologias, uma vez que, segundo o autor, o liberalismo respeita a diversidade de necessidades, interesses e desejos dos seres humanos.

Outro personagem importante para o (neo) liberalismo é Milton Friedman (1912-2006), representante da Escola de Chicago, Prêmio Nobel de Economia em 1976, considerado por Moraes (2001) um dos precursores do neoliberalismo e por Chaves (2007), um representante do “primeiro time do liberalismo”, o chamado liberalismo clássico ou *laissez-faire*.

Uma ideia inicial deste autor, que não contraria e sim justifica alguns conceitos de Chaves (2007) anteriormente explanados, é a de que existem apenas duas maneiras de coordenar as atividades econômicas das multidões: a primeira seria a de direção central, envolvendo uso de coerção e a segunda a de cooperação voluntária dos indivíduos. Acreditando que a segunda – técnica dos mercados – é mais adequada que a primeira – técnica das forças armadas e do Estado totalitário –, o liberalismo defende que há possibilidade de benefício para as duas partes envolvidas numa transação, contanto que esta seja voluntária e esclarecida para ambos os lados. Desta forma, para Friedman (2014), o modelo operacional de sociedade necessário é o de “*economia de troca de livre empresa privada* – o que até aqui denominamos capitalismo competitivo” (p.15 – grifos do autor). Segundo ele,

a cooperação é estritamente individual e voluntária, contando que: (a) as empresas sejam privadas, para que, em última instância, as partes contratantes sejam indivíduos, e (b) os indivíduos sejam efetivamente livres para participar ou não participar de nenhuma transação específica, de modo que todas as transações sejam efetivamente voluntárias (FRIEDMAN, 2014, p.16).

Sobre o papel do governo, Friedman (2014, p.17) destaca que ele é “essencial não só como fórum para determinar as ‘regras do jogo’, mas também como árbitro para interpretar e aplicar as regras aprovadas”. O autor defende, porém, que o mercado reduza o poder que se concentra no governo quando lhe cabe a organização econômica, o que, segundo ele, é um poder de coagir e ameaça a liberdade tão defendida pelos liberais.

Aplicando a ideologia liberal à educação, Friedman (2014) defende que uma escolarização mínima, com conteúdo básico comum, seja obrigatória e financiada pelo governo, diferindo da opinião de Chaves (2007), sob justificativa de haver neste tipo de educação “efeitos de vizinhança”, ou seja, “os ganhos decorrentes da educação de uma criança beneficiam não só a criança e os pais, mas também os outros membros da sociedade” (FRIEDMAN, 2014, p.91). Porém, o autor salienta que tais efeitos de vizinhança são pouco ou nada justificáveis em níveis mais altos de ensino, especialmente na escolarização profissionalizante e superior.

Friedman (2014) acrescenta, ainda, que o financiamento da educação mínima não implica, todavia, na administração das instituições pelo governo. Pelo contrário, o autor defende a desestatização das escolas, justificando que esta manobra ampliaria a variedade de escolhas dos pais e, por consequência, a competitividade, “estimulando, assim, o desenvolvimento e o aprimoramento de todas as escolas, o que em muito contribuiria para promover a diversidade saudável de escolas e para aumentar a flexibilidade dos sistemas escolares” (FRIEDMAN, 2014, p.97). Segundo o autor, também benéfico seria “sujeitar os salários dos professores às forças do mercado” (FRIEDMAN, 2014, p.97), uma vez que os salários uniformes e rígidos comumente empregados produzem maus professores bem pagos e bons professores mal pagos, sendo que os pais ou a comunidade pouco ou nada podem exercer de controle sobre isso.

Em relação ao financiamento da educação básica, esta não deveria ser efetivada através de impostos, de acordo com o autor, porque isso duplica os custos de quem tem filhos em escolas particulares e impõem custos desnecessários a quem não tem filhos. Portanto, a sugestão de Friedman (2014) é que o governo ofereça vales resgatáveis aos pais para que estes paguem pelos serviços educacionais dos filhos. Tais vales seriam calculados por filhos e por ano e possibilitaria que os pais escolhessem livremente dentre as instituições credenciadas, pagando os acréscimos por conta própria.

Salienta-se, porém, que a sugestão do uso dos vales (ou vouchers) trata de uma medida provisória, uma vez que Friedman (2014) aponta reconhecer que a ação ideal de que os próprios pais arcassem com os custos com a educação dos filhos é pouco viável devido às diferenças entre as famílias em relação a recursos e número de filhos. Porém, o autor afirma que, com o aumento da escolarização, portanto, dos níveis de renda, os subsídios às despesas escolares tenderiam a se tornar menos necessários. E, passando a responsabilidade de arcar com os custos da educação dos filhos aos pais, a tendência seria uma melhor distribuição das

famílias por tamanho, como já ocorre com as famílias de grupos socioeconômicos mais altos, segundo o autor.

Assim, de acordo com Pereira (2016), para o pensamento liberal, defensor do bem-estar individual, do mérito competitivo e do Estado mínimo, o papel da política social é garantir igualdades de oportunidades, já que se considera a igualdade de resultados utópica. Por outro lado, para o pensamento socialdemocrata, adepto da doutrina econômica keynesiana, que preza pelo bem-estar coletivo, a partir do reconhecimento do direito social, que deve ser garantido por intervenções públicas, o papel da política social passa a ser reduzir desigualdades sociais concretas, por meio de práticas distributivas ou redistributivas de recursos e rendas.

Dessa maneira, é compreensível que a política social tenha tido seu apogeu em períodos dominados pela socialdemocracia. Segundo a autora, esse momento se deu especialmente no norte da Europa, entre os anos 1945 e 1975, como já dito anteriormente, quando as condições de vida, de trabalho e de cidadania da classe trabalhadora obtiveram significativas melhorias. Contudo, a autora complementa que, entre os anos 1976-2007, com o triunfo do neoliberalismo, a política social sofreu um retrocesso devido aos persistentes ajustes estruturais e cortes nos gastos sociais e, a partir de 2007, a situação se agravou ainda mais por causa dos ditames antissociais do mercado.

Feita esta sucinta explanação sobre as políticas sociais em Estados de Bem-Estar Social e Estados Neoliberais, trataremos agora da realidade atual brasileira, analisando como se traduzem, em termos legais, os direitos sociais e as previsões de políticas públicas sociais que garantam sua efetivação.

1.3 Os direitos e as políticas sociais no Brasil

No Brasil, país com histórico de graves expressões de violências como a escravidão e a ditadura militar, tivemos um avanço imenso com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), esta que ficou conhecida como “Constituição Cidadã” por enfatizar questões relativas à democracia, à cidadania e aos direitos humanos. Uma lei que serve de parâmetro para todas as demais ordenações jurídicas do país e na qual se baseiam todas as políticas públicas nacionais. Uma Constituição que foi resultado de movimentos sociais organizados pela defesa das mais diversas causas e deu força ao processo de redemocratização que o país vivenciava desde o fim da ditadura, em 1985.

Como consequência da regulamentação dos direitos sociais pela Constituição, vimos nascer o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), disposto na lei nº 8.069/90 (BRASIL, 1990a); o Sistema Único de Saúde (SUS), especificado na própria Constituição e regulamentado pela lei nº 8.080/90 (BRASIL, 1990b); a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), publicada em 1993 (BRASIL, 1993); o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído em 2005 e garantido pela lei nº 12.435/11 (BRASIL, 2011); o Estatuto do Idoso, disposto na lei nº 10.741/03 (BRASIL, 2003); a Lei Maria da Penha, nome popular da lei nº 11.340/06 (BRASIL, 2006a); além de atualizações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que ocorreram em 1996 (BRASIL, 1996), dentre tantas outras políticas e legislações nacionais.

Por se basearem na “Constituição Cidadã”, todas essas normativas têm em comum os princípios de cidadania, de universalização dos direitos e de democracia. Além disso, muitos outros movimentos, bem como outras capilarizações de nossa carta magna têm continuado o investimento na ampliação e na qualidade do acesso aos direitos garantidos por lei.

Os direitos sociais são definidos na Constituição Federal de 1988 em seu art. 6º: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Contudo, apenas alguns desses direitos são descritos claramente na Carta Magna como dever do Estado. São eles: a saúde, a assistência e a previdência social, a segurança pública, a educação, as práticas desportivas e a cultura (as duas últimas não aparecem no art. 6º).

Em relação ao trabalho, discorre-se na Constituição sobre a proteção ao trabalhador (art. 7º), mas não há menção sobre o Estado garantir trabalho à população. A garantia de transporte é assegurada pela lei apenas aos estudantes (art. 208) e de alimentação para estudantes, crianças, adolescentes e jovens, estes a quem também são garantidos a vida, o lazer e a profissionalização como obrigação do Estado, além dos demais direitos que são assegurados a todas as pessoas (art. 227).

Já no preâmbulo desta Constituição, fica definido o objetivo principal do documento:

instituir um Estado Democrático, destinado a **assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais**, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...) (BRASIL, 1988, online, n.p. – grifos nossos).

De acordo com a lei, o Poder Público tem a incumbência de prestar os serviços públicos, seja de forma direta ou em regime de concessão ou permissão (sempre através de licitação), havendo legislação específica para regular tal parceria (BRASIL, 1988).

Um dos aspectos mais importantes trazidos pela lei, no que tange à garantia dos direitos sociais, foi a inserção do sistema de seguridade social, que compreende a assistência à saúde, a assistência social e a previdência social a todos que necessitarem e não mais apenas aos trabalhadores, como ocorria anteriormente (MEIRELLES, 2009). Tal sistema, organizado pelo Poder Público, é financiado por toda a sociedade de forma direta e indireta, através de recursos orçamentários da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, além das contribuições sociais de empregadores, trabalhadores, importadores de bens ou serviços do exterior e contribuições sobre receitas de concursos de prognósticos (BRASIL, 1988,).

Decorrente disso, temos uma política de caráter contributivo e de filiação obrigatória – a Previdência Social – que garante cobertura de doenças, invalidez, morte e idade avançada; proteção à maternidade; proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário e; salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes de segurados de baixa renda (BRASIL, 1988,). E temos duas políticas de caráter não contributivo e universal – a Saúde e a Assistência Social⁴.

Em relação à saúde, descrita como direito de todos e dever do Estado, são destinados os artigos de 196 a 200, em que se lê que tal direito será “garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, online, n.p.). Os artigos especificam, ainda, a responsabilidade do Poder Público em regulamentar, fiscalizar e controlar as ações que podem ser efetivadas diretamente ou por terceiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas, contanto que estas atuem apenas de maneira complementar e que não sejam destinados recursos públicos para auxílio ou subvenção a instituições privadas com fins lucrativos. Também nestes artigos é dado início à formulação do SUS, que abarca ações e serviços públicos integrantes de uma rede regionalizada e hierarquizada, e tem por diretrizes a descentralização, o atendimento integral com prioridade para a prevenção e a participação da comunidade.

⁴ Isso significa que apenas aqueles que contribuem financeiramente com a Previdência Social têm direito a ela, diferente da Saúde e da Assistência Social que é direito de todos, sem requerer pagamento por elas. São obrigatoriamente contribuintes da Previdência Social todas as pessoas que trabalham com registro em carteira.

Já para a Assistência Social foram reservados apenas dois artigos: 203 e 204. Neles, podemos conhecer os objetivos e diretrizes da política, sendo os objetivos: proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e sua integração à vida comunitária e; a garantia de salário mínimo mensal a pessoas com deficiência ou idosa que comprovem não ter meios de prover sua própria manutenção. E as diretrizes, muito próximas às da política de Saúde, são a descentralização e a participação da população.

Para além do chamado “tripé da seguridade social”, a Constituição de 1988 aponta, especificamente, como deveres do Estado: a segurança pública (art. 144), as práticas desportivas (art. 217) e a educação (art. 205 a 214).

A Segurança Pública, “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988, online, n.p.), por meio das polícias federal, rodoviária, ferroviária, civil, militar e corpo de bombeiros militares.

Ainda, “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988, online, n.p.), preservando a autonomia das entidades quanto à sua organização e funcionamento, destinando recursos públicos prioritariamente para o desporto educacional e para o desporto de alto rendimento, em casos específicos, garantindo tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional e incentivando as manifestações desportivas de criação nacional.

A Educação, “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, online, n.p.). Sendo dever do Estado, o Poder Público deve garantir, gratuitamente, desde a educação infantil até o ensino médio, inclusive posterior à idade adequada; atendimento especializado aos alunos com deficiência; ensino noturno regular e; atendimento ao aluno em programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde. Salienta-se, ainda, que a educação básica dos 04 aos 17 anos é obrigatória, por isso também é dever da família (art. 208).

Para cumprir seu dever, o Estado destinará recursos públicos para a Educação, compreendendo anualmente, no mínimo, 18% da receita da União e 25% das receitas dos estados, Distrito Federal e municípios. Além disso, uma contribuição social (salário-educação) será recolhida pelas empresas e destinadas à educação básica (BRASIL, 1988).

Estes recursos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, desde que comprovada sua finalidade não lucrativa. Porém, a lei abre um precedente ao possibilitar que tais recursos sejam destinados a bolsas de estudo para os ensinos fundamental e médio, caso haja falta de vagas na rede pública. Apesar disso, o documento alerta para a obrigatoriedade de o Poder Público investir na expansão de sua rede na localidade, com prioridade. O recurso também pode ser aplicado em atividades de pesquisa, extensão, estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e instituições de educação profissional, como forma de apoio (art. 213).

Instituições privadas podem oferecer o ensino desde que cumpram as normas gerais da educação nacional e sejam autorizadas e avaliadas pelo Poder Público (art. 209).

Também determina a organização de sistemas de ensino em regime de colaboração entre União, Distrito Federal, estados e municípios (art. 211) e a formulação de plano nacional de educação, de duração decenal, com objetivo de definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação do ensino que conduzam à erradicação do analfabetismo; à universalização do ensino; à melhoria da qualidade; à formação para o trabalho; à promoção humanística, científica e tecnológica e; ao estabelecimento de meta de aplicação de recursos (art. 214).

Tudo isso garante que sejam cumpridos os princípios da Educação (art.206), que são: igualdade de condições de acesso e permanência; liberdade de aprender, ensinar e pesquisar; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; coexistência de instituições públicas e privadas; gratuidade do ensino público; valorização dos profissionais de educação; gestão democrática; garantia de qualidade e; piso salarial nacional para os profissionais da educação (BRASIL, 1988).

Já em relação à Cultura, apesar de a Constituição afirmar que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, online, n.p.), inicialmente não tratava de investimento de recursos, até que uma Emenda Constitucional de 2003 incluiu que “é facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais” (BRASIL, 1988, online, n.p.). O maior avanço neste sentido veio apenas em 2012, ao ser incluída nova Emenda Constitucional que garante a criação de um Sistema Nacional de Cultura, em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa e a formulação de plano nacional de cultura, de duração plurianual. Só então é garantida a descentralização articulada e pactuada

da gestão, dos recursos e das ações e ampliação progressiva dos recursos públicos para a cultura, entre outras ações.

Esclarecidos os direitos sociais e suas bases garantidas pela lei maior de nosso país, segue-se uma problematização sobre as possibilidades de materialização dessas propostas na atualidade.

1.4 A coexistência de dois ideários opostos

Não é comum ouvirmos alguém se declarar liberal ou neoliberal, na atualidade. Contudo, se observarmos os pressupostos do liberalismo elencados anteriormente, facilmente nomearemos pensamentos produzidos e reproduzidos a todo momento. Nos jornais, nas novelas, no rádio, nas redes sociais, nas filas de supermercado, nos pontos de ônibus, nas manifestações públicas... Eles vêm por meio de queixas sobre os impostos, do descrédito nos serviços públicos, do incentivo à meritocracia, de discursos contrários “às injustas” políticas que beneficiam “vagabundos” e prejudicam trabalhadores... Se fizermos esta análise, constataremos que o ideário neoliberal não só está presente, como é hegemônico nos dias atuais.

Levando isso em consideração e lembrando que nossa Constituição é democrática e defende direitos sociais e políticas públicas, como exposto anteriormente, fica claro o problema que enfrentamos: uma normativa e um discurso totalmente opostos. O que resulta disso? Quais as consequências da convivência de uma legislação e uma política que apostam no público e de um discurso hegemônico que defende a privatização?

Inicialmente é preciso esclarecer que as políticas sociais são destinadas a todas as pessoas, mas seu maior alvo, obviamente, é a população mais pobre, uma vez que tais políticas visam a minimizar as desigualdades estruturais, como já exposto anteriormente. Por outro lado, também óbvio é que o discurso hegemônico vem das camadas mais altas da sociedade (apesar de ser reproduzido pelas demais), já que apenas os ricos se beneficiam com as conquistas liberais. E isso mostra que tal questão trazida para discussão neste trabalho é apenas mais uma das inúmeras expressões da luta de classes tão bem apresentada por Karl Marx já no séc. XIX.

Ainda é importante salientar que o discurso hegemônico liberal é ideológico, no sentido marxista da palavra, o que significa que se trata de um discurso que oculta a realidade, negando as contradições econômicas e políticas historicamente constituídas, ao passo que

trata como naturais (e não históricas e sociais) as desigualdades e, dessa forma, assegura sua manutenção (CHAUÍ, 2012). Sobre a ideologia, é possível afirmar que ela

não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos. Ora, a partir do momento em que a relação do indivíduo com sua classe é a de submissão a condições de vida e de trabalho prefixadas, essa submissão faz com que cada indivíduo não possa se reconhecer como fazedor de sua própria classe. Ou seja, os indivíduos não podem perceber que a *realidade* da classe decorre da *atividade* de seus membros. Pelo contrário, a classe aparece como uma coisa em si e por si e da qual o indivíduo se converte numa parte, quer queira, quer não. É uma fatalidade do destino. A classe começa, então, a ser representada pelos indivíduos como algo natural (e não histórico), como um fato bruto que os domina, como uma “coisa” que vivem (CHAUÍ, 2012, p.86 – grifos da autora).

Essa citação nos mostra que a ideologia só é possível por causa da alienação vivenciada pelo trabalhador. Neste sentido, a autora acrescenta que

A ideologia burguesa, através de seus intelectuais, irá produzir ideias que confirmem essa alienação, fazendo, por exemplo, com que os homens creiam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem, e os preguiçosos empobrecem. Ou então faz com que creiam que são desiguais por natureza, mas que a vida social, permitindo a todos o direito de trabalhar, lhes dá iguais chances de melhorar – ocultando, assim, que os que trabalham não são os senhores de seu trabalho e que, portanto, suas “chances de melhorar” não dependem deles, mas de quem possui os meios e as condições de trabalho (CHAUÍ, 2012, p.87).

Dessa maneira, podemos observar o poder persuasivo da ideologia.

A partir da constatação de que o discurso hegemônico neoliberal é ideológico, e da compreensão de Moraes (2002) de que a produção e difusão de ideias, imagens e valores é um dos instrumentos de se exercer a ação política, torna-se mais fácil entender a afirmação do autor de que uma das armas mais efetivas do neoliberalismo foi “a capacidade de gerar e difundir narrativas que prometiam explicar o mundo em crise dos anos 70” (MORAES, 2002, p.14). E esta parece ser a realidade que revisitamos com bastante fervor na atualidade.

Os escândalos envolvendo estatais, a crise econômica, a falência dos sistemas públicos de saúde e de educação que são recorrentes na mídia têm como respostas as privatizações, a troca de governo, a bonificação para professores de escolas com boa pontuação nas avaliações, escolas sem partido (e sem gênero), o bloqueio dos programas habitacionais e de transferência de renda.

Longe de tentar apresentar as políticas e legislações como ideais, já que elas deveriam sim ser problematizadas e aprimoradas, o que se pretende aqui é, como Moraes (2002), demonstrar como a ideologia neoliberal impede que tais políticas avancem para que possam demonizá-las e, assim, sugerir a privatização como resposta.

Talvez o exemplo mais concreto disso seja o sucateamento dos serviços públicos pela falta de investimento financeiro. O que fazer? Contratar funcionários por meio de terceirização, investir recurso público em escolas privadas para suprir falta de vagas na rede pública, aumentar o número de alunos por sala, fechar escolas, investir nos planos privados de saúde, pagar subvenção a instituições que prestam todo tipo de serviço... Privatizar. Porém, privatizar não se resume a passar a propriedade e a gestão dos serviços ao setor privado. Como bem aponta Moraes (2002), é possível privatizar delegando apenas a gestão a empresas, sem transferir a propriedade e, ainda, não alterando gestão e propriedade, providenciar mudanças no funcionamento que modelem o espaço público pelos padrões do privado, ou seja, pela lógica de mercado.

Pensando nas consequências dessas mudanças, ou seja, na lógica de mercado governando o espaço público, é bem provável que o ideal neoliberal seja alcançado: liberdade individual e competitividade. Mas o que resulta disso? Para Moraes (2001, p.81), o resultado é “a insegurança, o risco, a precariedade da vida e a ameaça de morte para amplos segmentos da raça humana”.

E, para quem teme isso, existe esperança? Pode-se dizer que, se o neoliberalismo não dominou totalmente nosso país até o momento, provavelmente, é porque as forças de resistência são grandes, apesar de não serem hegemônicas. Assim, enquanto houver resistência, haverá esperança. Porém, como afirmam Ferreira Neto e Araújo (2014), para reverter a situação em que nos encontramos, é necessário mais do que arranjos macropolíticos e institucionais: é preciso enfrentar o “modo de subjetivação neoliberal” (p.683) que afeta a todos os cidadãos (até mesmo os que criticam o neoliberalismo como projeto político), o que só seria possível com uma reforma social, cultural e política mais ampla. Por isso, para quem tem esperança, é essa reforma que deve ser perseguida.

2 O NEOLIBERALISMO E OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Feitas as considerações sobre Política e Estado, cumpre-nos agora apresentar a especificidade do público alvo escolhido para esta pesquisa. Assim, a seguir esclarecemos o que são Medidas Socioeducativas, qual o perfil dos adolescentes que as cumpre e finalizamos o capítulo problematizando algumas consequências do neoliberalismo para esta população.

2.1 Adolescentes em conflito com a lei e Medidas Socioeducativas

Os termos “adolescente em conflito com a lei” e “adolescente autor de ato infracional” são utilizados atualmente para nomear os jovens que cometem ações que seriam categorizadas como crimes ou contravenções penais, em se tratando de adultos. Os empregamos em substituição a “menor infrator” e “delinquente” por apresentar significado de circunstância passageira e não condição pessoal permanente. Além disso, o termo “menor”, nascido do higienismo, faz alusão à criança e ao adolescente pobres, em situação de abandono e marginalidade (CABRAL; SOUSA, 2004), ou seja, trata-se de uma nomenclatura pejorativa, porque carregada de preconceitos⁵, o que se pretende desconstruir a partir da aprovação do ECA.

Adolescentes que descumprem leis existem desde que as leis foram criadas, porém, as formas com que são tratados esses descumprimentos mudam constantemente ao redor do mundo e com o passar do tempo.

No Brasil, pesquisadores da área de infância (CABRAL; SOUSA, 2004; CARVALHO, 2010; MARCÍLIO, 2006; MORAES, 2000; SILVA, 1998) apontam que, por muito tempo, jovens que infringiam leis eram tratados da mesma maneira como se tratavam os órfãos e abandonados, ou seja, eles eram inseridos em instituições totais onde deviam estudar e se profissionalizar. Esses espaços, inicialmente, eram ligados às Irmandades de Nossa Senhora, conhecidas como Santas Casas de Misericórdia, apenas financiadas pelas Câmaras Municipais, as quais eram representantes da municipalidade. Tais instituições eram conhecidas como Casas de Educandos, passando, posteriormente, a ser chamadas de Institutos Disciplinares.

Nesta ocasião é promulgado o 1º Código de Menores, pelo Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927, o qual ficou conhecido por Código Mello Mattos. Isso se deve ao fato de

⁵ Falaremos mais a respeito desse assunto no item 2.2.

o referido Código ter sido resultado da aprovação de projeto enviado ao Senado pelo jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, primeiro juiz de menores do Brasil, apossado após a criação, em 1924, do Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinquentes, decorrente da primeira Declaração dos Direitos da Criança (Declaração de Genebra), de 1923 (MARCÍLIO, 2006).

O Código Mello Mattos “consolida as leis de assistência e proteção a menores” (BRASIL, 1927, online, n.p.), dividindo o público alvo em dois grupos: os abandonados (que incluem os “que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem” – art. 26) e os “delinquentes” (art. 1º) com menos de 18 anos. Estabelecia a maioridade penal aos 18 anos, sendo que os menores de 14 anos não poderiam ser submetidos a processos penais de espécie alguma e o período entre 18 e 21 anos era considerado circunstância atenuante. Além disso, o Código previa liberdade vigiada como uma das formas de punir jovens que cometiam delitos. Vale ressaltar que este Código possui uma relevância tão grande na história que seus resquícios sobrevivem na cultura até os dias de hoje, apesar dos imensos avanços em termos de legislação.

Sob a doutrina deste Código, no governo Vargas foi possível observar o recolhimento dos menores⁶ de maneira repressiva e punitiva, com seu encaminhamento para instituições criadas a partir de então, com a justificativa de que formariam seu caráter, prevenindo a criminalidade (CABRAL; SOUSA, 2004).

Nesta circunstância, é criado, em 1932, o Instituto Sete de Setembro, o qual consistia num serviço de atendimento provisório ao menor que aguardava decisão judicial (GOMES, 2012). Em 1941, o Governo Vargas transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores (SAM), o qual fica subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e articulado com o Juízo de Menores. Carvalho (2010) salienta que os menores internados eram recolhidos das ruas ou entregues por familiares, o que disseminou as solicitações das famílias pobres por apoio judicial, como alternativa de cuidado e educação.

De acordo com Cabral e Sousa (2004), o que se viu na prática do SAM foram abusos e corrupção, os quais levaram às alcunhas de “escola do crime”, “sucursal do inferno” e “Sem Amor ao Menor”. Isso porque suas instalações eram inadequadas, os profissionais eram despreparados, os dirigentes omissos e os espancamentos sofridos pelos internos eram

⁶ Apesar de o termo menor estar em desuso, optou-se pela sua utilização por refletir a maneira como eram vistas as crianças, adolescentes e jovens naquela ocasião.

diversos, ou seja, a estrutura e funcionamento do SAM eram semelhantes aos do sistema penitenciário (CARVALHO, 2010).

Neste contexto, a imprensa teve papel relevante em vários sentidos: no apelo pela segurança nacional, em defesa das internações; na disseminação da imagem de periculosidade do menor internado e; nas denúncias de maus-tratos sofridos pelos menores (CARVALHO, 2010).

Neste momento histórico, existe um movimento mundial de busca por direitos e pela dignidade, o qual é proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e da Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959. De acordo com Jacobina e Costa (2011), a partir deste momento, a proteção dos direitos humanos da criança começa a ganhar força. E como o Brasil é signatário da ONU, este movimento mundial tem repercussão em nosso país.

Então, após o Golpe Militar de 1964, é sancionada a Lei nº 4.513, que aprova a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em noventa dias da data de sua publicação, ocorrida em 1º de dezembro de 1964, sendo que a ela seriam incorporados os patrimônios e atribuições do SAM (BRASIL, 1964).

Porém, Cabral e Sousa (2004) ressaltam que, apesar de a FUNABEM, com discursos avançados, pretender ser o reverso de seu antecessor SAM, o qual foi substituído após pesadas críticas, o que se viu foram resquícios das práticas anteriores. Além disso, não se pode deixar de associar a criação da FUNABEM com o período histórico vivido pelo Brasil, ou seja, o regime militar.

A partir da FUNABEM, surgem seus capilares: as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs), as quais executam seus programas a nível estadual. No estado de São Paulo, a FEBEM é criada em 1976, em substituição à Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (PRÓ-MENOR), a qual havia sido criada em 1973.

Ainda neste contexto da política do bem-estar do menor, surge o 2º Código de Menores, instituído pela Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, substituindo o Código Mello Mattos. Porém, poucas alterações foram feitas, dentre elas: o fato de dispor sobre a vigilância, além das anteriores assistência e proteção ao menor; a substituição da liberdade vigiada pela liberdade assistida; a inclusão da semiliberdade e do termo “situação irregular”, para referir-se ao que anteriormente era considerado “menor” (BRASIL, 1979).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo surgimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), entre elas a Pastoral do Menor, criada em 1979 e pelos movimentos populares e sindicais, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

(MNMMR), de 1985 (CABRAL; SOUSA, 2004; CARVALHO, 2010). Lembrando que, também em 1985, chegou ao fim o regime militar, dando espaço, aos poucos, para a democracia.

E com este pano de fundo estava sendo construída a nova Constituição Federal.

Em 1989, a ONU adota o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, elaborado pela Polônia em 1978. Tal convenção reconhece o direito à vida como essencial a toda criança e cobra dos países signatários a formulação de políticas públicas que garantam a sobrevivência e o desenvolvimento infantil. Esta convenção foi assinada pelo Brasil em 1990 e, junto com a Constituição Federal, foi o pilar para a construção do ECA (MATTOS, 2002).

O ECA revoga o Código de Menores e, a partir de então, as crianças e adolescentes deixam de ser objetos de direitos e se tornam cidadãos, portanto, sujeitos de direitos (FERRARI, 2002). Além disso, distribui a responsabilidade, anteriormente alocada na figura do Juiz de Menores, para a família, a sociedade e o Estado. Para isso, cria o Conselho Tutelar e os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, os quais se constituem de representantes da comunidade e do poder público (no caso dos Conselhos de Direitos) e tem como finalidade garantir os direitos das crianças e adolescentes por meio de execuções e fiscalizações.

O Juizado de Menores é substituído pela Vara da Infância e da Juventude (VIJ) e o foco da lei deixa de ser os menores abandonados e delinquentes (pobres) e passa a ser todas as crianças e adolescentes. Sendo assim, sai de cena o paradigma da situação irregular, dando espaço para a doutrina da proteção integral.

Com a promulgação do ECA, as vítimas de violência e os autores de atos infracionais passam a ser tratados de maneiras diferentes: os primeiros recebem Medidas de Proteção e os segundos Medidas Socioeducativas, com exceção das crianças⁷ que cometem atos infracionais, às quais são aplicadas somente Medidas de Proteção.

São Medidas de Proteção (art. 101):

- I. encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II. orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III. matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

⁷ De acordo com o ECA, são consideradas crianças as pessoas na faixa etária dos 0 aos 12 anos incompletos e adolescentes os que se encontrarem na faixa dos 12 aos 18 anos incompletos (BRASIL, 1990a).

- IV. inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitário de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- V. requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI. inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII. acolhimento institucional;
- VIII. inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX. colocação em família substituta (BRASIL, 1990a, online, n.p.).

Em relação às Medidas Socioeducativas, estas são previstas no artigo 112 do ECA e devem ser aplicadas ao adolescente após verificação de ato infracional, levando em consideração “sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração” (BRASIL, 1990a, online, n.p.), sendo as medidas aplicáveis: advertência; obrigação de reparar o dano; Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Liberdade Assistida (LA); semiliberdade e; internação.

Após a aprovação do ECA, em 1992 as FEBEMs são reordenadas e passam a atender apenas adolescentes em conflito com a lei (SÃO PAULO, 2014) e, em 2006 a FEBEM de São Paulo transforma-se em Fundação CASA⁸, na tentativa de abandonar o modelo correccional-repressivo, dando lugar para o atendimento integral ao adolescente assistido (CARVALHO, 2010).

Também em 2006 é criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o qual é aprovado enquanto lei em 2012 (BRASIL, 2006b, 2012), e regulamenta a política que trata do funcionamento das Medidas Socioeducativas.

Dentre as Medidas Socioeducativas apresentadas, a advertência e a obrigação de reparar o dano são aplicadas em casos de infrações leves, se encerram na ação do juiz e têm caráter educativo, possibilitando a reafirmação de valores ético-sociais, como bem pontuam Serrano, Fugita e Carneiro (2015).

No estado de São Paulo, a Prestação de Serviços à Comunidade e a Liberdade Assistida são executadas por programa de atendimento específico, de responsabilidade municipal, ligado à Política de Assistência Social, geralmente no CREAS, têm duração determinada pelo juiz⁹ e são conhecidas como Medidas Socioeducativas em meio aberto ou medidas restritivas de direitos.

⁸ Assim como nos outros estados são transformadas em Centros Socioeducativos nesta mesma época, cada qual com um nome específico.

⁹ Os prazos permitidos por lei são no mínimo seis meses para Liberdade Assistida e no máximo seis meses para Prestação de Serviços à Comunidade.

Já a semiliberdade e a internação são determinadas em casos de infrações mais graves, executadas em unidades de atendimento de responsabilidade estadual, ligadas ao Sistema de Justiça, com duração determinada pelo juiz¹⁰ e são conhecidas como Medidas Socioeducativas em meio fechado ou medidas restritivas (semiliberdade) ou privativas (internação) de liberdade. Em relação à internação, cabe destacar que, além da medida determinada em casos de infrações graves, existem outros dois tipos específicos: a internação provisória, em que o adolescente, após flagrante de ato infracional, fica internado por até 45 dias, enquanto aguarda decisão judicial da continuidade ou não da privação de liberdade e; a internação-sanção, determinada em casos de descumprimento das medidas em meio aberto, quando o adolescente é internado pelo prazo máximo de 90 dias.

Lembrando que o ECA inova considerando crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta da sociedade e do Estado, é compreensível que as medidas trazidas por ele sejam educativas e não punitivas, e espera-se que as medidas em meio fechado sejam excepcionais e breves.

De acordo com Costa e Assis (2006), independente da modalidade aplicada, as Medidas Socioeducativas devem produzir impacto positivo na vida do jovem, oferecendo um efeito protetivo que possibilite o desenvolvimento da capacidade de enfrentamento das adversidades e, para tanto, as autoras defendem que as Medidas Socioeducativas estejam alinhadas ao paradigma da promoção de saúde.

Mas quem cumpre Medidas Socioeducativas no Brasil?

2.2 Quem são os adolescentes em conflito com a lei

Dados oficiais (SÃO PAULO, 2014) mostram que a maioria dos adolescentes atendidos pela Fundação CASA em qualquer programa ou medida (internação, semiliberdade, internação provisória, internação-sanção), é preto ou pardo (67% em 2013), do sexo masculino (em média 95% no período entre 2006 e 2013), tem entre 15 e 17 anos (80,44% em 2013) e apresenta defasagem idade/série (93,91% em 2014).

Também nas Medidas Socioeducativas em meio aberto, podemos apurar pelo documento que a maioria dos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no estado de São Paulo é do sexo masculino (96%),

¹⁰ Não há prazos estipulados em lei para a semiliberdade e a internação, porém, a última não pode ultrapassar três anos e ambas devem ser reavaliadas a cada seis meses.

muitos não estudam (44,9%) e, mesmo dentre os que estudam, detecta-se alto índice de defasagem idade/série, visto que 61,44% dos adolescentes encontra-se no Ensino Fundamental, apesar de grande parte ter entre 15 e 17 anos (cerca de 60%). Além disso, em relação ao trabalho é relatado que 67,36% não exerce atividade laborativa e, dos 29% que exerce, apenas 6,2% tem vínculo empregatício (SÃO PAULO, 2014).

Esses dados são apenas uma amostra numérica do que constatam Serrano, Fugita e Carneiro (2015) em sua prática em equipe interprofissional do judiciário: de acordo com as autoras, a maioria dos casos atendidos por elas envolve adolescentes do sexo masculino, com dificuldades de aprendizagem não trabalhadas, o que muitas vezes leva à evasão, e vivência de situações de vulnerabilidade e risco.

Para as autoras, a trajetória dos adolescentes em conflito com a lei está marcada pelo uso de drogas, histórico familiar de abuso de álcool, prostituição, tráfico de drogas, extrema pobreza, marginalidade, ausência de políticas públicas e inexistência de projetos de vida que possibilitem o rompimento com a trajetória infracional.

Resumindo: são os pretos, pobres, vulneráveis, sem trabalho e sem estudo que cumprem Medidas Socioeducativas no Brasil.

Longe de acreditarmos ou defendermos que apenas negros e pobres infringem leis ou que a situação econômica é a única determinante dos atos infracionais – até porque concordamos com Serrano, Fugita e Carneiro (2015) que aspectos culturais, econômicos, políticos, psicológicos, entre outros estão implicados em cada história de vida – queremos com esses dados chamar a atenção para o fato de que é essa população que está mais sujeita a sofrer os danos decorrentes da desigualdade social e, além disso, existem dois pesos e duas medidas em se tratando de pobres/negros e ricos/brancos no Brasil.

Rosa, Vicentin e Broide (2011), corroborando a ideia de que há uma distinção entre pobres e negros e ricos e brancos, alertam para o fato de que o que mais importa para nomear um ato como desobediência, criatividade ou infração e delito ou seu autor como desobediente, criativo ou autor de ato infracional são leituras sociais sobre o ator do ato e não o ato em si e/ou sua gravidade.

Também neste sentido, Zaluar (2004) aponta que a decisão quanto a quem irá ou não ser processado por uso ou tráfico de drogas é da polícia, que assume grande poder ao passo que é a responsável por apresentar as provas e montar o processo. Além disso, quando levado à julgamento, o juiz também conduz o processo a seu modo, determinando onde, quem e como ouvir. Dessa forma, um crime simples pode passar a hediondo, como é considerado o tráfico, mesmo que a quantidade de drogas encontrada com a pessoa for mínima, o que é o

caso de muitos jovens pobres mestiços, brancos ou negros, quase todos do sexo masculino, encarcerados como traficantes por carregarem pequenas porções de maconha ou cocaína, segundo a autora.

Vários autores (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; ROSA; VICENTIN; BROIDE, 2011; SERRANO; FUGITA; CARNEIRO, 2015) alertam para a relação frequentemente estabelecida nos discursos entre juventude pobre e violência/criminalidade/periculosidade.

Segundo Coimbra e Nascimento (2003), essa representação do jovem pobre como perigoso é resultado de algumas produções dos séculos XIX e XX, como as teorias racistas e eugênicas, o darwinismo social e o higienismo. Segundo as autoras, dentre as teorias racistas e eugênicas destacam-se o “Tratado das degenerescências”, escrito por Morel em 1857, no que se usa o termo “classes perigosas” e a teoria das disposições inatas para a criminalidade, de Cesare Lombroso (1835-1909), teorias estas que, somadas à famosa obra de Charles Darwin, “A origem das espécies”, de 1859, resultaram em conceitos muito utilizados pela medicina, a antropologia e o direito, como “aperfeiçoamento da espécie humana”, “embranquecimento”, “taras hereditárias”, “raça pura”, “degenerescência da espécie”, entre outros. Baseado nestas teorias, o movimento higienista, fortemente instalado no Brasil nos anos 1920, extrapola o meio médico, pretendendo fazer o “saneamento moral do país” e trata a pobreza como epidemia que deveria ser evitada, portanto, a partir desses paradigmas surge a ideia de esterilização (o que inclui a retirada do poder familiar) dos degenerados como forma de profilaxia para os males sociais.

Contudo, ainda dentro da pobreza eram discriminados os “pobres dignos” e os “pobres viciosos”¹¹. Os pobres dignos eram aqueles que trabalhavam, mantinham a família unida e observavam os costumes religiosos e para eles devia-se dispensar atenção e fortalecer os valores morais, pois tratava-se de uma classe mais vulnerável aos vícios e doenças. Já os pobres viciosos eram os que não trabalhavam e viviam do ócio, portanto, exigiam medidas coercitivas uma vez que se tratavam de um perigo social, eram criminosos em potencial,

¹¹ Um autor de renome que discute esta questão é Castel (1997), em seu estudo sobre os processos de marginalização. Segundo o autor, é totalmente marginal aquele que se encontra no fim de um processo de desligamento do trabalho e das relações sociais, ou seja, a pessoa que, tendo condições para o trabalho, não o faz e, ao mesmo tempo, não conta com apoio relacional. Para Castel (1997), se ao pobre integrado são oferecidos ajuda e serviços, para o vagabundo, ou o que ele denomina de desfilhado, são impostas medidas repressivas cruéis, que podem ir do rechaçamento à exposição à morte, em últimos casos.

delinquentes, vadios, libertinos e maus pais, por não possuírem a mais nobre virtude do capitalismo: o trabalho (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

Cabe ressaltar que é neste contexto que surge a preocupação com a criança e o adolescente pobres, aqueles que poderiam vir a integrar as “classes perigosas”. E, então, da associação entre médicos e juristas nasce o conceito de “menor”, que, como visto anteriormente, se institucionaliza no Juizado de Menores e no Código de Menores, estes que nomeiam e regulam a vida de pessoas de determinada faixa etária e determinada classe social: crianças e adolescentes pobres (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

Tais concepções já foram superadas nas legislações nacionais e nos pactos internacionais, porém, elas tiveram tamanho impacto na cultura brasileira que permanecem forte no imaginário da população, esta que se mantém defendendo propostas de ação e projetos de lei baseados nesses ideais racistas e eugênicos ainda hoje.

Por este motivo, Coimbra e Nascimento (2003) apontam que a pobreza parece ter um caminho delineado no Brasil: serviços de acolhimento, privação de liberdade, prisões, extermínio. Confirmando isso, dados da 8ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública citados na pesquisa Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014 (BRASIL, 2015), nos mostram que, em 2013, os jovens negros brasileiros foram 18,4% mais encarcerados e 30,5% mais vítimas de homicídios que os jovens brancos.

Vários autores (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; ROSA; VICENTIN; BROIDE, 2011; SOARES, 2004; SOUZA, 2004) alertam para o alto índice de mortes violentas na juventude pobre. Em relação a isso, Coimbra e Nascimento (2003) teorizam que, se no século XX os jovens pobres eram recolhidos em instituições totais para serem disciplinados e se tornarem homens honestos e trabalhadores, atualmente, quando esses jovens já não são mais necessários ao mercado, suas vidas não valem mais nada e eles podem ser exterminados. Já Soares (2004) alerta para o círculo vicioso envolvido nesta questão que tem como pano de fundo principal o tráfico de armas e drogas que recruta meninos sem perspectivas e esperanças, os quais matam seus irmãos e se condenam a uma provável morte violenta e precoce.

Pensando num outro tipo de morte, a morte simbólica, Soares (2004) discute a invisibilidade do jovem pobre e negro. Para este autor, a invisibilidade pode se apresentar de duas formas: como preconceito ou como indiferença. O preconceito atribui um estigma à pessoa que anula tudo que lhe é singular, deixando visível apenas a classificação que lhe impomos e seu comportamento passa a ser previsível. Dessa maneira, prevendo uma atitude ameaçadora, reage-se com hostilidade – agressão ou fuga e, então, promove-se o resultado

temido, portanto, a profecia se autocumpre. Por outro lado, a indiferença se dá quando um mecanismo adaptativo entra em operação e somos levados ao que o autor denomina de amnésia seletiva ou cegueira seletiva, ou seja, deixamos de perceber ou nos lembrar dos “miseráveis que se arrastam pelas esquinas feito mortos-vivos” (SOARES, 2004, p.133).

Em outro viés, mas ainda discutindo a vida “descartável” do jovem pobre, Rosa, Vicentin e Broide (2011) problematizam a noção de periculosidade atribuída a essa população, que a coloca na posição de quase “intratáveis”, acompanhando a tendência à patologização¹² da juventude pobre, que visa a “encobrir, como doença mental, o desinvestimento da sociedade em relação a esses jovens” (ROSA; VICENTIN; BROIDE, 2011, p.82).

Zaluar (2004) complementa que as principais vítimas dos crimes violentos são os próprios jovens pobres e argumenta que isso se deve à cadeia cruel de vinganças pessoais da qual são prisioneiros dos traficantes, mas também se deve à falta de recursos políticos e econômicos para garantir seu direito à segurança, à justiça e ao atendimento médico quando são usuários abusivos de drogas.

E isso nos leva diretamente ao próximo tópico que tem por objetivo problematizar os impactos de formas distintas de intervenção do Estado na vida desses jovens em conflito com a lei.

2.3 Algumas possíveis relações entre Estado e criminalidade juvenil

No primeiro capítulo, apresentamos as bases teóricas da socialdemocracia e do neoliberalismo, problematizando os resultados da convivência de normativas e legislações democráticas com um discurso neoliberal. Agora, depois de esclarecer que são os adolescentes pobres que cumprem Medidas Socioeducativas no Brasil, faremos uma análise das consequências, a nível internacional e nacional, da transição entre o Estado de Bem-Estar Social e o Estado Neoliberal, especialmente para a juventude pobre.

De acordo com Young (2002), os “anos dourados” do pós-guerra foram os anos da assimilação e da incorporação, levando um número crescente da população à plena cidadania, esta que vai além dos direitos formais, implicando na integração à sociedade. Nesta

¹² Patologização é um termo utilizado para tratar do fenômeno bastante difundido na atualidade de tratar como doença questões sociais, colocando no indivíduo a responsabilidade por problemas coletivos.

concepção, a cidadania deveria garantir não apenas direitos legais e políticos, mas direitos sociais: emprego, renda, educação, saúde e habitação. Para Young (2002), neste período o mundo ocidental estava próximo a alcançar a plena cidadania da massa da população, o que se devia às economias de pleno emprego e altos padrões de renda, o que se relaciona ao que ele chama de Estado Intervencionista, que tem como “pilares gêmeos” o Estado de Direito e o Estado de Bem-Estar Social. Além disso, o autor denomina este paradigma de Estado Assimilativo, por assimilar os desviantes, integrando-os à sociedade.

Contudo, Young (2002) afirma que, a partir de então, se dá uma revolução cultural: os anos 1960 e 1970 vivenciaram a ascensão do individualismo e o processo de fragilização de estruturas antes valorizadas como família, trabalho, comunidade, nação. Neste sentido, as mudanças no mundo do trabalho e o aumento maciço do desemprego contribuíram muito para a transição da sociedade inclusiva da modernidade, para a sociedade excludente da modernidade recente. O autor prossegue afirmando que, nos anos 1990, em que passa a imperar fortemente o neoliberalismo, há uma expulsão mais dinâmica da sociedade e um declínio na motivação de integrar os pobres na sociedade, isso porque esta ideologia, além de limitar o poder do Estado, permite que os limites da sociedade civil retrocedam, fazendo com que o mercado, e não as políticas, seja visto como solução.

Wacquant (2011), em seu famoso livro “As prisões da miséria”, demonstra como a lógica neoliberal de punição da pobreza ganha forças nos anos 1980/90 a partir da política de “Tolerância Zero” dos Estados Unidos que se expande por grande parte do mundo com êxito. Essa política, que regula a pobreza a nível policial e judiciário, tem como foco principal “os pequenos passadores de droga, as prostitutas, os mendigos, os vagabundos e os pichadores” (BRATTON, 1996, 1995, 1993 apud WACQUANT, 2011, p.34), ou seja, a pobreza que se vê e provoca sensação de insegurança e inconveniência.

De acordo com Wacquant (2011), a partir de ideias neoliberais fortemente difundidas por “instituições, agentes e suportes discursivos” (p.26) levou-se a crer que as políticas keynesianas seriam responsáveis pelo aumento da pobreza nos Estados Unidos, uma vez que elas recompensavam a inatividade e induziam à “degenerescência moral das classes populares” (p.30). Assim, a solução mais viável e eficaz seria suprimir o Estado econômico, enfraquecer o Estado social, fortalecer e glorificar o Estado penal. Desta maneira, aumenta-se expressivamente o número de policiais, alavanca-se o orçamento penitenciário e diminui-se o orçamento com educação e assistência social. Além disso, mudaram-se as regras trabalhistas relacionadas à contratação e à demissão, a fim de instituir o trabalho dito flexível, ao mesmo tempo em que foi instaurado o trabalho forçado para os beneficiários de ajudas sociais, o que

simboliza a mudança do *welfare* (Bem-Estar) para o *workfare* (trabalho forçado) e é por tudo isso que Wacquant (2011) considera este momento como sendo de transição do Estado-providência ao Estado-penitência.

Takeuti (2012) corrobora essa constatação e afirma que esses paradigmas se expandiram também pela América Latina e tiveram como maior agravante o princípio da suspeição, em que certas pessoas passam a ser alvos imediatos de suspeita por toda a sociedade apenas por carregar algum estigma social. A autora salienta que este princípio foi muito bem recebido no Brasil, sendo enaltecido pela sua suposta eficácia.

Wacquant (2011) também destaca algumas particularidades dos princípios do tratamento social da miséria quando transpostos para o Brasil. De acordo com ele, nossa história de subordinação nas estruturas econômicas internacionais somada às desigualdades sociais e à pobreza de massa aumenta muito a violência criminal. Além disso, a tradição de controle dos miseráveis pela força advinda da escravidão, dos conflitos agrários e da ditadura se traduz em violência policial, o que aumenta a insegurança criminal. Em relação à ditadura, esta teve tamanho peso na cultura brasileira que se confunde defesa dos direitos do homem com tolerância à bandidagem e, assim, Wacquant (2011) afirma que, mesmo com o retorno à democracia constitucional, o país não construiu um Estado de direito digno de nome. Ainda, a hierarquia de classes, a estratificação etnorracial e a discriminação baseada na cor, fazem com que os negros tenham vigilância particular da polícia, mais dificuldade de acesso à justiça e sejam punidos com penas mais pesadas que os brancos, além de sofrerem violências mais graves e serem submetidos a piores condições de detenção, apesar das condições já precárias das prisões brasileiras, as quais o autor afirma parecer com “*campos de concentração para pobres*, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais” (WACQUANT, 2011, p.13 – grifos do autor).

De acordo com Takeuti (2012), a passagem do Estado-providência para o Estado penal, somada à política global da sociedade de controle, foi a responsável pelo fato de muitos jovens pobres se tornarem potenciais “frequentadores das prisões”, o que tem ocorrido cada vez mais em faixas etárias menores, e pela defesa da redução da maioria penal, bem como pelo endurecimento das “penas” aplicadas. Em relação à sociedade de controle, a autora enfatiza que não se trata do aperfeiçoamento de técnicas de policiamento, mas da totalização das estruturas de poder, que hoje assumem novas formas como as tecnologias informacionais e comunicacionais que permitem controle contínuo e permanente por via da comunicação instantânea, o atendimento à domicílio, a educação à distância, o monitoramento de atividades ou locais de trabalho etc.

No mesmo sentido, Rosa, Vicentin e Broide (2011) também apontam que, apesar da Doutrina da Proteção Integral defendida pelo ECA, ainda hoje vivenciamos o apelo ao controle da criminalidade, o que resulta na criminalização e patologização do adolescente em conflito com a lei, ou seja, esses adolescentes são confinados em espaços de exclusão e controle ao passo em que se reduzem as políticas sociais dirigidas a eles. Além disso, segundo os autores, a criminalização e a patologização desses adolescentes andam juntas com a radicalização da política punitiva que vem em resposta ao aumento da desigualdade social, da violência e da insegurança, o que resulta na redução do debate sobre políticas para a juventude em seus aspectos de segurança, levando ao investimento em programas que visam estratégias de controle e, por isso, acabam por afastar os adolescentes e dificultar sua participação social positiva.

Retomando Young (2002), o autor afirma que a revolução cultural anteriormente citada precedeu uma crise econômica e o aumento nos níveis e na natureza da criminalidade. De acordo com ele, a privação relativa¹³ somada ao individualismo resultam em criminalidade quando soluções políticas não são possíveis. A partir de então, a precariedade econômica e a insegurança ontológica provocam respostas punitivas à criminalidade, além da possibilidade de criar bodes expiatórios. Uma fronteira clara é criada entre os que estão inseridos no mercado de trabalho e os que estão fora dele. Dessa maneira, aqueles que não trabalham formam uma subclasse que vive no ócio e no crime, ou seja, são colocados como a razão de todos os problemas da sociedade. O autor chama a atenção para o fato de que a maioria da população sem trabalho faz parte de uma minoria étnica, o que possibilita colocar essas pessoas no lugar de bode expiatório e provocar a confusão de vicissitudes de classe com as de raça. Para este autor, o aumento da taxa da criminalidade resultou no medo público do crime e, conseqüentemente, no comportamento de evitação de determinados tipos, induzindo à exclusão penal, ou seja, no aumento da população encarcerada e na exclusão de certos segmentos da população empobrecida dos espaços públicos como shopping center, parques, instalações de lazer etc.

Indo além, Martins (1997) afirma que, no Brasil e em outros países que seguem o modelo neoliberal, não se pode falar em exclusão, pois o que existe é uma inclusão precária, instável, marginal. Segundo o autor, as pessoas estão incluídas nos processos econômicos, o

¹³ De acordo com Zaluar (2004), a privação relativa vai além da falta de bens materiais. Ela é simbólica porque vem da comparação com os mais ricos e também decorre das novas prioridades de consumo.

que é necessário para a reprodução do capital e resulta na criação de uma sociedade dupla, que separa materialmente, mas unifica ideologicamente: as pessoas usam as mesmas mercadorias, vivem o mesmo individualismo, mas as oportunidades são completamente desiguais. Nas palavras do autor,

[...] *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam (MARTINS, 1997, p.14 – grifos do autor).*

Outro autor que contribui com a discussão relacionada à realidade brasileira é Bock (2002), que problematiza a precarização do trabalho decorrente da onda da reengenharia, da introdução de tecnologia de ponta e do discurso neoliberal hegemônico que desregulamenta a legislação, desresponsabiliza o Estado e faz valer a lei do mercado – da oferta e da procura. Assim, o discurso propagado que chega aos jovens é que o emprego não existe mais, que a solução é o trabalho autônomo, o empreendedorismo. A palavra de ordem é autonomia. As pessoas disputarão entre si e vencerá o melhor, o mais competente e mais qualificado. Exige-se que elas sejam polivalentes ou generalistas, saibam ao menos uma língua estrangeira e computação, tenham qualificação e estudo. Dessa forma, o autor alerta para a ideologia existente no discurso de que é a educação (ou falta dela) que justifica as desigualdades sociais. Bock (2002) ainda critica a estratégia do Estado em promover geração de renda e não geração de emprego, por meio da oferta de cursos para formação de artesãos. Para o autor, por mais que a educação não seja a solução, ela contribui para a construção da cidadania, portanto deveria ser prerrogativa neste sentido.

Aprofundando-se na questão do trabalho, Roman (2009) afirma que, no contexto atual, o trabalho deixou de ser a atividade na qual a humanidade se realiza por excelência e passou a ser, para o trabalhador, mero meio de subsistência ao passo que, para o empregador, o trabalhador torna-se apenas um elemento para chegar ao lucro. Neste sentido, como trabalhadores adoecem, reclamam, fazem greve, é melhor substituí-los por máquinas. Descarta-se “homens-peças”, deteriora-se os direitos trabalhistas e, assim, desvaloriza-se o trabalho.

Vivendo num mundo em que, além do trabalho, o sujeito é desvalorizado e o que tem valor são os objetos, adolescentes pobres, filhos da classe trabalhadora, decidem¹⁴ não trabalhar e sim roubar, reproduzindo sem saber a espoliação capitalista, ou seja, repetem a “violenta cisão entre sujeito fazedor e objeto feito [...]: não é dono quem faz, mas quem usurpa” (ROMAN, 2009, p.57). Por outro lado, o autor também salienta que, às vezes, o único meio de sustento da casa é o tráfico de drogas, porque não há emprego. Porém, Roman (2009) tem o cuidado de alertar para o fato de que não há uma única determinação quando se trata de criminalidade, portanto, essas questões têm um poder decisivo na vida desses jovens, mas não absoluto, o que explica porque nem todo pobre rouba ou trafica. Para finalizar, o autor também pontua que adolescentes são lançados a uma devoção mortal às drogas devido à falta ou insuficiência de serviços básicos de bem-estar social, de atividades de esporte, cultura, educação, formação e exercício profissional de qualidade.

Sobre isso, Lico e Westphal (2010) apontam como problemáticos para a juventude: o aumento do desemprego; a crise do trabalho e da escola que deixaram de ser espaços de produção de valores; a desigualdade de acesso e permanência na escola; as políticas que não contemplam as necessidades e especificidades dos diferentes segmentos juvenis e o fortalecimento da família e; a falta de participação dos jovens na formulação de políticas.

Por fim, reforçando algumas dessas ideias, Souza (2004) afirma que o alto índice de desemprego transformou as relações da juventude com o sentido do trabalho, gerando incertezas, o que é ampliado pelo paradoxo existente no fato de que se estuda cada vez mais, porém, esses estudos têm valor cada vez menor. Além disso, a autora ressalta as dificuldades relativas às políticas públicas que inexistem ou estão fora de foco porque são compensatórias (oferecem apenas entretenimento) e não se integram, nem incluem os jovens nos processos de decisão. Também aponta para o descaso do Estado que entrega jovens a práticas de violência, muitas vezes ligadas ao narcotráfico.

Assim, podemos observar a “evolução” de um Estado que defendia os direitos sociais e a cidadania, integrando a população e, passando pelo Estado que se isenta dessas responsabilidades, colocando o mercado como solução dos problemas, chega ao Estado que investe na punição do crime, baseado na doutrina da “tolerância zero” e exclui a pobreza, criminalizando e patologizando a juventude pobre.

¹⁴ Não cabe a esta pesquisa problematização detalhada sobre o uso do verbo “decidem” por Roman (2009), porém, vale destacar que o termo assume inúmeros significados a depender do contexto em que é utilizado.

3 OS JOVENS E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Realizada a contextualização teórica pertinente a esta pesquisa, faremos, agora, algumas análises dos dados coletados. Para tanto, com base nos relatos anotados e transcritos, apresentaremos cada um dos entrevistados e elencaremos todas as políticas sociais que estiveram presentes em suas trajetórias de vida. Em seguida, discutiremos como cada uma das políticas atingiu esses jovens, de maneira geral, finalizando com uma síntese sobre o lugar ocupado por elas nessas trajetórias.

3.1 Diego

Diego tinha 17 anos na data da entrevista, que ocorreu em 11/09/2017. Morava com a tia de seu pai, a quem chama de “tia”, e o marido dela, chamado por ele de “vô”. Segundo Diego, ele morava com os tios por decisão da própria família, uma vez que a mãe “bebia bastante, não parava em casa, estava sempre pra rua” e o pai “também era dessa vida”. Na ocasião, a mãe já era falecida e o pai estava preso. Diego tem uma irmã que ficou sob a responsabilidade da avó paterna na cidade natal de ambos, mas com quem ele mantinha contato até aquele momento. O adolescente se considerava pardo e acreditava que a renda per capita de sua família fosse de aproximadamente R\$ 600,00. Para este cálculo, Diego relata não conhecer com precisão o valor recebido pelos responsáveis em suas atividades laborativas, mas calculava que fosse cerca de R\$ 1200,00 da “tia” e R\$ 600,00 do “vô”. Nega realizar atividades remuneradas e informa que o salário dos dois adultos sustentava aos três.

Em nenhum momento durante a entrevista foi esclarecido a quais atos infracionais Diego respondeu, porém, ele relata em diversas ocasiões sobre seu envolvimento com drogas, apesar de não especificar se as utilizava ou comercializava (ou mantinha as duas práticas). O que foi possível apreender em suas falas é que seu envolvimento com o meio ilícito começou cedo e logo aos 12 anos de idade ele passou cinco dias na delegacia após ser flagrado cometendo ato infracional. Relata que, nesta ocasião, foi liberado devido à idade, afirmando que não é permitida internação aos 12 anos. Com 13 anos, devido a novo flagrante, ele recebe determinação de Liberdade Assistida, mas não cumpre e, por este motivo, a Medida é convertida em internação-sanção (90 dias), ou como ele diz: “fui preso por quebra de LA”.

Mais recentemente, ficou internado por 11 meses, teve progressão¹⁵ de Medida, cumprindo LA por seis meses e já não respondia a mais nenhum processo no momento da entrevista. Suas duas internações ocorreram na unidade de Rio Claro/SP¹⁶.

3.1.1 As políticas sociais na vida de Diego

O adolescente conta que estudou regularmente até a 5ª série¹⁷, segundo ele, sem dificuldades de aprendizagem. Relata não ter frequentado creche e nomeia as escolas em que estudou, não lembrando apenas o nome da escola onde cursou a Educação Infantil, que fica na cidade em que nasceu. Diego afirma ter perdido o interesse pelos estudos após se envolver com drogas. Evadido da 5ª série, retomou a escolarização durante a internação na Fundação CASA e continuou após a liberação, cursando 6ª, 7ª e 8ª séries na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na ocasião da entrevista, aguardava o início do ano para começar o Ensino Médio regular.

Diego reforça que aprendeu muito no período em que estudou dentro da Fundação CASA. Inclusive, compara o ensino oferecido na instituição ao oferecido na EJA frequentada posteriormente, dizendo que, na última, os professores mais conversam com os alunos do que ensinam e “nem Educação Física tem”. Assim, ele relata que esta “deixou bastante a desejar”. Salienta que o que marcou no período da escola, foi a namorada que conheceu enquanto cursava a EJA, ou seja, nenhum conteúdo e nenhum profissional foram marcantes.

Segundo Diego, após a internação, a escola mais próxima à sua casa lhe negou vaga por ter conhecimento da Medida Socioeducativa e porque ele já havia sido expulso daquela unidade de ensino devido à indisciplina. Dessa forma, a entidade responsável pela execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto e o Conselho Tutelar intervieram junto à outra escola das proximidades de sua residência e, então, ele foi matriculado na EJA.

¹⁵ Progressão é um termo técnico, adotado do sistema penal, que se refere a transferência de um regime para outro menos rigoroso, por exemplo, da internação para a Liberdade Assistida.

¹⁶ A cidade de Araras não possui unidades da Fundação CASA e Rio Claro é onde fica a unidade mais próxima (aproximadamente 33 km).

¹⁷ Apesar de a Política de Educação ter alterado as terminologias de “série” para “ano” ao transformar o ensino de crianças de 06 anos em Ensino Fundamental (1º ano), optou-se por manter as nomenclaturas anteriores nesta pesquisa a fim de facilitar o entendimento do leitor, uma vez que essa alteração se deu no meio do percurso escolar de alguns dos jovens entrevistados.

Questionado se percebia tratamento diferenciado desta escola a ele devido à internação, Diego nega, mas ressalta que “não, porque ninguém sabe que eu fui preso lá”. Complementa dizendo que sobre outro rapaz que frequentava a mesma escola, uma professora sempre dizia que era necessário cuidado, “que ele é perigoso porque tinha sido preso já”.

Assim, a educação escolar perpassa a história de vida de Diego, como a de quase todos da sua idade, porém, parece que para não ser discriminado ou alvo de preconceitos, alguns fatos de sua trajetória precisam ser ocultados. Isso aparenta indicar que a ideia de “adolescente infrator” se sobrepõe ao conceito de “adolescente autor de ato infracional”. Ou seja, como discutido anteriormente, a ação se torna condição pessoal permanente e do indivíduo não se espera outra postura senão aquela em que foi enquadrado.

Na infância, Diego treinou futebol em duas escolinhas governamentais que ficam próximas à sua residência. Em uma ficou sete meses e na outra quatro. O adolescente diz os nomes de um professor e de um campo onde treinou, o que aparenta demonstrar que eles marcaram sua vida. Questionado sobre o motivo de ter abandonado o esporte, apesar de relatar que gostava muito de fazê-lo, Diego diz que parou porque começou a se envolver com drogas e perdeu o interesse, assim como foi com a escola. Porém, diz que pretende voltar com os treinos agora e relata que a técnica da LA o incentivou a isso.

Em relação à política de Saúde, Diego conhece o PSF¹⁸ de referência de sua residência e relata que sempre vai ao médico naquela instituição. Segundo ele, as funcionárias da unidade passam com frequência em sua casa para saber se ele e os demais moradores estão bem. Diego também já fez uso da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que fica próximo à sua residência, em algumas ocasiões. O PSF e a UPA são bem avaliados por ele, que relata ter sido bem recebido e atendido em ambos. Afirma nunca ter feito algum tratamento específico de saúde, nem para álcool ou outras drogas, mesmo tendo dito que se desinteressou pela escola e pelo esporte quando se envolveu com drogas. Diego relata acreditar que a internação para dependentes químicos é importante e auxilia em alguns casos, mas avalia que nunca precisou deste tipo de tratamento. Possivelmente, Diego desconhece que existem outras formas de garantir atenção e cuidado a usuários de drogas para além da internação, até porque parece que as próprias políticas ignoram que haja outras possibilidades, visto que não aparece nos relatos do adolescente nenhum tipo de intervenção de qualquer política pública social no

¹⁸ Nesta pesquisa, trataremos como PSF todos os equipamentos de Atenção Básica citados pelos entrevistados, aos quais eles se referem como “postinho” ou “PSF”, mesmo sabendo que alguns deles podem ser Unidades Básicas de Saúde, uma vez que não é pretensão deste estudo discorrer sobre a diferenciação de ambos.

sentido de minimizar os danos causados pelo seu envolvimento, como a evasão escolar, por exemplo.

Quanto aos programas de transferência de renda, Diego conta que sua família já recebeu o benefício do Programa Bolsa Família (PBF), mas não recebia mais na ocasião da entrevista. O adolescente diz acreditar que o benefício é muito válido, porque sempre ajuda a comprar algumas coisas. A família contava com cesta básica recebida pela “tia” como parte de seu pagamento. Diego nunca participou de projetos sociais, nunca foi acolhido institucionalmente, nem foi acompanhado pelo Conselho Tutelar, que apenas interveio na questão da negativa de vaga da escola. Após questionar o que ele entende por Conselho Tutelar, explico que se trata de um órgão que visa garantir os direitos das crianças e dos adolescentes relacionados à escola, à saúde, dentre outros, e romper com violações de direitos, inclusive no meio familiar. Feito isso, pergunto se ele acredita que o Conselho Tutelar deveria ter passado pela sua vida em algum momento e ele diz que sim, mas afirma que o único direito que teve violado foi o da escola, “porque eu não tava indo”, ou seja, mesmo quando percebe que houve violação, Diego assume a responsabilidade para si, mostrando seu desconhecimento sobre o fato de que o poder público, a sociedade e a família é que deveriam garantir a efetivação de seus direitos. O problema é que este desconhecimento não é particular de Diego. Pelo contrário: parece que o próprio Estado não se reconhece como responsável pela população, em especial pelas crianças e adolescentes e, por este motivo, tem sido um dos maiores promotores de violações de suas garantias constitucionais.

Ao falar sobre suas tentativas de inserção no mercado de trabalho, Diego aponta que é reproduzida em sua vida a trajetória vivida por muitos adolescentes pobres, ou seja, uma trajetória descontínua, marcada pelo trabalho pesado e precário. Com apenas 17 anos, ele já havia atuado como servente de pedreiro, ajudante de pintor e entregador de panfletos e gostou das experiências, mas nunca teve registro como aprendiz.

Sua profissionalização se confundia com a Socioeducação, uma vez que todos os cursos e oficinas que havia feito foram proporcionados pela Fundação CASA ou pela entidade executora da LA. Diego se refere especificamente aos cursos de jardinagem e salgadeiro, mas afirma ter feito mais, não esclarecendo quais foram. Relata ter gostado e aproveitados todos, porém, ao ser questionado, responde que nenhum deles o ajudou a conseguir um trabalho, pois não tinha interesse pelas áreas estudadas. Assim, a crítica que faz parece se resumir ao desinteresse pessoal, não havendo em sua fala referências à precariedade do trabalho e dos cursos que estão disponíveis aos adolescentes pobres e/ou em conflito com a lei. Na ocasião da entrevista, referia interesse por um curso oferecido pelo Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial (SENAI), do qual não se lembrava o nome. Relata que havia procurado informações a respeito e que a técnica da LA o estimulava bastante a frequentá-lo.

Também com a Socioeducação se confundia a Cultura, visto que os únicos relatos de atividades culturais e de lazer feitos por Diego envolviam a LA. Ele diz que fez bastante passeio neste período, inclusive um para São Paulo/SP e outro para “ver os aviões”. Neste sentido, o adolescente ressalta que as técnicas

se preocupam com a gente. Elas tentam ajudar, elas tentam mostrar pra gente um outro lado da vida [...]. Elas sempre vão trazendo coisas novas.

E, então, ele diz acreditar que as Medidas Socioeducativas em meio aberto são importantes por causa da atenção e preocupação das técnicas para com os adolescentes, fato que é constantemente ressaltado em sua fala. Isso mostra como é importante que o trabalho executado, seja ele relacionado a qualquer política, ultrapasse as questões metodológicas e burocráticas e alcance o indivíduo com suas necessidades e subjetividades, o que aparenta ocorrer raras vezes.

Sobre a internação, apesar de categorizá-la como ruim por privar da liberdade e ter muita violência, ressalta que foi positiva por causa do ensino e dos cursos. Inclusive, quando questionado sobre qual serviço mais contribuiu positivamente em sua vida, ele afirma, sem titubear, ter sido a Fundação CASA, por causa do ensino. O fato de uma instituição tão violenta ter sido a mais positiva para alguém, nos alerta para o fracasso das demais e nos leva a pensar sobre o que temos ensinado a esses jovens: o fato de a instituição que mais lhe ensinou ser também a que mais lhe oprimiu, parece transmitir aos jovens a falsa impressão de que a educação deva mesmo se dar por meio de violência.

Diz que o que mais lhe marcou no período de internação foi uma “rebelião”, da qual afirma ter participado sem querer. Segundo Diego, ele estava para ser liberado e teve que ficar internado mais três meses como punição. Sobre o episódio, ele diz:

Foi intenso, viu?! Disso eu não esqueço mais. Vou levar pra minha vida inteira.

Qual tem sido, então, o significado de Socioeducação na prática das internações? Por um lado, o que fica marcado são as experiências negativas: então, socioeducar é agredir, manter preso para punir? Ou pior. Diego relata que:

“[...] os funcionários¹⁹ lá... agride os moleques, qualquer coisa que você faz, você apanha. Tem que ficar de cabeça baixa, sentado no chão, mó tempo. Opressão”.

Mas, por outro lado, é também o local onde alguns direitos são garantidos, como o acesso à educação profissionalizante e o aprendizado dos conteúdos escolares, já que ao comparar o ensino da EJA com o da Fundação CASA, Diego avalia que este último foi mais efetivo.

A política de Segurança Pública sempre esteve presente em sua trajetória de vida, mas poucas vezes, poderíamos dizer, a seu favor. Quando questionado se tinha lembranças de sua relação com as polícias (Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal) na infância, Diego imediatamente relata as abordagens, violências e ameaça de morte que sofreu enquanto estava envolvido com drogas:

Quando eu estava nessa vida. Eu tenho bastante lembranças. [...] Polícia abordar eu, vim querer bater ne mim e eu saía retrucando com eles, trocava murro, essas coisas. As polícias já chegou a levar eu no meio do mato, fazer eu ajoelhar, pôr o revólver na minha cara falando que ia me matar. Dessa vez que eu fui preso, agora. [...] Ah, eu tive vários momentos ruins... eu correndo da polícia, a polícia me marcando, falando que ia me matar.

Chocante imaginar uma cena dessas, na qual um agente público, encarregado de garantir a Segurança Pública, age com tamanha brutalidade frente a um adolescente que usa/vende drogas. Primeiro pelo abuso de poder envolvido; depois, porque se trata de um adolescente, este que é “protegido” por uma lei específica, o ECA; também porque o ato infracional cometido tem relação com drogas, o que por si só não ameaça a vida de ninguém, portanto, em nossa opinião, não deveria ser compreendido como hediondo e; porque nos leva à reflexão sobre o significado do termo Segurança “Pública”, uma vez que parece que esse “público”, que deveria abarcar toda a população, não inclui muita gente, dentre eles, Diego.

Indagado se todos os tipos de polícia o agrediam, ele relata que a maioria das vezes era a Guarda Municipal: “As municipal são forgada”. Como ele diz não se lembrar de ter qualquer relação com a polícia antes do envolvimento com o meio ilícito, pergunto se ele fez o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) na escola e ele confirma. O PROERD é um programa da Polícia Militar, adaptado de um programa norte-americano e

¹⁹“Funcionário” é o termo utilizado por todos os entrevistados para se referir aos agentes socioeducativos, atual nomenclatura dos agentes de segurança das unidades de internação. Também é utilizado por um jovem para se referir ao agente de segurança penitenciária.

implantado no Brasil em 1992, em que um policial fardado desenvolve curso de prevenção às drogas nas salas de aula das escolas regulares²⁰. Diego conta da cerimônia de formatura, quando entregam o diploma, dizendo o nome do salão em que aconteceu, mas diz não se lembrar de muita coisa em relação ao conteúdo: “faz muito tempo, né?!”. Esta fala, assim como seu envolvimento, que se calcula ter ocorrido logo em seguida, aponta para os limites deste programa de prevenção às drogas.

Sobre a relação com a polícia no momento da entrevista, ele diz:

Hoje está tudo bem. É difícil [...] eles me abordar. [...] Às vezes acontece, sim. Mas é difícil. Quando eu saí da Fundação acho que eu fui abordado só umas duas vezes, três vezes, só.

Este relato demonstra a naturalização das abordagens policiais a jovens pobres, pois, quando ele diz que “está tudo bem”, “é difícil” e “só”, aponta para o fato de serem esperadas essas ações, até mesmo com maior frequência, o que, certamente, não condiz com as expectativas de jovens de classe média ou alta que, possivelmente, compreenderiam tal ação policial como uma afronta.

Diego diz, ainda, que não tem hora certa para os policiais realizarem abordagens, mas justifica as que aconteceram com ele logo após sair da internação:

Eu também ficava sentado ainda nas rodinhas dos moleques, mas conversando, sabe?! Daí a polícia passava e abordava.

Desta maneira, o jovem deixa claro que agrupamentos de jovens pobres não são bem vistos por policiais.

A relação com a polícia é então descrita como conflituosa e Diego avalia que esta foi a política que mais o prejudicou:

O que mais prejudicou foi os policiais. [...] Porque levou eu preso, né?! Me agrediram, essas coisas...

Antes de finalizar a entrevista, com o objetivo de que o adolescente refletisse sobre o assunto e falasse mais a respeito de seu envolvimento com o meio ilícito, pergunto para Diego se ele acredita que alguma dessas políticas das quais conversamos poderia ter feito algo a

²⁰ Informações extraídas do site do programa. Disponível em: <https://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>. Acesso em 01 de out. 2018.

mais para evitar seus atos infracionais, explicando o que estava considerando como políticas, mas ele nega. Contudo, precisamos ponderar que o adolescente, assim como grande parcela da população, desconhece os objetivos de cada política social. Agora, para quem se debruça a estudar sobre o tema, é possível supor que uma Educação que garantisse seu acesso e permanência na escola, além de sua aprendizagem; uma Saúde que se atentasse para aspectos relacionados à saúde mental de crianças e adolescentes; uma política de Emprego e Renda que proporcionasse trabalho e salário dignos para os responsáveis; uma Assistência Social que oferecesse suporte à família para o cuidado com Diego e garantisse sua convivência com a irmã, para citar apenas alguns exemplos, poderiam ter feito a diferença na vida desse adolescente.

Porém, é nítido que nenhuma política teve sucesso na prevenção. Por outro lado, é possível dizer que as políticas remediativas, além de estarem fortemente presentes, tiveram algum impacto em sua trajetória de vida, se não por outros motivos, ao menos porque Diego finalizou o Ensino Fundamental após ser liberado da internação. Contudo, nem tudo que lhe fora ofertado pela Socioeducação foi capaz de alterar sua condição social, visto que, na ocasião da entrevista, ele permanecia fora da escola e do mercado de trabalho.

3.2 Lucas

Lucas estava com 19 anos em 15/09/2017, ocasião em que gravamos a entrevista, e morava com a mãe, o padrasto e a irmã. O jovem se considerava pardo e acreditava que a renda per capita de sua família era de aproximadamente R\$ 550,00. Para este cálculo, ele refere que o padrasto devia receber por volta de R\$ 1600,00 e a mãe R\$ 600,00. Enquanto discutíamos sobre a renda familiar, não relata atividades laborativas da irmã, nem dele, apesar de afirmar em outra ocasião que trabalhava informalmente como ajudante de pintor e eletricista.

Seu envolvimento com o meio ilícito também começou cedo, tendo Lucas sido internado em “casa de recuperação” para dependentes químicos, localizada em Araras, quando tinha por volta de 11 ou 12 anos, onde permaneceu por sete meses, segundo ele. Relata ter permanecido longe das drogas por mais sete meses após a liberação, mas depois “comecei a aprontar tudo de novo”. Ainda levou alguns meses para que ele fosse para a Fundação CASA, porém, de acordo com Lucas, o ato infracional que o levou internado pela primeira vez foi forjado pelos policiais. Nesta ocasião, o então adolescente ficou apenas na Unidade de Internação Provisória (UIP – hoje chamada de Centro de Internação Provisória –

CIP), na cidade de Rio Claro/SP, por dois meses, sendo liberado com determinação de LA. Ele estava cumprindo o terceiro mês da Medida em meio aberto quando, segunda conta, foi “forjado num assalto”. Desta vez, permaneceu internado por nove meses (somado o período da internação provisória) em Mogi Mirim/SP e foi liberado sem LA. Passados mais quatro meses, Lucas assume que, de fato, foi flagrado num tráfico e ficou internado por um ano e um mês, sendo transferido de uma unidade para outra, porém, ambas na cidade de São Paulo/SP. De acordo com o jovem, ele ficou três meses em um CIP aguardando vaga para ser transferido para a região de Araras²¹ mas, não conseguindo, foi para um Centro de Internação (CI) na capital mesmo. Terminado este período, recebeu progressão de Medida, cumprindo LA por seis meses, a qual já havia se encerrado há cerca de um ano e meio na data da entrevista.

3.2.1 As políticas sociais na vida de Lucas

Lucas também não frequentou creche e se lembra de todas as outras escolas pelas quais passou. Nega dificuldade de aprendizagem e se considera um “nerd”, pois, apesar de não gostar muito de estudar, quando está matriculado, se empenha em aprender. Nunca repetiu de ano, mas evadiu a 6ª série e o 1º ano do Ensino Médio. Justifica a primeira evasão dizendo:

Desanimei. Tinha umas coisas de família. Minha vó morreu, essas coisas... aí, de lá pra cá veio daquele jeito, assim, sem objetivo, essas coisas.

Sobre a segunda evasão, ele não é muito claro. Diz que ficou mais de dois meses sem ir para a escola e, quando decidiu voltar, foi falar com os professores. Alguns iam lhe dar provas para compensar ausência, mas uma não aceitou e a diretora, segundo ele, disse:

“Eu, no seu caso mesmo, eu não ia me sentir bem, você sabendo que ia repetir e vou estar vindo frequentemente na escola. [...] Vê o que você faz. Se você quiser vir, você vem, se não quiser vir, você não vem mais. Mas sua vaga está garantida para o ano que vem”. [...] Aí chegou esse ano aqui, agora, eu consegui arrumar um serviço, algumas coisas, aí eu nem fui mais atrás. Deixei quieto.

²¹ Mogi Mirim também é um município da região de Araras (aproximadamente 56 km). Já a capital fica a cerca de 170 km da cidade.

Lucas cursou os primeiros anos em Araras; a 4ª ou 5ª série em outra cidade onde foi morar com a mãe, a irmã e a avó após a separação dos pais; voltando para Araras cursou até a 6ª série, quando evadiu; retomou a 6ª, fez a 7ª e iniciou a 8ª durante internação na Fundação CASA; finalizou a 8ª série na EJA, na qual também iniciou o 1º ano do Ensino Médio no primeiro semestre de 2017, quando novamente evadiu. Na ocasião da entrevista, o jovem estava fora da escola.

Ele relata que o que mais lhe marcou no período da escola foram as amizades que fez, já que “gostava de conversar, jogar bola, essas coisas”. Inclusive, quando questionado sobre seus professores, Lucas afirma se lembrar apenas de um, dizendo seu nome.

Lucas faz várias críticas à política educacional. Em relação ao ensino oferecido dentro da Fundação CASA, diz:

[...] tem que ficar dentro de uma sala lá com mais de trinta pessoas. Tendo que estudar ali. Todo dia, sem faltar, senão o funcionário gritava. Então, esse tempo pra mim que foi o mais ruim de escola mesmo.

[...] a gente estudando lá dentro, você tá numa sala... a minha sala é 6ª, 7ª... então é matéria tudo misturada. [...] Então isso aí atrapalhava porque tinha gente que era mais, assim... já tinha feito aquela lição e estava fazendo tudo de novo. Que era repetido. Coisa que não devia ter feito. [...] Então é uma coisa que a gente não se adaptava, não gostava e não tinha como a professora passar uma lição para aquela turma ali, passar para essa... Então ela fazia uma coisa só, em conjunto. Então é uma coisa que para mim não ia, que eu não gostava.

Nestes relatos, podemos notar a opressão sofrida pelos adolescentes durante a internação, também em relação à educação, que passa de um direito à uma obrigação. Por outro lado, observamos as dificuldades enfrentadas pelos professores ao se deparar com uma sala multisseriada.

Já em relação ao ensino na EJA, Lucas relata:

Uma coisa que mais atrapalha é que você tava na sala... aí você via aquele monte de idoso: 60, 40, 30 anos. Aí tinha uns que eram mais velhinhos, né?! Então, ali eles ficavam perdidos. A professora voltava tudo para explicar de novo.

E, novamente, nos deparamos com a dificuldade de adaptação à toda flexibilidade exigida do professor para ensinar alunos tão diferentes, numa sala de aula lotada.

Além disso, ao sair da internação, foi preciso que a entidade executora da LA interviesse para que ele conseguisse vaga na EJA:

[...] ela teve que mandar um pedido lá, acho que um pedido para o juiz, né?! Para estar cedendo a vaga para mim, porque não tinha vaga para mim. [...] Ela mandou um papel informando que era obrigatório da escola estar cedendo a vaga.

Lucas afirma que, devido a esta intervenção da entidade, a escola soube da internação na Fundação CASA, mas que o tratamento para com ele não mudou após esta informação. Ele acrescenta que “hoje em dia, é poucas pessoas que têm uma crítica sobre uma pessoa que foi preso e tal”. Porém, esta questão é contraditória em seu discurso. Por exemplo, quando questionado se ele percebe preconceito e discriminação das pessoas ao expor que já foi internado, ele relata:

Eu não. Porque ninguém deu motivo. Quem estava passando pelo apuro e que estava preso era eu, não era a pessoa. Então eu vou ficar esquentando minha cabeça por causa do que os outros pensam da minha vida? Então, para mim, o que a turma pensar e falar...

Com isso, ele não nega a ocorrência de discriminação, apenas relata não se preocupar com ela.

Indo além das críticas feitas por Lucas, faz-se importante problematizar o fato de que o jovem relatou situações muito difíceis que enfrentou entre o final da infância e o início da adolescência, como a separação dos pais e a morte da avó, que ele mesmo considera terem contribuído com sua evasão escolar na 6ª série, e parece que ninguém percebeu, se atentou ou interveio no sentido de cuidar do sofrimento causado por essas questões. Cabe-nos perguntar: a escola não tentou saber o motivo da evasão? O Conselho Tutelar não foi acionado ou não agiu em relação a essa evasão? Onde estava a Assistência Social neste momento? E a Saúde?

Sobre a política de Saúde, Lucas relata conhecer o PSF de referência de sua família, pois era naquela instituição que passava por consultas desde a infância. Afirma, também, que as funcionárias do local visitavam sua casa “com a pranchetinha na mão” para checar a pressão e a glicemia de todos, especialmente da mãe que é hipertensa e diabética e verificar se estavam bem, mas relata que fazia um tempo que não presenciava isso. Acrescenta que era também por via do PSF que a mãe adquiria a medicação de que necessitava.

Além do PSF, Lucas utilizava os serviços oferecidos pela UPA que fica próximo à sua residência, porém, ressalta que isso era mais comum na infância quando tinha um tipo de alergia que necessitava de cuidados específicos. Ainda, na época em que se mudou da cidade de Araras, quebrou o nariz e teve que fazer um tratamento especializado numa terceira cidade.

Em relação à saúde mental, como já relatado, Lucas ficou internado por sete meses no que ele denomina de “casa de recuperação”. A internação foi solicitada pela mãe quando Lucas começou a se envolver com o meio ilícito, por volta dos 11 ou 12 anos. Na ocasião, a família estava morando em outro município, mas a mãe decidiu trazê-lo para este local em Araras. Ele relata:

[...] eu comecei tudo lá [no outro município]: traficar, roubar... Minha vó morreu e eu estava lá. Então eu comecei tudo lá.

[...] minha mãe viu que eu estava já fumando maconha, dando trabalho na escola, essas coisas. Então ela falou: vou te internar, porque eu não quero ver seu mal. Moleque novo, assim, nessa vida... ela catou e me internou.

Assim, fica claro que a Saúde negligenciou esse jovem e sua família, uma vez que não ofereceu os cuidados em saúde mental tão necessários a eles, fazendo com que a família visse como alternativa apenas a “casa de recuperação”, esta que, apesar de não se enquadrar nos equipamentos previstos pelo SUS, com bastante frequência recebe verba pública como pagamento para “internações”, mesmo quando não apresenta o mínimo de condições de salubridade, nem quadro de profissionais habilitados.

Lucas explica exatamente onde fica a “clínica” e diz que ela é evangélica. A avaliação que faz do local é bastante positiva:

Eu cheguei a ficar ali, mas fiquei de boa. Eu também não queria ir na escola nessa época. Tinha piscina. Quando eu vi...

Aí ela [sua mãe] chegou aqui e mostrou a casa, os obreiros começou a mostrar e eu vi piscina, vi rio, vi animal e pra mim, de boa, fi. Pode deixar minha mala aqui e vai embora, fica com Deus. Paciência. E fiquei.

Saudade não batia. Distância, nada.

O jovem relata sua rotina na “casa” e a evolução do quadro:

Procurei entreter minha mente nas coisas, entendeu? Então, lá eu jogava bola, ficava na piscina ou ia ler a bíblia, ou ia cuidar dos animais. Ou ia catar... ligava a maquininha e ia cortar grama, fazer alguma coisa. Então, a minha mente nunca... quando eu via ali, já... o dia vulp! Chegava a noite e já estava tomando banho pra ir dormir. No outro dia já acordava cedo pra dar uma volta na rua. Então, o tempo que eu fiquei lá foi gostoso.

Eu era o mais novo que tinha lá, então, eu... acho que em dois meses de casa, pelo jeito que eu estava assim, viram que eu tava de boa. Tinha como fazer assim, em uma suposição, a turma conseguia entrar cigarro, assim, porque

não tinha aquela revista e tal, tudo. Mas eu, com o tempo, assim, eu comecei a me entregar, né?! Deus pegou ali, então, uma casa evangélica, assim... Então, Deus pegou e foi quando eu comecei frequentar e fui batizado nas águas lá. Aí, acho que com três meses de casa eu comecei a fazer a coleta [de doações dos mercados] na rua. Então, eu não ficava mais dentro ali da clínica.

Então, depois de uns três, quatro meses, virei obreiro na casa. Eu era o terceiro obreiro. Aí eu tinha que mandar lá dentro. Ó, você limpa ali, você faz aqui, você está demais, você vai para a capela, você vai orar.

Com esses relatos, é possível perceber a forte presença da religião e de aspectos que se aproximam da laborterapia e, pode-se inferir, que estas são as únicas formas de cuidado oferecidas pela “casa”, uma vez que não aparecem relatos sobre a presença de profissionais ou atendimentos e tratamentos especializados.

Lucas ainda relata que, durante o período da internação, não frequentou a escola, mas “eles ficavam mandando relatório para a escola [...]. Eu tinha uma justificativa e tudo”. Interessante notar que ele saía da “casa” para fazer as coletas, mas não para estudar, o que, além de violar o direito à Educação, vai contra o que se espera, em geral, dos programas que trabalham com adolescentes, dentre os quais, aqueles voltados à prevenção ao abuso de drogas, que, via de regra, colocam a frequência escolar como contrapartida de sua oferta.

O modo de “tratamento” de usuários de drogas oferecido nessa “casa” é avaliado por Lucas como importante, mas, segundo ele, existem modelos de tratamento baseados na violência e repressão, com os quais não concorda:

Ah, pra quem precisa, né?! Quem precisa, às vezes é bom a gente entrar em uma ajuda assim. Agora, pra mim, falar que vai me internar num sanatório da vida... ah, quero ver levar. [...] Até que vai [o tratamento oferecido pela casa de recuperação], mas é um negócio diferente, né?! Um ar livre, um lugar espaçoso, um lugar que pode refletir, né?! Agora levar você para você ficar amarrado e dando injeção, eu saio correndo.

Aparentemente, o único cuidado relacionado à saúde mental oferecido ao jovem veio durante a segunda internação (que durou nove meses), quando ele próprio solicitou atendimento específico relacionado à dependência química e foi encaminhado para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Mogi Guaçu/SP, cidade vizinha à Mogi Mirim/SP, onde estava internado. Lucas relata ter feito a solicitação apenas para poder sair da unidade:

Foi que eu conversei com a técnica assim: “não, senhora, eu tô ruim, tô sentindo falta, tal, tá dando abstinência”, só pra andar no mundão. Aí ela foi,

me encaminhou para um CAPS, então toda semana ia dar volta na cidade para ir pro CAPS de van.

Eu não precisava, foi só aquele negócio pra sair lá de dentro. Pra você mudar o clima, respirar o ar, ver como está lá fora.

Podemos supor que, mesmo o fato de sair da clausura e de toda aquela violência por alguns momentos na semana, por si só já pode ser considerado um cuidado com a saúde mental e que Lucas, usando de artifícios para conquistar esse direito, cuida mesmo que indiretamente dela. O jovem relata ter solicitado o tratamento usando uma falsa abstinência como justificativa para as saídas, o que demonstra evidenciar o seu entendimento de que a Fundação CASA compreendesse que somente quem sofre com a falta das drogas necessita de cuidados com a saúde mental.

Mas, apesar de afirmar que não precisava do tratamento, provavelmente se referindo ao fato de não sentir abstinência, Lucas relata que os atendimentos faziam certo sentido para ele:

CAPS é uma psicóloga também. Mas é uma psicóloga diferenciada, assim, né?! Ela senta, conversa, começa a falar da sua vida, da droga e tal e você nem entra em assunto, assim. Você esquece na hora. Que acho que a mente dela, daquilo ali foi estudado... Foi diferenciada da outra porque você conversa ali... a outra [a técnica da Fundação CASA]: “nossa! Mas está mesmo, filho? Que acontece com você? [...] mas o que você está pensando, assim? Você pensa puxando um baseadinho?”, não sei o quê [...]. Aí chegou na outra, a outra: “não, isso aí é coisa psicológica sua”, tal, eu começava a falar, era um pouco mais aberto e mais sincero o que eu falava lá. Era legal. Ia sem algema, ainda, tal.

Este relato nos leva a pensar na importância de atendimentos externos, uma vez que os adolescentes, tal como Lucas, sabem que os profissionais que os atendem dentro da Fundação CASA são os mesmos que elaboram seus relatórios para o juiz e, por isso, a depender do que dizem em atendimentos individuais e grupais, eles podem permanecer ou sair mais rápido da situação de internação, então, que sentido têm os atendimentos internos? É por este motivo que compreendemos que os atendimentos externos podem ter mais significado.

Sobre a política de Assistência Social, Lucas diz acreditar que a família já foi beneficiada pelo Programa Bolsa Família quando ele era mais novo, mas já não era mais na ocasião da entrevista. Também relata que a mãe recebia cesta básica, quando necessário e que devia ser de uma igreja. Porém, acrescenta que:

Tem um [projeto] lá no centro que eles dão cesta básica, dão essas coisas. Mas minha mãe não é de ir atrás, não [...]. Não gosto de usar essas coisas,

não, porque a gente tenta lutar mesmo pra gente sobreviver e lutar com aquilo que a gente é capaz, né?!

Aqui, observamos como o discurso neoliberal é forte e alienante, uma vez que leva as pessoas a acreditar que o sucesso é fruto de esforço pessoal, portanto, a falta de empenho é que gera toda carência.

Porém, como o esforço pessoal é insuficiente para sair da situação de penúria, Lucas, ambivalentemente, diz que esses benefícios, recebidos por meio de caridades, são muito importantes:

Ajuda bastante pra quem necessita, né?! Pra quem... uma cesta básica, hoje em dia, pra quem não tem uma condição, é um quebra galho que eu vou falar pra você, viu?!

Sua família já se inscreveu mais de uma vez em programas habitacionais, mas não conseguiu ser contemplada. Neste sentido, vale dizer que Araras passou 13 anos sem programas como este, o que resultou num déficit habitacional imensurável. A garantia do direito à moradia foi retomada em 2010, por meio de adesão do município ao programa do governo federal, Minha Casa Minha Vida, que iniciou a entrega das propriedades em 2012.

Lucas reconhece a importância do programa, mas aponta falhas no sistema e questões éticas:

Ajuda bem [os programas habitacionais]. Pelo valor da quantidade, mas tem certa parte que não é muito bom, assim... eu falo, assim, que tem gente que aproveita da situação, né?! Que tem gente que tem, cata, vai, corre atrás e consegue pegar. Tem gente que não tem, corre atrás, o nome não vai nem pra lista. Passa dificuldade, continua no hotel enquanto a pessoa mora na casa, outra casa que tem está alugada [...]. Então, nesse mundo que a gente está aqui... então, a ganância, que eu vou falar pra você, está demais. Nego quer ter mais, não sabe ajudar o próximo. Então tem isso. Agora mesmo teve inscrição, acho que de... teve casa, agora, parece que foram tomadas. Tem umas casas que foram sorteadas e parece que foram tomadas. Porque não estava morando, estava alugada. A proprietária não estava na casa. Então, essas casas, que é da Minha Casa Minha Vida, é pra quem precisa, né?!

Talvez sejam estas críticas aos programas que levaram Lucas a afirmar que a solução para os problemas sociais pode ser de origem divina, colocando em Deus e não nas políticas públicas sociais a saída para uma situação difícil:

[...] minha mãe paga... acho que é seiscentos reais de aluguel, quinhentos e cinquenta a seiscentos reais. É um preço já... Aí você vê: geladeira, bujão,

força, água. Você vê, não sobra quase nada. Nem pra roupa acho que não sobra. Então, é uma coisa que eu vou falar pra você. Caso necessite, eu oro pra Deus, pra Deus ajudar.

O jovem participou de projeto social por dois anos e meio, enquanto frequentava as primeiras séries do Ensino Fundamental²², deixando de participar quando mudou de cidade. O projeto era executado por uma entidade assistencial, subvencionada pelo poder público e funcionava no Instituto São Francisco, este que era vinculado a uma igreja católica. Conta que no projeto fazia aula de instrumentos musicais, computação e brincava. Lembra com carinho do professor de música e do local:

Brincava com nós, ficava mexendo na orelha. Dava atabaque pra um, caixinha pra outro... e nós ficava lá, fazendo barulho o dia inteiro.

Lucas diz não ter sido acompanhado pelo Conselho Tutelar e mesmo quando explico o objetivo do órgão, ele diz acreditar que nunca precisou de intervenção do mesmo, uma vez que a entidade executora da LA garantia a efetivação de seus direitos, como ocorreu quando lhe foi negada vaga na escola.

Porque é o lado do apoio, né?! Que nem, no meu caso é... a minha técnica lá, a [nome da técnica]... do [nome da entidade executora da LA]... Ela que corria atrás quando tem as coisas. Que nem, no caso de uma criança não conseguir, ela manda no Conselho.

Estas informações nos mostram, por um lado, que as Medidas Socioeducativas têm cumprido seu papel de, para além de responsabilizar o adolescente pelo ato infracional, garantir a efetivação de seus direitos, como preconiza o art. 1º do SINASE (BRASIL, 2012a). Porém, por outro lado, parecem demonstrar que alguns adolescentes pobres precisam infracionar para ter muitos de seus direitos básicos garantidos durante cumprimento das Medidas Socioeducativas, já que as outras políticas públicas sociais estão falhando neste sentido.

Em relação ao Esporte, Lucas não frequentou projetos esportivos na infância, mas afirma que foi por escolha, uma vez que não faltavam opções:

²² Nesta pesquisa, utilizamos os termos “primeiras séries do Ensino Fundamental” e “ciclo I do Ensino Fundamental” para nos referir ao intervalo entre a 1ª e a 4ª séries. Seguindo esta lógica, utilizaremos os termos “últimas séries do Ensino Fundamental” e “ciclo II do Ensino Fundamental” para referenciar o intervalo entre a 5ª e a 8ª séries.

Não, tem bastante. Tem campo, tem o SESI [Serviço Social da Indústria], tem essas coisas. Tem o Mercadante²³ lá também que tem as aulas, tudo. Mas eu nunca fui entretido, assim, não.

Outros projetos esportivos só foram praticados por Lucas durante as internações na Fundação CASA. Ele praticou judô, basquete e capoeira. Relata que tem certificado de 11 meses de capoeira e de nove meses de judô, chegando na faixa azul do esporte.

[A Fundação CASA] É o lugar onde tem mais, assim, dessas coisas. Que eu me entretia mais. Que aqui fora você não vai atrás, não. É raro viu. Não vai, não. Quero ver você perder seu tempo. Lá você queria até chorar se faltava um dia. [...] É. Distrain a mente. Ou você queria ficar sentado lá assistindo TV? Você queria ficar pulando, fazendo as coisas, brincando, cantando música.

Com essa fala, nota-se que para Lucas o esporte praticado na Fundação CASA era uma forma de passar o tempo ou preservar a saúde mental, enquanto a prática de atividades em liberdade é compreendida como perda de tempo. Contudo, ele demonstra que iniciar a prática despertou nele o interesse pelas lutas, o que o levou a fazer aulas de jiu-jitsu em uma igreja depois de ser liberado, porém, relata que as abandonou por falta de companhia.

Também foi na Fundação CASA que Lucas mais se capacitou para o trabalho. Fez curso de elétrica, hidráulica, culinária e pizzaiolo. Afirma que o curso de elétrica contribuía em relação ao trabalho. Além disso, fez oficina de bordado em chinelo durante a primeira LA. Ressalta que na segunda LA não fez cursos porque faltava verba para a entidade, assim, ele só ia “assinar²⁴”. Não fica claro o que ele compreende por ir “assinar”, se isso inclui o atendimento técnico e qual o conteúdo deste atendimento, se ele existiu. Porém, mesmo que ele existisse, aparentemente, as oficinas que realizavam foram mais significativas, o que é bastante preocupante, uma vez que capacitação profissional, por si só, não possibilita reflexão e problematizações, mantendo a situação do adolescente como está e reafirmando o discurso

²³ Mercadante é o nome de uma academia que oferece aulas de diversas modalidades esportivas, mas é privada. Não fica claro se Lucas está se referindo a aulas particulares ou a algum projeto social desta academia, uma vez que outro jovem relatou ter praticado esporte nela por meio da concessão de bolsa de estudos.

²⁴ Termo comumente utilizado pelos adolescentes (e alguns profissionais) para se referirem ao cumprimento da LA, por ser a forma anteriormente empregada de execução da Medida. “Assinar carteirinha”, ou seja, garantir a presença em local e datas previamente agendados, era, basicamente, a obrigação dos adolescentes que cometiam atos infracionais, assim como ainda o é de adultos que cometem crimes ou contravenções penais leves e cumprem penas alternativas.

hegemônico de que com cursos e esforço ele pode ter um bom emprego e deixar o meio ilícito, se assim desejar.

Lucas salienta que, em 2017, finalizadas as suas Medidas Socioeducativas, se interessou por um curso de torneiro mecânico no SENAI, porém, não pôde fazer porque não estava estudando e este era um pré-requisito. Em relação a isso, Lucas diz:

Cheguei no SENAI pra conversar: “ó, você precisa trazer comprovante de escolaridade e tal e mais outros documentos”. Outros documentos eu já tenho tudo. Só esse negócio de certidão de escolaridade aí que fui atrás, falaram que pra mim pegar essa certidão eu tenho que me registrar, tem que me matricular de novo. [...] Eu falei: “só vou levar ali pra mim fazer um curso”, tal, tal, tal. Ela [a funcionária da escola] disse: “a gente não pode entregar”. Eu falei: “então, eu não vou me matricular e também não vou fazer o curso”. Ninguém quer ajudar a gente, depois, a gente não faz as coisas, a gente é ruim, que não sei o quê, não quer nada com a vida, não quer um futuro, não quer nada. Então, eu não fui atrás de nada.

Este relato nos provoca alguns questionamentos, no tocante às condicionalidades impostas por algumas políticas para acesso a direitos básicos. Aqui, verificamos a oferta de um curso a partir da contrapartida da frequência escolar. Essa mesma condição é imposta na Política de Assistência Social para aqueles que recebem benefícios como o do Programa Bolsa Família, que também cobra das famílias a vacinação e pesagem frequente de suas crianças, acompanhamento sistemático de gestantes e nutrizes pela equipe de Saúde e participação em reuniões (BRASIL, 2013b) que, não raro, acontecem de maneira desconectada da realidade das famílias, apenas como forma de cumprir a obrigatoriedade dos equipamentos que também recebem verba a partir desta condição.

Podemos imaginar que essas condicionalidades intentem garantir que outros direitos sejam efetivados e mantidos, contudo, da maneira com que são impostas, faz com que aquilo que se busca seja considerado um privilégio e não um direito (MENEZES, 2015). Além disso, o fato de o benefício ser suspenso ou cancelado por causa do não cumprimento das condicionalidades, parece demonstrar uma compreensão de que apenas as famílias são responsáveis por violar os direitos de suas crianças e adolescentes, não possibilitando o vislumbre de que a frequência escolar pode não estar garantida por ações da própria escola, ou de qualquer outra política pública (social ou não) ou por tantas outras questões, sendo que o prejuízo seria unicamente da família, que acaba tendo mais um direito violado.

Tais condicionalidades ainda não são observadas na Política de Saúde, por exemplo, porém, com o rumo que tem tomando as políticas sociais nos últimos anos no Brasil, não seria de se espantar que isso viesse a ocorrer em breve.

Outra questão que pode ser problematizada é o fato de que nem a escola, nem o SENAI parecem ter feito esforço para garantir que Lucas, então, voltasse a estudar para conseguir frequentar o curso, já que assim exige a condicionalidade, que se torna, desta maneira, mais um impedimento do que uma garantia de direitos conjugados.

Na ocasião da entrevista, Lucas trabalhava informalmente como ajudante de um primo fazendo pintura e elétrica em residências, função que executava desde os 14 anos. Também já tinha atuado em lavajato, fazendo calçadinhas e como servente de pedreiro, porém, nunca havia tido emprego fixo e registrado: “minha carteira está limpa ainda”. Relata que, pouco antes de nosso contato, passou por um processo de seleção para uma vaga no açougue de um mercado grande que seria inaugurado perto de sua casa, mas não foi chamado e acreditava que o motivo havia sido a falta do certificado de dispensa do serviço militar, o qual ele recebeu na semana em que foi realizada nossa entrevista. Desta forma, observamos que a precariedade do trabalho para jovens pobres também se faz presente na história de vida de Lucas e que os cursos profissionalizantes feitos na Fundação CASA não conseguem romper com essa trajetória.

Conforme já relatado, o jovem cumpriu duas Medidas de LA, duas internações e três internações provisórias em diferentes cidades. Lucas é muito atento e relata diferenças entre as unidades pelas quais passou, salientando que não consegue avaliar a unidade de Rio Claro/SP porque foi só internação provisória, apesar de também avaliar o CIP da capital.

De acordo com ele, em duas unidades, os adolescentes recebem bastante atenção da equipe técnica, sendo oferecidos atendimentos sempre que solicitavam. Relata, ainda, que abriam exceção para que ligassem para os familiares mesmo fora do dia combinado, por mais tempo e para mais pessoas, o que era impossível numa terceira unidade.

Lucas faz várias críticas a esta última: fala em violência e falta de verba, mas o que parece mais lhe incomodar é o que ele chama de “manipulação”. O trecho a seguir é longo, mas muito importante para demonstrar sua indignação a este respeito.

Então, você chega na Fundação. Aí você está de um lado. Você chega, assim, vai raspar seu cabelo, zero, tal. Mão pra trás, aquela opressão, mão pra trás, se olhar pra trás, vai tomar tapa, que não sei o quê, e fica naquilo ali. Aí, o tempo vai passando, faltava sabonete, tava cortando sabonete no meio. Não tinha sabonete inteiro, cortava sabonete no meio. Aí, uma suposição, era uma cama aqui, uma ali, uma aqui, outra ali, outra assim e a do chão. Aí, eu sou o mais velho daqui [mais velho em tempo de internação na unidade], eu saio... como eu sou o mais velho desse quarto, eu vou para o outro, eu vou para o número dois. Do dois eu vou para o três [...]. Se eu

chegar o último e dormir no chão, eu vou ser o último a progredir²⁵ do quarto. [...]. É, novo e também de comportamento. Conforme o seu comportamento. Porque era manipulado. Se você ficava bem, você ia progredindo, pra você poder ir pra progressão. [...] Quando tinha a próxima vez para ir para a progressão, você ia. E na inicial, você não tinha nada, não tinha som, o que tinha, assim, era a área que era os cursos de capoeira, assim, os cursinhos que têm na casa ali, assim. Aí chegava nós, aí passava para o outro lado. Aí do outro lado era a casa módulo, que fala. [...] Aí eles... eu tava desse lado, aí eles catava e mandava para o outro lado. Do outro tinha o quê? Corte [de cabelo] cortado assim, chinelo do mundão. Tinha cigarro, do outro lado tinha cigarro, tinha caixa de bis, tinha bombom com não sei o quê lá, festinha direto. E do outro lado tava todo mundo lá no chão quente, sem jogo, sem nada, tendo que fazer uma forma para você chegar do outro lado. Então, o negócio que manipulava quem chegava, senão, você não ia. Você sempre ficava ali. E só montava relatório do outro lado. [...] Não é certo, não. Porque o que é igual pra um, tem que ser igual pra outro. [...] Porque pra manipular os outros, para os outros ficar tranquilos, filha, já não vira, não. Comportamento da pessoa, se nós tem que ter uma Medida Socioeducativa assim pra ver se a pessoa está bem mesmo, tem que ver no dia da pessoa. Tendo ou não tendo aquele certo limite pra pessoa, sabe se a pessoa dá trabalho ou não, porque tá convivendo com a pessoa. Agora, tem que manipular a pessoa? Muitos mesmo vai se esconder na hora. Vai ficar quieta ali porque está em uma pressão, vai ficar quieta. Aí você vai já fazer uma... “ah, vou lá para o outro lado”. Chega do outro lado, você não tem mais mão pra trás e do outro lado você está lá assim, ó, tomando tapa, de cabeça baixa, só pra depois... só pra você fazer o negócio pra ir para o outro lado. E chega no outro lado tá daquele jeito que tá, bagunçado?! Só... você não anda mais com mão pra trás, mão balangando, camiseta já não é mais para dentro, é para fora. Então é uma coisa que eu acho pra mim que não foi... Não é justo, porque para ter uma coisa, uma suposição, só muda o B.O. Porque cada um fez o seu B.O., cada um responde por ele. Mas lá dentro, todo mundo é igual: a comida que vem para ele, vem para mim. [...] Mas pra pessoa querer fazer, supondo, obrigar a pessoa, a pessoa progredir para o outro lado só para ter coisas do mundo, que é chinelo, cigarro, usar camiseta, não andar mais com a mão pra trás, tem que passar por uma fase dessa, de querer fazer a pessoa, assim, uma coisa que a pessoa não é?! De querer, uma suposição, querer obrigar?! [...] E se não fazia, apanhava. Eles catava e batia mesmo. Tacava a mão...

Lucas relata que essa “manipulação” é específica dessa unidade, pois na outra existe mudança de quartos conforme o tempo de internação e o comportamento dos adolescentes, mas o único aspecto que mudava em relação ao tratamento ofertado a eles durante o processo era o corte de cabelo (não deixa claro o que muda).

O jovem avalia a Medida de internação como “triste” e acrescenta:

²⁵ Lucas se refere à progressão de medida.

De seis meses a três anos: você não sabe quando vai embora. (...) Você está lá dentro e vê a hora passando. Mas é bem diferenciado do que entrar num CDP [Centro de Detenção Provisória] da vida aí.

E faz questão de chamar de “momentos bons”, as atividades externas que podia fazer se tivesse bom comportamento. Lucas relata que suas “saidinhas” foram para campeonatos de basquete e “de campo”.

Já em relação à LA, o jovem expõe apenas boas recordações. Ressalta a abertura que tinha para conversar com a técnica, o incentivo ao trabalho, os passeios que fez a dois shoppings, o apoio com transporte para a família visitá-lo quando estava internado em São Paulo/SP e, principalmente, a atenção que lhe era ofertada. Em vários momentos da entrevista Lucas retoma para falar da preocupação e do cuidado que a técnica de referência da LA tinha para com ele:

Não tenho nada o que falar. Super gente fina as senhoras lá, gostei. [...] Às vezes a gente não chega na mãe, não chega no pai pra conversar, não tem aquela intimidade, assim, pra chegar e pra você conversar aquele assunto. [...] Então, eu com ela ali conversava tudo. Quantas vezes não fui lá e ela fazia aquele bolo de currículo assim: você vai entregar tudo isso. [...] Então, é sempre aquele apoio: não, estou vendo pra você ali um serviço. Vinha, ensinava a gente a fazer curso [...]. Aí depois a gente fazia, tinha cafezinho, bolo, bolacha, ou pão depois.

Porque todo momento tava apoiando, né?! Tavam com um companheirismo a mais, né?! Tava ligando, se preocupando, querendo saber um pouco mais. Então, eu acho que merece porque tava tendo aquela atenção por mim, entendeu?! Então, um caso que poucos faz, né?! Chegar, ligar: oh, tudo bem? Bom dia e tal, foi bem essa noite? Tá bem e tal? É um caso que ela fazia, ligava, perguntava como que eu tava, bem, essas coisas. Então, pra mim foi um bom momento.

Por este motivo, Lucas afirma que a entidade executora da LA foi a instituição que mais contribuiu positivamente com a sua vida. Inclusive, faz questão de ressaltar que a técnica da LA fez uma dessas ligações a que ele se refere exatamente no momento em que a polícia fazia a busca e apreensão dele para a última internação. Dessa maneira, ele resume a Medida Socioeducativa em meio aberto como “gostoso” e “divertimento”.

Se acalenta perceber que uma política, enfim, ofereceu atenção a Lucas, angustia pensar que nenhuma outra tenha o feito de maneira preventiva. O que leva a escola a tratar esse menino como apenas mais um? E por que o PSF cuida da pressão arterial, do diabetes e da dengue e não do sofrimento psíquico? Seria possível alterar esses quadros? Que condições tais equipamentos públicos têm de fazê-lo?

Por outro lado, a Medida Socioeducativa parece ter conseguido garantir acolhimento, orientação, novas experiências, porém, não possibilitou reflexão, emancipação, transformação e, assim, por mais que tenha sido avaliada como positiva, não alterou a realidade deste jovem substancialmente, o que seria bem difícil de ocorrer pensando na atuação isolada da política.

Também é importante destacar que Lucas passou tanto tempo em cumprimento de Medidas Socioeducativas que conhece detalhes de seu funcionamento, usa termos e jargões técnicos e fala de especificidades da Política Socioeducativa que talvez até alguns profissionais da área desconheçam.

Sobre a política de Segurança Pública, quando questionado se se lembra da relação que tinha com a polícia na infância, Lucas logo relata que sonhava em ser policial até o momento em que, por volta dos nove anos de idade, presenciou uma cena violenta que o fez mudar de ideia:

... tava sentado na cadeira da minha mãe, da minha irmã, assim, tal, na hora a polícia chegou, começou a jogar spray de pimenta na turma, cadeira voava de um lado, copo do outro e eu vi ele [o policial] chegando daquele jeito, a turma estava de boa pra mim, assim, né?! E chegou daquele jeito, agressivamente, assim. Pra mim não foi, não. Aí já desencantei na hora [...] Não chegaram a colocar a mão em mim, não [...], mas eu lembro até hoje.

Afirma que não tinha problema com a polícia na infância, “mas depois que eu cresci...”. Lucas relata inúmeros episódios de ameaça e violência policial que sofreu, inclusive, me mostra o vídeo gravado por um vizinho no momento em que um Policial Militar e um Guarda Municipal, junto ao oficial de justiça, cumpriram mandado de busca e apreensão e o levaram para a terceira internação após “abuso de autoridade²⁶” em decorrência da resistência do jovem. Também conta que já foi abordado por policiais inúmeras vezes e justifica:

Mas depois que eu peguei um tamanho, né?! Depois que eu peguei um porte, um tamanho mais alto, assim, eu acho que começou mais as abordagens, né?! Comecei a andar com mais gente, andar, assim, de rodinha, essas coisas. Aí eu comecei a tomar mais abordagem. [...] Faz uma semana que eu tomei a abordagem, mas fazia oito meses já que eu não tinha tomado abordagem.

²⁶ Relato retirado do vídeo. O jovem que o grava diz: “Vocês estão batendo no [apelido do jovem] e isso é abuso de autoridade, hein?! O senhor sabe, o senhor sabe, o senhor sabe. Isso aí é abuso de autoridade e eu estou gravando”.

Assim, se queixa bastante dessa relação e aponta para a discriminação da polícia relacionada à aparência dele e de outros jovens que se assemelham a ele:

Agora, só porque a gente anda pra rua que a gente tem um... assim... acho que um visual diferente de uma pessoa, da outra [...]. Porque a gente repara, assim, do jeito, quando a pessoa já passou... porque quando a gente passa lá dentro, assim, passa em Fundação, passa em cadeia, essas coisas, a gente conversa assim com a senhora, o meu diálogo com a senhora é diferenciado. Mas quando sai pra rua [...]. Aí você já conversa daquele outro jeito, então, quando você tá conversando na rua, eles passa do lado, vê a sua cara e você conversando aquela gíria, assim, já para: “é bandido, é aquilo”, tal. Já julga a aparência dos outros. Mas não sabe nem da metade da vida dos outros, não sabe o que a gente passa, não sabe o que a gente faz e julga no ato, na hora.

Com isso, Lucas aponta para o estigma que, de acordo com Goffman (1975) é um termo criado pelos gregos para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Para o autor, atualmente, o estigma é utilizado em sentido semelhante ao original, porém, se referindo mais à própria desgraça do que à sua evidência corporal. Além disso, tipos diferentes de desgraça são motivos de preocupação nos dias atuais.

A partir disso, Lucas continua falando sobre a visão da polícia sobre jovens como ele:

“É que esse é bandido, vamos jogar atrás da viatura, vamos levar que lá ele não prova, ninguém viu, ninguém sabe, tá preso. Quando sair não vem atrás, não”. Pra eles é assim: “menos um”. Joga atrás e leva.

Este relato alerta para duas questões já discutidas teoricamente nesta pesquisa: a primeira diz respeito à problematização proposta por Zaluar (2004) sobre o poder conferido à polícia na decisão de quem é processado, o que inclui o descrédito da fala dos jovens pobres; e a segunda se refere ao fato de que aqueles que não produzem lucro para o sistema capitalista, são tratados como “descartáveis”.

Mas Lucas afirma não se resignar diante desta realidade. Ele conclui:

Mas eu não deixo, não. Já que quer levar mesmo, então vamos ver se leva eu... Ou leva pro caixão, ou leva pra cadeia, ou eu fujo. Um dos dois, ou um dos três.

E com isso, ele parece demonstrar que estaria disposto a dar a vida para enfrentar este sistema desleal, injusto. Quer ser respeitado, quer ser alguém, mesmo que para isso tenha que morrer, afinal, sua vida é mesmo tida como sem valor neste contexto.

O jovem reconhece que nem todos os policiais são iguais e fala de um “carcereiro” da Fundação CASA que foi muito atencioso com ele e lhe deu bons conselhos. Relata que se todos fossem como este, as coisas seriam diferentes. Como não são, define assim sua relação com a polícia:

Que eu odeio, hoje eu odeio. Eu não gosto. Semblante fechado pra eles. Sem risada. [...] não sei se é porque briga com a mulher, não sei se é porque não tem dinheiro pra tomar uma cerveja mais tarde, não sei o que acontece. Vê você é o ato de querer matar e espancar. Olhou torto, tá dando tapa na orelha.

A relação com a polícia é agravada pelo fato de que, segundo Lucas, por duas vezes ela forjou sua participação em atos ilícitos, incriminando-o, o que faz com que o jovem compreenda que esta foi a política que mais o prejudicou:

Porque eu perdi metade do meu tempo, que eu poderia ter feito outras coisas, e eu estava fazendo coisas que não era necessário, ficar pagando preço por uma coisa que eu não fiz.

Finalizando a entrevista, perguntei a Lucas se alguma das políticas sociais sobre as quais conversamos poderia ter evitado seu envolvimento com meio ilícito e ele responde:

Só se envolve mesmo a pessoa mesmo, né?! Não tem como. Hoje em dia, as igrejas estão de portas abertas, escola tá aí pra ajudar e pra ensinar. Hoje em dia, quem vai pra essa vida mesmo é só porque tá com a mente fraca [...]. Porque não vou querer julgar que é a escola, que eu vou vender droga que é responsabilidade da escola, que eu vou vender droga por causa da minha mãe, vou vender droga... então, cada um tem um motivo que o levou a fazer isso, que causou a situação. Então, no meu caso, não tenho que julgar ninguém, porque eu mesmo [...]. Nada mudaria, porque a escola tá lá, tudo tá lá. Só você que não tá dentro da escola, só você que não tá dentro da igreja, só você que não tá lá participando. Enquanto uns tá brincando dentro da escola, você tá lá na esquina, por quê? A escola não tem culpa enquanto você está lá. Enquanto você está lá na esquina, os outros estão tendo aprendizado. Então, não tem como julgar os outros por causa do meu erro. Nessas partes eu vejo que às vezes é pelo ser humano mesmo que é falho e quer jogar seus erros em cima do outro mesmo. Mas a gente tem que assumir o que a gente faz.

Como se vê, para Lucas, a presença ou interferência de políticas sociais não são suficientes para mudar a trajetória de vida de uma pessoa, na medida em que as escolhas são questões pessoais. Assim, novamente observamos a força do discurso neoliberal que, por ser alienante, acaba sendo difundido inclusive por aqueles a quem mais prejudica, gerando

autoculpabilização ao esconder o fato de que o meio em que vive, o contexto social, político e econômico leva jovens como ele a adentrarem no meio ilícito.

3.3 Mateus

Na data da entrevista, que ocorreu em 26/04/2018, Mateus estava com 21 anos de idade. Havia saído da penitenciária há sete dias e voltado a morar com a mãe, o padrasto e três irmãs mais novas. Os proventos da família vinham da aposentadoria do padrasto, que Mateus acreditava ser de um salário mínimo, portanto, a renda per capita, provavelmente era R\$ 159,00. O jovem veio de Alagoas com a mãe e os irmãos por volta dos quatro ou cinco anos de idade a fim de se afastarem do pai que era alcoolista e violento. Ele se considera pardo.

Seguindo à cronologia dos demais jovens apresentados, Mateus também iniciou seu envolvimento com o meio ilícito com aproximadamente 11 ou 12 anos, ocasião em que foi encaminhado pelo Conselho Tutelar para uma “clínica de recuperação” na cidade de Cosmópolis/SP²⁷, vinculada aos Narcóticos Anônimos (NA), onde permaneceu por cerca de um ano. O jovem alega que começou a usar e a vender drogas após ter sido impedido de trabalhar como engraxate pelo Conselho Tutelar, função que executava desde os 10 anos de idade. Ele não especifica os atos infracionais que resultaram em cada Medida Socioeducativa, mas afirma ter cometido tráfico e “roubos”. Cumpriu internação provisória (45 dias) em São Paulo/SP aos 14 anos. Entre os 15 e 16 anos, passou nove meses internado na cidade de Franco da Rocha/SP²⁸. Pouco mais de um ano depois, voltou a ser internado em São Paulo/SP, onde ficou por um ano e cinco meses, sendo liberado aos 18 anos com LA como progressão de Medida. Essa teria sido sua segunda LA, porém, não fica claro em que momento foi determinada a primeira. Após 15 dias da desinternação, Mateus afirma ter sido levado para a Penitenciária de Itirapina/SP onde teria passado seis dias por um crime que não cometeu. De acordo com o jovem, ele estava com o irmão passando de bicicleta próximo a um ponto de tráfico onde ele já havia sido flagrado na adolescência, quando policiais os abordaram. O irmão, que não tinha histórico de crimes ou atos infracionais, estava com dinheiro e uma porção de maconha na carteira, para uso pessoal. Segundo conta, os policiais juntaram drogas encontradas no ponto referido, à porção de maconha do irmão e prenderam ambos por porte de drogas. Mateus voltou a cumprir a LA anteriormente determinada após ser

²⁷ Cosmópolis fica a cerca de 59 km de Araras.

²⁸ A unidade de Franco da Rocha fica a, aproximadamente, 157 km de Araras.

liberado e relata que, quatro meses depois, foi novamente detido sem ter cometido crime, uma vez que aguardava seu amigo no carro sem saber que ele tinha ido praticar um “assalto” a uma loja. O jovem ficou preso por dois anos e cinco meses no total, sendo um ano e três meses na cidade de Itirapina/SP e um ano e dois meses em Casa Branca/SP, tendo aguardado oito meses pela audiência quando, de fato, foi condenado. Foi, então, no final desse período que Mateus e eu nos encontramos para a entrevista.

3.3.1 As políticas sociais na vida de Mateus

Mateus acredita não ter frequentado creche, mas se lembra de ter estudado por algum tempo em seu estado natal, Alagoas. Chegando em Araras, pelas suas lembranças, ficou fora da escola por algum tempo e reiniciou os estudos na 1ª série, aos sete anos de idade. Alega que tinha dificuldade de aprendizagem e sofria preconceito dos colegas de classe pelo fato de ser nordestino. Afirma ter frequentado aulas de reforço no período inverso ao da sala regular, porém, isso não teria sido suficiente para que ele aprendesse a ler e a escrever e repetiria a 4ª série. Neste sentido, apesar de apontar que o ensino em Alagoas não era adequado e que sofria preconceito durante a escolarização, acaba por assumir a responsabilidade pelo fracasso escolar a si próprio:

[...] porque eu era de Alagoas, **eu não tinha um aprendizado... eu não tinha, é... capacidade** de aprender rápido, sabe? Eu ficava um pouco pra trás. Aí eu fiz reforço (grifos nossos).

Devido a esta dificuldade e ao preconceito, diz ter “começado a dar trabalho na escola” e perder o interesse por ela. Além disso, nessa época, Mateus recebeu a notícia de que o pai havia falecido:

Era muito preconceito, meu. Não tinha como, eu não conseguia, parecia que... Aí meu pai morreu também, né?! Ixi, juntou um monte de coisa. E minha mãe não conseguia segurar eu.

O jovem também conta que, nessa mesma época, não permanecia muito em casa:

era oito filhos, minha mãe tinha oito filhos, eu saía fora, aí ficava só sete. Eu não ficava em casa. Morava na casa dos outros, na casa de amigo, amiga...

Importante ressaltar o fato de a escola não ter se atentado ou agido em relação a tudo que Mateus estava vivenciando, principalmente no que diz respeito ao preconceito relatado, que estava diretamente ligado à Educação. Contudo, é claro que a escola sozinha não daria conta de lidar com essas questões todas e dificilmente ela seria interessante enquanto o jovem passava por toda essa tormenta, por isso, é importante questionar onde estava, por exemplo, a Assistência Social neste momento.

Dessa maneira, sua primeira evasão se deu logo aos 10 ou 11 anos de idade, ocasião em que o jovem relata ter começado a trabalhar como engraxate. Com isso, o Conselho Tutelar passa a acompanhar Mateus, a fim de que ele deixasse de trabalhar e voltasse para a escola. Segundo ele, um outro órgão público (“negócio da prefeitura”) também cobrava que ele parasse de trabalhar, mas ele não se recorda de qual equipamento se tratava. Mateus afirma que gostava do ofício de engraxate e que o executou por cerca de quatro anos de maneira intermitente, porém, diz que passou a intercalar esse trabalho com o tráfico, devido à pressão dos órgãos públicos para que ele deixasse de engraxar sapatos.

Relata que conquistou algumas coisas com o dinheiro que ganhava como engraxate: bicicleta, mobilete e o que lhe tinha mais valor – um curso de informática. Em relação ao lucro com o tráfico, comprava drogas, roupas, motos e carros.

Por isso que eu não saía. Porque dava lucro pra mim, né. Eu não precisava trabalhar. Não deixavam mais eu trabalhar de engraxar sapato, eu falei: “o quê? Vou vender droga”. Comecei vender droga. Falei: “não, nunca mais”. Dinheiro fácil.

Percebe-se então, que um órgão que integra o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente, o qual supostamente o beneficiaria ao retirá-lo do trabalho precoce, o leva, segundo ele, ao tráfico de drogas. Isso porque proíbe o trabalho, mas não garante a efetivação de outros direitos violados que a atividade remunerada estava minimamente garantindo, como o curso de informática que ele estava pagando. Além disso, parece que também não há encaminhamento da família para equipamentos que poderiam apoiá-la em sua função protetiva.

Foi nessa ocasião que o Conselho Tutelar o encaminhou para a “clínica de recuperação”, onde ele permaneceu por aproximadamente um ano, sem estudar e trabalhando numa “firma de guaraná” por seis ou sete meses. Diz que pedia para estudar, mas os

responsáveis pelo local alegavam que era longe. Assim, neste período, apenas estudava os 12 passos²⁹ do NA.

Com o fim da internação na “clínica”, passou a frequentar as reuniões do NA e a ser acompanhado pelo CAPS, para o qual foi encaminhado pelo Conselho Tutelar. Nesta ocasião, trabalhou por algum tempo vendendo picolés pelas ruas. Passado algum tempo, voltou a usar e a vender drogas, abandonando o CAPS e o NA. Relata que o CAPS chegou a procurá-lo para retomar os atendimentos, mas não o encontravam porque ele não ficava em casa e nem na cidade. Foi neste contexto que Mateus foi para a Fundação CASA pela primeira vez. Permanecendo na unidade 45 dias, o jovem relata: “parece que não aprendeu nada, ficou poucos dias. Aí eu voltei de novo [...]. Eu voltei no crime”.

Dentro da unidade, Mateus estuda, porém, não continua após ser liberado. Volta a estudar cerca de um ano depois, quando retorna à Fundação CASA. Em liberdade, começa a frequentar a EJA, mas evade novamente. Volta para a escola devido à insistência da mãe, “mas, mesmo assim, na escola eu usava droga [...]. Não tinha como... Minha mente, ixi... Eu tava no crime, não tinha como sair mais”. O jovem estava estudando quando foi internado pela terceira vez. Nesta ocasião finalizou a 6ª série. Tinha 18 anos ao ser liberado. Voltou a frequentar a EJA por um tempo. Estava estudando quando passou seis dias na penitenciária, mas já estava evadido quando foi preso pela última vez. Diz ter finalizado a 7ª série lá, apesar de afirmar que estudou apenas por três ou quatro meses, pois depois foi transferido para outra unidade onde não teve esta oportunidade.

Sobre as experiências de aprendizagem, Mateus relata:

Lá [Alagoas] não ensinava muito, não [...]. Ficava lá só mesmo, brincando e deixava pra lá. Não tinha nem livro direito lá. É no meio do mato, caatinga, né?! Aí eu vim pra cá, aí eu comecei estudar. Mas não aprendi muito, não. Eu aprendi na Fundação CASA mesmo, que era rígido. Que pegava no pé mesmo, que eu queria... Aí dava vontade de aprender, né. Tava preso, não tinha nada pra fazer. Eu aprendi. Aprendi ler, aprendi escrever... meu nome, tudo [...]. Escrever eu não sei muito, não. Mas ler eu sei [...]. Eu lia livro né, na Fundação CASA onde que eu tava. Augusto Cury, esses negócio aí [...]. Nossa, eu viajava nos livros. Saía fora da cadeia. Fiquei um ano e cinco meses, oito meses, seis meses, só lendo livro, estudando, fazendo curso.

Apesar disso, ele ressalta a diferença de ensino entre as unidades:

²⁹ Conjunto de princípios de Narcóticos Anônimos para a abstinência das drogas.

[...] porque a segunda, eu fiquei lá em Franco da Rocha, lá. Eu aprendi também um pouco, mas só que eu saí rápido, né. Fiquei nove meses. [...] a escola lá, eu estudava só no período da tarde e era... porque era... era uma pessoa ali que... é... reforço, sabe? E lá a professora não dava muita aula, lá. Ela só pnhava lá pra escrever e pá, escrevia, copiava. Sabe? A pessoa que não sabia ler... eu não sabia ler muito, aí eu ficava lá, ficava junto, **destacado**. Se eu fosse pra um... pra uma 4ª série, 3ª série, eu acho que eu ia aprender ler, porque a professora ensinava mesmo e nesse reforço aí a professora não ensinava. Eu lembro até hoje. Eu não esqueço [...]. Na Vila Maria [última internação, aos 17 anos], não. Na Vila Maria eu já fui pra escola mesmo. Lá era... lá era RGG³⁰. Lá era opressão. Lá era dominado pelo funcionário. Lá era obrigado a professora da escola só ficar na sala, assim, ia lá, ia toda semana, ia lá, é... a educação. Era boa lá. Na Vila Maria. Mas lá em Franco da Rocha não era, não [risos] (grifos nossos).

Momento forte da entrevista foi quando, questionado sobre o que mais lhe marcou em toda a trajetória escolar, dentro e fora da Fundação CASA, Mateus afirma:

Quando eu comecei aprend... quando eu comecei ler os livros. Aí eu entendia os livros, o que tava falando ali, a história, tudo certinho. Aí depois você tem que falar pra professora o que que falava o livro [...]. A professora da rua trouxe esse livro pra mim, do Augusto Cury: “Nunca desista dos seus sonhos”. Aí eu li ele, aí ela falou assim: “e aí? O que você teve de entendimento?” Aí eu passei tudo certinho. Aí ela: “nossa, é isso daí mesmo. Você tá aprendendo a ler bem, hein?!” Aí foi na onde que eu falei: “nossa, já era. **O que eu mais queria eu consegui**” (grifos nossos).

Sobre a Saúde, o jovem relata que desde que chegou em Araras, sempre foi acompanhado pelos mesmos PSFs e pela UPA. Avalia positivamente os PSFs, principalmente porque eles entregavam leite para sua família. Já em relação à UPA, tem críticas decorrentes da demora para o atendimento e de erro em conduta. Sobre isso, explica que procurou o equipamento devido à uma ferida na cabeça e foi liberado com a justificativa de que era um cabelo encravado. Porém, indo ao pronto socorro da Santa Casa, logo detectaram que ele estava com três bernes e tomaram as medidas cabíveis ao tratamento.

No tocante ao uso de drogas, que Mateus assume ter sido abusivo, além da internação na “clínica de recuperação” e da frequência nas reuniões do NA e nos atendimentos do CAPS no início da adolescência, o jovem relata que era trazido para novo acompanhamento no CAPS de Araras enquanto esteve internado na unidade da Fundação CASA de Franco da Rocha/SP. Fala sobre o CAPS:

³⁰ RGG é uma sigla utilizada para denominar determinado perfil de adolescentes internos: reincidentes, grave, gravíssimo.

Ah, era tranquilo. Eu ia lá, conversava de boa. É... terapia, né. Você vai lá, conversa, faz algumas coisas... É tranquilo... Eu ia mesmo porque é melhor, né. Ajudava eu. [...] eles davam conselho pra mim. [...] até a parte que eu tava tranquilo, fazia sentido. Depois eu não ia mais porque eu tinha desviado.

Porém, em relação à “clínica”, faz diversas críticas:

[...] não é falando mal, não. Tem que... mas era uma porcaria. Dopavam as molecadas, batia na molecada [...]. O cara, ele escondia os caras fugitivos da cadeia lá, pra você ter uma noção. O dono da clínica. É, eu nem sei o que aconteceu com ele lá, mas acho que ele fechou lá. [...] e, se dava trabalho, era remédio, batia, ô... era opressão. Aquilo lá não era pra recuperar, não. Era pra... [...]. Tinha uma cara que dava LA lá [ele confunde NA com LA]. Era tranquilo. Mas é desumano o que eles fazem, né. O cara entra bem, o cara sai louco de remédio. O cara sai viciado na droga do remédio [...]. Não compensa deixar o moleque internado lá [...]. Não resolve. [...] tinha a médica lá. Uma médica lá e tinha uma mulher que era psicóloga, mas quando ia lá dentro, eles iam só pra ver como é que era. Não tinha... [...] não era igual Fundação CASA, é... constantemente passar, todo final de semana, saber como é que tá. Não, lá era... bagunçado lá.

A política de Assistência Social se fez presente na vida do jovem por meio do Programa Bolsa Família que recebiam anteriormente, mas ele acredita não receber mais, e por entidades assistenciais e/ou filantrópicas. Na infância, frequentou por três ou quatro anos o oratório Dom Bosco, onde funcionava um projeto social realizado por entidade assistencial, no qual se recorda de jogar futebol e pingue-pongue e participar das missas. Observa que foi neste local que aprendeu a jogar futebol, que o frequentou enquanto esteve estudando e que parou porque foi expulso: “eu dei trabalho lá. Me mandaram embora”. Também relata que ele e sua família foram acompanhados pelo Instituto de Difusão Espírita (IDE), entidade vinculada ao espiritismo:

Eu lembro que ia com a minha mãe e davam uma cesta básica, dava umas coisas pra minha mãe. Nós ia lá, de menor, quando era de menor. Nós ia e ficava brincando lá com a molecada, pá. Minha mãe ia e ficava lá fazendo palestra.

Além disso, como já apontado anteriormente, quem executou as Medidas Socioeducativas em meio aberto em Araras até 2017 foi uma entidade subvencionada pelo poder público. Portanto, mais uma vez é o terceiro setor quem acompanha Mateus. É compreensível, então, por que o jovem confunde os equipamentos públicos com tais entidades ao ser questionado diretamente sobre a presença do Centro de Referência de Assistência

Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em sua vida. Afinal, o próprio governo já trata de confundir as duas coisas.

Explico onde se localiza o CRAS de seu território e ele se lembra que sua mãe ia ao equipamento para participar de “palestras” para conseguir passagem para visitá-lo na Fundação CASA³¹. Falo algumas ações que devem ocorrer no local e ele se mostra surpreso e decepcionado:

Então, esse CRAS aí... Ô louco, mas não chamaram eu, pra mim fazer curso, nada. Eu tava na rua, tava trabalhando, tava tranquilo.

O desejo de Mateus em fazer cursos já era explícito desde a infância, uma vez que ele relata que pagava para fazer informática com o dinheiro que ganhava engraxando sapatos. Porém, esses cursos só foram garantidos a ele durante execução das Medidas Socioeducativas: na LA fez oficinas de jardinagem e bordado em chinelo; nas internações fez curso de jardinagem, entalhe em madeira, pizzaiolo e outro relacionado à administração e informática. Fica nítida sua satisfação e valorização dessas experiências, às quais ele retoma inúmeras vezes durante a entrevista. Isso ocorre mesmo quando ele conclui que esse aprendizado não alterou sua realidade:

[...] fiz um monte de curso, aprendi bastante mesmo. Aí eu pensei que ia ficar tranquilo, ixi... não adiantou, não. Não adiantou. É as companhias. É as companhias que me arrastou. [...] não pratiquei, né. Foi os outros que praticou e eu paguei, pior ainda.

Neste momento, Mateus está fazendo menção à sua detenção em penitenciária, quando afirma que não tinha envolvimento no crime, então, coloca a responsabilidade pela nova reclusão nas “companhias”. Contudo, ampliando o olhar sobre a questão, podemos dizer que todo conhecimento adquirido, todo certificado recebido, não alteraram seu contexto: ele continua sendo pobre e pardo, visado pelos policiais, na ocasião com 18 anos e um diploma de 6ª série, porém, mal sabendo escrever, vivendo em época de desemprego em massa.

Em relação ao trabalho, além das já citadas experiências como engraxate, vendedor de picolé e funcionário em uma “firma de guaraná”, Mateus afirma ter trabalhado na roça quando vivia em Alagoas, em um lavajato e como servente de pedreiro. Sobre o trabalho de

³¹ Como outros jovens relatam que seus familiares iam visitá-los com apoio da entidade executada da LA, que oferecia a “Carona Solidária”, é possível que tais reuniões estivessem relacionadas a uma condicionalidade imposta pelo equipamento.

engraxate, informamos anteriormente que o jovem relatou gostar do que fazia, tanto que foi a função que executou por maior período. Sobre vender picolés, ele diz que “era muito ruim. Mas eu precisava de dinheiro, aí eu continuava vendendo”. Lembra que era muito cansativo, porque era um carrinho inteiro e não permitiam que ele ficasse parado. Não comenta sobre a função que ocupava na “firma de guaraná”, mas critica o fato de que a “clínica de recuperação”, que o enviou para lá, ficava com uma quantia de seu salário, justificando que o valor retido seria investido em benefício dos internos. No tocante ao trabalho na roça, ressalta: “quatro anos eu já trabalhava na roça, já. Ô, lá é foda, lá. Lá era caatingona. Tinha que matar pra comer a mistura. Matar passarinho, rolinha”. O trabalho no lavajato relata ter sido bom, mas ao mesmo tempo que lavava carros, “eu ficava no meio do crime”, porque “era dos caras do crime lá”. Dessa maneira, o trabalho durou pouco tempo, porque a polícia logo fechou o estabelecimento. Por último, comenta que trabalhou como servente de pedreiro por um prazo ainda menor e explica:

ô, cê é louco. Minha coluna é destroncada, é fora do lugar porque eu caí de moto [...]. Eu peguei uns bagulhos de concreto lá, umas massas lá pra fazer a parede de concreto... quê? Cheguei de tarde... eu fumava maconha, nossa senhora. Parecia que eu tinha apanhado. Nossa, não conseguia andar.

Em seu entendimento, o problema na coluna e o uso de drogas são impedimentos para o trabalho como servente de pedreiro. Contudo, é preciso lembrar que leis nacionais, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o ECA (BRASIL, 1990a), e internacionais, como a Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2000) proíbem que funções como esta sejam executadas até os 18 anos de idade, exatamente por serem compreendidas como prejudiciais ao desenvolvimento físico.

O Esporte esteve presente na vida de Mateus durante grande parte do tempo: ele praticou por vários anos no projeto social, como já mencionado, mas também treinou em escolinha pública de futebol por um curto período, aos 14 anos. O jovem afirma que os motivos de ter abandonado o esporte nesta segunda ocasião foram o compromisso diário de ir ao treino e a falta de fôlego para correr, já que fumava maconha. Posteriormente, nas internações, voltou a jogar futebol e pingue-pongue e passou a jogar vôlei e xadrez, este que aprendeu durante a clausura. Segundo ele, porque mantinha “bom comportamento” dentro das unidades, foi beneficiado com várias atividades externas, o que geralmente envolvia alguma prática esportiva: participou de torneio de pingue-pongue no Itaquerão, de campeonato de

futebol entre unidades e foi mais de uma vez no clube do Corinthians, onde podiam usar piscina e jogar futebol no campo. Por este motivo, Mateus afirma:

Dava mó volta, por isso que eu tirei tranquilo. Tinha vários benefícios, né. E eu ficava tranquilo pra mim ir. O quê? Vou sair pra fora.

Já na LA, fez apenas um passeio para o Horto Florestal de Rio Claro/SP, onde ele e os demais adolescentes andaram de trem. Apesar disso, o jovem ressalta em diversas ocasiões como gostava de cumprir a Medida em meio aberto e apresenta várias razões para isso:

Sempre eu fui participante, eu sempre gostei de participar. É aprendizado, né. Você vai aprendendo. É algo mais pra sua vida. [...] eu limpava, jardinagem lá, não deixava a molecada dar trabalho lá [...]. Mó tranquilo lá. As donas deixavam nós fazer o que nós quisesses lá. Ficava de boa lá, assinava lá, ficava quieto lá. Não era obrigado a fazer [...]. É importante, né [...]. Você compartilha como você tá, eles ajudam você... se tiver no alcance deles, eles ajudam você. Se não tiver, eles pedem ajuda pras outras pessoas [...]. O que mais me marcou mesmo foi quando eu cheguei lá e elas falaram assim: “escolhe a atividade que você quer fazer”. Aí eu comecei a atividade, eu comecei fazer e era bom, era... eu cuidava da horta e ao mesmo eu levava as coisas pra mim comer.

Além das oficinas e do passeio já elencados, o jovem relata que na LA tinha atendimento com as técnicas de referência e “aulas” com as “meninas da faculdade”. Contudo, relata que, por algum tempo, o polícia permanecia no local, porque alguns adolescentes estavam “xingando as donas lá, pegando uns bagulhos lá, sumindo”.

Em relação às internações, além dos elogios tecidos ao ensino oferecido, anteriormente relatados, conta que participava de grupos, palestras sobre doenças e comenta com empolgação de uma oficina sobre política que teve na época de alguma eleição em que eles votaram. Neste momento, Mateus afirma:

Eu aprendi bastante lá na Fundação CASA [risos]. Era bom, nossa. Até hoje... dá vontade de... de voltar fazer um curso, porque curso é bom. Eu aprendi fazer curso lá dentro, lá. nossa senhora.

Apesar de finalizar a frase, após as reticências, dizendo que sua vontade era voltar a fazer um curso, parecia que seu real desejo era ter outras condições de vida: ser, de fato, ensinado, passear, jogar bola, receber cuidados relativos à saúde mental e, também, fazer cursos. Enfim, ter seus direitos de adolescente garantidos.

Ainda assim, Mateus reconhece e critica várias violações de seus direitos decorrentes da internação. Em primeiro lugar, cita o fato de ter sido sempre encaminhado para unidades distantes de Araras, o que dificultava o acesso da família a ele. Ressalta que pediu “aproximação”, mas esta foi negada. Além disso, há a crítica, já mencionada, do ensino precário na unidade de Franco da Rocha/SP. Também fala sobre a violência perpetrada pelos “funcionários”, que incluía agressões, ofensas e ameaças e sobre a estrutura física da unidade: “parecia um bagulho de louco, estrutura de cadeia, cheia de grade, assim, só quadrinha ali, cê é louco. Bagulho duro, rapaz”.

Quem também violou vários de seus direitos foi a Segurança Pública. Mateus conta que suas primeiras lembranças da polícia envolvem a violência perpetrada contra o pai, quando ainda moravam juntos em Alagoas. Segundo ele, as agressões aconteciam porque o pai “dava trabalho”: bebia e batia na esposa e nos filhos, exceto em Mateus. O jovem relata que após chegar em Araras, via a polícia batendo em outras pessoas e lembrava das cenas que envolviam o pai, por isso, desde a infância sua visão sobre a polícia (Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal) é que “aqueles caras é folgado”. Já no início da adolescência, as agressões passaram a se voltar contra ele:

Eles batiam muito ne mim. Porque eu não saía das biqueiras. E eu vendia pra mim usar, pra mim comprar umas coisas pra mim e eles não aceitavam, porque eles levavam eu pra delegacia e eu saía no mesmo dia. No mesmo dia eu já tava na biqueira de novo.

Mas, mesmo antes de seu envolvimento com o meio ilícito, Mateus já era conhecido pelos policiais, pois o Conselho Tutelar os acionava para que o recolhesse quando estava pelas ruas desacompanhado dos responsáveis, o que nos remete à doutrina da Situação Irregular, implantada pelo 2º Código de Menores (BRASIL, 1979), já apresentado no Capítulo 1:

Vixi, o Conselho vivia em casa, vivia atrás de mim [...]. Tinha uma mulher lá, nossa [...]. Aquela véia dava trabalho [risos] [...]. Ela seguia. Ô. Ela seguia eu [...]. Aí ela chamava polícia pra mim. Na onde que ela via eu, ela chamava a polícia. Aí a polícia pegava eu e levava eu lá no Conselho: “o que você tá fazendo?”

O jovem afirma que já presenciou um policial usando droga durante uma ação da qual ele foi alvo. Relata:

Os caras cheirou na minha frente uma vez. Falei: “ai, que vergonha [...]. Como vocês querem cobrar nós? Vocês não dão nem exemplo. Acabou de ir no carro lá cheirar. Eu vi você cheirando. [...] você acabou de cheirar a minha droga, senhor”.

Por outro lado, se indigna com o fato de os policiais tratarem usuários de drogas como tratam outros infratores e faz uma constatação de extrema relevância: o uso de drogas é questão de Saúde e não de Segurança Pública. Ele diz:

O cara é dependente químico, o cara usa muita droga, o cara vive ali, vendendo ali pra usar. O cara não tá vendendo ali de propósito, pra ganhar dinheiro, pra destruir família. O cara vende ali pra usar, é doente. É uma doença a dro... o uso... o dependente químico é uma doença, cara, tá louco, não tem cura, não.

Ainda, como já apontado, Mateus afirma que as duas vezes em que foi preso depois dos 18 anos, não havia cometido crimes, portanto, foi encarcerado injustamente. Além disso, em uma dessas ocasiões, a polícia atirou em sua direção e por pouco não acertou. Já na outra, bateu em seu irmão, que não tinha nenhuma passagem policial, apenas porque ele teria dito que não tinha dinheiro e, após abordagem, constataram que ele portava uma porção de maconha e R\$ 45,00. Por estes motivos, o jovem relata que “os caras oprimem quem não tem nada a ver, os caras forjam”. E acredita que, se encontrar atualmente os profissionais que já o conhecem, eles

vão querer jogar pergunta pra mim, jogar piada, se eu tiver na porta de biqueira, vai querer forjar eu. Porque já falou já que, se depender dele, eu não fico na rua mais [...]. É, ele falou isso daí pra mim em 2015.

Apesar de generalizar as críticas em grande parte de sua fala, Mateus, assim como Lucas, reconhece que os policiais não são todos iguais:

tem policial bom e tem policial ruim. Tem policial corrupto e tem policial que é justo, que é certo. Igual político: tem político corrupto... tem em todo lugar, você sabe. O mundo é podre.

Ele exemplifica isso com uma abordagem de militares que não o conheciam e questionaram o que ele estava fazendo em frente a uma “biqueira”, o liberando ao não encontrarem nada ilícito com ele, sugerindo que estes policiais foram justos. Ainda assim,

mesmo os considerados “justos” por ele, seguem o princípio de suspeição apontado por Takeuti (2012) e já discutido neste trabalho:

[Os policiais que não o conhecem, abordam] só se... tipo assim, ficar olhando muito pra ele, tiver alguma suspeita, que eles veem assim. Sabe? Se tiver com bermuda de palhaço, de Bob Marley, sabe? É umas marcação que eles já sabem: “não, isso aqui tá estranho. Vamos enquadrar”. É... mas os conhecidos, sim. Os conhecidos não deixam passar batido. Pode tá até de pastor, que eles já quer...

Porém, nada parece ter sido mais difícil em sua vida do que o tempo de clausura na penitenciária. Talvez porque sua soltura fosse recente, mas o fato é que Mateus contou, durante toda a entrevista, inúmeras histórias trágicas de sua reclusão, como: a opressão e o “deboche dos funcionários”, que xingam sem motivo; a alimentação precária; os 10 dias que passou no “pote” (uma cela pequena onde os presos ficam de castigo) porque perdeu a hora de voltar para sua cela; o colega que morreu eletrocutado neste “pote”; o fato de ter ficado preso por dois anos e cinco meses quando era pra ter saído com 10 meses; a corrupção existente com venda de água da cadeia; as ordens dadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), que segundo ele “manda lá dentro”; a ação truculenta do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) ao descobrir o plano de “rebelião” que se desenhava; os contatos com a mãe apenas através de vidros, uma vez que ela não passava no detector de metais devido a uma prótese na perna e; o fato de ter desenvolvido uma “gastrite nervosa” neste período.

Ainda assim, ao ser questionado sobre qual serviço mais contribuiu positivamente em sua vida, ele afirma ter sido a penitenciária e justifica que o sofrimento causado pela instituição o levou a refletir nos objetivos para sua vida e a mudar de hábitos, além de ensiná-lo a ter paciência: “o sofrimento que fez eu pensar e raciocinar que isso daí não vale mais nada”, “foi um ato de experiência”.

Porém, também considera que a penitenciária foi a que mais o prejudicou:

Mesmo tempo valeu a pena, mesmo tempo não valeu a pena, porque foi o sofrimento pra mim erguer a cabeça pra cima, pra mim seguir em frente e recomeçar. Que eu aprendi bastante coisa [...]. Ao mesmo tempo, também, eu perdi muito tempo da minha vida, perdi muito tempo da minha vida. Eu... só dei desgosto pra minha família, só sofri, só, assinei LA, é... não podia ficar mais do que 10 horas na rua, é... tomando enquadre de polícia.

Mas, enquanto ensaiava a conclusão sobre qual serviço lhe foi mais prejudicial, Mateus dá outras respostas à questão. Inicialmente, diz: “mais prejudicou eu? Nossa! Todos

prejudicou eu. Todos, né”. E continua: “o que prejudicou mesmo foi minhas atitudes, né, pra falar verdade pra você”. Finalizando com um relato trágico e poético:

Porque, falar a verdade pra você, o funk mesmo que acabou com tudo. O funk acabou com tudo. Cê é louco. Você escuta aquelas músicas lá: “vamos dar um pião, de carrão...”. E o cara vê, pá. “Andar de cordão...”. Você acha que o sonho do cara que tá escutando aquilo ali, não é ser aquilo ali? É realidade, é... o cara quer andar com cordão. E pra andar com cordão tem que trabalhar bastante de menor [risos]. Nossa senhora. E o cara não vai ter o cordão, então o cara vai ter que roubar pra comprar o cordão. Pra ir pro baile funk, ele não vai ter dinheiro. A mãe dele não vai ter dinheiro pra ele ir lá pro baile funk. Tem oito filhos. Oito filhos. Vai ter que traficar, vai ter que fazer alguma coisa, trabalhar. Mas trabalhar também já não adianta mais. Ele já não aguenta trabalhar de servente de pedreiro. Não ia trabalhar mais porque o Conselho Tutelar não deixava eu em paz. Ah, então era isso. Eu tava iludido. Eu preferia ficar na ilusão mesmo, nas drogas mesmo, traficando, usando droga, do que... do que procurar outros lugares, porque não tinha mais oportunidade.

Assim, Mateus nos remete ao lugar do fetichismo da mercadoria, teoria elaborada por Karl Marx e muito bem problematizada por Roman (2009) se referindo a jovens em conflito com a lei.

Questionei a este jovem se ele acreditava que algum serviço deixou faltar algo a ele no passado, ao que ele responde:

Nossa senhora. Eu não tinha nada, né. Não tinha nada, queria trabalhar. Se o Conselho Tutelar deixa eu trabalhar lá, de boa lá, deixasse eu engraxar sapato, eu ia tá de boa até hoje. Sabe por que eu ia tá de boa até hoje? Porque é o seguinte: eu ia engraxar sapato [...], eu tava pagando curso de informática. Eu tava pagando. Ia engraxar sapato, tava pagando [...]. Foi isso daí. Falta de dinheiro e o Conselho Tutelar também. Se eles arrumam um curso pra mim, eu ia ficar de boa. Se eles pagam o curso lá pra mim, eu ia ficar de boa, mas não tinha, não podia, né. Não tinha como.

E finaliza a entrevista dizendo: “Já sei como é que tá a rua, já. Mó crise. Mas eu vou tentar arrumar um trabalho. Vou tentar, vou tentar. De qualquer jeito, nem se for pra colher laranja. Ali no lixão, separar reciclagem. Cê é louco. Voltar pra cadeia nunca mais”.

3.4 Igor

Igor estava prestes a completar 20 anos em 26/04/2018, data da entrevista. Morava com a namorada de 15 anos, que estava grávida de pouco mais de um mês. Trabalhava numa cooperativa de reciclagem há cerca de dois meses, recebendo em média R\$ 650,00 mensais. A

namorada não estava trabalhando, portanto, sua renda per capita era de aproximadamente R\$ 325,00. O jovem se considera pardo.

Relata ter se envolvido com tráfico por volta dos 12 ou 13 anos de idade. Também cometeu “furtos” e “roubos”. Sua primeira privação de liberdade ocorreu aos 14 anos no CIP Topázio, que fica no complexo do Brás, em São Paulo/SP, de onde saiu transferido para um CI de Franco da Rocha/SP, unidade em que permaneceu por 11 meses. Não ficou claro por qual ato infracional ele respondeu nesta ocasião. Afirma que dois ou três meses após ser liberado, passou por nova internação, devido a um “roubo”, agora em CIPs de Limeira³² e de Campinas³³ (Rio Amazonas), sendo transferido para a unidade Andorinhas, também em Campinas, onde cumpriu internação, totalizando um ano e um mês de privação de liberdade por este processo. E, novamente, após alguns meses em liberdade, ficou internado por mais um ano e três meses, por um “assalto”, em uma das unidades da Vila Maria, na capital, cumprindo LA por seis meses como progressão de Medida, encerrando o processo socioeducativo cerca de dois anos antes da entrevista. De acordo com Igor, ele recebeu determinação de cumprimento de LA em mais de uma ocasião, porém, cumpriu apenas a última.

3.4.1 As políticas sociais na vida de Igor

Igor nomeia todas as escolas nas quais estudou, desde a creche até o 2º ano do Ensino Médio, série que evadiu no segundo semestre de 2017, por causa do trabalho. Foi um dos únicos entrevistados que estava estudando ao ser internado pela primeira vez. Na ocasião, estava na 5ª série, aos 14 anos, portanto, já havia repetido algumas vezes. Na Fundação CASA, concluiu a 5ª, fez a 6ª e a 7ª séries. Entre uma internação e outra, voltou a estudar, mas evadiu porque mudou de endereço, retomando a escolarização no ano seguinte. Relata que nunca teve dificuldade de conseguir vaga quando saía da Fundação CASA, porque a mãe sempre falou da LA imposta, o que, via de regra, leva a escola a entender a obrigatoriedade da matrícula. Segundo o jovem, essa comunicação não resultava em preconceito e discriminação. Nega dificuldade de aprendizagem, mas afirma que fugia bastante da escola e que, na 5ª série, ao chegar das aulas, já ia praticar atos infracionais. Na ocasião da entrevista, dizia ter a

³² As unidades de Limeira ficam a cerca de 35 km de Araras, sendo as mais próximas do município depois da unidade de Rio Claro.

³³ A cidade de Campinas/SP fica a aproximadamente 80 km de Araras.

pretensão de concluir os estudos na EJA e que, para isso, tentaria se matricular no segundo semestre de 2018.

O jovem também diferencia as experiências que teve em relação à escola dentro e fora da Fundação CASA, porém, apesar de mencionar que o professor explicava melhor na internação, enfatiza que a diferença dizia respeito à atenção dos alunos que ficava voltada apenas aos estudos enquanto estavam internados:

Dentro da Fundação era mais gostoso estudar. Porque você sempre ficava só focado ali, focado numa coisa só. [...] os outros só queriam ficar brigando e você não aguentava. Eu já pegava e ia pra escola. Na escola, eu conversava com o professor, o professor ensinava uma matéria... explicava de uma forma melhor e eu distraía minha mente através disso, indo pra escola.

Com exceção dessa diferença no tocante ao interesse pelos estudos, Igor avalia positivamente as experiências escolares na clausura e em liberdade, dizendo que na escola regular também aprendeu muito. Porém, quando questionado especificamente o que lhe marcou destas vivências ou o que, de fato, aprendeu e foi positivo na escola, ele apresenta respostas vagas e reticentes:

Me ensinou muita coisa, viu. Porque, se eu não tivesse escutado a minha mãe, hoje eu ia passar mal, porque ela falava assim pra mim: “filho, presta atenção na escola porque mais pra frente você vai precisar”. E eu nunca dava bola. “Filho, presta atenção na escola”. Quando eu fui prestar atenção, começou a aparecer o que ela falava pra mim, entendeu? Começou a aparecer umas dificuldades que, se eu não tivesse a inteligência que aprendi na escola, eu ia tá no buraco essas horas, entendeu? Marcou muita coisa, como... me ensinou a... olhar os dois lados também. A escola. Olhar os dois lados de qualquer situação. E é mais isso mesmo que eu aprendi [...]. Porque, querendo ou não, a matemática mesmo, se não tiver a matemática, você não constrói uma casa, entendeu? Tipo assim, referindo à escola. E... sei lá. A maneira que você escreve... Entendeu? É tudo isso.

Ainda, em relação à Fundação CASA, o jovem salienta que a educação que acredita ter sido positiva se restringia à escolar, uma vez que também entende como ensino o tratamento oferecido a eles pelos funcionários e este era muito ruim.

O ensino... bom assim, na escola, né. Porque tinha o ensino dos funcionários lá dentro, que não era do jeito adequado. Tipo... o jovem já tá preso ali, entendeu? Já tá com a cabeça estressada, um monte de coisa acontecendo lá na rua. Eles saem e entram na hora que eles quiserem. Eles têm que ter paciência mais com o jovem lá, entendeu? Só que não, só que, tipo... O jovem já tá bravo, ao invés de você deixar o jovem acalmar, eles já começam

a discutir mais, aí já arrasta o moleque lá dentro e quer bater no moleque, entendeu?

Em relação à Saúde, sempre foi acompanhado pelo mesmo PSF e a mesma UPA, usava os serviços do Centro de Atendimento de Especialidades Médicas (CAEM) para pegar remédios e foi uma vez ao CAPS. Nada comenta sobre a UPA. Sobre o atendimento do PSF, relata que os profissionais sempre passaram em sua casa, mas isso tem sido mais frequente recentemente. Apesar disso, Igor relata que os profissionais perguntam apenas pela sua mãe. Também avalia que ficou mais fácil conseguir remédios agora que existe o CAEM (o qual foi inaugurado em 2012). O jovem afirma ter feito uso de drogas na adolescência e diz que muitas pessoas sabiam, mas não lhe ajudaram:

Muitas pessoas sabiam, mas ninguém... tem pessoas... [...]. Tem pessoas que gostam, ainda, sabia? De ver você naquele estado. É pra se sentir superior, entendeu? [...]. É só povo da rua mesmo. O pessoal da Saúde, não. Só o povo da rua mesmo.

Dessa maneira, aparentemente, somente quem cuidou dessa questão foram os técnicos da Fundação CASA de Franco da Rocha/SP que viabilizaram seu transporte para atendimento no CAPS de Araras uma semana antes de ele ser liberado. Contudo, esta ação não foi suficiente para que se estabelecesse o vínculo necessário para a continuidade do acompanhamento. Em relação a isso, ele apenas relata que

Eles me trouxeram de lá aqui de van [...]. Pra uma hora de atendimento e me levaram de volta [...]. Foi bom, né. Porque eu já tava 11 meses sem ver a rua [risos]. Tava 11 meses sem ver a rua. Na hora que eu saí, eu fiquei bobo, mano. Aí eu saí. Fiquei uma semana lá e já minha mãe já foi buscar eu.

Chama a atenção o fato de que, quando questionado se acreditava que precisava de tratamento de Saúde para as drogas ou se a Saúde sabia de seu problema com drogas, ele não responde sobre a política; fala dele e dos vizinhos, como se a responsabilidade coubesse apenas a eles. Assim, em relação à necessidade de tratamento de Saúde, ele diz:

Quando a pessoa quer, não tem como você mudar... quando a pessoa quer mudar, não tem como, a pessoa muda. Agora, quando a pessoa já tá no buraco e não quer sair do buraco, não quer ajuda, então não tem como tirar ela daquele buraco. [...] eu comecei a pisar no freio [...]. Aí eu tentava trazer meus colegas comigo [...]. E tem muitos colegas meus que tá até hoje. Tá até hoje, tá pior, tá feio e... tipo assim, não mudou porque não quis. Teve todas as oportunidades, entendeu?

Reforçando a colocação acima, diz ter parado de usar drogas por ter “tomado juízo”:

Graças a Deus eu já dei a volta por cima, já não uso mais droga, tô regenerado, tô pra ser pai também... então, tem que tomar juízo.

Assim, Igor mostra que não conta com apoio de instituições para superar suas dificuldades; ele espera que elas sejam sanadas com esforço próprio, apoio dos vizinhos e força divina.

Em relação ao Esporte, na infância, Igor treinou futebol em um campo público perto de sua casa e em uma escolinha no Centro da cidade. Entre as interações, fez aulas de judô e jiu-jitsu numa academia particular que oferecia bolsas de estudo para alunos que passassem em uma prova. O jovem não relata se fez algum esporte na Fundação CASA, além de suas “flexões” diárias. Diz ter parado de jogar futebol porque começou a fumar e perdia o fôlego. Sobre as artes marciais, afirma ter participado de campeonato em outra cidade, onde ganhou medalha de ouro, porém, relata ter parado com os treinos devido ao término de sua bolsa. Igor lamenta ter parado de praticar atividades físicas e relata acreditar que seria uma pessoa melhor agora se não tivesse feito essa escolha. Quando questionado o que acha que aconteceu para que ele saísse “desse caminho”, como ele mesmo diz, responde que foi “mal companhia”. Atualmente, o jovem diz que apenas joga futebol como lazer na quadra de uma escola municipal que fica ao lado de sua casa, e abre aos finais de semana para uso da população.

Igor também participou do projeto social do oratório Dom Bosco, porém, por pouco tempo, parando porque era um dos mais velhos da turma, já que tinha cerca de 16 ou 17 anos: “só via, do meu lado, criançada [...]. Falei: ah, não. Vou procurar outra coisa”. Isso parece apontar para a falta de projetos voltados a adolescentes mais velhos.

Ele, recentemente, conheceu o CRAS, pois fez seu cadastro para receber cesta básica. Conta que antes estava incluído no cadastro da mãe, que também recebe cesta e recebia o benefício do Programa Bolsa Família. Ainda assim, Igor não sabia que o Cadastro Único, que serve de base para triagem de quem necessita de tal benefício, é feito no CRAS e, provavelmente, seja o mesmo que fez para receber a cesta. Isso demonstra uma falha do equipamento em fornecer orientações e esclarecimentos necessários sobre seu funcionamento e os serviços oferecidos no local. Além disso, quando questionado se a mãe participava de reuniões ou grupos no CRAS, ele confirma, porém, depois percebe que estava confundindo o equipamento com a entidade executora da LA, onde, de fato, a mãe ia para ser beneficiada com a “Carona Solidária” que ofereciam aos familiares de adolescentes internados. Se o

jovem não tem clareza do que é e para que serve o CRAS, por outro lado, assim como Mateus, ele conhece muito melhor o IDE:

Nossa, é mesmo, né. Tem que ir de sábado lá, né? [...] Vou lá comer uma sopa. Faz tempo que eu não como sopa lá. Eu era pequeno e minha mãe levava eu lá. [...] Ela participava [de grupo]. Do IDE. Tem um quadrão grandão do Chico Xavier, né? Não é? Daquele rapaz que fala com os mortos lá. [...] Aí nós ia lá, né... dava brinquedo pra criançada, antes. Era gostoso mesmo.

Igor relata que nunca teve que se afastar de casa e só foi acompanhado pelo Conselho Tutelar devido às fugas da escola. Porém, quando apresento as atribuições do órgão e questiono se ele acredita que o mesmo deveria ter sido mais ativo em sua vida, ele responde:

Ah... não sei... Eu acho que não ia mudar em nada, não. [...] Acho que não ia mudar em nada, porque, se passasse, se não passasse... Ah... se pensar bem, deveria viu. [...] Ah, porque uma vez meu pai me espancou, que eu vou falar pra você. [...] Minha mãe foi lá e só falou pra professora na escola. Só isso. Depois brigou com ele. [...] Eu tinha uns 11, 10 anos. [...] Minhas costas ficaram tudo marcada assim, com casquinha depois.

Novamente, chama a atenção o fato de Igor fazer menção aos direitos violados pela família, mas não pelos serviços e equipamentos, mesmo que o esclarecimento sobre a atuação do Conselho Tutelar incluísse exemplos de violações executadas por instituições.

Passando todo esse tempo internado, o jovem conseguiu fazer vários cursos na Fundação CASA. Cita os de hidráulica, montagem e manutenção de micros, pizzaiolo e garçom e me mostra o certificado de cozinheiro auxiliar. Diz ter feito mais e ressalta que todos os certificados estão guardados. Contudo, apenas uma vez foi procurar emprego num restaurante com o certificado de garçom, mas o dono do estabelecimento justificou que as vagas estavam preenchidas e ele não tentou mais se empregar usando os documentos como recurso. Na LA, assim como os demais, apenas fez oficinas de bordado em chinelo e caixas artesanais.

Após sair da internação, seu pai lhe pagou um curso de Segurança do Trabalho, porém, a escola que oferecia o curso fechou logo após ele iniciar as aulas e devolveu seu dinheiro, porém, ele nunca mais encontrou outra instituição que oferecesse esta capacitação. Sobre isso, relata que, depois da desinternação, seu pai lhe disse: “agora você vai virar gente, mano. Eu vou pagar um curso”. E conta de sua expectativa: “eu fiquei até feliz, né. ‘Agora eu vou, né’. Fui uns dias, daqui a pouco... Do nada, eu fiquei até... ruim”. Isso mostra como, até

quando se está com condições de arcar financeiramente com cursos que lhe são interessantes, é difícil encontrá-los. O que dizer dos cursos oferecidos gratuitamente?

A confirmação de que os cursos profissionalizantes não alteram a realidade desses jovens pode ser obtida pelas experiências de trabalho de Igor após as internações: servente de pedreiro, ajudante de pintor, colheita de laranja e membro da cooperativa de reciclagem. Como servente de pedreiro, ele ajuda o pai, quando este tem serviço e já trabalhou numa construtora por algum tempo. É a tarefa que ele mais executa e diz que “gosto, adoro!”. Sobre a experiência como ajudante de pintor, falou rapidamente que atuou na aeronáutica. Na cooperativa estava trabalhando havia cerca de dois ou três meses por falta de opção, mas já trabalhou lá em 2016 inteiro, saindo para ganhar mais na construtora, que o chamou para uma obra e, depois, nunca mais. Depois disso é que trabalhou na colheita de laranja em uma fazenda e sobre esta experiência, conta:

Só que tinha muita cobra e eu tenho medo de cobra [risos]. E era muito longe. Se uma cobra picar você, você fica paralisado.... Morreu, entendeu? E aí, eu tenho amor na minha vida [risos] e pedi a conta.

Ainda assim, quando questionado sobre o que mais contribuiu positivamente em sua vida, ele relata que foi este trabalho, pois, apesar de até sonhar que tomava mordida de cobras, de tanto medo que sentia, foi ele que sustentou sua casa quando estavam prestes a ficar sem energia por falta de pagamento. Ele estava desempregado, seus pais já estavam separados e a mãe, com quem ele morava, estava se recuperando de um recente Acidente Vascular Cerebral (AVC), portanto, não podia mais trabalhar e ainda não estava recebendo “do governo”. Ele comenta: “eu não sei o que eu podia fazer sem esse serviço aí. Porque esse serviço que me ajudou a pagar a conta de água, a conta de força, a colocar o que comer dentro de casa”.

Mas, se a realidade social não mudou após toda essa experiência, algo nele parece estar diferente. Isso porque, enfrentando toda essa dificuldade financeira, sem oportunidade de trabalho digno, seria muito mais fácil voltar a cometer crimes para conseguir dinheiro, do que enfrentar cobras. Não podemos afirmar que foi um motivo, outro ou todos juntos que o afastou do meio ilícito, mas é importante atentar para este fator.

Em relação às Medidas Socioeducativas que cumpriu, diz que a LA “é bom, tira um pouco a molecada da rua”. Relata que deixou de fazer muita coisa “errada”, porque lembrava que tinha que ir na entidade: “já ia pra LA, já acalmava, já nem fazia mais nada. Já comia um lanchinho gostoso que depois do atendimento eles davam...”. Porém, só cumpriu a última determinação de LA e justifica que não comparecia às outras “por cabeçada minha, teimoso”.

E mais uma vez a responsabilidade se volta somente a ele. Em outro momento, relata: “era de menor, achava que não dava nada. Mas já chorei muito escondido aí, viu. [...] Ah, sofria, né. Sofria. Sofria bastante”.

Sobre as internações, ele as define em uma palavra: “pesadelo”. Mas complementa: “cê é louco. Perdi tanta coisa da minha vida. Tanta coisa”. Ele conta do adolescente que se matou em sua frente devido à abstinência de drogas; de como a unidade da Vila Maria era perigosa porque os meninos andavam com facas e drogas; das “rebeliões” pelas quais passou e do medo que sentia nessas circunstâncias por ser grande e sofrer maiores consequências por isso, por exemplo, quando o Batalhão de Choque assumiu o controle da unidade e trincou duas de suas costelas e lhe quebrou um dedo. E, quando questionado sobre o que mais lhe marcou de todo o período de internação, ele responde:

Ah, você conhece muita pessoa boa [dentre os adolescentes] também, viu. Você conhece muita pessoa que não devia tá ali. [...] Pessoa que não tem um pingão de maldade e cai ali e acaba chorando, sofrendo. [...] um menino que nós vimos ontem mesmo de bicicleta ali, ele tava comigo em Franco da Rocha, fazia acho que sete meses que ele não via a mãe dele, a filha dele tava pra nascer. Ele tentou se matar na minha frente, mano. [...] Fora os outros que eu vi morrer, né.

Desta forma, observamos que, mesmo quando ele traz à tona boas recordações, que remetem a alguns adolescentes com quem conviveu, ele logo se dá conta da tragédia que foi a internação na vida desses garotos.

Ainda assim, ele encontra aspectos positivos nesta Medida e a aponta como a política que mais contribuiu positivamente em sua vida:

Ah, a Fundação CASA [foi a política que mais contribuiu], viu. Porque a Fundação CASA, querendo ou não, não é todas as pessoas lá [dentre profissionais e adolescentes] que é ruim. Tem pessoa lá que tá ali pra tentar tirar mesmo você da vida do crime. Tentar tirar você das drogas, da bebida. Tentar fazer você um civil normal, entendeu? Um civil que não dá problema pra população, meu. Porque não é todos que é do mal, ali. Tem gente que tá ali por prazer. Faz o mal por prazer. Igual aqui fora: tem gente que faz maldade por prazer, porque gosta de ver a outra pessoa no... na pior. Mas lá, não. Lá também tem pessoa que estende a mão pra você.

Igor conclui seu relato avaliando que a internação é uma Medida necessária, inclusive por longos períodos como os que ele passou, “pra você aprender, meu. Porque se você fica pouco tempo, a pessoa fica sem vergonha. A pessoa já vai sair, vai aprontar de novo. Agora, quando o cara sofre na pele mesmo, porque eu falo por experiência própria, que a lei não está

errada”. Desta forma, percebemos que Igor, assim como Mateus, declara que fator decisivo para a pessoa deixar o meio ilícito é o sofrimento, causado pela reclusão, violência, opressão, saudade e não qualquer ação dita socioeducativa que possa ocorrer dentro ou fora da internação, nem mudanças no contexto social, o que, no máximo, implica na mudança dos companheiros. Contudo, analisando todo o contexto das falas de ambos, percebemos que eles próprios reconhecem que a situação é muito mais complexa do que suas respostas faz parecer, uma vez que relatam toda dificuldade que vivenciaram em suas trajetórias de vida, os direitos que tiveram garantido dentro das unidades de internação e a atenção dispensada a eles por alguns profissionais da Fundação CASA.

Igor ainda salienta que a internação é importante porque existe muita “pessoa errada”, dentre as quais ele inclui “estuprador, pessoa que mata criança, pessoa que abusa de criança, pessoa que... sei lá, mano, mata velho, judia de velho”. Acrescenta que, para essas pessoas, defende até a pena de morte. Esse é mais um dos discursos ideológicos reproduzidos das classes média e alta, que esconde o fato de que quem está fazendo crescer o número de centros socioeducativos e de prisões não são assassinos e estupradores, psicopatas e perversos. São jovens como ele, pobres e negros (ou pardos), usados pelo tráfico de drogas e que encontram nos furtos e roubos a saída para sobreviver num mundo consumista e competitivo (ZALUAR, 2004).

A última política sobre a qual conversamos foi a Segurança Pública. Igor relata não ter lembrança das polícias antes de seu envolvimento com o meio ilícito. Porém, recorda que, por volta dos 12 ou 13 anos de idades, eles passaram a invadir sua casa com frequência, danificando e quebrando coisas. Ele dá detalhes das bruscas abordagens:

Quando eu comecei a me envolver mesmo, os caras invadiam aqui direto. Se você for ver ali no fundo, ali, é quase tudo quebrado, as polícias quebrou porta, quebrou tudo. Eu tinha uma cama de casal linda [...], com a cabeceira assim atrás. Os caras já entrou, nossa. Moeu minha cama, mano. Moeu, por causa de um baseadinho desse tamanho, assim ó. [...] E você vê, o portão aqui é desamparado, entendeu? Eles metiam o pé pra dentro, fuuu. [...] Eles vieram aqui na cozinha, pegou um saco de café, pó de café... você já jogou pó de café na espuma? [...] Mofa tudo a espuma. Jogava... rasgaram meu colchão e jogaram. [...] Quebraram meu guarda-roupa novinho. [...] Eu tinha uma moto, quebraram tudo minha moto...

Além disso, o jovem relata que já apanhou muito desses profissionais, que, inclusive, já atiraram em sua direção duas vezes, quando tinha cerca de 16 ou 17 anos: uma vez porque estava correndo de moto e outra porque acompanhava um grupo de rapazes que estava vendendo drogas e correram da abordagem policial. Esses relatos são chocantes porque nos

mostra, escancaradamente, o quanto a vida desses jovens é descartável: atirar contra alguém porque ele corre de moto ou porque vende drogas? Isso acontece com jovens da classe média? Se acontecesse, qual seria a consequência para o policial?

Igor também aponta para uma questão relevante de ser discutida: a hegemonia da ideia de que o trabalho dignifica o homem, difundida desde a Revolução Industrial. Ele conta que

tinha uma carteirinha da aeronáutica e servia como documento também. Eu sempre andava na minha carteira. E aí os policiais vinham, me abordavam, viam aquele documento, já falava: “não, esse jovem aqui é direito”, entendeu?

Relata, assim como os demais, que, na ocasião da entrevista, era difícil ser abordado por policiais, mas ainda acontecia.

Por tudo isso, Igor também acreditava que a política que mais lhe prejudicou foi a Segurança Pública, porque a polícia “forja”, “tinham rinha comigo” e

tem muito policial que faz o mal por prazer mesmo. Tem os problemas deles na casa deles, sei lá, acho que a mulher deles rejeita eles, não sei, e sai pra rua... igual um cachorro com fome: qualquer coisa que acha no lixo aí, quer... entendeu? Quer mastigar. E eu prefiro ficar dentro da minha casa hoje.

Ele também faz questão de dizer que isso não pode ser generalizado para todos os profissionais, uma vez que “tem muitas pessoas que tá ali pra prezar o bem da outra pessoa, a segurança”.

Para finalizar, pergunto para Igor se ele acredita que algum serviço poderia ter feito mais por ele que pudesse evitar que ele se envolvesse com o meio infracional e ele responde:

Eu acho que o Conselho, né. [...] Porque se o Conselho pega e fala... tipo assim, pros meus pais: “se seu filho não andar na linha, nós vai arrancar ele de vocês”. Entendeu? Aí não ia ter como. Eu ia ter que andar na linha. Só que o Conselho não participou muito da minha vida, igual você falou. Aí eu achava que era livre e espontânea vontade. Que era à vontade fazer as coisas.

Este relato mostra a falha das políticas em relação ao apoio ofertado à família. Se a Assistência Social trabalhasse com famílias no sentido de seu fortalecimento e empoderamento, ao invés de se focar na gestão de benefícios e execução de grupos de maneira burocratizada, talvez a realidade desse jovem fosse diferente.

Assim, apesar de continuar trazendo a responsabilidade dos atos para si, Igor começa a se dar conta, no final da entrevista, de que tem direitos e de que alguns órgãos têm o dever de garanti-los, mas o negligenciaram esse tempo todo.

3.5 Fernanda

A única menina entrevistada tinha 17 anos na ocasião de nosso contato, em 02/05/2018. Morava com a tia materna, uma prima, uma irmã e um sobrinho, uma vez que os pais estavam presos. Naquele momento, ninguém da casa trabalhava e a renda per capita aproximada de R\$ 190,00 vinha da pensão recebida pela irmã devido à morte de seu pai. A casa em que moravam é do avô materno, que residia com a companheira em outra construção no mesmo terreno. Fernanda também já morou com esse avô e na casa de outra tia materna. Ela viveu pouco tempo com o pai, que já foi preso diversas vezes: “eu não tive uma convivência com o meu pai, porque ele sempre viveu preso. [...] ele vai e volta, vai e volta. Mas ele fica mais preso do que na rua”. Inicia os relatos dizendo que a mãe foi presa quando ela tinha 12 anos, porém, mais ao final da entrevista, revela que ela também foi detida três ou quatro vezes desde a infância de Fernanda. Diz que o pai já cometeu vários crimes e exemplifica com tráfico e “roubo”. Sobre a mãe, relata apenas o tráfico.

A adolescente começou a fumar maconha e a vender drogas aos 12 anos, idade em que foi flagrada traficando pela primeira vez. Relata, assim como Diego, que não foi internada na ocasião por causa da idade, mas até a audiência já tinha completado 13 anos e fora encaminhada para internação provisória na Fundação CASA. Foi liberada após os 45 dias com determinação de cumprimento de LA, mas não cumpriu integralmente. Cerca de um ano depois, foi novamente apreendida e passou 20 dias internada. Afirma que o motivo desta internação foi agressão a um policial. Conta que o mesmo a abordou enquanto ela fumava maconha num campinho perto de sua casa e a chamou de “filhote de puta” e “vagabunda”. Ela contrapôs a ofensa e ele a agrediu, ao que ela também respondeu. Segundo ela, os policiais a algemaram e “forjaram” o porte de 29 porções de droga. Ao sair, não houve tempo suficiente para a chegada do ofício com determinação de nova LA, pois, após 23 dias de liberdade, Fernanda foi flagrada vendendo drogas mais uma vez e voltou para a Fundação CASA onde permaneceu por um ano e dois meses. Foi liberada com imposição de LA em 2016, mas devido às suas faltas, continuava cumprindo esta Medida até a data da entrevista. Todas as suas internações foram na capital.

3.5.1 *As políticas sociais na vida de Fernanda*

Fernanda se lembra de todas as escolas pelas quais passou, desde a creche. Relata não ter dificuldade de aprendizagem, porém, conta que repetiu a 4ª série, quando sua tia solicitou sua retenção devido a dificuldades na leitura. Aos 12 anos, como já relatado, iniciou envolvimento com meio ilícito, o que culminou em sua evasão escolar na 5ª série. Lembra que:

Antes disso, minha mãe e meu pai, eles... minha mãe, né. Porque meu pai sempre viveu preso. Aí minha mãe, ela pegava no meu pé, pra mim estudar e pra mim ir pra escola, isso e aquilo. Aí eu ia. Aí, depois que ela foi presa, aí que tudo isso aconteceu. Que aí eu parei de ir pra escola, comecei usar droga, comecei a traficar...

Ficou cerca de um ano evadida, até que passou pela Fundação CASA pela primeira vez. Pelo que é possível compreender dos relatos, entre a primeira e a segunda internações, ela retorna à escola e finaliza a 5ª série. Porém, não passa o tempo todo de liberdade estudando e explica que “não tava com pensamento em estudar, né senhora. Eu tava com pensamento em ganhar dinheiro, vender droga, então, não pensava em estudar”. Volta pra Fundação CASA mais duas vezes e, nesta terceira internação, que dura mais tempo, cursa a 6ª e a 7ª séries. Após a liberação, Fernanda vai morar com outra tia materna, em um bairro distante do seu de origem, então, passa a estudar em nova escola. Porém, teve uma discussão com o diretor e foi transferida compulsoriamente para uma escola do Centro da cidade, onde concluiu a 8ª série. Em 2017, voltou a morar com a irmã, na casa do avô, e tentou se matricular na escola mais próxima, mas havia ocorrido um remanejamento nas equipes gestoras das escolas estaduais e o diretor que a expulsou estava, agora, à frente dessa escola e não lhe aceitou como aluna. Assim, na ocasião da entrevista, Fernanda estava cursando o 1º ano do Ensino Médio em uma unidade bem distante de sua residência, mas podia frequentar as aulas por meio de transporte público gratuito.

Fernanda tem lembranças positivas da escola, tanto de dentro, quanto de fora da Fundação CASA. Da escola regular, se recorda de um professor que “sempre pegava no meu pé. E ele era legal comigo, assim. Às vezes, eu não queria fazer a lição dele, ele chamava minha atenção, sentava do lado pra mim fazer, ensinava”. Já da unidade de internação, se lembra de uma professora que “era um amor de pessoa. Ela ajudava nós, aconselhava nós. Que quando nós saísse, era pra ir atrás do nosso estudo. Que não era só porque nós tava lá dentro que nós tinha que estudar. Aqui fora também”. Em relação ao ensino nas internações

provisórias, Fernanda relata que eram passadas atividades apenas para que as meninas não ficassem ociosas, mas diz ter aprendido bastante na escola durante a última internação. Informa que em sua sala de aulas tinha cerca de 12 ou 13 alunas, o que nos leva a pensar se isso não é um dos motivos dos elogios do ensino na clausura: em qual escola regular se tem 13 alunos por sala? Pode-se ensinar 25, 30 alunos de uma vez com a mesma qualidade com que se ensina 12, 13?

A adolescente também conta que, durante o ciclo I do Ensino Fundamental, participava do Programa Mais Educação, em que fazia aulas de futebol e dança, permanecendo em tempo integral na escola municipal onde estudava. Inclusive, relata que esta era sua rotina antes do envolvimento com o meio ilícito, que se inicia no ano seguinte, quando mudou de escola devido à mudança de ciclo escolar, sendo que a unidade para qual foi transferida, de responsabilidade estadual, não havia aderido ao programa.

Também relevante em relação à Educação, foi o relato de Fernanda sobre o que lhe marcou no período escolar. Ela diz:

Antigamente tudo era mais divertido, né. Porque eu não pensava nisso daí, só vender droga, usar droga. Antigamente eu pensava em estudar pra ser alguém na vida, né. [...] Pra mim era uma fase que eu ia conquistar meus objetivos, né. [...] Agora eu tô pensando a mesma coisa de antigamente. Tô focando no meu objetivo, de ir atrás do meu objetivo, pra mim crescer e ser alguém na vida, né. [...] terminar os estudos, depois de eu terminar os estudos, eu penso em fazer uma faculdade [...], me formar em advogada. [...] mas tá difícil também pra fazer uma faculdade [...], porque pra você investir numa coisa, você tem que ter, e hoje em dia... [...] Mas, se eu não conseguir, pelo menos assim, eu gosto de mexer com cabelo, design de sobancelha... abrir um [...] salão ali pra mim. Primeiro eu vou ter que começar trabalhar pros outros, eu sei, mas depois eu posso trabalhar pra mim mesma.

Isso nos remeteu ao discurso de Jeconias Vieira, durante o Simpósio Nacional em Socioeducação, ocorrido em 2017. Jeconias também passou grande parte de sua juventude em Centros Socioeducativos do Distrito Federal e, atualmente, é formado em Teologia pela Universidad Adventista del Plata, da Argentina, e Embaixador da Juventude da ONU. Na Roda de Conversa intitulada “A construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação dos adolescentes”, o jovem, que foi um dos palestrantes, relata que, todo o tempo em que cumpriu Medidas Socioeducativas, ouviu profissionais se referindo ao PIA, mas nunca conseguiu compreender exatamente do que tratava essa sigla. Contudo, complementa que, hoje, entende que o grande propósito das Medidas Socioeducativas é ajudar os

adolescentes a voltar a sonhar e que o PIA é a ferramenta por meio da qual são traçados os percursos para alcançar esses sonhos³⁴.

Em relação à Saúde, Fernanda frequentava o mesmo PSF e a mesma UPA desde a infância. Avalia bem o PSF, que “passa nas casas” avisando que os exames chegaram, procurando focos de dengue, perguntando das pessoas e liga para lembrar de consultas. Já na UPA, acredita que o bom atendimento depende do plantão. A jovem relata que usava maconha e lança-perfume e avalia que nunca precisou de tratamento para lidar com isso. Pergunto se há algum programa ou serviço em sua região que execute ações de prevenção ao uso de drogas, mas ela diz que desconhece. Também informa que seu avô, por algum tempo, fez uso abusivo de crack, porém, questionada se acreditava que algum serviço de Saúde poderia ter ajudado a família em relação aos problemas com drogas, Fernanda afirma que “pra ter ajudado minha família, só meu vô mesmo, né. Ele não ter se envolvido, parar de fumar... Só ele mesmo que pode ajudar ele mesmo”. E, assim, novamente podemos observar a responsabilidade recaindo apenas na própria pessoa. Com isso, não estamos afirmando que a adolescente tem obrigação de saber que a responsabilidade também é do Estado, mas alertando para o fato de que, quando este se exime de seus deveres, não garante à população o reconhecimento de seus direitos.

Fernanda nunca praticou esportes, nem frequentou projetos sociais. As atividades de Cultura e Lazer que realizou foram programadas pela escola – foi duas vezes para Charqueada –, pela entidade executora da LA – foi para o Zoológico de Americana e para o McDonald’s – e pela Fundação CASA – foi para o Museu da Imigração. Em relação a isso, é interessante notar que Fernanda também afirma que só fazia passeios pela LA quando a entidade recebia verba e, pela Fundação CASA enquanto mantinha-se em “bom comportamento”, o que só aconteceu até seu quarto mês de internação.

Os cursos profissionalizantes que fez também foram disponibilizados pelo Sistema Socioeducativo. Fez panificação, decoração de festas e manicure enquanto esteve internada. Também fez oficinas de bordado em chinelo e de biscuit enquanto cumpria LA. Relata ter gostado de todas as experiências e conta que algumas lhe ajudaram, pois trabalhou com a tia decorando festas infantis e faz as unhas de suas familiares, recebendo por isso. Também afirma que, enquanto fazia a oficina de bordado em chinelo, tudo que produzia podia ser

³⁴ O resumo da Roda de Conversa encontra-se na p.59 dos Anais do Simpósio Nacional em Socioeducação, disponível em: <http://eventos.ceag.unb.br/sns/wp-content/uploads/2018/04/Anais_Simp%C3%B3sio-Nacional-em-Socioeduca%C3%A7%C3%A3o_2017.pdf>

vendido e o lucro era dela, então “já não precisava ficar traficando”. Para Fernanda, este curso foi o que mais lhe marcou em todo período que cumpriu LA.

A adolescente não teve outras experiências de trabalho além dessas e relata ter distribuído currículos feitos pela técnica da LA, porém, acrescenta que não havia sido chamada até aquele momento por ser “de menor”, por isso, tinha desistido de tentar.

Fernanda foi a participante que demonstrou melhor compreender o que é o CRAS, talvez por ser mulher, já que a política de Assistência Social é, via de regra, entendida como voltada ao público feminino, até porque, em muitos casos, realmente é direcionado a ele. O fato é que a adolescente sabe a localização atual do equipamento de seu território, bem como onde ele funcionava anteriormente. Sabe que pode contar com apoio da “assistente social” do órgão quando estiver “passando uma dificuldade”, pois

ela vê no que pode estar ajudando você... ou numa cesta básica, [...] auxílio de reclusão, [...] vai ali, você também já conversa do Bolsa Família [...]. Tem curso [...]. Começou ter uns cursos ali de... eu acho que é manicure e cabeleireira....

Conta que sua mãe participava de reuniões no CRAS, mas não fica claro o motivo. Atualmente, sua tia e sua irmã participam de reuniões, porque recebem cesta básica, mas a adolescente não tem conhecimento sobre os conteúdos dessas reuniões. A tia também recebe benefício do Programa Bolsa Família, sendo que Fernanda está incluída em seu cadastro. A adolescente não participa de grupos relacionados ao CRAS e diz não ter conhecimento se eles acontecem. Sua tia e sua irmã não fazem os cursos disponíveis. Além das informações sobre o CRAS, Fernanda também sabe que a Secretaria Municipal de Ação e Inclusão Social disponibiliza outros cursos profissionalizantes em sua sede no Centro da cidade.

Questionada sobre o que pensa a respeito dos benefícios e cursos oferecidos pela Assistência Social, a adolescente relata:

Eu penso que já dá uma ajuda né. Já dá uma ajuda pros povo que precisa, realmente. Já tá fortalecendo, né. Porque uma cesta já... já ajuda, já tem o que comer [...]. Os cursos também. Através dos cursos você ganha um certificado. Depois do certificado, às vezes pode ajudar, às vezes também não.

Se Fernanda tem razoável clareza sobre o que é o CRAS, por sua vez, lhe falta esclarecimento sobre o que é o CREAS: “eu só sei mesmo que é Medida Socioeducativa... só. Porque eu vou lá também”. Cabe ressaltar que Fernanda foi a única entrevistada que cumpriu

LA também no CREAS, uma vez que todos os demais haviam encerrado suas Medidas em meio aberto antes da transferência de gestão da entidade para o governo municipal. Porém, desde essa transferência, a adolescente havia comparecido a apenas um atendimento até o momento da entrevista.

Essa falta de conhecimento sobre o equipamento denota que a família nunca fora acompanhada por ele. Contudo, isso não significa que tal acompanhamento não fosse necessário. Fernanda relata que, na infância, foi com a mãe visitar o pai na penitenciária de Casa Branca/SP e a responsável foi flagrada com drogas, o que resultou em sua reclusão e no encaminhamento de Fernanda para um abrigo daquele município, onde permaneceu por meio período até que seu avô a buscou e pegou sua guarda. Quatro anos depois, a mãe é liberada e retoma a responsabilidade sobre a filha, mas é presa novamente quando Fernanda já está com 12 anos. Neste momento, a adolescente começa a apresentar faltas reiteradas na escola e, por isso, o Conselho Tutelar inicia acompanhamento da família, ameaçando acolher a adolescente num abrigo devido às faltas escolares e à prisão de ambos os pais. A situação é formalmente regularizada quando o avô, novamente, assume a guarda de Fernanda, porém, depois de um tempo, o avô se separou da companheira e começou a usar crack, mas neste período o Conselho Tutelar já “nem veio mais atrás”. Além disso tudo, durante a última internação que durou um ano e dois meses, sua técnica de referência sugeriu acolhimento institucional após a finalização da Medida, porque “minha família não entrava em contato lá, não mostrava interesse. [...] minha tia falou: ‘eu não vou ficar correndo atrás, não. Porque eu tenho minha filha pra criar e não é a primeira vez. Você faz isso daí, porque você quer’...”. De acordo com Fernanda, durante todo o tempo em que ficou internada, ela só recebeu uma visita de seu pai e de sua madrasta, quando o pai foi solto. Na ocasião, a equipe técnica entendeu que a solução seria passar sua guarda para o casal, mas, logo em seguida, seu pai foi novamente preso e ela não quis ir morar com a madrasta, que havia acabado de conhecer. Disse para a equipe que fugiria do abrigo, caso fosse acolhida, “aí meu caso ficou em aberto, não teve o que fazer”. Não fica claro como, mas o fato é que Fernanda saiu da internação sob a guarda de outra tia materna, com quem morou por cerca de um ano, até voltar a morar com a irmã e a tia, na casa do avô.

Todos esses relatos foram trazidos aqui para apontar que parecia haver motivos para encaminhar a família ao CREAS, mas também que eles deixam evidente uma falha no sistema que anula um nível de Proteção Social, fazendo com que se vislumbre o acolhimento institucional como regra quando deveria ser exceção e, assim, ao invés de, inicialmente, tentar

fortalecer as famílias e seus vínculos por meio de acompanhamento no CREAS, os fragiliza ainda mais buscando retirar crianças e adolescentes de suas casas.

Sobre as Medidas Socioeducativas, inicialmente é importante destacar que Fernanda deixa claro que, antes mesmo de receber determinação de LA, passou por internação provisória na Fundação CASA, o que nos leva a pensar que a Medida mais gravosa e excepcional é aplicada à adolescente antes das intermediárias e mais preventivas, o que se assemelha à questão da tentativa de acolhimento antes do acompanhamento do CREAS.

Ela deveria ter cumprido LA em três ocasiões, mas uma delas sequer teve tempo de iniciar, pois foi internada antes mesmo de receber a determinação judicial. A primeira foi cumprida, mas não integralmente, já que, como ela diz: “eu tava indo... às vezes”. E a última foi recebida após a terceira internação, em 2016, e parece ter sido tão penosa que ela não havia finalizado até o momento da entrevista, em 2018. Já destacamos aqui que ela fez oficinas e passeios durante cumprimento da LA e relata ter gostado dessas experiências, porém, quando questionada sobre o que pensa das Medidas em meio aberto, ela responde:

Ah, pra mim, assim... eu vou lá por assinar mesmo, porque eu já cumpri o que eu devia, então, só vou mesmo pra assinar [...]. Pra mim não faz sentido. Eu só vou lá pra assinar, porque eu vou lá, assino, pergunta como que tá e tchau.

Em relação às internações, nas quais estudou, fez cursos e um passeio, relata que tinha atendimento técnico individual e em grupo, mas se queixa da frequência e justifica que esse era um dos motivos para seu “mal comportamento”:

[...] tinha técnica que não queria dar atendimento, porque não tinha o que falar pra adolescente, né, e eu já tava estressada porque eu não tinha visita, nada, então eles tinham que pagar em ligação. Que quem não tem visita, tem que fazer ligação de 15 em 15 dias. Aí, minha técnica, muita das vezes, não descia... aí eu já começava a chutar a porta lá, pra ela descer, porque assim, porque você começa chutar porta, gritar lá, chacoalhar lá, eles já dá mais atenção do que se você aguardar num bom comportamento. Porque se você aguarda no bom comportamento: “não, sua técnica falou que vai descer, vai descer”... Nunca que desce. Aí você já dá uma de louca lá pra ver se não desce rapidinho. Aí desce.

Além disso, também denuncia o desrespeito dos funcionários, a violência e a precariedade do lugar:

[...] tinha uma funcionária lá que era mó sem educação [...]. tem funcionário que trata a gente no respeito, como é pra ser tratada, mas tem uns que é

folgado. [...] tinha uma senhora lá que gostava de xingar a gente, né. Falava que a gente era vacilona, aí eu desrespeitei ela, falei umas palavras mais pra ela, aí eles levou eu lá em cima e bateram ne mim. [...] Só porque eles é funcionário, eles acham que tem mais autoridade que você, que só porque você tá preso, [...] você tem que ser humilhado. Também não é assim, não.

Tinha vez que eles batiam assim na gente, deixava a gente algemado lá na cama, dentro da tranca, sozinha. Aí entrava uns dois, três funcionários, a senhora, pra bater na gente lá algemada. [...] Eu já [passou por isso]. Muita das vezes já. Porque, às vezes eu ficava tumultuando, aí eles pegavam eu e levava lá na tranca. [...] teve uma vez que eu falei até pra minha tia ir atrás do advogado, por causa que... foi nesse dia aí que a senhora xingou eu de vacilona e eu mandei ela tomar no cu. Aí veio um monte de funcionário lá no meio da quadra, pegou eu e bateu ne mim, deixou eu com o peito tudo roxo ali.

[...] muita das vezes nós precisava de um xampu, não tinha. E a senhora pegava xampu pra lavar banheiro, e não dava xampu pra nós lavar o cabelo. Aí, muita das vezes não tinha absorvente pra nós vestir, aí eles pegava fralda de pano e cortava pra nós vestir. [...] Não tinha feijão, às vezes vinha faltando mistura [...]. Aí, muita das refeições que tinha lá foi cortando, porque assim [...], tinha o café da escola e o café da tarde. Aí cortou, só ficou o café da escola. Aí o café da tarde passou pro café da noite. Aí cortou o café da noite. Aí só ficou o café da manhã mesmo, o almoço e a janta. E quando tinha aula tinha o café da escola. [...] aí, muita das vezes não tinha pasta pra gente escovar dente, nós escovava só com água.

Por estes motivos, Fernanda diz que a experiência da internação foi ruim e, devido à precariedade, esta Medida não deveria mais existir:

[...] quando eu tava em descanso, eu sentia a falta da minha família, eu via que eu não tinha ninguém ali. Às vezes, também, comida que faltava, falava: “nossa, na minha casa não faltava, aqui...” mó humilhação não ter comida, não ter absorvente [...]. Muitas coisas ruins, né. [...] Antigamente falava que era bom. Muita gente, assim, menor, falava: “ah, seis refeição no dia”. Antigamente era seis refeição no dia, isso, aquilo. Mas aí foi cortando tudo, né. Agora já tá totalmente diferente.

Se a internação já foi uma experiência ruim, parece que a relação com a Segurança Pública foi ainda pior. Isso porque ela já começa problemática na infância, quando policiais “invadiam” com frequência a sua casa atrás de sua mãe; agrava quando ela participa do PROERD na 4ª série, sabendo que sua mãe estava sendo contrariada, pois não assinou a autorização (mas a tia assinou) e; tem seu apogeu quando ela se envolve com tráfico e passa a ser alvo de abordagens e violência policial. Sobre o PROERD, além de saber que a mãe não tinha autorizado sua participação, Fernanda relata que os policiais faziam muitas perguntas sobre sua família, especialmente sobre sua mãe. Já durante seu envolvimento com o meio

ilícito, ela diz que “eles abordavam eu na direta e ficava esculachando”. Além disso, teve a violência, anteriormente relatada, que culminou em sua segunda internação, sobre a qual acrescenta que o policial ficou bravo quando ela respondeu às suas ofensas e

veio pra cima de mim, aí eu fui pra cima dele, aí o outro policial deu rasteira ne mim, aí eu caí, aí eles jogaram eu lá algemada, aí eles forjaram eu com 29 buchas.

E, quando questionada se os policiais do sexo masculino lhe revistavam, ela responde:

eles só enquadram, só. Manda eu levantar assim pra ver se não tem nada, aí chama a feminina quando é pra revistar. Mas quando é pra agredir, eles não chamam a feminina, não. Eles mesmos batem.

A relação com a polícia foi tão negativa que Fernanda afirma que esta foi a política que mais lhe prejudicou. Apesar de sua justificativa para isso ter sido apenas que foi a polícia que lhe pegou e levou para a Fundação CASA, podemos perceber por sua história que ela tem muito mais motivos para dizer isso, a começar pela prisão dos pais.

Em determinado momento da entrevista, Fernanda foi questionada se algum dos serviços que passou pela sua vida lhe deu suporte no momento que parece ter sido o mais crítico: quando não estava indo para a escola, os pais estavam presos e ela começou a se envolver com drogas. A isso, ela responde categoricamente que não. Insistindo na pergunta e exemplificando com alguns órgãos, ela afirma que o Conselho Tutelar até foi procurá-la, “mas depois também nem foi mais” e mesmo a escola buscou saber porque não estava frequentando as aulas no início, mas

depois eles também já nem foram mais, porque eu falei que não ia estudar mais. Aí falou que ia passar minha vaga pra outro adolescente, depois não foi mais.

Olhando atentamente para essas situações, parece que as figuras se invertem: não são os adolescentes que desistem facilmente das coisas, como os discursos frequentemente apregoam, mas as instituições que desistem facilmente dos adolescentes. E isso faz com que, novamente, a responsabilidade recaia unicamente no sujeito, como observado na fala de Fernanda: “o Conselho já fez o papel, foi atrás. Eu falei que não ia estudar, isso e aquilo. Eles fez o papel deles, né. Eu não quis ajuda”.

Por outro lado, a adolescente reconhece que alguns serviços, de certa maneira, lhe ofereceram apoio durante sua trajetória: o CRAS com os benefícios, o PSF com os atendimentos médicos e o Mais Educação com o aprendizado vindo dos cursos. E são esses que ela acredita que mais contribuíram positivamente em sua vida.

Mas quando questionada se algum serviço podia ter feito algo que evitasse seu envolvimento com o meio ilícito, ela traz como resposta a questão da escolha, porém, deixa implícitas as lacunas:

[...] eu que tomei mesmo essa atitude, porque era o único jeito de mim ganhar dinheiro [...]. Ia poder ajudar pra falar, dar conselho. Mas da forma que eu tava precisando ali, não. Ninguém. [...] Eu precisava de dinheiro, né, pra me manter, isso, aquilo. Pra comprar as coisas pra mim, porque eu já não tinha, já, mais minha mãe e meu pai pra estar comprando ali. Então, eu tinha que ir pro meu corre e pra luta.

A questão financeira não pode ser deixada de lado nesta análise, uma vez que, no capitalismo, ter ou não dinheiro faz a diferença em qualquer âmbito da vida, mas, aqui, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de uma criança perder a referência dos responsáveis, apresentar sinais do sofrimento que essa falta lhe causa e ninguém conseguir observar ou lidar com isso.

3.6 Vinícius

Vinícius tinha 19 anos na ocasião da entrevista, ocorrida em 10/05/2018, e havia acabado de ser liberado da penitenciária, voltando a residir com sua companheira, sua sogra e uma irmã da sogra. Apesar de relatar mais ao final da entrevista que tem dois filhos com essa companheira, um de quatro anos e outro de dois meses naquele momento, o jovem não menciona ambos quando apresenta a composição familiar. Assim, não fica claro se as crianças vivem ou não com os pais, mas, como o jovem afirma que a companheira recebe o benefício do Programa Bolsa Família para o casal e os filhos, as crianças também foram contabilizadas na renda per capita familiar. Vinícius diz que o dinheiro para os gastos com a casa vem da pensão que a tia de sua companheira recebe pela morte do pai por ter um sofrimento psíquico. Mesmo deixando implícito ao final da entrevista que continua envolvido com o tráfico, não computa o valor advindo do meio ilícito na renda familiar. Dessa maneira, chegamos a uma renda per capita aproximada de R\$ 250,00. O jovem se considera pardo. Conta que sua mãe

faleceu há cerca de quatro anos e seu pai há uns dois anos. Ele namora há aproximadamente seis anos, mas não fica claro há quanto tempo vivem juntos.

De acordo com seus relatos, Vinícius foi o entrevistado que ingressou mais cedo no meio ilícito: começou a vender drogas por volta dos sete ou oito anos e a usá-las com nove. Por volta dos 13 ou 14 anos, o jovem passou 45 dias internado no CIP Rio Paraná, no complexo do Brás, em São Paulo, porém, segundo ele, apesar de traficar com frequência, na ocasião ele não tinha drogas e elas foram plantadas pelos policiais para possibilitar o flagrante. Aos 15 anos, de fato surpreendido com drogas, foi novamente internado, passando três meses na unidade de Rio Claro/SP, de onde saiu cumprindo LA por seis meses. Cerca de um ano depois de liberado, foi mais uma vez internado por tráfico, e permaneceu mais três meses na unidade Itaparica, também na capital. Passados aproximadamente dois anos, seis dias após completar a maioridade penal, Vinícius foi detido e encaminhado para a Penitenciária de Itirapina/SP, onde esteve por nove meses até ser liberado poucos dias antes de nossa entrevista.

3.6.1 As políticas sociais na vida de Vinícius

Vinícius não se lembra de ter frequentado creche e apresenta discurso confuso para apresentar toda sua história, o que inclui a trajetória escolar. Mudou de endereço com a família na infância, o que o levou a ser transferido de escola. De todos os entrevistados apresentados até o momento, Vinícius é o único que nunca morou na Região Leste da cidade, portanto, as escolas elencadas aqui são diferentes das anteriores, que eram basicamente as mesmas (com exceção daquelas citadas como distantes das casas dos adolescentes).

O jovem nega dificuldade de aprendizagem e afirma ter repetido uma vez por faltas. Pelo que pôde ser apreendido de sua fala, Vinícius evadiu a 5ª série e estava fora da escola quando foi internado pela primeira vez. Voltou a estudar na Fundação CASA e foi rematriculado na mesma escola quando saiu, 45 dias depois. Estudou por um tempo e novamente evadiu. Isso se repetiu nas outras duas internações. Afirma que nunca teve problema para conseguir vaga depois das desinternações, porque tinha ofício judicial determinando a obrigatoriedade do estudo. Em uma das ocasiões em que voltou a estudar em liberdade, foi expulso porque agrediu uma professora que “veio querer bater ne mim”. Também relata que, em determinada ocasião, retomou os estudos porque “uns pessoal lá da igreja” foi em sua casa “conversar” e ele resolveu voltar. Por fim, começou a frequentar a

EJA em outra escola, mas também abandonou e continuava na 5ª série até a ocasião da entrevista.

Vinícius não consegue expressar o motivo, mas o fato é que sua relação com a escola nunca foi boa. Afirma que apresentava problema de comportamento: “dei muito trabalho [...] tumultuava mesmo na sala”. Diz que a última vez que evadiu foi porque “desanimei e parei” e não pretende voltar porque a única escola perto de sua casa que oferece EJA do ciclo II do Ensino Fundamental é essa na qual ele estudou mais recentemente, mas “não fui com a cara” dos professores de lá. Sobre as escolas da Fundação CASA diz que “era tranquilo, era normal [...], era boa, ensinava bem. Ensinava. Muita, é... muito melhor que esse [última escola que estudou] aí”. E acrescenta que no “Brás era opressão, né. Lá é na mão dos funcionários, cê é louco”, mas não esclarece em que isso afetava a escolarização.

Por fim, questionado sobre o que lhe marcou no período da escola, ele é categórico: “Ah, não gosto, não, de escola, não”, ri e complementa: “Não sou muito chegado, não [...]. Mesmo não tendo problema [de aprendizagem]. Não sei o que acontece. Dá desânimo, cê é louco”.

Em relação à Saúde, lembra que o primeiro bairro onde morou não tinha PSF, portanto, quando necessitava de atendimento médico, ia direto para a Santa Casa. Lá, inclusive, ficou internado por quase 20 dias devido a uma cirurgia para retirada de pedra no rim e avalia bem o atendimento no local. Já no bairro em que reside hoje com a companheira, existe PSF e ele passa por atendimento médico lá, mas diz nunca ter visto a equipe fazendo visitas nas casas.

Apesar de assumir que fazia uso de drogas, entende que isso nunca foi problemático a ponto de precisar de tratamento, mas afirma que, a mesma pessoa da igreja que o convenceu a voltar para a escola, orientou que ele procurasse o CAPSad (álcool e drogas), indicando a localização do equipamento, porém, essa orientação ele não seguiu.

Sobre a Assistência Social, Vinícius nunca participou de projeto social, mas frequentava o oratório canossiano que ficava próximo à sua casa “quando abria pra nós lá, do padre lá. Mas só quando era pequeno, quando morava lá³⁵. [...] pra brincar, normal. Não tinha nada de... esses negócios aí”. Confunde CRAS e CREAS com CAPS e, quando esclarecido sobre as diferenças, afirma não conhecer nenhum dos dois. Também diz não saber se a companheira é ou foi acompanhada por eles, mas sabe que ela recebe o benefício do Programa Bolsa Família e quando questionado sobre onde ela fez o cadastro para o programa,

³⁵ Vinícius está se referindo ao bairro onde morou quando iniciou envolvimento com o meio ilícito.

responde: “esse negócio dela, de mulher aí, eu não sei, não”. Afirma que a tia da companheira recebe cesta básica pelo IDE e sua mãe recebia pela igreja católica, mas não era beneficiada pelo Programa Bolsa Família. Atualmente, ele mora com a companheira na casa da família dela, que é própria, mas seus pais nunca tiveram um imóvel.

Vinícius tem duas irmãs, sendo ele o filho do meio. Interessante informação trazida pelo jovem é que as duas irmãs foram acolhidas em instituição por “pouco tempo. Não foi nem um ano”. Ele tinha cerca de 7 ou 8 anos e ficou com os pais, que eram acompanhados pelo Conselho Tutelar. Sobre o fato de não ter sido acolhido, conclui:

Eu não precisei, não, fi. [...] Ô, eu estudava, né. Teve uma hora que minha mãe... ixi. Minhas irmãs deu... começou dar trabalho pra minha mãe e pro meu pai lá... mas não tava daquele jeito lá. Aí eu não, só foi as duas. Eu fiquei. Eu não tava dando trabalho. [...] Veio o pessoal da escola também lá, do Conselho lá... veio tudo lá em casa [risos]. Daí berrou.

O jovem avalia que “não tava dando trabalho”, mas em outras ocasiões relata que foi com essa idade que começou a vender drogas. Por outro lado, não esclarece o que, de fato, as irmãs faziam que era considerado “dar trabalho”.

Importante salientar, também, que as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes de Araras ainda não foram totalmente reordenadas e, até a fase de construção desta pesquisa, existiam dois abrigos, geridos por entidades e subvencionados pelo Poder Público, que dividiam o público alvo por sexo. Assim, uma organização de freiras atendia somente meninas e outra entidade atendia somente meninos. Vale ainda ressaltar que o abrigo feminino sempre foi muito bem visto pelos munícipes e ficava na Região Central da cidade, ao lado da casa onde morava Vinícius na época do acolhimento e, o abrigo masculino, que carregava estigmas, ficava na Região Sudeste, bem mais perto da periferia do que do Centro da cidade.

Também chama a atenção o fato de que Vinícius relata que as irmãs saíram do acolhimento porque um tio, que mora em outro município, “veio e tirou elas. [...] Só tirou elas dali e deixou aqui com meu pai e minha mãe mesmo. Normal”.

Sobre o Conselho Tutelar, ele afirma que também acompanhavam sua vida: “ia lá em casa. Quase todo dia ia lá em casa perguntar como que eu tava, ia... ligava na escola... só isso mesmo”. E, quando questionado se acreditava que esse acompanhamento havia sido importante, ele responde:

Foi. Foi importante. Lógico que foi importante. [...] Ah, me ajudou. Por causa que, se não fosse eles, eu não ia pra fre... muito... tá ligado... muito pra frente, do jeito que eu fui. Adiantado. Se dependesse... se não dependesse deles, eu não tava na onde... até eu cheguei... com a ajuda deles. Entendeu? [...] Ah, eu fui mais pra frente, né. Eu pensei mais, abri mais a mente, fui indo...

Mas, apesar desse acompanhamento, Vinícius afirma que o Conselho Tutelar não lhe encaminhou para nenhum serviço. Inclusive, o jovem relata que, nessa mesma época, treinou futebol em um campo que ficava perto de sua casa, mas procurou o serviço por conta própria, com apoio dos amigos que também frequentavam o local. Em relação ao esporte, diz que treinou por cerca de sete ou oito meses e “era legal, era suave”, mas parou por “desânimo também. Comecei, ixi... já comecei usar droga, aí parou. [...] É porque, ixi... quando você vai... quando você conhece essa vida aí, você não quer saber de mais nada”.

Esse foi o único esporte praticado por Vinícius, que só voltou a se exercitar na Fundação CASA porque era obrigado a participar da Educação Física.

Também em liberdade, ele iniciou um curso de informática, mas não terminou. Além desse, só fez os cursos e oficinas oferecidos pelo Sistema Socioeducativo. Na LA fez oficinas de bordado em chinelo e de elétrica e na Fundação CASA fez curso de elétrica. Sobre as oficinas que fez na LA diz que “era pouca coisa lá, não fazia muita coisa lá. Tinha uns cursinhos básicos lá, mas não era aquilo, não. [...] Fazia chinelo, tinha o curso de eletricista lá, que um senhorzinho ia lá e só passava o básico lá pra nós”. E, em relação ao curso que fez durante a internação, relata que “você tem que gostar, né. Você tá lá dentro, lá. Hã, melhor do que não fazer nada. [...] Só catei o certificado lá, mas...”.

Vinícius teve duas experiências de trabalho, sem contar o tráfico. Executou a função de servente de pedreiro junto com o pai por cerca de cinco meses e afirma que “eu não gostava muito, não, mas ia fazer o quê?”. E também trabalhou na pizzaria de um conhecido dos pais por um mês e diz que “foi tranquilo”, mas depois ele fechou a pizzaria e abriu um lavajato. Nunca foi registrado em carteira. Relata que fez algumas entrevistas de emprego, mas todos dizem que ele precisa regularizar sua documentação, pois a Fundação CASA fez um deles com dados errados e agora ele está sem título de eleitor e alistamento militar válidos. Salienta que já foi verificar o que é necessário para tal regularização, mas não voltou com o documento exigido. Por outro lado, o tráfico não exige nenhum documento. Vinícius foi o único entrevistado que, mesmo nas entrelinhas, assumiu que continua vendendo drogas e ele havia saído da penitenciária há apenas alguns dias.

Em relação às Medidas Socioeducativas, na LA, além das oficinas, ele fez um passeio que incluiu piquenique no Parque Ecológico de Araras e outro para o McDonald's, tinha atendimento em grupo, a mãe tinha que ir junto e ele diz que “conversava com as donas, assinava lá, via como que tava pra ver se você... o que aconteceu. Porque lá você não pode faltar”. Sua avaliação sobre a LA é que “foi da hora, foi bacana lá. Conhecer as pessoas, o que nós fazia lá”. Diz que essa Medida é importante: “lógico que é importante”, mas quando pergunto se ela tem sentido, ele responde que “isso aí eu não posso falar, não. Não sei”. E quando, mais diretamente, pergunto se alguma discussão ocorrida lá dentro fez sentido para ele, tenho como resposta que “ah... não sei, não. Acho que não. [...] Não. Não fez nada, não”. Já no tocante à internação, ele é claramente contraditório. Isso porque diz que, com exceção da unidade de Rio Claro/SP que é “meio suave. Que é respeito por respeito. Você respeita pra ser respeitado”, a Fundação CASA em São Paulo/SP “é opressão. [...] É sem conversa, sem choro e sem vela”. Afirma que não teve nada positivo lá: “foi ruim, lógico que foi ruim. Foi totalmente ruim lá”. Considera como formas de violência as regras impostas no local e diz que o que mais lhe marcou durante os períodos em que esteve internado foi uma tentativa de “rebelião” na unidade ao lado da que ele estava, que resultou em “mais violência, mais opressão, mais funcionários”. Por tudo isso, Vinícius acredita que não deveria existir a Medida de internação, nem sendo diferente. Para ele, a solução seria “não vai preso. Hã. Libera nós. Nós vai pra delegacia, libera nós, nós vem embora e boa”. Contudo, e aí é que vem a grande contradição, quando questionado sobre a política que mais contribuiu em sua vida, Vinícius diz que foi a Fundação CASA:

por causa que lá dentro seu pensamento muda, não é o mesmo que quando você tá aqui fora, você pensa várias fita. Quando você tá lá dentro é outra coisa. [...] Na hora que eu saí de lá, eu fiquei tempo na rua. Fiquei suave. Não tava traficando, nada. Tava tranquilo. Daí vem os pessoal [...], aquelas mal influência, né. E... começou tudo de novo.

Sobre a Segurança Pública, o jovem relata que a polícia não sabia de seu envolvimento com drogas na infância, por isso, não o abordavam. Já na adolescência,

o negócio era meio com desrespeito [...] dos dois, cê é louco. Não vou ficar quieto também, não. [...] Tomava enquadro, os caras queriam forjar ne nós [...]. Bater, esculachar os outros na frente dos outros, querer forjar, cê é louco. Só porque os caras tá de farda, rapaz?

Ele relata ter sido forjado a primeira vez que foi internado, como já relatado anteriormente, e salienta que eram guardas municipais, a fim de mostrar que polícia e guarda age de maneira parecida: “tudo aí é polícia. Tudo é mesma coisa”. Porém, ele também aponta que nem todos os profissionais são iguais: “tem uns que bate sim. Tem uns que é forjado. Tem uns que respeita, vai suave, faz seu trabalho, vai... Não age com desrespeito com ninguém. Mas tem uns que é forjado mesmo”.

Por fim, afirma que a relação continua essa mesma e que, inclusive, tinha sido abordado no dia anterior, mas os policiais só encontraram dinheiro com ele e o liberaram por não conseguir provar nada ilícito. É então que ele deixa implícito a continuidade do envolvimento, pois, quando eu pergunto se os policiais não falaram que o dinheiro vinha do tráfico, ele responde: “falaram, lógico. Porque eles sabem que ali é ponto de tráfico. Não tem como negar. Eles conhecem tudo aqui já, né”.

Diferente de todos os demais entrevistados, ao ser questionado sobre a política que mais lhe prejudicou, Vinícius responde de pronto: “a escola”. Refletindo a respeito, ele tenta reverter a resposta trazendo para si toda responsabilidade pelo fracasso:

É... Por causa que... eu mesmo que... quis parar. Daí prejudicou mesmo. Não era pra mim estar na 5ª série. Era pra mim ter terminado já.

E também aponta a política de emprego e renda como prejudicial, apontando para os entraves relacionados à documentação pessoal.

Interessante notar que, ao contrário dos demais, ele relata que a polícia faz parte de seu “dia-a-dia”, mas “não prejudicou nada”, apontando para as regras de convivência que vão sendo estabelecidas entre esses jovens e a polícia.

3.7 Bruno

Bruno tinha 18 anos e morava sozinho, em 10/05/2018, data da entrevista. Era o único entrevistado que trabalhava registrado e tinha a maior renda per capita de todos: R\$ 1390,00. Trabalhava numa fábrica de painéis junto com o padrasto e o irmão havia cinco meses. A casa em que morava é da família, assim como a que residem a mãe, o padrasto e o irmão.

Relata ter começado a fumar maconha aos 12 anos e a traficar com 13. Afirma que todas as suas ocorrências se enquadraram em tráfico de drogas. O primeiro flagrante ocorreu por volta dos 14 anos, quando passou cinco dias em Pirassununga em cela de triagem, o

chamado “corró” e saiu cumprindo LA. No ano seguinte, novamente foi apreendido e ficou 45 dias no CIP Turiassu, que fica no complexo do Brás, na capital, recebendo determinação de cumprimento de nova LA. Quando faltava duas semanas para completar a Medida em meio aberto, fora internado pela segunda vez, agora em Limeira. Ali permaneceu por mais 45 dias e voltou a cumprir as duas semanas que restavam da última LA. Por fim, aos 17 anos voltou a ser internado, permanecendo sete meses na unidade de Rio Claro/SP, de onde foi liberado aos 18 anos sem LA, um mês antes do nosso primeiro contato para a entrevista que ocorreu em setembro de 2017.

3.7.1 As políticas sociais na vida de Bruno

Bruno não fez creche e as escolas nas quais estudou foram as mesmas dos primeiros entrevistados, uma vez que o jovem também foi criado na Região Leste da cidade. Contudo, durante a infância, por cerca de dois anos e meio, Bruno e um irmão foram morar com o pai em uma casa afastada do bairro de origem, o que fez com que ambos ficassem fora da escola neste período e iniciassem a 1ª série com atraso. Ele nega dificuldade de aprendizagem e informa que repetiu a 4ª série porque fazia muita “bagunça” e ia repetir a 7ª por faltas, por isso, evadiu nesta ocasião. Diz que, estando fora da escola, passou pelo CIP pela primeira vez e, ao sair, voltou a estudar. Cursou até a 8ª série em liberdade (passando por mais uma internação provisória) e, quando ia iniciar o 1º ano do Ensino Médio, foi internado novamente. Fez parte do Ensino Médio na Fundação CASA e diz que, na ocasião da entrevista, só lhe faltava o último ano, mesmo só tendo ficado sete meses na unidade. Relata ter interesse em finalizar os estudos pagando por um curso semipresencial, assim como seu irmão o fez, uma vez que acredita ser cansativo trabalhar e ir à escola todos os dias.

Bruno afirma que começou o envolvimento com o meio ilícito aos 13 anos, enquanto cursava a 4ª série e, mesmo assim, continuou estudando, só abandonando a escola, de fato, na 7ª série, quando o envolvimento se tornou mais sério e lhe ocupava maior tempo.

É que eu comecei fumar, ficava no corre... aí não queria mais saber de escola. Aí eu deixei de lado. [...] Não, eu já tava, já [envolvido com drogas antes de evadir]. Já tinha, já. E eu, mesmo mexendo, eu estudava. Aí, depois, eu comecei desistir. Eu faltava e não tinha mais ânimo pra ir. Aí eu parei de ir de vez.

Ainda assim, o jovem tem boas recordações das experiências escolares:

Ah, eu lembro das turmas, né... porque... das amizades que você faz, né. Porque você nunca mais esquece de lá. E dos professor também, né, que era legal. Tinha uns.

Também gostou do ensino nas três unidades da Fundação CASA pelas quais passou, mas salienta que a última foi melhor:

Era bom, mas eu gostei mais da internação. Do estudo de lá. Porque eu aprendi mais. Porque eu apren... tinha conta lá, as coisas que eu aprendi lá que eu nunca fiz aqui. [...] E até as professoras, né. Mais... elas ensina até mais assim, né. Ou você... às vezes é até você que presta mais atenção... porque você aprende mais, né, que... lá... nem aqui eu não tinha nem aula de química, aqui fora. Lá eu tive. Matemática, mesmo, eu era bom aqui fora, mas lá dentro, assim, ó... com a professora, ela ensinou umas conta bem que eu nunca tinha visto. E eu aprendi rapidão, também.

Por este motivo, Bruno afirma que a educação foi a política que mais contribuiu com sua vida, mas deixa implícito que não foi qualquer escola, mas aquela pela qual passou dentro da unidade de internação:

Ah, mais da parte da escola mesmo. [...] Ah, falar pra você... que foi a que mais pá, assim, né. A que eu mais... Ainda mais depois assim ó, que eu... que nem aqui na rua, quando eu estudava, eu não dava tanta importância. E lá dentro assim ó, eu tive um... aprendizado assim ó, que eu vou falar pra você. Nem eu sabia assim ó. Nem a senhora... até a senhora ainda falava: “nossa, a capacidade que você tem é muito boa, viu. Você tem que sair daqui, você tem que ir estudar, você tem que... fazer tudo as coisas, porque...”. Eu que... eu ajudava até adolescente lá assim ó, que não... tinha dificuldade, né. [...] Lá dentro [da Fundação CASA]. E eu peguei aquela amizade ainda com a professora, [nome da professora]. Gostei dela pra caramba.

Em relação à Saúde, o jovem tem alergia a vários medicamentos, portanto, desde a infância usa bastante os serviços oferecidos pela UPA que fica próxima à sua casa. Não se lembra de ir ao PSF, mas sabe aonde fica o de referência de seu bairro. Relata, porém, que este equipamento faz visitas apenas para fiscalizar e orientar sobre a dengue, não se atentando às demais questões de saúde.

Bruno avalia que nunca teve problemas com drogas que necessitassem de acompanhamento, pois sempre consumiu cerveja e maconha de maneira recreativa.

Sobre o atendimento ofertado pela UPA, queixa-se da demora:

[...] se for pra acontecer alguma coisa, acontece. Que nem eu, quando eu vou lá, que eu tô alérgico, incha meu olho, minha boca e minha garganta também. [...] quando eu vou lá, eles falam: “não, quando acontecer isso,

você vem correndo que, se sua garganta inchar, aí você não respira mais”. Aí eu falei: “não, eu venho”. E eu fico lá. Eu dou meu nome, fico sentado esperando até chamar.

Também chama a atenção o fato de Bruno relatar que, durante a internação na Fundação CASA, teve que ser levado ao Pronto Socorro três vezes por ter ingerido medicamentos que lhe causavam processo alérgico. Sobre isso, indagamos se a instituição não tem conhecimento dos quadros de saúde dos adolescentes que recebe ou se não se atentam a eles.

Na data da entrevista, o jovem contava com assistência médica intermediada pela empresa na qual trabalhava. Ele não soube explicar exatamente como funciona essa questão, mas, pelas informações coletadas, estima-se que sejam atendimentos ofertados pelo sindicato dos trabalhadores da indústria.

Como já apontado anteriormente, Bruno estava empregado há cinco meses, na ocasião de nosso contato. Diz gostar do emprego, mas salienta:

[...] que é ruim, né. Porque a gente que já foi, assim, dessa vida pensa que ganhar 1300 por mês, sabendo que nós fazia 400 num dia, pra mais. Aí nós fala: “imagina!”. Mas também não compensa, porque... agora também de maior assim ó...

Antes deste emprego, o jovem teve apenas uma experiência de dois meses num trabalho esporádico em que vendia brinquedos e sorvetes e cuidava de pula-pula no Lago Municipal.

Em relação a cursos profissionalizantes, Bruno fez informática e preparo de sucos e lanches durante a internação. Na LA, também fez apenas oficinas: bordado em chinelo, jardinagem, cachecol e pintura de quadros. Não havia realizado nenhum curso em liberdade, apesar de relatar interesse em cursar mecânica e saber que o SENAI oferecia.

O jovem afirma ter treinado futsal aos 14 anos. Iniciou num campo municipal da Região Leste por cerca de oito ou nove meses e, quando percebeu que não se desenvolveria mais naquele local, passou a treinar no grêmio municipal, onde permaneceu por quatro meses. Relata que abandonou o esporte na mesma época em que evadiu a escola e o motivo também foi o tráfico:

Por causa do corre, ficando no corre, dando... já não tinha mais tempo porque tinha que tomar... ficar tomando conta da loja, aí tinha que ficar o dia inteiro lá. e só acabava sete horas da noite meu turno.

Interessante notar que Bruno afirma que pagava mensalmente pelos treinos, apesar de eles acontecerem em campos públicos.

Mesmo não conseguindo precisar as idades que o jovem tinha em cada circunstância, já que em seu relato há controvérsias, é possível apreender que houve um período de, ao menos, um ano desde o início de seu envolvimento com o meio ilícito e os abandonos da escola e do esporte, o que é importante destacar, uma vez que, nesta fase, as políticas públicas sociais poderiam (e deveriam) ter trabalhado com mais afinco para fortalecer a família e proteger esse jovem, a fim de que essa trajetória não fosse marcada por violências e encarceramentos.

Porém, isso não é observado nos relatos do jovem, pois ele diz que o Conselho Tutelar até lhe procurou devido às faltas escolares, mas não foi tomada qualquer providência, pelas suas recordações:

[O Conselho Tutelar] já foi em casa, assim, falando que era pra mim ir não sei na onde lá, que era pra ver... por causa de escola, que eu não tava estudando, que eu tinha que ir. Aí depois... aí eu também não fui, depois eles vieram, eu já tava preso. Aí nunca mais pá, não.

Além disso, isso aconteceu quando ele tinha cerca de 15 anos. Bruno diz que, pelas suas lembranças, o órgão não interveio em relação a sua entrada tardia na escola. Não é possível ter certeza disso, mas devemos nos questionar como, nos dias atuais, duas crianças ficam fora da escola por dois anos e meio sem que nenhuma providência seja tomada para elas retornem o mais rápido possível.

A Assistência Social quase nem aparece na história de vida desse jovem. Pelas suas recordações, sua família nunca recebeu cesta básica ou benefício do Programa Bolsa Família, não participou de grupos e o jovem também nunca frequentou projetos sociais e nem sabe o que são o CRAS e o CREAS. O único serviço que ele conhece desta política é a LA, executada por entidade socioassistencial subvencionada pelo poder público.

Sobre as Medidas Socioeducativas, durante a LA relata ter feito as oficinas já mencionadas, um passeio para o shopping de Limeira ou Rio Claro/SP e passar por atendimentos. Já na internação, estudou, fez os cursos profissionalizantes, passava por atendimento semanalmente, jogava futsal e basquete e participou de três atividades externas, em Conchal e em Campinas, sendo duas vezes em campeonatos de futsal e uma vez em competição de desenho. Bruno afirma que recebia visitas de sua mãe, em média, duas vezes por mês. Também recebeu visitas enquanto esteve na capital e em Limeira e a mãe ia por

conta própria, sem apoio da entidade executora da LA. Em relação à internação em São Paulo/SP, o jovem compreende que essa é a regra: “é que é na onde sai vaga, né”.

Bruno diz não ter apanhado, nem passado por rebeliões ou tumultos enquanto esteve internado. Também avalia que não havia muita violência nas unidades pelas quais passou, o que nos leva a pensar sobre o que ele entende por violência, uma vez que, logo em seguida, o jovem traz relatos de episódios muito graves ocorridos com ele e outros adolescentes durante a clausura:

Só em Limeira [...] os funcionários [...] saiu pegando os moleques [...] por causa que... tava fazendo... flexão... fazendo exercício no barraco [quarto] e não podia. [...] Não podia fazer flexão, nada. Só na quadra. Aí nós falava: “hã, que que tem? Se pode fazer na quadra, não pode fazer aqui?”. Aí, eles começava: “cala a boca, não é pra fazer e já era”. “Não, senhor, mas não é essa fala, também. Cala a boca? Você tá achando que tá falando com filho seu?”. E era nessa que começaram. Aí ele chamou os dois coordenador, os dois coordenador deu [...] autonomia de entrar no barraco, aí entrou todos os funcionários. Fecharam o barraco e quebraram os dois. E mandaram eu e o moleque ficar em cima da jega deitado, da cama. [...] Aí eles pegou, ainda... ralou até a cabeça do moleque no chão e falou que era pro moleque ainda... o moleque já tinha tirado uma internação, de nove mês. Aí ele falou: “se você não falar que você caiu jogando basquete, eu vou fazer de tudo pra você ser internado. Agora se você falar, eu ajudo você a ir embora daqui”. [...] Aí ele foi e falou: “não, caí jogando basquete”. E mesmo assim foi internado depois.

Lá em São Paulo [...] eu não conversava com ninguém, nós não podia. [...] Você só tem que andar de cabeça baixa... e na fila, um atrás do outro. E você não conhece ninguém, não pode conversar na sala, não pode conversar no quarto... [...] Os funcionários não deixavam. Se [...] eles pegassem você conversando, você era arrastado. [...] Se você tava no quarto conversando... nós entrava era oito hora da noite pra ir dormir... aí eles arrancavam você do quarto e você ficava ali ó, sentado... aí até meia noite... esperando. [...] E quando você não tomava uns tapas ainda. Porque eles eram folgados. [...] Não tinha [violência] porque nós não falava, né, mas se nós ergue a cabeça, nós apanha.

As violências dos agentes socioeducativos tendem a nos incomodar pela brutalidade com que ocorrem, porém, Bruno relata uma violência muito mais silenciosa executada pela equipe técnica que é tão ou mais cruel que as anteriores:

[...] você tá internado, eles arrastam você por qualquer coisa, assim ó, só pra você não ir embora. Você tá lá, qualquer coisinha... é que chega lá e tá na mão deles lá, né. Não é mais na mão do juiz. Se a diretora ali falar ou algum dos seus técnicos falar: “sobe o relatório dele”, sobe. Aí, ali, se você pic olhou com mal olhado pra um que for referente seu, já era. Você tá arrastado. Que nem eu: eu era pra ir embora com cinco mês, aí o funcionário não queria abrir a porta. Abriu só um pouquinho assim ó, e eu falei: “eu não vou relar na porta”. Aí ele pegou, ele falou: “você vai passar nesse pedaço”.

Aí eu falei: “então eu não vou entrar”. Aí ele falou: “não vai entrar?”, eu falei: “não vou. Ou você abre mais ou eu não entro”. Aí ele pegou, ele falou: “então tá bom”. Ele abriu a porta, eu entrei, depois ele arrastou eu: “o adolescente, na hora, pagou escovação, foi levado pro barraco e ele não quis entrar no barraco”. Aí eu fiquei mais um mês ainda por causa disso, aí eu não sabia. Eu só fui saber depois de 20 dias, que eles foram fazer meu relatório, aí eu falei: “como que tá meu relatório, senhora?”. Ela falou: “ah, você deu uma aprontada aí esse mês passado”. Eu falei: “mas o que eu fiz?”. Aí ela passou pra mim, aí eu peguei, eu falei: “ô louco. Como que eu fiz isso daí? O senhor vai fazer o serviço dele, não faz certo e eu que tô errado?”. Aí ela já começou falar: “ô, você não vai embora esse mês por causa disso”. Aí eu falei: “isso mesmo” e saí da salinha. Aí chegou depois, no outro mês, ela falou: “ô, você não vai embora porque você deu a costa pra mim. Você saiu e você não me respeitou”. [...] Com sete mês subiu, aí ficou quatro dias lá, aí chegou. Era pra mim ir embora com... fazendo cinco mês ainda. Falei: “olha”. Mas é por qualquer coisinha assim.

A prescrição de que a avaliação das equipes técnicas fornece dados para a decisão quanto à continuidade ou não das Medidas está contida nos art. 118 e 121 do ECA (BRASIL, 1990a) e no art. 42 do SINASE (BRASIL, 2012a). Contudo, a partir deste relato de Bruno percebe-se que, ao invés de essa prescrição ser usada pelos profissionais como meio de contextualizar ao judiciário quem é o adolescente atendido e contribuir para a garantia de seus direitos, ela parece se transformar em uma formalização de denúncias a partir da vigilância, que causa ainda mais prejuízos a eles.

Bruno é atento, percebe quais regras ditam a continuidade ou extinção da Medida e questiona tais regras:

Todo final de mês eles faz o relatório seu, sua pasta. Aí coloca lá: adolescente fala gíria, o adolescente faz isso [...], o adolescente fica em rodinha e o adolescente fica conversando muito [...]. Chega lá, eles quer que você muda, vira crente. E não é assim, né. [...] E eles acha que muda alguma coisa, que: “não, vamos fazer assim...” quer pic oprimir nós. Ainda mais nós, ainda, que já tá preso, não vai aceitar ser oprimido, e ainda eles faz isso?

E, assim, questionado sobre o que pensa a respeito das Medidas Socioeducativas, diz que a LA e a PSC “não melhoram em nada”, só são boas por significarem uma chance de não ser internado, e acrescenta que “nem ficar preso. Eles mandam achando que melhora, mas só piora”. Afirma que a mudança depende da própria pessoa, por isso, as Medidas Socioeducativas não têm sentido de existir. Por outro lado, ele afirma que, para se afastar do meio ilícito, é preciso “acontecer umas coisas na vida da pessoa” e exemplifica com sua trajetória:

Eu mesmo, eu saí da internação, eu ainda voltei. [...] Aí eu falei: “ah, não”. E não quis mais. [...] Saí, conversei lá com as turmas. Parei, não fiquei mais. Arrumei... meu padrasto arrumou um trampo depois pra mim. Fui trabalhar e tô aí. [...] Agora também de maior, assim [...]. Que aí, de maior, vai pra cadeia, já fica anos, né. [...] Mas eu saí de maior e mesmo assim eu voltei tudo. Aí vai da pessoa né, querer parar, querer continuar. Às vezes também não ter um familiar que ajuda. Às vezes o cara olha assim ó, a mãe não pá, tá jogada também, pai também, e fala: “a única sugestão é isso daí pra mim, né. Não tenho mais nada a perder mesmo”. E vai. Agora, que nem uns assim ó, que tem até a família do lado, tudo ajudando, às vezes ele até pensa ainda, ele fala: “não, bobeira”. Que nem eu pensei mesmo. Eu vi que... minha mãe assim ó... Eu não queria mais isso pra ela. Pra ninguém da minha família. Eu era o único que tava. Aí eu peguei, eu falei: “ah, vou parar. Dar um sossego pra ela pelo menos”. E não fiz mais nada.

Em relação à Segurança Pública, Bruno relata não se recordar de nenhuma proximidade na infância, porém, na adolescência, “chegava a ir três vezes no dia” para a delegacia, afirma ter apanhado muito, a ponto de ter dois dedos machucados “deslocou eles só, né. Torcendo aqui pra cá”, além do que “arrancou sangue daqui, enforcando eu, da garganta, que eu guspia sangue”. E conclui: “os caras, tinha uns que judiava”. Também conta que, em determinada ocasião, os policiais o liberaram de uma abordagem, mas o ameaçaram e quebraram os aros de sua bicicleta.

Não queremos aqui minimizar a seriedade do fato de que o jovem parecia testar os limites da justiça e os seus, nem ignorar a provável sensação de impotência dos policiais que se veem de frente com a inutilidade dessas ações que eles parecem considerar seu trabalho mais importante, porém, esses agentes públicos demonstram deixar que seus sentimentos e não as leis tomem conta da situação. Usam de violência contra adolescentes para lidar com a frustração e, assim, cometem um crime mais grave do que aquele que pretendem combater. Além disso, pelos relatos dos entrevistados, parece bastante comum que, quando não há drogas na cena, os policiais as plantam para tornar mais ágil sua ação, cometendo mais um crime, este que Bruno afirma que também ocorreu contra ele uma vez. Em decorrência desta ocasião, passada em 2015, o jovem ficou cinco dias em cela de triagem e foi liberado. A mulher que o acompanhava era adulta e ficou detida por mais de um ano. Bruno relata que, alguns dias depois de nossa entrevista, teria que comparecer a uma audiência para responder sobre essa ocorrência e conclui: “vou ir agora. [...] isso que eu não entendo”. A morosidade dos processos judiciais é, realmente, incompreensível.

Sobre as frequentes abordagens, Bruno acredita que elas aconteciam porque ele era conhecido pelos policiais por seu envolvimento com o meio ilícito: “sabia que eu era do corre” e, sendo assim, diz que não havia lugar específico para ocorrer: “até no Centro eu já

tomei enquadro. Até no Centro, comendo pipoca [...] durante o dia”. Afirma continuar sendo abordado, mas desconfia que isso não deva ocorrer enquanto estiver uniformizado:

Só indo pro trampo e vindo do trampo que eles não vai... que vai... eu tô com a roupa do serviço. [...] Ah, eu acho, eu acho. Ainda nunca tomei enquadro, mas... bem capaz de enquadrar ainda viu.

Por esses motivos, Bruno considera que a Segurança Pública foi a política que mais lhe prejudicou:

Que eu tinha raiva, né. Que quanto mais eles fazia isso daí, mais eu queria deixar eles louco. Que aí eu fazia mais de propósito ainda. O que eles mais odiava ne mim, eu fazia. [...] Agora, se eles vêm dar um conselho pra mim, fala as coisa, pega, chega numa boa... Agora, eles abordam você, quer xingar você, quer tratar você como um lixo, quer esculachar, quer fazer as coisas e forjar.

Também diferencia os profissionais que agridem e forjam daqueles que trabalham da maneira correta, salientando que a polícia militar tende a agir de forma mais honesta e humana do que a guarda municipal. Além disso, o jovem retoma uma questão essencial que é a função das duas instituições.

[...] e é municipal, ainda, que faz isso. Os militar já chegou ne mim assim ó, chegou... já chegou numa boa: “[...] o que eu tenho pra falar pra você é que você para com essa vida, porque você vai preso agora”. [...] Aí eu falei: “não, senhor, já era. A casa caiu, pode levar eu”. [...] Algemou eu até pra frente ainda. Os municipal pega, quer algemar pé, mão, quer esculachar, quer... eles quer fazer mais do que os caras que... sendo que é os caras que tem que pic ficar prendendo assim, né. Eles é mais pra cuidar de escola, das coisas. Aí eles só foram liberados mesmo assim pra ficar prendendo porque eles pega mais do que militar, né. Eles prende mais do que militar. Eles andam 24 pra rua. Toda hora tromba alguém com droga.

Bruno finaliza a entrevista falando sobre a vulnerabilidade social em que se encontra a população que vive em seu bairro. Ele faz o alerta no sentido mais comum de ser encontrado: culpabilizando as pessoas.

Evitar [o envolvimento com o meio ilícito], assim... não sei se podia ter evitado viu. Porque, às vezes, é até o bairro ali, assim, às vezes, que eu tava ali, em redor meu tinha essas coisas assim, né. Aí, às vezes, aos poucos, você vai se apegando naquilo. [...] Nada disso [políticas sociais] podia ajudar eu, viu. Porque era mais ao redor meu mesmo, que tinha as coisas ali. Era mais companhia minha também.

Porém, aqui, temos a responsabilidade de mostrar outro lado: o das políticas sociais. Afinal, se um bairro é ou está vulnerável, é porque lhe faltam fatores de proteção.

3.8 Renan

Na ocasião da entrevista, ocorrida em 16/05/2018, Renan havia acabado de completar 21 anos. Estava morando apenas com a mãe, mas tinha namorada e um filho de oito meses com ela. Foi o único jovem entrevistado a se considerar branco. Sua renda per capita era de aproximadamente R\$ 750,00 e provinha unicamente do seu trabalho, já que ele afirma que a mãe estava desempregada. Renan é barbeiro e tem um salão próprio desde os 15 anos de idade.

O jovem assume que se envolveu com tráfico quando tinha cerca de 12 anos, época em que também fazia uso de maconha, porém, nunca respondeu por essas infrações. Segundo ele, o envolvimento com o meio ilícito já havia cessado quando ele foi internado “por engano”, por volta dos 17 anos. Relata que houve um “assalto” num posto de combustíveis da cidade e as gravações da câmera de segurança do local mostravam o assaltante apenas como um vulto, mas era possível identificar uma tatuagem no pescoço que era igual à dele. Coincidentemente, o carro de Renan tinha sido apreendido naquele mesmo dia, portanto, havia uma ocorrência recente registrada em seu nome. O jovem acrescenta que, além disso, fotos publicadas em sua rede social na internet mostravam claramente sua tatuagem e tais fotos, de alguma maneira, chegaram até a delegacia. De acordo com Renan, a vítima fora chamada para identificá-lo e disse que o reconhecia. Ele nega ser ator desse ato infracional. A família do jovem contratou advogado particular e apresentou fotos de diversos rapazes com tatuagens iguais à dele e do assaltante a fim de demonstrar que poderia ter sido qualquer um deles, mas isso não foi suficiente e ele permaneceu na Fundação CASA por sete meses em unidades da capital, sendo o CIP parte do complexo do Brás e o CI na Vila Maria. Ao sair da internação, Renan cumpriu LA por seis meses como forma de progressão de Medida, processo que já havia encerrado há aproximadamente dois anos na data da entrevista.

3.8.1 As políticas sociais na vida de Renan

Renan morou em dois bairros diferentes, mas ambos na Região Sul da cidade. Também não se lembra de ter frequentado creche, porém, se recorda de ter estudado em duas escolas municipais de educação infantil, pois se mudou com a família neste período. O Ensino

Fundamental foi cursado em duas escolas públicas estaduais: uma responsável pelo ciclo I e outra responsável pelo ciclo II. Repetiu um ano que ele acredita que foi a 5ª série, mas não tem certeza. Os motivos foram “faltas, molecagem, não gostava de ir pra escola, não fazia lição”. Pelo que se recorda, foi nesta época que se envolveu com drogas. Também relata ter sido “convidado a se retirar” da escola e acredita que isso ocorreu neste mesmo ano. Porém, diz que “lhe deram mais uma chance” e ele permaneceu nesta escola até a 7ª série, quando evadiu aos 15 anos de idade. Sobre a evasão, afirma que “não tava vendo muita vantagem de estudar e também já tava trabalhando” na barbearia. Ficou fora da escola por cerca de um ano, até ser internado. Na Fundação CASA, completou a 7ª série e iniciou a 8ª. Como saiu com LA, portanto, era obrigado a estudar, fez supletivo em uma empresa particular para não atrapalhar o trabalho. Lá, terminou a 8ª e o 1º ano do Ensino Médio e depois abandonou os estudos mais uma vez.

Relata que, no período em que estudava, tinha certa dificuldade na matemática e, por isso, era encaminhado para reforço, mas nunca frequentou. Questionado se a escola foi em busca dele após a evasão, ele nega e sobre o que mais marcou neste período, inicialmente diz “nada”, mas logo se lembra de um professor de Geografia, que “conversava bastante comigo”.

Em relação à escola da Fundação CASA, relata que era “normal. Era escola igual aqui, só que era obrigado a ir. Era melhor, se for ver, porque lá eu aprendi mais do que aqui”. E sobre a empresa na qual fez supletivo, afirma que “era uma mãe. Pago é outra coisa, não precisa se esforçar. Eles passavam as coisas na lousa e era só copiar”.

No que diz respeito à Saúde, já foi atendido pelos PSFs dos dois bairros onde morou e pela Santa Casa, onde, inclusive, ficou internado por três meses devido a um problema nos rins que foi solucionado sem necessidade de transplante, como se imaginava inicialmente. Atualmente, costuma procurar o Pronto Socorro da Santa Casa quando necessita, ao invés de ir ao PSF, mas leva seu filho para consultas neste equipamento. Renan afirma que os profissionais do PSF visitam sua casa, mas falam com sua mãe e não com ele. Importante salientar que este jovem mora num condomínio, construído por meio de programa habitacional, que é alvo de muito preconceito e discriminação por parte da população, portanto, o fato de os profissionais do equipamento realizarem visitas no local deve ser ressaltado.

Apesar de assumir já ter feito uso de maconha, acredita que nunca precisou de tratamento específico para isso, uma vez que o uso não era abusivo. Questionado se sabe o que é o CAPS, o jovem diz: “CAPS-nóia? Ouvia falar lá na Fundação CASA porque a molecada ia. É onde vão os nóia, né?!”.

Renan avalia positivamente todos os equipamentos de Saúde dos quais faz ou fez uso.

O jovem nunca participou de projetos sociais, nem de atividades de esporte, pois afirma que “nunca gostei”. Também não havia feito cursos antes da internação. Na Fundação CASA, fez aulas de violão e artesanato, além da Educação Física. Já em liberdade, fez vários workshops sobre cabelo em São Paulo/SP, os quais pesquisou sozinho e pagou com seu próprio salário.

Como já relatado, Renan é proprietário de uma barbearia desde os 15 anos de idade. Afirma que sempre gostou da área, inclusive cortava cabelos desde pequeno. Diz que “nunca trabalhei” para se referir ao fato de nunca ter sido empregado de ninguém. Enquanto esteve internado, teve que deixar outra pessoa trabalhando em seu lugar, mas reassumiu sua função ao ser liberado.

Renan não sabe o que é CRAS, nem CREAS, apenas tem conhecimento de que existe um CRAS perto de sua casa, “porque minha mãe ia lá quando eu saí da Fundação CASA, mas não sei o que é”. Relata que sua mãe já foi beneficiária do Programa Bolsa Família e recebeu cesta básica, mas ele não sabe quem ofertava. Hoje ela não conta mais com tais benefícios, que ele avalia como positivos e, quando questiono se ele acha que o valor era suficiente, o jovem responde: “quando o cavalo é ganhado, você não pode ver os dentes. Tá sendo dado”.

Nega que o Conselho Tutelar tenha passado por sua vida e relata entender que a função do órgão é ir “atrás de criança que tá fora da escola”. Explico resumidamente outras de suas atribuições e questiono se ele acredita que o acompanhamento deveria ter ocorrido, mas ele se reserva a dizer que “devia” porque ele ficou fora da escola.

O apartamento em que Renan mora com a mãe é imóvel próprio, conquistado por meio de programa habitacional, como já informado. Os apartamentos foram entregues em 2012, como o jovem mesmo se lembra, e faziam parte dos imóveis populares viabilizados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, a que já nos referimos anteriormente. Contudo, a qualidade dos apartamentos e forma como são distribuídos são questionáveis, inclusive por Renan que relata: “se eu pudesse pôr minha cama aqui [na barbearia], eu nem ia pra lá. [...] É muita inveja”. Mas, apesar de se queixar inicialmente da convivência, segue criticando a estrutura física: “abriu um trinco de fora a fora no apartamento”.

O jovem afirma não ter recordações sobre situações envolvendo policiais em sua infância. Foi abordado algumas vezes enquanto esteve envolvido com drogas, mas compreende que a polícia estava fazendo seu trabalho. Relata que não era abordado há bastante tempo e justifica que “não tem mais porque”, se referindo ao fato de que não ficava mais em pontos de venda de drogas.

Em relação às Medidas Socioeducativas que cumpriu, afirma, como já dito, que era inocente, portanto, respondeu injustamente por um ato infracional que não cometeu. Acredita que o fato de estar fora da escola contribuiu para que o incriminassem. Também afirma que alguns técnicos das Medidas Socioeducativas (tanto da LA quanto da internação) acreditavam em sua inocência e outros não por causa de suas tatuagens e conclui: “a justiça está nas mãos deles. Se falar que é você, é você mesmo”, reafirmando discussões trazidas por Zaluar (2004).

Na Fundação CASA, além das aulas, da Educação Física e dos cursos já mencionados, tinha atendimento técnico quinzenal e fez algumas atividades externas “por bom comportamento”: foi para o clube do Corinthians, para um campeonato e para a Serra da Cantareira. Diz: “fiz três passeios. Passei mais lá do que aqui fora”. Também recebia visitas da mãe que, às vezes ia com apoio da entidade executora da LA, outras vezes não.

Relata não ter sofrido violência “porque eu era de boa lá”, mas complementa que “o que mais tinha era violência”, principalmente na unidade do Brás, onde tinha violência se não fizessem o que eles mandavam: “lá é onde o filho chora e a mãe não vê”.

Conta que passou por uma “rebelião” e isso foi o que mais lhe marcou de ruim durante a internação:

Não sei se você vê isso na televisão, pegando fogo em tudo. [...] Formou: todo mundo pelado na quadra até três horas da manhã. [...] Aqueles cachorros cheirando, eu achava que iam me morder. [...] Porque a Choque entra na FEBEM. [...] Nunca vou esquecer.

Porém, segundo ele, também teve algo positivo na internação que o marcou: “aprender... convivência. Tive que ir lá pra aprender a conviver com minha família”. O fato de Renan não estar à vontade com a entrevista não permitiu que falássemos mais a respeito deste assunto, portanto, fica difícil compreender quais eram os problemas nesta convivência e porque ele considera que precisou da internação para resolver esses problemas. Porém, talvez mais espantoso que isso seja o fato de que o jovem afirma que a Fundação CASA foi o equipamento que mais contribuiu positivamente com a sua vida:

Porque eu sofri bastante lá e eu tive que sofrer pra aprender. [...] Pelo que aprendi lá. Porque se não visse tudo aquilo lá, minha mente ainda seria igual. Minha mente mudou, se tornou outra.

Esses relatos nos levam a pensar a que mudanças ele se refere, se afirma que nem praticou o ato infracional pelo qual respondia. Que aprendizado foi esse? Por que foi necessário esse sofrimento?

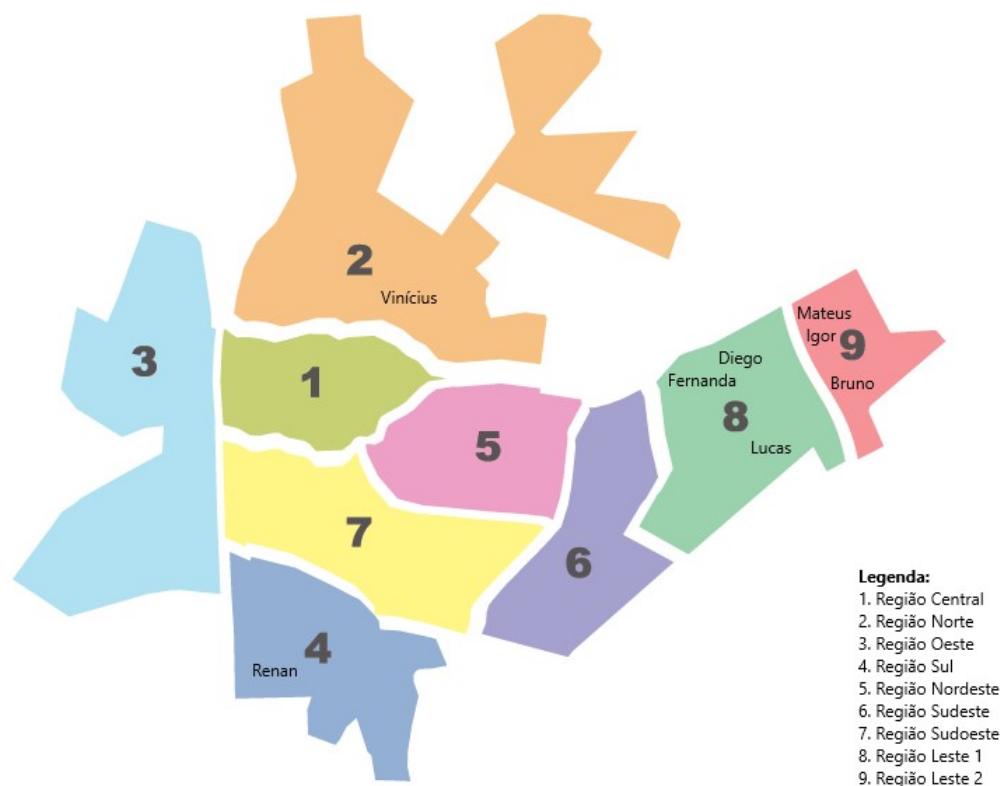
Por outro lado, percebe que a internação teve consequências negativas em sua vida, mas responsabiliza somente a vítima do “assalto” por tudo que lhe aconteceu, o que pode ser percebido em sua resposta sobre qual serviço mais lhe prejudicou. Ele ignora que estamos falando de serviços e responde: “a vítima. [...] Prejudicou porque eu fiquei fora do salão e quando saí tive que refazer todos os meus clientes”.

4 CONSIDERAÇÕES GERAIS A RESPEITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS QUE PERPASSARAM A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS JOVENS ENTREVISTADOS

Após apresentações individuais sobre os oito jovens entrevistados e as políticas sociais que estiveram ou não presentes em suas trajetórias de vida, passemos às considerações gerais sobre esses sujeitos e essas políticas.

No total, foram oitos entrevistados, sendo dois adolescentes e seis jovens, pelo que estipula o ECA (BRASIL, 1990a); uma mulher e sete homens; um se considera preto, um branco e seis pardos; três têm independência financeira; dois têm filhos e; seis cresceram na Região Leste da cidade, um na Região Sul e um viveu aproximadamente seis anos na Região Nordeste, quando se mudou para a Região Central, indo para a Região Norte na adolescência. Afim de facilitar a visualização da distribuição geográfica dos entrevistados pela cidade, foi construída a seguinte Figura:

Figura 1. Distribuição aproximada dos entrevistados por região da cidade de Araras



A partir desta imagem, é possível notar quão distante da Região Central estão os bairros onde viveram a maior parte do tempo Diego, Lucas, Mateus, Igor, Fernanda e Bruno.

Também fica mais nítida a concentração dos entrevistados na Região Leste da cidade. Será que os adolescentes dessa região infracionam mais? Ou nesses bairros há mais ronda policial? Estes são questionamentos que merecem aprofundamento em estudos posteriores.

Estes jovens têm renda familiar per capita que variam de R\$ 159,00 a R\$ 1390,00, aproximadamente. O Brasil não tem uma medida oficial para definir os níveis de pobreza da população, portanto, muitas vezes é considerada a linha adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), para determinar quem recebe ou não o benefício do Programa Bolsa Família, por exemplo, e considera atualmente que famílias com renda per capita de até R\$ 89,00 são extremamente pobres; entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 são pobres e; entre R\$ 178,01 e R\$ 477,00 ou com renda total de até R\$ 2862,00 são de baixa renda (BRASIL, 2013a)³⁶. Se nos basearmos nessas definições, veremos que há entre os entrevistados um jovem de família pobre e sete pertencentes a famílias de baixa renda. Contudo, precisamos problematizar esses valores e para isso, refletir sobre os motivos que levam a eles: a explicação é que eles se baseiam no mínimo para a sobrevivência, porém, podemos hipotetizar que se trata de amenizar os dados caóticos sobre a condição social do país, uma vez que ofertando R\$ 89,00 a famílias extremamente pobres, elas saem desta condição, portanto, as estatísticas mudam com um custo baixo. Ainda, precisamos considerar que esta maneira de mensurar a pobreza somente pela renda é apenas uma das formas de categorizá-la, mas também existe a medição da pobreza relativa, como discutido por Santos e Arcoverde (2011).

Os atos infracionais cometidos foram descritos como tráficos, roubos e furtos. Nenhum ato contra a pessoa (estupro, por exemplo) ou contra a vida (como assassinato) foi relatado. Outro dado a ser ressaltado é que os entrevistados tinham entre 07 e 13 anos quando iniciaram o envolvimento com o meio ilícito, ou seja, na infância ou logo no início da adolescência, dado que precisa ser divulgado para os gestores de políticas públicas (principalmente as sociais) para que se atentem a ele no momento de formular ações, programas e projetos voltados à proteção da infância e à prevenção da criminalidade.

A seguir são feitas análises de como as políticas sociais estão atingindo os jovens entrevistados. Com a finalidade de melhor organização do texto, separamos este capítulo em dois tópicos: o das políticas preventivas e o das políticas remediativas, considerando como

³⁶ Os valores foram atualizados de acordo com alteração do salário mínimo. Dados atuais podem ser encontrados no site da Caixa Econômica Federal. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 01 de out. 2018.

políticas preventivas aquelas que compreendemos que, juntas, poderiam cuidar das crianças e adolescentes e, assim, contribuir para o não envolvimento deles com o meio ilícito, e políticas remediativas aquelas que intervêm na responsabilização pelos atos infracionais cometidos.

4.1 Políticas Sociais Preventivas

Neste trabalho, estamos considerando como preventivas, as políticas sociais de: Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Cultura e Lazer, Emprego e Renda e Habitação. Passemos a discussão de cada uma delas.

4.1.1 Política de Educação

Sobre a Política de Educação, ela alcança a totalidade dos entrevistados ou, como diz Lucas: “a escola tá lá”. Porém, se o acesso é garantido, a permanência está longe de o ser. Além disso, a disponibilidade da política não pode ser confundida com sua efetividade. Dessa maneira, temos como resultado que todos os entrevistados tiveram uma trajetória truncada no que se refere à escolarização, marcada por repetências, evasões, déficit de aprendizagem e defasagem em termos de idade/série, o que reforça os dados encontrados por Bazon, Silva e Ferrari (2013).

Apenas Igor estava estudando quando foi internado pela primeira vez. Todos os demais deixaram a escola antes da internação. Porém, somente Mateus a abandonou antes de se envolver com o meio ilícito. Se isso, por um lado, pode significar que a frequência escolar oferece certa proteção às crianças e adolescentes, já que a maioria das internações ocorreu após as evasões, por outro, parece mostrar que a escola não tem conseguido garantir a permanência daqueles que se envolvem com o meio infracional. Em alguns momentos, a impressão que passa é que nem desejam que eles permaneçam, uma vez que apenas Fernanda relata que a escola a procurou após a evasão, mas logo desistiu e passou sua vaga para outro aluno, o que leva a entender que ela era só mais número. Vinícius voltou a estudar por algum tempo após a evasão por insistência de um grupo de pessoas da igreja e não por ações da escola. Diego, Fernanda e Vinícius foram transferidos compulsoriamente de escola e Renan foi “convidado a se retirar”. Além disso, Diego e Lucas tiveram vaga negada após sair da internação, tendo êxito apenas depois de ação do Conselho Tutelar e da entidade executora da LA, mas em outra escola, sendo que Igor e Vinícius salientam que só conseguiram se

matricular porque levaram ofício com determinação judicial de frequência escolar. Outro relato que parece indicar que a escola não quer que esses adolescentes permaneçam nela, foi o de Lucas quando afirma que a diretora o desestimulou a voltar por já saber que reprovaria por faltas.

Vale ressaltar que, nesta pesquisa, estamos discutindo o impacto das políticas sociais na vida de adolescentes em conflito com a lei, por isso, estamos nos restringindo ao debate sobre eles, contudo, parece pouco provável que essa resistência da escola esteja apenas relacionada aos atos infracionais cometidos, até porque Mateus evadiu antes mesmo de se envolver com o meio ilícito e Renan alguns anos depois de deixar este meio. Assim, podemos levantar como hipóteses que a escola não quer a presença de alunos que causem problemas – de aprendizagem e comportamento, que eles mesmos afirmaram causar –, quer aqueles que aprendam com rapidez, sejam tranquilos e obedientes, e não consegue dar conta de investir na permanência dos alunos com tantas cobranças acerca de executar projetos temáticos, resolver questões burocráticas, treinar para provas, além de passar conteúdo com metodologias ativas e estratégias diversificadas, tudo isso para salas numerosas e com poucos recursos.

De fato, todos estes são impasses para que a educação se dê com qualidade e tenha continuidade e devem ser considerados ao se discutir os motivos do déficit de aprendizagem, evasões, desinteresse. Mateus desconhece essas questões e assume a responsabilidade pela não aprendizagem para si, dizendo que não tinha “capacidade de aprender rápido”; Diego, Fernanda e Bruno compreendem que o desinteresse pela escola se deu pelo interesse no tráfico; Lucas por questões pessoais, como a morte da avó e; Renan porque “não via mais vantagem”, afinal, já tinha seu próprio negócio e a promessa da escola é, muitas vezes, um futuro profissional. É possível que algumas destas questões tenham mesmo interferido na escolarização destes jovens, porém, o que estamos tentando problematizar aqui é que, talvez, um sistema de ensino diferente do que está posto na atualidade pudesse desenhar outros rumos para essas histórias.

Lucas, Mateus e Fernanda deixam muito explícito o sofrimento pelos quais passavam pouco antes de abandonar a escola: Lucas vivenciou a separação dos pais, a mudança de cidade e a morte da avó; Mateus perdeu o pai, sofria preconceito por ser nordestino e não conseguia aprender através dos métodos adotados pela escola que frequentou; já Fernanda teve os pais presos, o avô começou a usar crack, sua responsabilidade passou da mãe, para o avô e depois para a tia e apresentava dificuldade na leitura. Vinícius, por sua vez, não relaciona os problemas pessoais com os escolares, mas podemos imaginar que permanecer sob a guarda dos pais enquanto as duas únicas irmãs estavam acolhidas institucionalmente

também não deve ter sido fácil. Contudo, pelos relatos, não parece ter havido atenção por parte da escola para estas questões. Mesmo as dificuldades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem não aparentam ter tido grande investimento, já que o preconceito sofrido por Mateus nunca cessou e ele foi encaminhado para aulas de reforço, o que não foi suficiente para que fosse alfabetizado. Em relação a Fernanda, nenhuma ação da escola relacionada à dificuldade na leitura foi relatada, além da repetência.

Convém salientar que, com essas problematizações, não pretendemos responsabilizar a escola por solucionar questões pessoais dos alunos, mas compreendemos que essas problemáticas podem ser observadas e encaminhadas a outros setores para que a responsabilidade seja partilhada, como deve ser. Porém, por meio dos relatos, a percepção que se tem é que estes encaminhamentos não ocorreram. O que pode ter havido foi a comunicação ao Conselho Tutelar, uma vez que este órgão acompanhou por algum tempo a família de Mateus, Fernanda e Vinícius, mas, não fica claro quem foi que o acionou e porquê.

Importante salientar as séries que estes adolescentes evadiram pela primeira vez, não por representar algum dado novo, mas para reforçar os já existentes: Diego, Fernanda e Vinícius abandonaram a 5ª série; Lucas a 6ª; Bruno e Renan a 7ª. Estes entrevistados reforçam as estatísticas existentes de que a maioria dos adolescentes em conflito com a lei evadem no ciclo II do Ensino Fundamental (CARDOSO, 2017; BAZON; SILVA; FERRARI, 2013). Podemos supor que isso decorra, entre outros motivos, da perda do professor de referência existente no ciclo I e das dificuldades que vão se acumulando durante a trajetória escolar desses jovens, como apontam Bazon, Silva e Ferrari (2013). Já Mateus e Igor fazem parte do grupo de exceção à regra, uma vez que Mateus deixou os estudos ainda no ciclo I (não fica claro qual série) e Igor, apesar das repetências e de uma pausa de alguns meses devido à mudança de endereço, deixou de estudar apenas depois das internações, no 2º ano do Ensino Médio, devido ao trabalho.

Também convém destacar que Fernanda participou do Programa Mais Educação enquanto cursava o ciclo I do Ensino Fundamental e, desta forma, permanecia grande parte de seu tempo na escola, o que parece ter funcionado como um tipo de proteção a ela. Contudo, ao passar para o ciclo II, foi automaticamente transferida para uma escola pública estadual que não tinha aderido ao programa. Assim, no momento em que ela mais precisava de suporte e atenção, por vivenciar todas as questões já apontadas, o Programa, considerado por ela como um dos que mais contribuiu em sua vida, sai de cena e nada entra em seu lugar. Por outro lado, as atividades do Programa parecem ter sido positivas porque ocupavam seu tempo

livre, mas não deixaram marcas suficientes para evitar a evasão e o envolvimento com o meio ilícito.

Um dado de extrema relevância para esta pesquisa é que, de maneira geral, os entrevistados avaliam que o ensino na Fundação CASA seja melhor do que na escola regular, com exceção de Lucas que afirma que ambas as experiências foram boas, apesar de se incomodar com o fato de que, nas duas situações, os professores repetiam muito os conteúdos ensinados. Lucas também critica a obrigatoriedade de frequentar a escola assiduamente dentro da unidade de internação, pois, se não fosse à aula, “o funcionário gritava”. Já para Mateus, Vinícius e Renan, essa obrigatoriedade, rigidez e opressão do ensino na clausura são algumas das razões para seu sucesso. Isso nos leva a pensar sobre a necessidade que estes jovens têm de algo ou alguém que lhe imponha regras e do quanto, na sociedade atual, temos dificuldade em estabelecer limites e cobrar que eles sejam cumpridos. Entretanto, esclarecemos aqui, que a simples imposição de limites não é e nem deve ser o modo de organização de uma escola, mesmo porque o afeto e a atenção ofertados na escola da Fundação CASA também são ressaltados por Fernanda e Bruno, o que, possivelmente, contribuiu com o aprendizado: Fernanda lembra com ternura da professora que “era um amor”, “ajudava” e “aconselhava” as adolescentes internadas. Já Bruno, relata que recebia elogios da professora, ajudava os colegas e, desta forma, descobriu sua capacidade de aprender, o que ele, até então, desconhecia. Interessante notar que Bruno também enaltece alguns professores da escola regular, mas, ainda assim, afirma que o ensino da Fundação CASA era melhor, o que parece indicar que a valorização do aluno seja uma questão de extrema importância para o processo de ensino-aprendizagem. Naturalmente, tal valorização ocorre no processo de escolarização regular, porém, dificilmente com estes jovens que apresentam comportamentos de desafio às normas escolares. Podemos supor, ainda, que a atenção individualizada e o reconhecimento das potencialidades seja mais possível de se garantir em salas de aulas com número reduzido de alunos, como ocorre nas unidades de internação elogiadas e não nas escolas regulares, o que nos leva novamente a problematizar a organização do sistema de ensino atual, que avançou ao receber maior número de alunos a partir da escolarização obrigatória a todos, mas não teve o investimento de recursos financeiros necessário para dar conta de toda a demanda e superlotou as salas de aulas existentes, ao invés de construir mais escolas e contratar mais professores..

Mateus, Igor e Vinícius supõem, ainda, que os alunos também se envolvam mais nos estudos enquanto estão internados, sendo que Mateus e Igor sugerem que isso ocorra porque lá dentro eles não têm outra coisa para fazer e, talvez possamos dizer, não têm que se

preocupar com o fato de a mãe ter que, sozinha, alimentar oito filhos ou se vão ter energia elétrica naquele mês.

Sejam quais forem as razões das avaliações positivas, o fato é que, como resultado da qualidade do ensino na Fundação CASA, temos que Mateus aprendeu a ler durante sua terceira internação, quando cursou a 6ª série, aos 18 anos, o que nos leva a pensar nas implicações do sistema de progressão continuada na vida escolar de um jovem, da maneira como este funciona.

Porém, mesmo havendo muitos elogios ao ensino na Fundação CASA, Mateus, Fernanda e Bruno relatam haver diferenças entre as unidades, sendo que em algumas os adolescentes podiam escolher se frequentavam as aulas ou não e em outras eram oferecidas apenas poucas atividades ou cópias para que não ficassem ociosos. Igor ainda salienta que o ensino que ele julga positivo era o oferecido pela escola da Fundação CASA, pois o ensino que os “funcionários” das unidades davam “não era do jeito adequado”, se referindo à violência perpetrada pelos agentes socioeducativos.

Sintetizando o que lhes marcou durante a trajetória escolar, também é interessante notar que, de maneira geral, quando os entrevistados falam da escola regular positivamente, eles falam de professores, amigos e namorada que marcam pela relação pessoal. Já quando relatam sobre a escola da Fundação CASA, falam de conteúdo. Isso nos leva a refletir sobre como tem se efetivado a real função da escola na atualidade.

Contudo, parece que os frutos das avaliações positivas das escolas da Fundação CASA, na maioria das vezes, se encerram ali, ou seja, não proporcionam que o interesse pelos estudos se mantenha fora dos muros da instituição, uma vez que, em liberdade, Lucas, Mateus e Vinícius foram para a escola por pouco tempo, tornando a evadir em seguida; Renan continuou apenas enquanto cumpria LA, por ser obrigatório, e em supletivo particular, para economizar tempo; Bruno nem voltou e justifica que chega cansado do trabalho (a ele, para concluir a educação básica, só falta o 3º ano do Ensino Médio), mesma explicação de Igor por seu abandono recente. Apesar de Igor e Bruno relatarem que pensavam em terminar os estudos, podemos considerar que apenas Diego e Fernanda aparentavam em seus discursos que a experiência positiva de escolarização na Fundação CASA possibilitou a retomada do interesse pela escolarização, uma vez que Diego cursou três séries após a internação e parou apenas porque não tinha idade para frequentar EJA do Ensino Médio e terminou a 8ª no meio do ano, o que o impediu de iniciar o ensino regular, mas aguardava o início do próximo ano para voltar aos estudos. Já Fernanda, foi a única adolescente que estava estudando na ocasião da entrevista e tinha planos de continuar para cursar Ensino Superior.

Por fim, cabe ressaltar que alguns entrevistados consideraram que a Política de Educação foi a que mais contribuiu positivamente em sua trajetória de vida: Bruno se referindo à escolarização dentro da Fundação CASA e Fernanda ao Programa Mais Educação (junto com outras políticas). Por outro lado, Vinícius avalia que esta foi a política que mais lhe prejudicou, portanto, não sem motivo, ele foi o entrevistado com maior defasagem idade/série – continuava evadido da 5ª série – e o único a declarar abertamente que não pretendia voltar a estudar.

A partir destas constatações, podemos dizer que a Política de Educação pode ser considerada um fator de proteção para aqueles que dela se beneficiam, principalmente quando isso envolve a educação em tempo integral. Contudo, é preciso que haja mudanças no sistema de ensino, a fim de garantir a efetividade do direito à Educação, para além de disponibilizar vagas nas escolas. Com mais investimentos, seria possível aumentar o número de unidades de ensino, de profissionais, de matérias pedagógicas, capacitar professores e, assim, oferecer mais condições para que o ensino fosse ofertado com maior qualidade. Mas será que o Estado visa à Educação de qualidade para todos? Possivelmente não em tempos de hegemonia neoliberal. Enquanto isso, resta para os pobres (maioria pretos e pardos) a escolarização como promessa de garantia de trabalho. Mas essa escolarização, sendo precária, não garante minimamente os conteúdos, quem dirá a criticidade e o empoderamento, ou o afeto e a atenção. Por outro lado, a promessa de futuro profissional não é cumprida. Não há trabalho para todos, então, há uma rígida seleção: entram alguns com bastante conhecimento – o que não inclui estes jovens com escolarização precária – e outros tantos que se (as)sujeitem às regras desumanas do patrão, não exigindo para isso nenhum grau de escolaridade.

4.1.2 Política de Saúde

Sobre a Política de Saúde, convém destacar que a Atenção Básica ou primária parece estar bem equipada no município de Araras/SP, afinal, apenas Vinícius relata que um bairro em que morou não contava com PSF de referência, mas complementa que uma unidade foi construída no local após sua mudança. Todos os demais conhecem e utilizam/utilizaram os equipamentos que atendem aos seus territórios e elogiam o serviço prestado, inclusive, Fernanda avalia que o PSF foi um dos equipamentos que mais contribuiu positivamente em sua vida. Em relação às atenções secundária e terciária, eles também já passaram por atendimento ou contam com apoio do CAEM, CAPS, UPA, Pronto Socorro e Santa Casa

(hospital), apesar de haver queixas sobre alguns em relação à demora e a procedimentos equivocados.

Também é importante indicar que quatro jovens deixam explícito que conheceram o CAPS enquanto estiveram na Fundação CASA: Lucas, Mateus e Igor, que foram encaminhados para o equipamento pela equipe da internação, e Renan que ouvia relatos sobre outros adolescentes que saíam da clausura para os atendimentos. Vale destacar, ainda, que Igor foi conduzido de Franco da Rocha/SP para Araras/SP a fim de receber atendimento no CAPS de sua própria cidade, o que avaliamos positivamente, pensando na construção do vínculo com o serviço que deveria continuar sendo sua referência. Aparentemente esta é uma prática comum da unidade de Franco da Rocha/SP, uma vez que Mateus afirma que “vinha” para o CAPS quando esteve internado naquela cidade, apesar de a questão não ter sido esclarecida durante a entrevista.

Antes de iniciarmos as problematizações sobre os dados encontrados nesta pesquisa, entendemos que se faz relevante apresentar breves considerações sobre as alterações na compreensão do conceito de saúde e, com isso, no modelo de atenção oferecida a ela.

De acordo com Gomes, Cotta, Mitre, Batista e Cherchiglia (2010), o sistema de saúde brasileiro vive um processo de mudanças desde a década de 1980, devido ao movimento da reforma sanitária. Segundo as autoras³⁷, tal movimento foi imprescindível na criação e implementação do SUS, este que pretende substituir o paradigma de saúde como ausência de doença, que resultava na prática anteriormente predominante de assistência médica curativa e individual, para uma perspectiva de produção social de saúde, que amplia o olhar para o processo saúde-doença, considerando todas as suas dimensões, desta forma, exigindo intervenções multiprofissionais e intersetoriais articuladas, com ênfase no cuidado na atenção primária e na prática da vigilância à saúde.

Neste sentido, o Programa Saúde da Família (PSF) é criado em 1994 e ganha forças com a promulgação da Norma Operacional Básica do SUS de 1996, a fim de consolidar a mudança de modelo de atenção, que deixa de se ater somente a questões clínicas para promover a saúde em sua totalidade, visando à integralidade das ações. Assim, ele nasce como um instrumento de reorganização da Atenção Básica, colocando a família como centro

³⁷ A escolha pela referência feminina foi proposital, mesmo reconhecendo que dentre as autoras há um homem. A pretensão foi valorizar o fato de a maioria delas ser mulher, rompendo com as regras sexistas de nossa língua.

de suas ações em saúde, que devem incluir práticas preventivas, educativas e curativas (ÁVILA, 2011; GOMES et al., 2010).

Segundo Gomes et al. (2010), a evolução dos paradigmas sanitários foi influenciada por diferentes correntes de pensamentos. Desta maneira, temos o positivismo como responsável pelo modelo biomédico, que é caracterizado por um conjunto de elementos que coexistem e se complementam, como o curativismo, mecanicismo, biologismo, individualismo, especialização e tecnificação, que resultam na atenção à saúde reduzida à especialização médica e à medicalização da vida. Para este modelo, o ser humano é como uma máquina e a doença é equiparada a um mau funcionamento do organismo, que precisa do médico, o qual tem papel mecanicista de consertar o defeito por meio de intervenção física ou química. Um dos resultados deste modelo, segundo as autoras, é a individualização da saúde pública e a culpabilização da população pela falta de autocuidado. Gomes et al. (2010) continuam a explanação afirmando que, em resposta à ineficiência deste modelo biomédico, a fenomenologia amplia a concepção de saúde e de doença. Assim, a saúde passa a ser compreendida como um processo e a humanização surge como forma de intervenção, considerando que o processo saúde-doença está intimamente relacionado ao contexto sociocultural, à experiência subjetiva de cada pessoa, à autonomia dos indivíduos e à sua inter-relação com os demais e com o ambiente. Contudo, as autoras concluem que foi o marxismo que embasou a posição ideológica e política no Brasil nos anos 1970 e 1980, repercutindo nos movimentos sociais e influenciando questões relativas aos direitos, que culminou na criação do SUS e na defesa da universalização da saúde na Constituição Federal de 1988.

Feitas essas considerações, voltemos aos dados da presente pesquisa.

Como observado anteriormente, os PSFs, equipamentos primordiais no novo modelo de atenção, existem, são conhecidos e utilizados pelos entrevistados, porém, aparentemente eles têm significado mais uma mudança institucional do que de modelo de atenção, como proposto. Isso porque os jovens afirmam que profissionais do equipamento sempre passaram em suas casas para verificar se todos estavam bem, conferir a pressão arterial e a glicemia, verificar se havia focos de proliferação do mosquito da dengue, entregar medicação ou leite, porém, em nenhuma ocasião relatada foi verificada atenção do PSF ao sofrimento psíquico vivenciado por esses sujeitos e a seu uso de drogas.

Em pesquisa realizada por Fonseca e Ozella (2010) com profissionais da Estratégia de Saúde da Família³⁸, os autores constataam que a predominância do modelo biomédico na saúde resulta em uma compreensão da adolescência do ponto de vista desenvolvimentista, considerando-a como uma etapa de transição entre a infância e a fase adulta, de maneira universal e naturalizante, portanto, tratando o adolescente de forma homogênea. Esse modelo, segundo os autores, também considera que a crise e os conflitos (vistos de maneira pejorativa) são inevitáveis durante a adolescência, portanto, seria natural nesta idade haver certo grau de patologia. Ora, se essa perspectiva compreende a doença no adolescente como emocional e natural da fase que vivencia, ela leva ao entendimento de que a adolescência não deve ser priorizada ante os demais grupos populacionais e isso culmina no “não lugar” do adolescente nos equipamentos de atenção primária à saúde (FONSECA; OZELLA, 2010), como observado no presente estudo.

Por outro lado, se o sofrimento psíquico de adolescentes, de maneira geral, não é considerado um fator de atenção para o PSF, o uso de drogas por adultos também não é alvo de intervenções das equipes, como podemos constatar nos relatos de Fernanda de que o avô fazia uso abusivo de crack e não contou com apoio dos equipamentos de saúde. Podemos levantar pelo menos duas hipóteses relacionadas a isso: uma de que os profissionais dos PSFs ainda compreendem o uso de drogas como questão de Saúde Mental, e esta como uma especialidade médica que necessita de equipamentos específicos para seu tratamento adequado, como era antes da reforma sanitária. A outra tem relação com dados encontrados no estudo de Gomes et al. (2010), que apontam para o sentimento de impotência dos profissionais de saúde, que trabalham na perspectiva curativa do modelo biomédico, frente à miséria, ao desemprego, à fome e, podemos acrescentar, ao uso de drogas, que acabam levando à restrição de seu trabalho ao controle de doenças crônicas e à prevenção de outros agravos, através de esclarecimento de dúvidas, criação de vínculos, solidariedade e escuta.

O fato é que, sem encontrar suporte nos equipamentos públicos de saúde, a família e o próprio Conselho Tutelar apelam para grupos de autoajuda como “Narcóticos Anônimos” e “clínicas” ou “casas de recuperação”, como ocorreu com Lucas e Mateus. Este ainda faz uma afirmação que nos leva a acreditar que o Estado tenha arcado com os custos de sua “internação”, por meio de determinação judicial:

³⁸ O Programa Saúde da Família passa a ser considerado Estratégia de Saúde da Família em 2011, por meio da portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em 04 de set. de 2018.

É particular. Tem que pagar lá. Aí o Conselho Tutelar conseguiu a entrada pra mim com o govern... com o juiz, conseguiu pra mim. Aí eles conseguiram e aí eu fui (Mateus).

Assim, o dinheiro público que deveria ser investido nos equipamentos governamentais, é transferido para uma entidade que executa um serviço que não é previsto no SUS e, além disso, viola outros direitos dos adolescentes, uma vez que ambos os entrevistados que foram “internados” relatam que não havia profissionais na “clínica”, sendo o “tratamento” resumido à laborterapia, religião e estudo dos 12 passos do NA, ou seja, o direito à saúde não era garantido. Eles também não estudaram durante o período de “internação” e Mateus conta que havia agressões, excesso de medicação e que ele era obrigado a trabalhar, apesar de ter apenas 11 ou 12 anos, e ainda ficava apenas com uma parte do salário.

Com exceção de Lucas e Mateus, nenhum outro entrevistado relata acreditar que um dia precisou de cuidados relacionados ao uso de drogas. Contudo, nos parece que eles compreendem o cuidado como sinônimo de internação visando à abstinência, seguindo a visão positivista que resulta no modelo biomédico, individualista, medicalizante e curativo, o que não causa espanto se considerarmos que o próprio sistema de saúde parece não ter conseguido colocar em prática as mudanças conceituais nos modelos de atenção.

Por tudo isso, cabe-nos aqui problematizar: qual tem sido a Política de Saúde em que o Estado investe? Será que há dinheiro suficiente para que as unidades previstas para a Atenção Básica executem adequadamente seu papel de destaque na prevenção, promoção e cuidado integral à saúde? Para isso é necessário número suficiente de profissionais (para não haver sobrecarga e desvio de função) concursados (para evitar rotatividade e possibilitar vínculos) e capacitados (para que todos possam compreender e, de fato, efetivar a mudança do modelo de atenção), o que não parece estar ocorrendo na atualidade.

4.1.3 Política de Assistência Social

Em relação à Política de Assistência Social, é notório o fato de que a maioria dos entrevistados é ou já foi beneficiado pelo Programa Bolsa Família, este que foi criado em 2003, com o objetivo de melhorar as condições de vida das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, considerando os critérios definidos pelo MDS, apresentados anteriormente neste trabalho, por meio de transferência direta de renda (BRASIL, 2013b). Convém ressaltar que o texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), inserido

como anexo da Resolução CNAS nº 145/2004 que a aprova, prevê a segurança de rendimento como uma das formas de garantir proteção social à população que dela necessitar (BRASIL, 2005), mas o documento adverte que esta segurança não pode ser compreendida como uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, tratando-se de uma garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independente de limitações para o trabalho ou de desemprego.

Contudo, é imprescindível salientar que o Protocolo de Gestão Integrada, aprovado pela Resolução CIT nº 7/2009, prevê articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do SUAS, com os objetivos de: garantir a oferta prioritária de serviços socioassistenciais aos beneficiários do PBF, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Benefício de Prestação Continuada (BPC); construir possibilidades de atendimento intersetorial e; favorecer a superação de situações de vulnerabilidade e risco vividas pelas famílias beneficiadas pelo PBF, PETI e BPC por meio de acompanhamento em serviços socioassistenciais (BRASIL, 2009). Cabe também acrescentar que os serviços socioassistenciais citados pelo documento, são elencados e explicitados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014), e incluem o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), os Serviços de Acolhimento, dentre outros.

As normativas que regulam a Política de Assistência Social são categóricas ao afirmar que o PAIF e o SCFV são de responsabilidade da Proteção Social Básica, a qual tem por objetivo prevenir a incidência de vulnerabilidade e riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2005; 2011), portanto, devem ter precedências nas ações da política (BRASIL, 2012b). Desta forma, o PAIF é obrigatoriamente ofertado pelo CRAS, e o SCFV pode ser executado no CRAS ou em outro equipamento governamental, mas também pode ser desenvolvido por entidades não governamentais, porém, em quaisquer destas circunstâncias, é prevista articulação do SCFV com o PAIF, portanto, mesmo as ações desenvolvidas por entidades do terceiro setor devem ser referenciadas ao CRAS do seu território de abrangência (BRASIL, 2005; 2011; 2014). Por outro lado, o PAEFI é o serviço essencial à Proteção Social Especial de Média Complexidade e deve ser executado no CREAS, visando ao fortalecimento das famílias a fim de romper com violações de direitos, à reparação dos danos causados por estas violações e a possibilitar a inclusão das famílias nas diversas políticas públicas sociais (BRASIL, 2014). E, por fim, os Serviços de Acolhimento, que compõem a Proteção Social

Especial de Alta Complexidade, podem ser oferecidos em instituições governamentais ou não governamentais, em repúblicas ou em famílias acolhedoras, sempre de maneira excepcional, visando garantir proteção integral a famílias ou indivíduos por algum tempo, que deve ser o menor possível quando houver rompimento de vínculos (BRASIL, 2014).

Voltando ao dado da pesquisa apresentado, com exceção de Bruno, que relata não ter recordações sobre o assunto, todos os demais entrevistados afirmam que são ou já foram beneficiados pelo PBF, porém, apenas Fernanda expõe que sua família é acompanhada pelo CRAS desde a sua infância, o que parece significar que o Protocolo de Gestão Integrada tem sido ignorado na prática do SUAS.

Neste sentido, pesquisa realizada nos estados de São Paulo e Minas Gerais (CHIACHIO, 2011), aponta que as atividades desenvolvidas nos CRAS estão preponderantemente relacionadas a questões burocráticas e à administração dos benefícios, o que inclui, principalmente, o acompanhamento das condicionalidades, tornando exponencial o número de visitas domiciliares com esse fim, o que toma todo o tempo dos poucos profissionais que atuam nesses equipamentos, inviabilizando o trabalho socioeducativo e as mobilizações coletivas do território. Desta maneira, as famílias são cobradas de cumprir as condicionalidades a elas impostas sob risco de ter seu benefício bloqueado ou cancelado, porém, os equipamentos, aparentemente, também não estão conseguindo cumprir com suas responsabilidades.

Como dito anteriormente, a Proteção Social Básica deve ter precedência sobre as demais, ou seja, este tipo de Proteção deve ser priorizado em relação à Proteção Especial de Média Complexidade e esta sobre a Proteção Especial de Alta Complexidade. Sabe-se que algumas famílias são invisíveis para o Estado, demandando maior investimento para serem atingidas pelos serviços e, por isso, muitas vezes elas só são alcançadas pela Assistência Social quando as violências e outras violações de direitos já estão instalados, o que as leva a “pular” um tipo de proteção, sendo encaminhada direto para a Especial. Porém, não é exatamente isso que ocorre na presente pesquisa, uma vez que todos os beneficiários do PBF são obrigatoriamente catalogados no Cadastro Único, onde declaram uma infinidade de informações e todas as informações do Cadastro Único, se não são registradas no próprio CRAS, são possíveis de ser acessadas por ele posteriormente. Além disso, foi cogitado o acolhimento institucional de Fernanda mais de uma vez e as irmãs de Vinícius foram, de fato, acolhidas em instituição e, ainda assim, suas famílias não foram acompanhadas pelo CREAS. O que aconteceu? Seria necessária uma nova pesquisa para verificar isso, uma vez que existem várias possibilidades.

Mas, se os equipamentos governamentais não serviram de referência para essas famílias, entidades beneficentes/filantrópicas/religiosas atingiram grande parte dessas famílias e foram muito significativas para esses jovens. É o caso dos projetos sociais frequentados pelos entrevistados (Lucas, Mateus, Igor, Vinícius) na infância, da entidade executora da LA que atendeu a todos e foi marcante para vários deles, das igrejas que doavam cesta básica (para Lucas e Vinícius) e davam orientações para Vinícius (que voltasse para a escola e fosse ao CAPSad) e do Instituto de Difusão Espírita (IDE) que realizava doações e, aparentemente, grupos com famílias ou com mães e com crianças, dos quais Mateus e Igor participaram e se recordam com empolgação.

Em relação à execução da Política de Assistência Social por entidades, algumas considerações precisam ser tecidas. Primeiro, é preciso esclarecer que essa prática é legitimada pelas normativas, com a justificativa de que

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado estimule a sinergia e gere espaços de colaboração, mobilizando recursos potencialmente existentes na sociedade, tornando imprescindível contar com a sua participação em ações integradas, de modo a multiplicar seus efeitos e chances de sucesso. Desconhecer a crescente importância da atuação das organizações da sociedade nas políticas sociais é reproduzir a lógica ineficaz e irracional da fragmentação, descoordenação, superposição e isolamento das ações. [...] Trata-se, enfim, de uma estratégia de articulação política que resulta na integralidade do atendimento (BRASIL, 2005, p. 47-48).

Contudo, ao tratar da relação entre Estado e Sociedade Civil, este mesmo documento reforça uma das diretrizes da Política de Assistência Social explicitada na LOAS (BRASIL, 2011) e na Norma Operacional Básica do SUAS (BRASIL, 2012): a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política, enfatizando seu papel de coordenador do processo de articulação entre organizações governamentais e não-governamentais, o que claramente não ocorre no caso pesquisado, uma vez que as famílias atendidas pelas entidades não eram referenciadas ao CRAS.

Em estudo realizado em sete estados brasileiros, envolvendo um grande número de pesquisadores, e com resultados apresentados por Degenszajn e Couto (2011), foram encontrados dados semelhantes a esses. As autoras afirmam que, tradicionalmente, o Estado abdicou de sua condução da Política de Assistência Social, justificando com a experiência acumulada no trabalho pela rede privada e avaliam que isso tenha relação com aspectos enraizados na cultura dessa política que envolvem favor, clientelismo, mandonismo e desprofissionalização. Degenszajn e Couto (2011) concluem que esses fatores impactam

diretamente na dificuldade encontrada por essa política para se materializar como política pública, dever do Estado e direito de cidadania.

Também dessa cultura advém a precarização da política, mesmo quando ela é executada em organismos governamentais. O texto da PNAS (BRASIL, 2005) enfatiza a importância da política de recursos humanos, tratando-a como um dos eixos estruturantes da Assistência Social. Neste sentido, aponta para: a necessidade de reconhecer a especificidade do trabalhador em seu campo próprio de atuação, bem como na intersectorialidade; a urgência de qualificação dos recursos humanos por meio de capacitação sistemática e continuada para os profissionais, a fim de que haja, por parte de seus atores, compreensão da Política de Assistência como direito e não como benesse; investimento em concursos públicos e; estabelecimento de planos de carreira.

Porém, Degenszajn e Couto (2011) salientam que essas prerrogativas não estão sendo cumpridas na prática, uma vez que a pesquisa apresentada por elas demonstra a prevalência de quadro de pessoal insuficiente; alta rotatividade dos profissionais, mesmo entre os concursados, que não contam com plano de carreira e salarial; profissionais sem vínculos construídos com a área e com compreensões arcaicas e conservadoras sobre a política, o que denota a falta de investimento dos recursos humanos e na política como um todo.

Se o neoliberalismo não reconhece os direitos sociais, e assim, um Estado neoliberal não investe em Políticas Públicas Sociais, em relação à Assistência Social temos um agravante, problematizado por Brotto (2015): se a Assistência Social for garantida como direito, os candidatos perdem os votos que compram por meio de promessas de favores individuais.

Com isso, Mestriner (2008) alerta para o fato de que a filantropia, ou “o amor pela humanidade” (p.14) nunca abandonou a Assistência Social, apenas alterou o modo com que se apresenta. Sendo assim, a autora apresenta o percurso traçado por ela até os anos 2000: filantropia caritativa: assistência e repressão (período imperial até 1889), filantropia higiênica: assistência, prevenção e segregação (1889 a 1930), filantropia disciplinadora: enquadramento nas normas técnicas e disciplinamento dos indivíduos (1930 a 1945), filantropia partilhada profissionalizante (1946 a 1964), filantropia de clientela: assistência e repressão (1964 a 1988), filantropia vigiada (1985 a 1988) e filantropia democratizada (1988 a 1999).

Desta forma, observamos que os resultados desta pesquisa, assim como de outros estudos, apontam para o fato de que os avanços teóricos conquistados pela Política de Assistência Social encontram barreiras na cultura assistencialista que a circundam, cultura

esta que reflete a lógica neoliberal, fazendo com que, na prática, ainda haja muito caminho a percorrer para seu reconhecimento enquanto direito.

4.1.4 Outras Políticas Sociais Preventivas

Além da Educação, da Saúde e da Assistência Social, outras políticas sociais aparecem nos relatos dos jovens entrevistados. Neste item, trataremos das Políticas de Esporte, de Cultura e Lazer, de Emprego e Renda e de Habitação, e também discorreremos sobre o lugar que o Conselho Tutelar assumiu na vida desses jovens.

A Política de Esporte está presente na vida de todos jovens, de uma forma ou outra, por causa das aulas de Educação Física das escolas, porém, as perguntas formuladas para esta pesquisa direcionavam os entrevistados a pensar em atividade desportivas para além das ofertadas pelas unidades de ensino. Ainda assim, Diego se refere à Educação Física ao fazer a crítica de que ela não está disponível na EJA e Lucas ao dizer que gostava de jogar bola na escola. Em relação a esta disciplina, é importante destacar que, podem ser analisadas as formas de disponibilizá-la, mas nunca deixar de reconhecer que ela garante um dos direitos de crianças e adolescentes afirmados pelo art. 4º do ECA: o esporte (BRASIL, 1990a).

Mas parece que, de alguma maneira, esse direito também tem sido disponibilizado fora do ambiente escolar, tanto que Diego, Mateus, Igor, Vinícius e Bruno relatam ter frequentado treinos de futebol/futsal em escolinhas mantidas pelo governo municipal. Além disso, Mateus tinha aulas de futebol e pingue-pongue no projeto social que frequentava e Fernanda fazia aulas de futebol no Programa Mais Educação. Lucas e Renan foram os únicos que não fizeram atividades esportivas externas à escola antes de serem internados, mas afirmam que isso ocorreu por escolha deles que não se interessavam por esporte.

Cabe destacar que modalidades esportivas diferentes do futebol foram praticadas apenas por Igor e Lucas e depois de a internação ter ocorrido. Além disso, os esportes feitos por Igor – judô e jiu-jitsu – eram disponibilizados por uma academia particular mediante bolsa de estudos e o praticado por Lucas – jiu-jitsu – era oferecido por uma igreja. Dessa maneira, aparentemente o Estado tem garantido o direito ao esporte, mas o faz reduzindo-a ao futebol.

Diferente disso, a Fundação CASA, que também tem por obrigação ofertar práticas esportivas, disponibiliza diferentes modalidades – jiu-jitsu (praticado por Lucas), basquete (Lucas e Bruno), capoeira (Lucas), pingue-pongue (Mateus), vôlei (Mateus), xadrez (Mateus), além do futebol/futsal (Mateus e Bruno) – e estimula a participação dos jovens, possibilitando

que aqueles que apresentam “bom comportamento”, participem de campeonatos esportivos que acontecem fora da unidade de internação, como ocorreu com Lucas, Mateus, Bruno e Renan.

Outro dado que deve ser salientado é que a maioria dos jovens (Diego, Mateus em relação à escolinha de futebol, Igor, Vinícius e Bruno) que participavam de atividades esportivas antes da internação, as abandonaram devido ao envolvimento com o meio ilícito, com exceção de Mateus que foi expulso do projeto social e de Fernanda que mudou de ciclo escolar, iniciando o ciclo II do Ensino Fundamental que não oferecia o Programa Mais Educação.

Em relação à Política de Cultura e Lazer, apenas Fernanda relata passeios realizados pela escola, dos quais ela participou (para a cidade de Charqueada/SP). Lucas afirma ter feito aulas de música no projeto social e Fernanda, aulas de dança pelo Programa Mais Educação.

Todas as demais atividades culturais e de lazer relatadas pelos jovens entrevistados estavam relacionadas às Medidas Socioeducativas: pela LA, Diego fez passeios para a cidade de São Paulo/SP e para “ver aviões”; Mateus conheceu o Horto Florestal da cidade de Rio Claro/SP, onde andou de trem; Fernanda visitou o Zoológico da cidade de Americana/SP e foi ao McDonald’s; Vinícius também foi ao McDonald’s e fez piquenique no Parque Ecológico de Araras/SP e; Bruno visitou um shopping da região de Araras/SP. Pela Fundação CASA, Mateus e Renan frequentaram o Clube do Corinthians, onde usavam a piscina e jogavam futebol; Fernanda visitou o Museu da Imigração; Bruno participou de campeonato externo de desenho e; Renan conheceu a Serra da Cantareira e fez aulas de violão.

Apesar de caber algumas problematizações em relação às atividades culturais e de lazer proporcionadas aos jovens pela Medida Socioeducativa, por exemplo, a escolha dos passeios feitos durante cumprimento da LA (shopping e McDonald’s) dentre tantas opções interessantes existentes, faz-se importante destacar que o Sistema Socioeducativo parece estar garantindo mais atividades de cultura e lazer do que qualquer outra política, não sem razão Renan afirma que passeou mais enquanto esteve internado do que em liberdade.

Para discutir sobre a Política de Emprego e Renda, consideraremos questões relacionadas aos direitos à profissionalização e à proteção no trabalho.

Inicialmente, é importante destacar que o ECA trata o assunto de maneira confusa e, dessa forma, contradiz as prescrições da nossa lei maior, a Constituição Federal. Isso porque a Carta Magna determina em seu art. 7º a “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” (BRASIL, 1988, online, n.p.). Porém, o ECA, afirma

em seu art. 60 que “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 1990a, online, n.p.), como se menores de 14 anos pudessem trabalhar como aprendizes.

Outra questão a ser ressaltada é a promulgação do Decreto nº 6.481, em 12 de junho de 2008 (BRASIL, 2008), que regulamenta artigos da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil. Tal decreto define a relação de atividades consideradas como as piores formas de trabalho infantil, denominada de Lista TIP, que inclui a escravidão, a exploração sexual, o recrutamento para o tráfico de drogas e os conflitos armados, além de atividades prejudiciais à saúde, à segurança e à moral. De acordo com o decreto, essas atividades são proibidas a todas as pessoas com menos de 18 anos de idade. O documento ainda postula, em seu art. 3º que

Os trabalhos técnicos ou administrativos serão permitidos, desde que fora das áreas de risco à saúde, à segurança e à moral, ao menor de dezoito e maior de dezesseis anos e ao maior de quatorze e menor de dezesseis, na condição de aprendiz (BRASIL, 2008, online, n.p.).

Dessa maneira, este decreto esclarece uma lacuna deixada pela Constituição Federal, uma vez que define o que é permitido e proibido para adolescentes que têm entre 14 e 16 anos de idade.

Em relação à condição de aprendiz, citada nos três documentos apresentados, é importante destacar que a atividade executada deve ser compatível com o desenvolvimento do adolescente e há exigência de que o adolescente mantenha frequência no ensino regular, o que requer controle do horário para exercício das atividades (BRASIL, 1990a). O ECA também estipula, em seu art. 68, que os programas destinados à formar jovens aprendizes, ou seja, aqueles que oferecem formação técnico-profissional, devem ter por base o trabalho educativo, este que é compreendido como “a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo” (BRASIL, 1990a, online, n.p.). Além disso, o ECA garante o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, levando em consideração a condição peculiar de desenvolvimento do adolescente. A lei alerta, ainda, para a necessidade de a capacitação profissional ser adequada ao mercado de trabalho.

Contudo, o que constatamos nesta pesquisa é que a realidade está bem distante das prescrições legais. Todos os entrevistados trabalharam na adolescência. Nenhum na condição de aprendiz. Mateus começou a trabalhar aos 10 anos de idade, isso sem contar seu relato

sobre o trabalho na roça antes dos quatro anos, o qual não fica claro se era trabalho, de fato, já que ele fala em atividades familiares como matar passarinho para se alimentar.

Diego, Lucas, Mateus, Igor e Vinícius já haviam trabalhado como servente de pedreiro; Diego, Lucas e Igor também executaram a função de ajudante de pintor; Lucas ainda fez calçadinhas. Podemos considerar que todos esses trabalhos são pesados e, apesar de a Lista TIP apontar, dentre estes, apenas as atividades da construção civil (servente de pedreiro) como prejudiciais à saúde e à segurança, as justificativas para isso também são encontradas no trabalho feito pelo ajudante de pintor e o instalador de calçadinha:

Prováveis Riscos Ocupacionais: Esforços físicos intensos; risco de acidentes por queda de nível, com máquinas, equipamentos e ferramentas; exposição à poeira de tintas, cimento, pigmentos metálicos e solventes; posições inadequadas; calor; vibrações e movimentos repetitivos.

Prováveis Repercussões à Saúde: Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; fraturas; esmagamentos; traumatismos; afecções respiratórias; dermatites de contato; intermação; síndrome cervicobraquial; dores articulares; intoxicações; polineuropatia periférica; doenças do sistema hematopoiético; leucocitose; episódios depressivos; neurastenia; dermatoses ocupacionais; DORT/LER; cortes; contusões; traumatismos (BRASIL, 2008, online, n.p.).

Por isso, não sem razão, Mateus não conseguiu executar o serviço de servente de pedreiro por muito tempo, apesar de justificar que isso se devia a um problema em sua coluna e ao uso de drogas.

Além disso, foram encontradas as funções de: entregador de panfletos, executada por Diego; engraxate e vendedor de picolés, executadas por Mateus; vendedor de brinquedos e sorvetes e responsável por pula-pula, executadas por Bruno. De acordo com a Lista TIP, por serem executadas em ruas e outros logradouros públicos, tais atividades oferecem os riscos de “exposição à violência, drogas, assédio sexual e tráfico de pessoas; exposição à radiação solar, chuva e frio; acidentes de trânsito; atropelamento” (BRASIL, 2008, online, n.p.).

O trabalho em lavajatos, exercido por Lucas e Mateus, é considerado pelo documento como prejudicial à saúde e à segurança devido à “exposição a solventes orgânicos, neurotóxicos, desengraxantes, névoas ácidas e alcalinas” (BRASIL, 2008, online, n.p.). Já a atividade executada por Igor na colheita de laranja é compreendida como arriscada por causa do “esforço físico, levantamento e transporte manual de peso; posturas viciosas; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; contato com ácido da casca; acidentes com instrumentos perfuro-cortantes” (BRASIL, 2008, online, n.p.). A função de auxiliar

de eletricitista, executada por Lucas é tipificada como prejudicial pelo risco de “exposição à energia de alta tensão; choque elétrico e queda de nível” (BRASIL, 2008, online, n.p.).

Assim, as únicas funções executadas pelos entrevistados que não encontra correspondentes na Lista TIP foram: decoradora de festas (Fernanda), funcionário de pizzaria (Vinícius) e barbeiro (Renan). Porém, é válido lembrar que o fato de não serem consideradas uma das piores formas de trabalho infantil não significa que a atividade executada por estes três jovens seja legal, uma vez que Renan atua desde os 15 anos, e nunca esteve na condição de aprendiz, o que pode ter ocorrido com Fernanda e Vinícius também³⁹.

Enfim, apesar de tantas atividades realizadas de maneira irregular, podemos observar que houve intervenção apenas na situação em que Mateus trabalhou como engraxate, quando o Conselho Tutelar e outro órgão público o proibiram de executar a função, acompanhando-o de perto e com bastante frequência, mas parecem não ter realizado encaminhamento algum para a rede de serviços, a fim de oferecer-lhe outras possibilidades e garantir outros direitos.

Sobre essa intervenção única, podemos inferir que há formas de trabalho infantil que mobilizam a população contra sua ocorrência, como a atividade de engraxar sapatos, para dar um exemplo ligado a este estudo, e outras aceitas por parte da sociedade quando se trata de trabalho executado por adolescentes pobres, como parecem ser todas as outras discutidas acima⁴⁰.

Por outro lado, algumas das consideradas piores formas de trabalho infantil pelo decreto, parecem não ser percebidas como tal pela sociedade. Por exemplo, Mateus relata que trabalhou numa “firma de guaraná”, mas não esclarece qual era sua função ou quais as atividades realizadas no local. Contudo, seu relato sobre a obrigatoriedade de executar a função e entregar metade do salário para o responsável da “clínica de recuperação” onde estava internado, nos leva a compreender que se tratava de prática análoga à escravidão, a qual está tipificada como uma das piores formas de trabalho infantil pelo art. 4º do citado decreto (BRASIL, 2008). Porém, essa maneira de lidar com internos parece ser, em certa medida, legitimada por parte da sociedade.

Além disso, com exceção de Renan, todos os demais entrevistados foram acusados por tráfico, mas raras são as pessoas que se atentam ao fato de que um adulto recruta esse

³⁹ Não ficou claro quantos anos Fernanda tinha ao exercer a função de decoradora de festas, nem Vinícius ao trabalhar na pizzaria.

⁴⁰ Importante também provocar a reflexão sobre os trabalhos de ator, cantor, modelo e jogador, por exemplo, que são aceitos inclusive quando executado por crianças.

adolescente para a venda de drogas e isso está tipificado no Decreto nº 6.481/2008, como uma das piores formas de trabalho infantil. Se a população não se atenta, a polícia e a justiça também fecham os olhos para isso: será que os adultos que comandam o tráfico estão sendo investigados? Zaluar (2004) aponta que não.

Em relação à profissionalização, parece que ela tem sido garantida a estes adolescentes apenas durante as internações, por algumas razões, dentre elas: porque não é tão fácil encontrar o curso de seu interesse à disposição, mesmo quando ele é particular, como ocorreu com Igor que desejava se formar como Segurança do Trabalho e; porque a oferta gratuita de cursos parece limitada aos disponibilizados pelo CRAS e pelo SENAI. Acontece que as capacitações oferecidas pelo CRAS só são conhecidas por Fernanda e as oferecidas pelo SENAI, apesar de serem amplamente divulgadas, aparentemente não estão acessíveis a este público, por uma razão ou outra, sendo uma delas a condicionalidade da educação.

Dessa maneira, temos como resultado que, antes das internações, Lucas fez “computação” no projeto social; Mateus pagou para fazer informática com o dinheiro que ganhava trabalhando como engraxate e; Vinícius iniciou este mesmo curso (não fica claro quem ofereceu o curso), mas o abandonou. Durante as internações, todos realizaram ao menos um curso profissionalizante, como já afirmado anteriormente. E após a clausura, Igor iniciou o citado curso de Segurança do Trabalho e Renan pagou por cursos relacionados à barbearia. Assim, parece que essa política tem deixado bastante a desejar quando se trata de sua atuação preventiva.

Em relação à Política de Habitação, apesar de não termos formulado questões para tratar dela durante as entrevistas, ela apareceu involuntariamente, uma vez que as irmãs de Lucas e de Bruno foram realizar cadastro para programas habitacionais na data agendada para nossos contatos e também porque Renan morava em condomínio construído a partir da vinculação do município ao Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.

Como resultado de buscas por informações referentes à garantia do direito à moradia no município de Araras, encontramos dados publicados em mídia eletrônica que apontam que a população desta cidade passou 13 anos sem contar com programas habitacionais, os quais voltaram a ser garantidos em 2012, quando foram entregues os apartamentos do condomínio em que Renan mora. Desde então, novos cadastros têm sido realizados e novas residências entregues, mas o déficit habitacional era tão grande, que mesmo após a entrega de 2.230 moradias, a estimativa é que em junho de 2018 ainda houvesse 2.500 famílias com perfil para ser beneficiada pelo programa. Além disso, existem as queixas quanto à infraestrutura

precária do primeiro condomínio entregue, denunciada por Renan e noticiada nas mídias eletrônicas⁴¹.

Além de Renan, Bruno também morava em imóvel pertencente à família, sendo que sua mãe havia adquirido uma nova moradia há pouco tempo. Fernanda morava na casa própria do avô e Vinícius na casa própria da sogra. Não conseguimos informações oficiais para confirmar se tais moradias foram fruto de programas habitacionais, porém, chama a atenção o fato de muitas pessoas⁴² morarem na mesma casa, o que indica que estas famílias poderiam ser beneficiadas com novos programas destinados a garantir o direito à moradia.

Ainda pensando nos direitos de crianças e adolescentes, os quais, temos observado até aqui, não foram satisfatoriamente garantidos aos entrevistados, é importante lembrar que o órgão responsável por zelar pelo cumprimento desses direitos é o Conselho Tutelar. De acordo com o ECA (BRASIL, 1990a), isso deveria ocorrer por meio de atendimentos às crianças, adolescentes e familiares, de aconselhamento aos responsáveis e de encaminhamentos para serviços diversos.

Nesta pesquisa, os dados referentes à atuação do Conselho Tutelar nos mostram que: o órgão nunca interveio nas situações vivenciadas por Lucas e Renan; interveio apenas em questões escolares relacionadas a Diego (negação de vaga após internação), Igor (fugas do adolescente) e Bruno (faltas do adolescente); acompanhou Fernanda por curto período de tempo devido às faltas escolares e à prisão dos pais e; esteve presente na vida de Mateus e Vinícius, de maneira sistemática, por vários anos.

Lucas avalia que intervenções do Conselho Tutelar em sua vida eram desnecessárias, uma vez que a equipe da LA garantiu a efetivação de seu direito à escola quando lhe foi negada vaga após a internação. Contudo, é preciso lembrar que Lucas evadiu a 6ª série, trabalhou na adolescência fora da condição de aprendiz e em trabalhos pesados e foi internado em “casa de recuperação” quando tinha cerca de 11 ou 12 anos de idade, o que aponta para a falha de todas as políticas públicas sociais que poderiam ter agido preventivamente no

⁴¹ Informações coletadas em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/imoveis-do-minha-casa-minha-vida-tem-52-denuncias-de-irregularidades-em-araras.ghtml>; <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/esgoto-escorre-pelo-teto-e-gera-queixas-em-condominio-popular-em-araras-sp.ghtml>; <http://araras.sp.gov.br/noticias/15532>; https://www.aecweb.com.br/cont/n/minha-casa-minha-vida-deve-ser-assinado-em-janeiro-em-ararassp_2135; <http://araras.sp.gov.br/noticias/14642>; <http://www.araras.sp.gov.br/noticias/20492>. Acesso em 25 de set. 2018.

⁴² Fernanda morava com a tia, a prima, a irmã e o sobrinho, sendo que o avô morava nos fundos com a companheira. Vinícius morava com a companheira, possivelmente com os dois filhos, com a sogra e a tia da companheira.

fortalecimento dessa família que estava toda ela fragilizada com a separação do casal, a mudança de cidade e a morte de um membro. Dessa maneira, ao Conselho Tutelar caberia, no mínimo, o encaminhamento da família para programas de proteção, conforme art. 129 do ECA (BRASIL, 1990a).

Renan também acredita que não havia necessidade de o Conselho Tutelar intervir em sua história. Porém, evadiu a 7ª série aos 15 anos de idade para trabalhar na barbearia e só voltou a estudar durante a internação.

Sobre as intervenções relacionadas à escola, houve êxito com Diego, pois o Conselho Tutelar, junto com a equipe da LA, conseguiu garantir sua matrícula anteriormente negada por outra escola. Contudo, nada foi alterado em relação às faltas escolares de Bruno, talvez porque a intervenção tenha se resumido a insistir na obrigatoriedade dos estudos sem avaliar os motivos das faltas junto da família e da escola, cobrando providências. Além disso, o jovem relata ter iniciado o ciclo I do Ensino Fundamental com cerca de dois anos de atraso e essa informação parece não ter chegado ao órgão de proteção. Já em relação a Igor, não fica claro qual a intervenção do Conselho Tutelar referente às fugas, nem se houve ou não êxito na ação, porém, o jovem relata ter sido espancado pelo pai em determinada ocasião, sendo que a mãe comunicou a escola, que aparentemente não cumpriu sua obrigação de notificar o Conselho Tutelar, uma vez que ele não acessou a família neste momento.

Mas, se o órgão pouco interveio nesses casos todos, em relação a Mateus a realidade foi outra: o Conselho Tutelar esteve em sua vida por vários anos e mostrou preocupação com esta criança em suas intervenções. Contudo, percebemos que as ações foram equivocadas. Acertadamente, proíbe-se que Mateus trabalhe aos 10 anos de idade, colocando fim a uma violação de seus direitos. Contudo, a garantia dos demais direitos não foi efetivada: ele continuou fora da escola, onde sofria com preconceitos e não foi alfabetizado; sua família permanecia sem dinheiro e; ele não tinha acesso a cursos, que sempre quis fazer. Quando estava na rua, a polícia era acionada para buscá-lo. Quando se envolveu com drogas, o NA e uma “clínica de recuperação” foram vistos pelo Conselho Tutelar como solução, ao invés do PSF ou do CAPS, este que só foi acionado após a saída da “clínica”.

Desta forma, não sabemos se o órgão tentava assumir para si a resolução de questões sociais amplas ou se encaminhamentos e cobranças eram realizados para as políticas públicas sociais sem sucesso. Contudo, ainda que fosse essa a questão, o Conselho Tutelar tem por atribuição representar ao Ministério Público os casos de violação de direitos de crianças e adolescentes executada por instituições públicas e privadas e não apenas violações cometidas pela família. Mas é preciso refletir sobre as condições de trabalho dos conselheiros tutelares e,

principalmente, sobre capacitações inicial e permanente, uma vez que, para proceder uma representação contra órgãos públicos, é preciso que esses conselheiros tenham conhecimento e estejam empoderados.

Na vida de Vinícius, parece que o Conselho Tutelar passou pela tangente. O colegiado (com aval do judiciário, certamente) acolhe institucionalmente as duas irmãs do jovem e o deixam convivendo com a família, realizando visitas frequentes para monitorar a situação. Vinícius ainda era uma criança quando isso aconteceu, mas já vendia drogas. Ele não foi encaminhado para nenhuma atividade. Procurou o esporte por conta própria. Sua família não foi acompanhada pelo CRAS, nem pelo CREAS. Aparentemente, quando ele evadiu a 5ª série, o Conselho Tutelar já não acompanhava mais sua família. Neste caso, além de novamente nos questionar se a família não foi encaminhada para serviços de proteção, o que mais chama a atenção é o fato de duas crianças serem retiradas do convívio familiar, permanecendo uma. Afinal, imaginamos que se a avaliação do colegiado é de que a família não está em condições de cuidar dos filhos naquele momento, isso se estenderia a todos e não apenas a um ou outro. Sabemos que as situações que envolvem acolhimento institucional são bastante complexas e delicadas, portanto, não estamos tentando analisar a validade da decisão, o que demandaria um conhecimento aprofundado de toda realidade, e caberia num estudo à parte, porém, faz-se importante alertar para situações como essa, pois elas podem indicar que havia outras alternativas também para as meninas que não o afastamento da família.

No que diz respeito às intervenções realizadas pelo Conselho Tutelar na vida de Fernanda, apesar de a situação das faltas escolares e da prisão dos pais ser, ao final, resolvida com a transferência de sua guarda legal para o avô, parece que o acolhimento institucional é utilizado como ameaça para a família. Além disso, como o órgão não permanece monitorando a situação e, aparentemente, não encaminha a família para programas de proteção que poderiam continuar o acompanhamento, na ocasião em que o avô passa a fazer uso abusivo de drogas e Fernanda evade a escola, a família já estava desassistida e ninguém soube das complicações vivenciadas para poder intervir.

Por fim, importante destacar que não há indícios de que o Conselho Tutelar tenha realizado intervenções em relação às violências policiais ou outras violações institucionais sofridas pelos jovens, como as vivenciadas nas “clínicas de recuperação”, ou na Fundação CASA, por exemplo.

Assim, novamente nos perguntamos: apesar da importância deste órgão para a proteção de nossas crianças e adolescentes, será que esses profissionais têm recebido o investimento necessário para uma atuação com qualidade?

4.2 Políticas Remediativas

Neste tópico, discorreremos sobre as políticas que são convocadas a responsabilizar os adolescentes que cometem atos infracionais: a Socioeducação e a Segurança Pública. Salientamos, porém, que a Segurança Pública atinge a trajetória de vida desses jovens muito antes do seu envolvimento com o meio ilícito e também poderia/deveria agir preventivamente, mas aqui é considerada remediativa por parecer ser esta sua função de destaque nas histórias relatadas pelos entrevistados.

4.2.1 Política Socioeducativa

Antes de iniciar a discussão, convém ressaltar que, nesta pesquisa, estamos considerando a Liberdade Assistida como parte da Política Socioeducativa, apesar de ela ser executada na Política de Assistência Social em São Paulo e em outros estados do país. Se não cabe a esta pesquisa uma discussão pormenorizada sobre os motivos da transferência da execução de uma Medida Socioeducativa para um equipamento que visa a proteção social, temos ao menos que atentar para a confusão gerada por essa transferência nos objetivos das intervenções, afinal, o que deve propor-se a fazer um profissional que atua no “Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade”⁴³? A proteção ou a responsabilização? Ambos? Como? Oferece proteção, mas apresenta denúncias ao juiz por meio de relatórios? A tarefa desse profissional parece uma encruzilhada.

Contudo, se entendemos as dificuldades impostas nessa tarefa e, portanto, acreditamos que a execução das Medidas Socioeducativas deva se dar em espaço diverso daquele que intenta proteger os direitos dos adolescentes, tampouco defendemos que ela aconteça atrelada à Educação, como outrora, ou ao Sistema de Justiça, tal qual às execuções criminais de adultos, visto à especificidade do público a ser atendido. Neste sentido, nos parece mais adequado que outros equipamentos sejam criados com a finalidade de atender aos requisitos das Medidas Socioeducativas em meio aberto, tal qual ocorre em outros lugares, a exemplo do

⁴³ Serviço ofertado pelo CREAS, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014), que é compreendido, no estado de São Paulo, como executor das Medidas Socioeducativas em meio aberto.

Distrito Federal, o que justificaria a existência de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Para os entrevistados, de maneira geral, a LA se resume a assinar, fazer passeios e oficinas e receber atenção das técnicas. O uso do termo “assinar” pelos entrevistados para se referirem ao cumprimento dessa Medida Socioeducativa intriga, passando a impressão de que a responsabilização dos adolescentes seja sinônimo apenas de obrigatoriedade da presença, deixando de lado o principal, ou seja, as ações e discussões que possibilitem a reflexão sobre cidadania, e assim, promovam a busca por direitos e o exercício de deveres.

É preciso destacar, também, a afirmação de Renan de que seu compromisso durante cumprimento de Medida de LA era comparecer à entidade para assinar presença e falar para a técnica como ele estava, para que a Medida não atrapalhasse seu trabalho. Ora, questionamos qual o objetivo de tal exigência, ainda mais para alguém que já havia cumprido a Medida Socioeducativa mais gravosa por sete meses?

Porém, alguns jovens relatam ter participado de atendimentos individuais e/ou em grupo, apesar de não deixarem claro quais eram os conteúdos de tais atendimentos. De toda forma, é notável que essas intervenções não foram significativas para a maioria dos jovens entrevistados: Fernanda, Vinícius e Renan dizem que a Medida não fez sentido para eles. Lucas, Mateus e Bruno não falam isso, mas reincidem tanto nos atos infracionais após a LA, que parece que suas atitudes dizem o mesmo. Por outro lado, Diego e Igor descumpriram uma ou mais determinação de LA e foram internados mais de uma vez, porém, a última Medida cumprida por ambos foi a LA, sendo que depois dela, eles não foram mais flagrados cometendo atos infracionais ou crimes. Não pretendemos aqui dizer que o afastamento do meio ilícito se deveu unicamente a esta Medida, uma vez que temos deixado claro desde o início deste trabalho nosso entendimento de que os atos infracionais/crimes têm causas múltiplas, mas acreditamos ser importante ressaltar essa questão. Além disso, entendemos que uma questão a ser mais bem explorada em pesquisas futuras é o sentido das Medidas Socioeducativas nas trajetórias de vida destes adolescentes.

No tocante às oficinas disponibilizadas aos jovens, cabe-nos um destaque: todos (exceto Renan) fizeram “bordado em chinelo”, dois fizeram “jardinagem”, um fez “elétrica”, um “caixas artesanais”, um “biscuit”, um “cachecol” e um “pintura de quadros”. Assim, com exceção da oficina de elétrica, todas as demais parecem tratar mais de atividades manuais para lidar com o ócio do que de uma profissionalização de fato.

Mas, se os atendimentos parecem ter pouco sentido e as oficinas não garantem geração de renda, é preciso valorizar a atenção individualizada oferecida aos jovens pelas técnicas da

Medida em meio aberto, muito destacada por Diego, Lucas e Mateus, bem como a garantia do direito à escola como resultado de intervenção da entidade executora da LA, fatos que resultaram na avaliação de Lucas de que esta foi a política que mais contribuiu positivamente em sua vida.

Já a relação dos entrevistados com a internação parece se mostrar como reflexo das contradições da própria Política Socioeducativa. Desta forma, todos os jovens elencam aspectos positivos e negativos da internação, sendo que, apesar de salientarem como foi ruim o período em que estiveram enclausurados, Diego, Igor, Vinícius e Renan avaliam que a Fundação CASA foi o equipamento que mais contribuiu com suas vidas. E podemos inferir que isso tenha relação com o fato de que ela viola muito direitos como a dignidade, o respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, porém, de alguma maneira, garante direitos anteriormente negados, como a saúde, a educação, o esporte, o lazer, a profissionalização e a cultura.

Explorando um pouco mais os direitos violados, a liberdade é explicitamente negada e isso é que dá o tom de tal Medida, afinal, o juiz determina, amparado em legislações, a privação da liberdade. Já a violação da dignidade e do respeito são legalmente inaceitáveis, mas aparentemente legitimadas na prática, uma vez que todos os entrevistados relatam sobre violência física e psicológica que sofreram ou presenciaram durante a internação, além da negligência nos cuidados pela ausência de materiais de higiene e pela precariedade da alimentação descrita por alguns. Dizemos que estas violações parecem legitimadas pela evidência de sua continuidade, apesar de tantas problematizações a respeito. Não é raro pesquisas alertarem para as violências ocorridas dentro das unidades de internação, a exemplo do estudo de Ataíde (2016). Além disso, a investigação realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) sobre a situação do Sistema Socioeducativo para embasar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, regulamentado em 2013 (BRASIL, 2013c), revela a existência de “violações constantes aos direitos dos adolescentes” nas unidades de internação e “baixa efetividade na apuração e responsabilização dos agentes públicos nos casos de violação aos direitos dos adolescentes, ocorridas no interior das unidades de privação de liberdade” (BRASIL, 2013c, p.18).

O prejuízo do direito à convivência familiar e comunitária, constatado neste estudo e também pelo documento anteriormente citado, decorre da internação desses adolescentes “em unidades distantes do domicílio de seus responsáveis e de sua comunidade (BRASIL, 2013c). Na presente pesquisa, observamos que, das 21 internações pelas quais os entrevistados passaram, apenas oito foram em unidades próxima à cidade de Araras (cinco em Rio

Claro/SP, duas em Limeira/SP e uma em Mogi Mirim/SP), sendo que uma foi provisória e resultou em transferência para Campinas/SP, município mais distante. Com exceção destas, todas as demais ocorreram em unidades de Franco da Rocha/SP e da capital, estas que ficam a cerca de 157 e 170 km de Araras, respectivamente. De acordo com Bruno e Vinícius, essa é a regra: enviam para onde tem vaga. Para Mateus e Igor, a unidade distante é uma forma de castigo. Entretanto, a distância das unidades do local de moradia dos adolescentes é uma violação de direitos, inclusive definida em lei, uma vez que o inciso II do art. 49 da lei nº 12.594/2012, que institui o SINASE (BRASIL, 2012a) determina que é direito do adolescente

ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, quando o adolescente deverá ser internado em unidade mais próxima de seu local de residência (BRASIL, 2012a, online, n.p.).

Esse não cumprimento da lei, aparentemente, traz implicações como, por exemplo, de alicerçar suposições de que a família do adolescente é ausente desconsiderando-se a distância e as dificuldades de deslocamento. Neste sentido, convém salientar que foi cogitado o acolhimento institucional de Fernanda posterior à desinternação, com a justificativa de que sua família não mostrava interesse em assumir responsabilidade sobre ela, pois não a visitava, nem fazia contato telefônico. Contudo, ela estava internada na capital, o que dificulta em muito o acesso da família a ela e a possibilidade de a equipe da unidade e/ou da Assistência Social trabalharem o fortalecimento dos vínculos, seja com as tias ou com outras pessoas de referência da adolescente, que eventualmente poderiam ser encontradas se o equipamento fosse mais próximo da realidade dela. Desta forma, a responsabilidade pela fragilização dos vínculos é totalmente atribuída à família, sem que o Estado assuma sua grande contribuição nisso, ao retirar a adolescente de seu contexto.

Além disso, é preciso ressaltar que a previsão de excepcionalidade da medida de internação não tem sido cumprida. O art. 122 do ECA postula que tal medida só poderá ser aplicada quando:

- I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;
- II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (BRASIL, 1990a, online, n.p.).

E em seu parágrafo 2º, lemos que “em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada” (BRASIL, 1990a, online, n.p.). Contudo, Lucas, Fernanda e Vinícius foram internados pela primeira vez por tráfico de drogas e não por atentados contra pessoa ou a vida, sendo que nunca tinham cumprido (nem recebido determinação do cumprimento de) Medida Socioeducativa em meio aberto, o que claramente desrespeita os dizeres legais.

Mas, se esses direitos foram violados, alguns parecem ter sido, de alguma maneira, garantidos, como a educação, a saúde, o esporte, a cultura e o lazer e a profissionalização. A Educação, como já problematizamos, foi avaliada pelos jovens como tendo mais qualidade dentro do que fora das unidades, com algumas poucas exceções. A Saúde se atentou para a Saúde Mental dos adolescentes, o que não ocorreu fora da clausura. O Esporte foi disponibilizado em modalidades diferentes das encontradas em liberdade, possibilitando aos jovens outras experiências, como discutido no item anterior. A Cultura e o Lazer foram oportunizados, principalmente, por meio de atividades externas, que permitiram que os jovens transitassem por locais que nunca tiveram acesso, mas também pelas aulas de violão disponibilizadas para Renan. A profissionalização se deu por meio de inúmeros cursos oferecidos pelas unidades.

Contudo, algumas ressalvas também devem ser feitas em relação à garantia desses direitos.

Inicialmente, cabe salientar os cursos feitos por esses jovens: artesanato, entalhe em madeira, jardinagem, culinária, salgadeiro, pizzaiolo, garçom, cozinheiro auxiliar, panificação, preparo de sucos e lanches, elétrica, hidráulica, administração, informática, montagem e manutenção de micros, decoração de festas infantis, manicure e outros que não recordaram. Com raras exceções, os cursos oferecidos parecem visar a manutenção da estrutura social, como se para pobres coubesse apenas profissões de baixa qualificação. Compreendemos que haja dificuldade em pensar em cursos que atinjam a coletividade dos internos, conhecendo a diferença de idade (alguns são muito novos) e a baixa escolarização de muitos deles, mas é preciso mais atenção a este respeito. Fator que intriga é a significação dada ao Plano Individual de Atendimento (PIA) quando se trata de capacitação profissional. Apesar de as normativas deixarem explícito que todas as metas do PIA devem se basear nos interesses declarados pelo adolescente, o que testemunhamos é a obrigatoriedade de participar dos cursos que estão disponíveis dentro da unidade naquele momento. Assim, percebemos que, com exceção de Lucas e Fernanda que utilizaram os conhecimentos dos cursos para atividades profissionais quando em liberdade, os demais cumpriram a obrigação como forma

de evitar o ócio e aprender coisas novas, mas não se interessavam pelas áreas estudadas. Portanto, o Plano não tem sido “individual”. Isso fica ainda mais claro quando pensamos em Renan, que já trabalhava como barbeiro, mas fez apenas aulas de violão e oficinas de artesanato, sem que lhe fosse oportunizado se capacitar para a área escolhida por si próprio durante os sete meses em que ficou internado.

Outra questão a ser levantada em relação à profissionalização é a problematização já feita por Benelli (2014, p. 95):

por que os adolescentes pobres devem receber formação profissionalizante – na verdade, pseudoprofissionalizante – e ingressar no mercado de trabalho, enquanto os jovens das classes média e alta apenas se dedicam a estudar para ingressar na universidade?

Ainda, ao pensarmos na garantia de direitos dentro das unidades de internação, é preciso notar que alguns desses direitos têm sido considerados muito mais como obrigação dos adolescentes, como a educação e a profissionalização, e outros como prêmios, como a cultura e o lazer, estes que apenas são garantidos para os jovens que apresentam “bom comportamento”. Assim, como adverte Benelli (2014), algumas atividades ofertadas pelas entidades socioeducativas⁴⁴ parecem simplesmente visar “modificações comportamentais adaptativas” (p.111), ao invés de se pautarem na perspectiva de direitos e cidadania aprofundados.

Mais um aspecto a ser destacado em relação à Política Socioeducativa é o tempo em que ela esteve presente na vida dos jovens entrevistados. Diego esteve internado por um ano e dois meses e cumpriu seis meses de LA (total: um ano e oito meses); Lucas ficou enclausurado por dois anos e dois meses e cumpriu LA por nove meses⁴⁵ (total: dois anos e onze meses); Mateus permaneceu na Fundação CASA por dois anos e três meses e cumpriu um ano de LA⁴⁶ (total: três anos e três meses); Igor cumpriu três anos e quatro meses de internação e seis meses de LA (total: três anos e dez meses); Fernanda ficou internada por um ano e quatro meses e foi referenciada à equipe da LA por mais de dois anos, uma vez que não

⁴⁴ Cabe ressaltar que a pesquisa de Benelli (2014) trata de entidades assistenciais socioeducativas de maneira geral, o que estamos chamando nesta pesquisa de projetos sociais, mas que representam muito bem a realidade encontrada nas unidades de internação.

⁴⁵ Devemos nos lembrar que Lucas também ficou internado em “casa de recuperação” por sete meses.

⁴⁶ Mateus também ficou internado em “clínica de recuperação” por cerca de um ano e detido em penitenciária por dois anos e cinco meses.

cumpria a medida integralmente, mas ela também não era encerrada (total: três anos e quatro meses); Vinícius cumpriu medida de internação por sete meses e de LA por seis meses⁴⁷ (total: um ano e um mês); Bruno ficou internado por dez meses e cumpriu LA por um ano (total: um ano e dez meses) e; Renan esteve enclausurado por sete meses e cumpriu seis meses de LA (total: um ano e um mês).

A partir disso, é necessário destacar que, com base nas legislações nacionais, a adolescência vai dos 12 aos 18 anos incompletos, ou seja, tem duração de seis anos. Isso significa que Lucas, Mateus, Igor e Fernanda passaram ao menos metade desta etapa da vida em cumprimento de Medidas Socioeducativas. Neste sentido, faz-se importante reproduzir um trecho do SINASE (BRASIL, 2006b, p. 26):

Em nossa sociedade a adolescência é considerada momento crucial do desenvolvimento humano, da constituição do sujeito em seu meio social e da construção de sua subjetividade. As relações sociais, culturais, históricas e econômicas da sociedade, estabelecidas dentro de um determinado contexto, são decisivas na constituição da adolescência. Portanto, para o pleno desenvolvimento das pessoas que se encontram nessa fase da vida, é essencial que sejam fornecidas condições sociais adequadas à consecução de todos os direitos a elas atribuídos.

E com isso, questionamos: como oferecer “condições sociais adequadas” quando metade desse “momento crucial” é vivido sob clausura e vigilância? Como se dá o desenvolvimento humano, a constituição do sujeito e a construção da subjetividade em meio a tanta violência e opressão?

Além disso, o tempo de permanência desta política na história de vida dos entrevistados, deixa evidente a falência desse sistema. Ora, se a Política Socioeducativa fosse, de fato, eficaz, dificilmente haveria tantas reincidências. Contudo, como alerta Marzochi (2016), em se tratando das unidades de internação, onde os jovens entrevistados cumpriram a maior parte do tempo suas Medidas Socioeducativas, apesar do aparente fracasso e das críticas sofridas, a instituição continua existindo como herança da lógica disciplinar, oriunda do início do capitalismo, que criou instituições que tinham por objetivo ordenar a sociedade a partir de um padrão de referência.

Desta forma, parece que mesmo após muito avanço nas legislações, as Medidas Socioeducativas continuam visando a disciplinarização, por meio do assujeitamento, ao invés

⁴⁷ Vinícius ficou detido em penitenciária por nove meses.

de objetivar a emancipação e, assim, apesar de ser significativa em algumas ocasiões, não se faz potencializadora de transformação.

4.2.2 Política de Segurança Pública

Acompanhando as discussões sobre a inserção das políticas sociais na trajetória de vida dos jovens entrevistados, fica nítido que a Política de Segurança Pública foi uma das mais marcantes, porém, de maneira negativa. Assim, não causa espanto que cinco entrevistados (Diego, Lucas, Igor, Fernanda e Bruno) tenham afirmado que esta foi a política que mais lhes prejudicou, o que espanta é observar que Vinícius e Renan avaliam que não foram prejudicados pela polícia, mesmo que o primeiro tenha relatado sofrer violência e ser forjado e o segundo ter cumprido medida de internação e de LA por um ato infracional que não cometeu. Isso, somado às falas recorrentes de que as abordagens policiais recentes “só” ocorrem “raramente”, parece demonstrar a naturalização com que são tratadas as abordagens frequentes, as violências policiais e as falhas nas investigações quando tudo isso se refere, sobretudo, a jovens pobres. A naturalização sobre o agir violento da polícia também foi encontrada por Cabistani e Costa (2014) em pesquisa realizada com adolescentes de Porto Alegre.

Segundo as autoras, diversas formas de violência parecem fazer parte da rotina das ações policiais contra adolescentes, principalmente quando eles advêm de condições sociais mais baixas. Na presente pesquisa, encaramos essa mesma realidade, uma vez que, com exceção de Renan, todos os demais entrevistados contam vários episódios bárbaros de violências que sofreram durante as abordagens. Neste sentido, causa revolta o fato de Fernanda relatar que policiais do sexo feminino sempre foram chamadas para revistá-la, mas quando se tratavam de agressões, os homens mesmo cometiam. Ela também conta sobre as ofensas morais que sofria, a exemplo da ocasião em que policiais a chamaram de “filhote de puta” e “vagabunda”. Além disso, chama a atenção os danos materiais causados na residência de Igor que teve o guarda roupas, colchão e portas destruídos e na bicicleta de Bruno, que teve os aros entortados. Sem entrar no debate sobre a humilhação imposta por esta ação, é preciso lembrar que esses jovens são pobres e o custo desses bens é alto. Isso para não repetir toda violência física e moral relatada pelos entrevistados.

Pensando nessas violências, é importante destacar algumas imposições feitas pelo ECA (BRASIL, 1990a, online, n.p.):

Art. 5º – Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 17 – O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 – É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Considera-se que o ECA signifique uma grande conquista para o povo brasileiro, ao passo que estabelece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e alvo de proteção do Estado e é essa perspectiva que embasa os artigos transcritos acima. Contudo, as ações truculentas da polícia em relação aos adolescentes entrevistados, mostra que esses agentes públicos não os reconhecem como sujeitos de direitos, bem como aponta para a ilegalidade de suas intervenções.

Outra ilegalidade é encontrada nos relatos de Lucas, Mateus, Igor, Fernanda, Vinícius e Bruno, que afirmam que algumas das Medidas Socioeducativas (e as prisões, no caso de Mateus) que cumpriram, decorreram de atos infracionais “forjados” pelos policiais, que apresentaram como prova de flagrante à Polícia Civil drogas que não pertenciam a eles. Ainda, mais uma ilegalidade pode ser constatada nos relatos de Mateus e Igor de que a polícia teria atirado em suas direções enquanto eles fugiam de perseguições, atentando contra suas vidas em momentos que, aparentemente, eles não colocavam em risco a integridade de ninguém.

Mas, se a polícia é diretamente responsável por tais violações, a sociedade em geral também o é, à medida que assiste a cenas como essas e se omite, quando não estimula que aconteçam.

Cabe salientar que não ignoramos o fato de que cabe à polícia garantir a segurança pública, portanto, combater crimes e atos infracionais, o que questionamos aqui é a maneira violenta com que isso acontece. Neste sentido, Cabistani e Costa (2014) ressaltam que os policiais devem agir de acordo com o nosso ordenamento jurídico, que inclui o ECA quando se trata de adolescentes, porém, não é isso que acontece. E dessa forma, as autoras concluem que o autoritarismo e a arbitrariedade com que agem os policiais são inimigos da segurança que esses agentes deveriam garantir, portanto, não haverá segurança enquanto houver intervenções como as apresentadas por elas e por nós.

Para além disso, questionamos a seletividade dos crimes combatidos e dos considerados culpados por eles. Na presente pesquisa, tivemos acesso a oito dos dez adolescentes do município de Araras/SP que saíram da Fundação CASA entre 2015 e 2016. Os atos infracionais cometidos por eles parecem, por seus relatos, ter sido tipificados como tráfico, roubo e furto. Todos provêm de extratos sociais baixos. Apenas um se considera branco, a menina se considera negra e os outros seis se consideram pardos. Todos relatam que sofreram abordagens policiais frequentes, ao menos em alguma fase da adolescência, apesar de Renan justificar que isso só lhe ocorria quando ele ficava em pontos de venda de drogas. Todos residem em bairros que são estigmatizados na cidade.

Esses dados reforçam as discussões já apresentadas no capítulo 2, em que fazemos a contextualização teórica desta pesquisa. Contudo, gostaríamos de ampliar o debate trazendo algumas reflexões de Soares (2013). O autor defende que a explosão dos encarceramentos no Brasil, a partir dos anos 2000 (e aqui incluímos as internações na Fundação CASA) e seu viés racista e classista, bem como a “perversa seleção dos crimes privilegiados pelo foco repressivo” (SOARES, 2013, online, n.p.) são resultados da estrutura da Segurança Pública que divide entre as polícias os ciclos de trabalho (preventivo, ostensivo e investigativo), do caráter militar da polícia ostensiva e da “desastrosa Lei de Drogas” que vigora no Brasil, sobre a qual discorreremos mais adiante (SOARES, 2013, online, n.p.).

Em relação à estrutura organizativa da Política de Segurança Pública, Soares (2013) esclarece que a divisão de funções das polícias em preventiva ou ostensiva ou investigativa⁴⁸, tem sido garantida desde a Constituição Federal de 1988 e trata de uma herança da ditadura militar. De acordo com o autor, essa divisão causa uma ruptura no ciclo de trabalho que resulta em consequências danosas, principalmente para a população mais vulnerável, pois provoca a ineficiência da prevenção e a fragilidade da investigação, o que contribui com a ampliação das desigualdades sociais e a intensificação do racismo, por razões que serão esclarecidas a seguir. Soares (2013) também avalia que o caráter militar da polícia, dado por seu vínculo orgânico com o Exército (policiais são considerados pela Constituição Federal como forças auxiliares e de reserva do Exército), resulta em uma estrutura organizacional rígida e vertical, que limita o pensamento e o protagonismo do profissional que deve apenas obedecer às ordens de seus superiores, além de levar a uma lógica bélica de extermínio do

⁴⁸ Vale destacar que a Constituição Federal, em seu art. 144, define a Polícia Militar como ostensiva e a Polícia Civil como investigativa. Também dá abertura para que os municípios constituam Guardas Municipais destinados a proteger seus bens, serviços e instalações (BRASIL, 1988).

inimigo ao invés de garantir a proteção da população. Para o autor, quando a isso é somada a cobrança dos governos, da mídia e da sociedade por resultados em segurança, a resposta oferecida são as prisões ou mesmo a morte das parcelas mais vulneráveis da população. Por este motivo, Soares (2013) defende a desmilitarização das polícias e sua reorganização estrutural, a fim de que todas cumpram o ciclo completo: preventivo, ostensivo e investigativo.

Porém, é notório na presente pesquisa que não apenas os policiais militares se confundem com o Exército e combatem o inimigo. Os guardas municipais também o fazem e, segundo Diego e Bruno, eles são até mais violentos que a Polícia Militar. Neste sentido, Bruno demonstra seu conhecimento sobre as funções desses agentes, uma vez que alerta que a Guarda Municipal deveria cuidar de prédios públicos, mas se ocupa de prisões e apreensões por conseguir obter mais resultados nos flagrantes do que os próprios policiais que têm por lei essa obrigação.

Soares (2013) também aponta para outra questão de suma importância. Além de constatar que a população carcerária é imensa, o que considera um atestado de nossa falência civilizatória, ele ressalta que dois terços dessa população foi privada de liberdade por acusação de tráfico de drogas e crimes contra o patrimônio, o que já afirmamos também ter sido a realidade da presente pesquisa. Portanto, crimes contra a vida e uso de armas não são prioridade. De acordo com Soares (2013), um dos motivos para essa seletividade é a subalternidade das equipes que se encontram nas ruas, obedecendo ordens sem possibilidade de pensar, diagnosticar, avaliar, planejar. Segundo o autor,

O que restará ao policial militar na ponta, na rua? O que caberá ao soldado? Varrer a rua com os olhos e a audição, classificando personagens e biotipos, gestos e linguagens corporais, figurinos e vocabulários, orientado pelo imperativo de funcionar, produzir, o que significa, para a PM, prender. *Ad hoc*, no varejo do cotidiano, só resta ao soldado procurar o flagrante, flagrar a ocorrência, capturar o suspeito. Os grupos sociais mais vulneráveis serão também, no quadro maior das desigualdades brasileiras e do racismo estrutural, os mais vulneráveis à escolha dos policiais, porque eles projetarão preconceitos no exercício de sua vigilância (SOARES, 2013, online, n.p.).

Os jovens entrevistados nesta pesquisa são diretamente afetados por esses preconceitos: Diego afirma que era abordado por policiais porque ficava sentado “nas rodinhas dos moleques”; Lucas percebe que sua aparência e suas gírias são foco de atenção dos policiais; Mateus afirma que se “ficar olhando muito” para o policial, se usar bermuda de palhaço ou de Bob Marley, os policiais certamente vão revistar.

Soares (2013) também aponta para o agravamento da situação com a Lei das Drogas. Ele se refere à Lei nº 11.343/2006 (BRASIL, 2006c) que, entre outras coisas prescreve medidas de prevenção ao uso indevido de drogas, estabelece normas para repressão e define crimes relacionados às drogas. De acordo com o autor, esta lei funciona como substituição das normativas anteriores que previam o crime de vadiagem. Para ele, como o resultado esperado e cobrado da polícia são números e não o combate à violência, e esses números aparecem por meio de prisões, estas que apenas são possíveis se houver flagrante, policiais rondam e abordam constantemente os personagens que estigmatizam para alcançar os flagrantes que indicarão que seu trabalho está sendo realizado. Os crimes relacionados às drogas são os mais fáceis de se encontrar pelo policiamento ostensivo. Além disso, eles não serão investigados porque a ruptura do ciclo de trabalho policial não permite (SOARES, 2013). Isso possibilita que as drogas sejam plantadas por policias na cena, como relatado pelos jovens entrevistados.

Também é essa lei que leva à crítica feita por Mateus a respeito de que usuários de drogas são tratados por policiais como criminosos, ao passo que deveriam ser cuidados por profissionais de saúde.

Um último apontamento a ser feito a respeito dos resultados da pesquisa no tocante à Política de Segurança Pública é a sensação despertada nos jovens devido ao contato com policiais. Igor e Bruno demonstram como essa relação os fazem se sentir como se fossem “lixo”. Com exceção de Renan que demonstra neutralidade frente à questão, todos os demais entrevistados relatam o ódio que sentem desses profissionais, mesmo afirmando que já se depararam com policiais justos e respeitosos. Bruno ainda acrescenta que, quanto mais violência sofria, mais ficava revoltado e fazia “o que eles mais odiava ne mim”.

Para finalizar, é preciso salientar que, conhecendo a cruel relação entre a Segurança Pública e os adolescentes que cometem atos infracionais, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo estabeleceu como uma de suas metas a “qualificação da abordagem de segurança pública, referenciado na educação em direitos humanos”, esta que deve ocorrer continuamente nos 10 anos de vigência do plano (BRASIL, 2013c, p.34). Pois que saia do papel e dê resultados. Eles são urgentes.

4.3 Uma síntese sobre o papel das políticas na vida dos entrevistados

As discussões anteriores nos mostram que a maioria das políticas sociais apresentadas estiveram presentes na vida de todos os entrevistados. Contudo, a disponibilidade ou alcance dessas políticas não podem ser confundidos com a efetividade das mesmas. Percebemos,

então, que a falta de investimento público nessas políticas inviabiliza que elas sejam oferecidas com qualidade, uma vez que resulta em número limitado de profissionais para alta demanda e carência de capacitação permanente.

Além disso, observamos que, de maneira geral, as políticas remediativas parecem causar mais impacto na vida dos jovens entrevistados do que as políticas preventivas. Contudo, apesar de alguns direitos serem garantidos durante o cumprimento das Medidas Socioeducativas, as violações de tantos outros causadas pelas políticas remediativas ficam marcadas nesses jovens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembrado que o objetivo geral deste trabalho foi analisar de que maneira a inserção de políticas sociais afeta as trajetórias de vida de adolescentes em conflito com a lei, e os objetivos específicos visaram identificar quais políticas os atingiram, de que forma atingiram e quais os impactos em suas vidas, podemos dizer que as problematizações aqui realizadas responderam aos objetivos propostos, portanto, sem esgotar as possibilidades de análise e debate. Além disso, não temos a pretensão de generalizar esses resultados, visto que temos clareza da complexidade do tema proposto para pesquisa e das particularidades de cada indivíduo e de cada município.

Contudo, alguns dados a que chegamos são relevantes e faz-se importante retomá-los neste momento de conclusão do trabalho.

Inicialmente, é preciso ressaltar que várias políticas sociais atingem ou estavam disponíveis a todos os entrevistados desde a infância. O envolvimento de todos com drogas começou muito cedo, entre os 07 e os 13 anos de idade. Ainda assim, de maneira geral, ao menos a educação, a saúde, a assistência social e o esporte faziam parte de suas vidas. Portanto, nestes casos, a questão não foi a ausência de serviços, programas e projetos, mas a forma com que eles se deram.

Dessa forma, a Educação é uma das políticas mais abrangentes, pois atinge a todos os entrevistados. O acesso inicial à escola, uma das prerrogativas do direito à Educação, é garantido aos oito jovens, mas sua permanência e a qualidade do ensino ofertado nem sempre foram afiançados, o que resultou nas evasões e no analfabetismo de Mateus até os 18 anos, como pudemos observar.

Em relação à Saúde, política que também alcança a todos os participantes desta pesquisa por meio dos atendimentos nos PSFs, percebe-se que a mudança teórica de modelo de atenção não foi efetivada na prática, uma vez que os equipamentos ainda se restringem a cuidar das questões biológicas, sem olhar para a complexidade que envolve o processo saúde-doença, deixando de lado as questões sociais e o sofrimento psíquico de seus usuários. Por outro lado, observamos que o cuidado ofertado a usuários de drogas tem sido tomado quase que como exclusividade de instituições conhecidas como “clínicas” ou “casas de recuperação”, não governamentais, que funcionam nos moldes de instituições totais.

A Assistência Social, que, aparentemente, só não esteve presente na trajetória de Bruno, foi garantida aos demais por meio da oferta dos benefícios do Programa Bolsa Família. Contudo, apenas a família de Fernanda parece ter sido acompanhada pelos

equipamentos governamentais que executam esta política, restando aos demais atendimentos por entidades filantrópicas subvencionadas pelo poder público, o que demonstra que esta política ainda está distante de ser compreendida como direito e não como caridade.

A respeito do Esporte, sua oferta por instituições públicas, que não as unidades de internação, é quase que totalmente reduzida ao futebol, este que deixa de ser interessante quando os jovens se envolvem com drogas.

A Política de Cultura e Lazer atinge poucos jovens antes do envolvimento com o meio ilícito, assim como a Política de Habitação, que não os alcança nem depois dos atos infracionais.

Sobre a Política de Emprego e Renda, observamos que a oferta de cursos de maneira preventiva foi bastante rara e que a proteção relacionada ao trabalho esteve ausente em todos os casos, pois a totalidade dos entrevistados trabalhou durante a adolescência, a maioria em trabalhos pesados e precários, e alguns deixaram os estudos para focar nas atividades laborativas (se considerarmos o tráfico como trabalho, podemos dizer que apenas Igor não abandonou a escola por este motivo).

E, se cada uma dessas políticas falhou em oferecer com qualidade os direitos que deveriam assegurar, menos chances tinham de se atentar a questões que extrapolavam seu campo de atuação. Desta maneira, a Educação não se atentou para o sofrimento psíquico de seus alunos; a Saúde não observou o trabalho infantil executado por seus pacientes; a Assistência Social não se envolveu com a escolarização de seus usuários; o Esporte não percebeu as questões sociais que afligiam seus alunos.

O que estamos tentando problematizar aqui é que nenhuma ação isolada e nenhuma política por si só pode dar conta de impedir o envolvimento com meio ilícito, já que ele abrange questões tão complexas, principalmente quando não contam com investimento financeiro. No entanto, as políticas sociais poderiam, juntas, ter feito uma intervenção no sentido de prevenir que o adolescente começasse a ter uma trajetória marcada por passagens no meio ilícito. A atenção integral e a intersetorialidade são previstas em todas as políticas. Assim, há um reconhecimento teórico sobre essas questões, mas esse reconhecimento não é visto na prática e um dos motivos para isso é que o poder público não dá condições para que a integralidade e a intersetorialidade aconteçam e isso é uma das marcas do Estado neoliberal que não defende políticas públicas sociais.

Em contraponto, pelas falas dos entrevistados, é possível notar a forte presença das políticas remediativas em suas trajetórias. Tanto a Socioeducação como a Segurança Pública parecem ser referenciais em suas vidas.

A política socioeducativa, seja ela em meio aberto ou meio fechado, de maneira geral oportunizou aos adolescentes: escolarização, oficinas e cursos profissionalizantes, atividades de esporte, cultura e lazer, atendimentos individualizados e cuidado com a saúde mental. Além disso, a Medida em meio aberto ofereceu incentivo e atenção.

À primeira vista, trata-se de uma política garantidora de direitos. Porém, ao olhar mais de perto, aparecem fortemente a violência, a “opressão”, a “manipulação”, a internação distante do município de origem e ideias neoliberais como o investimento em frequência escolar, cursos e trabalho como a solução para os “problemas” desses jovens. Em relação aos cursos, não importam que sejam de seu interesse: quanto mais melhor. Assim são garantidas oportunidades. Se não abraçarem, a escolha foi deles, a responsabilidade é só deles.

Esse discurso é tão forte, que Lucas o reproduz ao final da entrevista quando afirma que, ao se envolver com drogas, o erro é só dele, a culpa é só dele.

Cabe também ressaltar que o fato de ser compreendida pelos adolescentes como positiva, não significa que essa política seja “salvadora”, “transformadora”, até porque os atos infracionais podem ocorrer por inúmeros motivos e significados. Porém, importante apontar para o número de reincidências em Medidas Socioeducativas de quase todos os entrevistados.

Os atos infracionais que resultaram na internação desses jovens parecem ter sido equiparados aos crimes de tráfico, roubo e furto. Pensando nisso, podemos concluir que as razões que estão arrastando essas pessoas para a clausura são questões sociais e de saúde, devendo envolver, também, a Segurança Pública no sentido de garantir proteção aos adolescentes que têm sido alvo de exploração de trabalho infantil.

Porém, o que observamos é a impotência das políticas sociais, que não sabem ou não querem tratar de tais questões, e a consequente judicialização⁴⁹ das vidas desses jovens pobres e “pardos”. Já a Segurança Pública, não compreende estes adolescentes como sujeitos de direitos, portanto como alvo de sua proteção. Pelo contrário, os veem apenas como os algozes que precisam ser duramente punidos por infringirem leis e/ou violar os direitos dos “homens bons”, os “cidadãos de bem”, aqueles que são dignos de segurança. Para os jovens pobres, restam violência, ameaça e grades.

⁴⁹ Judicialização é um termo utilizado para fazer referência ao processo de encaminhamento ao Poder Judiciário de questões que deveriam ser resolvidas pelo Poderes Executivo e Legislativo e até mesmo entre os próprios envolvidos.

REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Marlene Almeida de. Jovens privados de liberdade e o árduo cotidiano na Fundação CASA: onde o filho chora e a mãe não vê. In: CONCEIÇÃO, Wilson Lazaretti da (Org.). **Atendimento Socioeducativo: atores e atrizes de um cenário em movimento**. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

ÁVILA, Maria Marlene Marques. Origem e evolução do programa de agentes comunitários de saúde no Ceará. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. Fortaleza: 2011. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2067>. Acesso em: 01 de out. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição revisada e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAZON, Marina Rezende; SILVA Jorge Luiz da; FERRARI, Renata Martins. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.29, n.02, p.175-179, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982013000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 de out. 2018.

BENELLI, Silvio José. **Entidades Assistenciais Socioeducativas: a trama institucional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERNARDI, Dayse Cesar Franco. Famílias em situação de vulnerabilidade. In: BERNARDI, Dayse Cesar Franco (Org.). **Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo**. São Paulo: NECA, 2010 (Coleção Abrigos em movimento, v.5), p.37-43. Disponível em: <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro5.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2016.

BOCK, Silvio Duarte. A inserção do jovem no mercado de trabalho. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia de; SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude em debate**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 11-16.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BORGES, Livia de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRANDT, Viviana Camargo. **Universos que se cruzam: a violência doméstica na história de vida de adolescentes em conflito com a lei**. Monografia (Especialização em Infância e Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes). Campinas: UNISAL, 2014.

BRASIL. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude. Ministério da Justiça, 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf>. Acesso em: 23 de jan. 2017.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2014. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 01 de out. 2018.

_____. **Manual de gestão do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal**. 2ª edição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2013a.

_____. **Manual de gestão do Programa Bolsa Família**. 2ª edição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2013b.

_____. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**: diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Presidência da República – Secretaria de Direitos Humanos, 2013c. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/biblioteca/crianca-e-adolescente/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo.pdf/view>. Acesso em: 01 de out. 2018.

_____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das Medidas Socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943**. Brasília: Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 12 de out. 2016.

_____. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2012b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/publicada-hoje-a-nova-norma-operacional-basica-nob-suas-2012>. Acesso em: 01 de out. 2018.

_____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Brasília: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

_____. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Comissão Intergestores Tripartite, 2009.

_____. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. **Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm. Acesso em: 01 de out. 2018.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006a.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.** Brasília: Presidência da República – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006b. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2016.

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006.

_____. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 01 de out. 2018.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Brasília: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1993.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 19 de jan. 2018.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Brasília: Ministério da Saúde – Conselho Nacional de Saúde, 1990b.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 de out. 2016.

_____. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. **Institui o Código de Menores**. Brasília: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 12 de out. 2016.

_____. Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964. **Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103487/lei-4513-64>. Acesso em 12 de out. 2016.

_____. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. **Consolida as leis de assistência e proteção a menores**. Rio de Janeiro: Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 12 de out. 2016.

BROTTO, Marcio Eduardo. **Assistência Social: história e cultura política**. Rio de Janeiro: editora PUC-Rio: Reflexão, 2015

CABISTIANI, Luiza Griesang; COSTA, Ana Paula Motta. A abordagem da polícia militar a adolescentes apreendidos pela suposta prática de ato infracional em Porto Alegre: questionamentos acerca da constitucionalidade. **Anais do XXIII Encontro Nacional do CONPEDI/UFSC**. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=95f0ad1e97ff725e>. Acesso em 01 de out. 2019.

CABRAL, Suzie Hayashida; SOUSA, Sonia Margarida Gomes. O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil. **Psicologia em Revista**, v.10, n.15, p.71-90, jun. 2004. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213114955.pdf. Acesso em: 12 de out. 2016.

CARDOSO, Fábio Luiz Lopes. **A influência do Relatório Beveridge nas origens do Welfare State britânico (1942-1950)**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista). Araraquara: UNESP, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/118527/cardoso_fll_tcc_arafcl.pdf. Acesso em: 15 de jan. 2018.

CARDOSO, Priscila Carla. **A construção de identidade de adolescentes autores de atos infracionais durante suas trajetórias escolares**. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio Claro: UNESP, 2017.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Adolescente em Liberdade Assistida: algumas histórias**. Jundiaí: Paco, 2010.

CASTEL. Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da marginalidade à “desfiliação”. **Caderno CRH**. Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>. Acesso em: 25 de nov. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Coleção primeiros Passos-13).

_____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAVES, Eduardo O. C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação: uma defesa. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Org.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007.

CHIACHIO, Neiri Bruno. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MESAS_TEMATICAS/O_SISTEMA_UNICO_DE_ASSISTENCIA_SOCIAL_NO_BRASIL.pdf. Acesso em 01 de out. 2018.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2033, p.19-37.

COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da; ASSIS, Simone Gonçalves de. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicologia e sociedade**. V.18, n.3, p.74-81, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n3/a11v18n3.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2017.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MESAS_TEMATICAS/O_SISTEMA_UNICO_DE_ASSISTENCIA_SOCIAL_NO_BRASIL.pdf. Acesso em 01 de out. 2018.

DELLA PORTA, Michelina. Abandono: uma questão social preocupante. In: BERNARDI, Dayse Cesar Franco (Org.). **Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo**. São Paulo: NECA, 2010 (Coleção Abrigos em movimento, v.5), p.45-47. Disponível em: <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro5.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2016.

DRAIBE, Sônia Miriam. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Caderno de Pesquisa nº 8**. Campinas: UNICAMP, 1993. Disponível em: <http://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/index.php/periodicos/issue/view/24/Cad.Pesq.%2C%20n%C2%BA08>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007, edição eletrônica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf. Acesso em: 12 de out. 2016.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida. Visão histórica da infância e a questão da violência. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002. p.23-56.

FERREIRA NETO, João Leite; ARAÚJO, José Newton Garcia. Gestão e subjetividade no SUS: o enfrentamento de impasses em tempos neoliberais. **Psicologia e Sociedade**. V. 26, n. 3. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3/a16v26n3.pdf>. Acesso em 14 de jun. de 2016.

FIORI, José Luís. Estado de Bem-Estar Social: padrões e crises. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 1997, v.7, n.2, p.129-147. Disponível em: <http://www.ica.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf>. Acesso em: 28 de dez. 2017.

FONSECA, Débora Cristina; OZELLA, Sérgio. As concepções de adolescência construídas por profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF). **Interface**. Botucatu, 2010, v.14, n.33, p.411-424. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832010000200014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 de out. 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Arte Nova, 2014.

GIDDENS, Anthony. Pobreza, exclusão e bem-estar social. In: _____. **Sociologia**. 6ª edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOMES, Karine de Oliveira; COTTA, Rosângela Minardi Mitre; MITRE, Sandra Minardi; BATISTA, Rodrigo Siqueira; CHERCHIGLIA, Mariângela Leal. O Agente Comunitário de Saúde e a Consolidação do Sistema Único de Saúde: reflexões contemporâneas. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v.20, n.4., 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312010000400005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 de out. 2018.

GOMES, Maria do Rosário Corrêa de Salles. A relação SUAS/SINASE na execução das medidas socioeducativas em meio aberto: notas para o debate. In: LIBERATI, Wilson Donizeti (Org.). **Gestão da política de direitos ao adolescente em conflito com a lei**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p.30-41. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>. Acesso em: 12 de out. 2016.

JACOBINA, Olga Maria Pimentel; COSTA, Liana Fortunato. Da Medida Protetiva à Socioeducativa: o registro da (des)proteção. **Psicologia Política**, v.11, n.21, p.123-139, jan.-jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100010. Acesso em: 12 de out. 2016.

LICO, Fátima Madalena de Campos; WESTPHAL, Marcia Faria. Os jovens no contexto das políticas públicas. In: WESTPHAL, Marcia Faria; BYDLOWSKI, Cynthia Rachid (Ed.). **Violência e juventude**. São Paulo: Hucitec, 2010, p.25-39.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE, M.C.; ALMEIDA, M.A.; OMOTE, S. (Org.).

Colóquios sobre pesquisa em educação especial. Londrina: Eduel, 2003, p.11-25.

Disponível em:

https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes_sobre_a_elaboracao_do_roteiro.pdf. Acesso em: 12 de out. 2016.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARTINS, José de Souza. Introdução. In: _____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997, p.7-23 (Coleção Temas de Atualidade).

MARZOCHI, Andrea Souza. História de vida dos jovens da Fundação CASA: o lugar da escola nessas vidas. In: CONCEIÇÃO, Wilson Lazaretti da (Org.). **Atendimento Socioeducativo: atores e atrizes de um cenário em movimento**. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

MATTOS, Gisela Oliveira de. A questão do disciplinamento corporal. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002. p.122-130.

MEIRELLES, Mário Antônio. **A evolução histórica da seguridade social – aspectos históricos da previdência social no Brasil**. 2009. Disponível em:

<http://www.oabpa.org.br/index.php/2-uncategorised/1574-a-evolucao-historica-da-seguridade-social-aspectos-historicos-da-previdencia-social-no-brasil-mario-antonio-meirelles>. Acesso em: 20 de jul. de 2016.

MENEZES, Maria Cecília Kerches de. **Processos educativos e emancipação: a visão dos educadores sociais sobre suas práticas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio Claro: UNESP, 2015.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, p.70-96, set.-dez. 2000.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a06>. Acesso em: 12 de out. 2016.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.23, n.80, setembro/2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 08 de jul. de 2016.

_____. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** São Paulo: SENAC, 2001.

_____. **Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa**. Primeira Versão n. 73. Campinas: IFCH-UNICAMP, mar. 1997. Disponível em:

<http://firgoa.usc.es/drupal/node/3039>. Acesso em: 08 de jul. de 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (supl.1), 1994, p.7-18. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1994000500002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 de out. 2016.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. Estado de Bem-Estar, compromisso social-democrata e segunda modernidade. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v.1, n.1, p.64-84, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/RIPPMAR/article/view/5658/3882>. Acesso em: 28 de dez. 2017.

OIT. Convenção nº 182. **Convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação**. 2000. Disponível em: http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS_236696/lang--pt/index.htm. Acesso em: 01 de out. 2018.

PEREIRA, Potyara A.P. Política Social. In: FERNADES, R.M.C.; HELLMANN, A. (Org.). **Dicionário crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016, p.204-206. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_70.pdf. Acesso em: 12 de out. 2016.

ROMAN, Marcelo Domingues. Histórias de vida e transgressão: a voz dos adolescentes. In: _____. **Psicologia e adolescência encarcerada: embates de uma atuação em meio à barbárie**. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p. 49-81.

ROSA, Miriam Debieux; VICENTIN, Maria Cristina; BROIDE, Jorge. Direitos humanos e interfaces psi-jurídicas: uma pauta ético-política para a questão dos adolescentes “perigosos”. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (Org.). **Psicologia, violência e direitos humanos**. São Paulo: CRP SP, 2011, p.78-94.

SANTOS, Giselli Caetano; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Pobreza: conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil. **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESI_GUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/POBREZA_CONCEITOS_MENSURACAO_E_ENFRENTAMENTO_NO_BRASIL.pdf. Acesso em: 01 de out. 2018.

SÃO PAULO (capital). **Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/826.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2016.

SERRANO, Solange Aparecida; FUGITA, Tânia; CARNEIRO, Ivandra Carla. Adolescentes em conflito com a lei: reflexões sobre a prática da equipe interprofissional na Vara da Infância e Juventude. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente, v.26, n.1, p.121-131, jan./fev. 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3822/3005>. Acesso em: 02 de fev. 2017.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.130-159.

_____. Os significados políticos e sociais de mudanças institucionais: desmilitarização e reforma do modelo policial. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Edição 76. São Paulo. nov. 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/desmilitarizacao-e-reforma-do-modelo-policial/>. Acesso em: 17 de set. 2018.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. **Última década** [online], v.12, n.20, p.47-69, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/udecada/v12n20/art03.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 13 de fev. 2017.

SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia. Adolescentes autores de ato infracional no sul do Brasil e as tentativas de inclusão social. **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, set. 2004. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MarliSouza_ReginaMioto.pdf. Acesso em: 12 de out. 2016.

TAKEUTI, Norma Missae. Paradoxos societais e juventude contemporânea. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n.3, p. 427-434, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n3/11.pdf>. Acesso em: 13 de fev. 2017.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. Tradução: André Telles. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

YOUNG, Jock. Da sociedade inclusiva à sociedade excludente. In: _____. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p.15-54 (Coleção Pensamento Criminológico).

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas

Bloco 1. Identificação

Nome:

Data de Nascimento:

Sexo:

Cor:

Renda per capita da família:

Bloco 2. Política de Educação

1. Você se lembra de todas as escolas em que estudou? Pode me listar quais foram?
2. Você tinha algum tipo de dificuldade na escola? Se sim, quais eram e como elas eram trabalhadas?
3. Já abandonou os estudos? Se sim, em qual série e quais os motivos?
4. O que mais lhe marcou no período da escola?
5. Hoje você está estudando? Se sim, como está sendo?

Bloco 3. Política de Saúde

6. Você se lembra onde recebia cuidados de saúde enquanto era criança? Do que se lembra em relação a isso?
7. Atualmente, qual serviço você procura para cuidar da saúde? Como percebe o atendimento deste lugar?
8. Você já fez algum tratamento específico de saúde? Se sim, por quê e como era?
9. Já foi internado(a) por causa de álcool ou outras drogas? Se sim, quantas vezes? O que mais lhe marcou desse(s) período(s) de internação?
10. O que pensa sobre esse tipo de tratamento?

Bloco 4. Política de Emprego e Renda

11. Você já trabalhou? Se sim, quando começou e por quais “empregos” passou? Como foi cada uma dessas experiências?
12. Hoje você trabalha? Onde? Como é?

Bloco 5. Política de Esporte, Cultura e Lazer

13. Já fez aulas de algum esporte, algum curso ou oficina? Se sim, me fale como era e o que lhe marcou de cada um. Quanto tempo participou de cada um e por que parou?
14. Hoje você faz alguma dessas atividades? Se sim, o que faz e como é?

Bloco 6. Política de Assistência Social

15. Você já participou de algum projeto? Se sim: Qual? O que se lembra de lá? Quanto tempo participou e por que parou?

16. Hoje você participa de algum projeto? Se sim, de qual e como é?
17. Sua família recebe ou já recebeu algum benefício social, como Bolsa Família, cesta básica ou outros? Se sim, quais?
18. O que você pensa sobre isso?
19. Com quem você mora hoje?
20. Já teve que se afastar de sua família em alguma circunstância? Se sim, por quê e para onde foi? O que se lembra desse período?
21. O que você entende por Conselho Tutelar?
22. Ele já passou pela sua vida? Se sim, como foi?
23. Pensando que o Conselho Tutelar deve proteger os direitos das crianças e dos adolescentes, acha que ele deveria ter passado em sua vida em algum [outro] momento? Se sim, qual?

Bloco 7. Política Socioeducativa

24. Você cumpriu Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços à Comunidade? Se sim, quantas vezes? O que lhe marcou desse(s) período(s)?
25. O que pensa sobre essas Medidas Socioeducativas?
26. Quantas vezes você foi internado(a) na Fundação CASA?
27. Como você define sua(a) passagem(ns) pela Fundação CASA?
28. O que lhe marcou desse(s) período(s)?
29. O que você pensa sobre essa Medida Socioeducativa?

Bloco 8. Política de Segurança Pública

30. Tem lembranças de como foi sua relação com a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Guarda Municipal na sua infância? Se sim, o que se lembra?
31. E no início da adolescência? Se sim, o que se lembra?
32. E hoje, como é essa relação?

Bloco 8. Outros

33. Você se lembra de algum serviço pelo qual passou ou de algum profissional que lhe atendeu sobre o qual não falamos ainda? Se sim, me fale sobre ele.
34. De todos esses serviços que você relembrou comigo hoje, qual mais contribuiu positivamente em sua vida? Por quê?
35. E qual mais prejudicou? Por quê?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (responsável)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Eu, Viviana Camargo Brandt, aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação (UNESP-Rio Claro), RG 35.262.440-1/SSP-SP, e minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Leila Maria Ferreira Salles, estamos convidando seu(sua) filho(a) ou adolescente sob sua responsabilidade a participar do estudo “O IMPACTO DAS POLÍCIAS SOCIAIS NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI”.

Esta pesquisa quer entender qual lugar as políticas sociais ocupam na trajetória de vida de adolescentes que cometeram ato infracional. Isso significa que a participação do(a) adolescente nesta pesquisa se dará por meio de uma entrevista individual. Durante a entrevista, o seguinte ocorrerá: eu farei perguntas e ouvirei as respostas do(a) adolescente, sendo elas gravadas. O(a) adolescente e/ou você, como responsável, têm o direito de recusar a gravação, mas isso não significa que ele(a) terá que deixar de participar da pesquisa. Nesse caso, as respostas serão anotadas por mim e um(a) auxiliar, se for necessário. Esta entrevista será realizada num espaço fechado, onde somente ele(a), eu e o(a) auxiliar estaremos presentes.

Os riscos em participar desta pesquisa são mínimos, podendo haver eventual desconforto ou constrangimento diante de alguma pergunta. Para diminuir a possibilidade deste risco, adequarei às perguntas ao nível de escolarização do(a) adolescente e orientarei que ele(a) peça esclarecimentos em caso de dúvida e responda apenas as questões com as quais se sinta confortável, podendo, inclusive, deixar de responder a uma pergunta ou desistir de sua participação, sem qualquer prejuízo ou consequência. Essa pesquisa ajudará a entender o alcance e o impacto das políticas sociais na vida de alguns adolescentes que cometeram atos infracionais e, talvez, possa auxiliar trabalhadores e governantes a refletir em possibilidades de maior eficiência e eficácia dessas políticas na proteção de crianças e adolescentes.

Lembramos que é um direito seu e do(a) adolescente desistir da participação na pesquisa em qualquer momento e por qualquer razão, sem qualquer prejuízo. Esclarecemos e garantimos que a sua identificação e a do(a) adolescente serão mantidas em sigilo e os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para estudo como explicado acima, incluída sua publicação para fins científicos. Em caso de dúvida, ou para entender melhor a pesquisa, você e/ou o(a) adolescente poderão entrar em contato com as pesquisadoras, em qualquer momento que julgarem necessário. Os dados para contato encontram-se no final desse documento.

Destacamos que você e/ou o(a) adolescente não terão qualquer forma de despesa e não serão remunerados(as) pela participação na presente pesquisa.

Se você se sentir suficientemente esclarecido(a) sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, lhe convindo a assinar este Termo, autorizando a participação do(a) adolescente. Esse documento é feito em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra comigo.

Araras, ____/____/_____.

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura do(a) responsável legal e RG

APÊNDICE C – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (adolescente)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Eu, Viviana Camargo Brandt, aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação (UNESP-Rio Claro), RG 35.262.440-1/SSP-SP, e minha orientadora, Prof^ª. Leila Maria Ferreira Salles, estamos lhe convidando a participar do estudo “O IMPACTO DAS POLÍCIAS SOCIAIS NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI”.

Esta pesquisa quer entender qual lugar as políticas sociais ocupam na trajetória de vida de adolescentes que cometeram ato infracional. Isso significa que sua participação nesta pesquisa se dará por meio de uma entrevista individual. Durante a entrevista, o seguinte ocorrerá: eu farei perguntas e ouvirei suas respostas, sendo elas gravadas. Você tem o direito de recusar a gravação, mas isso não significa que terá que deixar de participar da pesquisa. Nesse caso, as respostas serão anotadas por mim e um(a) auxiliar, se for necessário. Esta entrevista será realizada num espaço fechado, onde somente você, eu e o(a) auxiliar estaremos presentes.

Os riscos em participar desta pesquisa são mínimos: pode ser que você se sinta incomodado ou desconfortável com alguma das perguntas feitas, mas, para diminuir essa possibilidade, adequarei as perguntas ao seu nível de escolarização e oriento que você peça esclarecimentos caso tenha dúvida e que responda apenas as questões com as quais se sinta confortável, podendo, inclusive, deixar de responder a uma pergunta ou desistir de sua participação, sem qualquer prejuízo. Essa pesquisa ajudará a entender o alcance e o impacto das políticas públicas na vida de alguns adolescentes que cometeram atos infracionais e, talvez, possa auxiliar trabalhadores e governantes a refletir em possibilidades de maior eficiência e eficácia dessas políticas na proteção de crianças e adolescentes.

Lembramos que é um direito seu desistir da participação na pesquisa em qualquer momento e por qualquer razão, sem qualquer prejuízo. Esclarecemos e garantimos que a sua identificação será mantida em segredo e os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para estudo como explicado acima, incluída sua publicação para fins científicos. Em caso de dúvida, ou para entender melhor a pesquisa, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras, em qualquer momento que julgar necessário. Os dados para contato encontram-se no final desse documento.

Destacamos que você não terá qualquer forma de despesa e não será pago(a) para participar da presente pesquisa.

Se você se sentir suficientemente esclarecido(a) sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, lhe convido a assinar este Termo, feito em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra comigo.

Araras, ____ / ____ / _____.

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (jovem)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Eu, Viviana Camargo Brandt, aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação (UNESP-Rio Claro), RG 35.262.440-1/SSP-SP, e minha orientadora, Prof^ª. Leila Maria Ferreira Salles, estamos lhe convidando a participar do estudo “O IMPACTO DAS POLÍCIAS SOCIAIS NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI”.

Esta pesquisa quer entender qual lugar as políticas sociais ocupam na trajetória de vida de adolescentes que cometeram ato infracional. Isso significa que sua participação nesta pesquisa se dará por meio de uma entrevista individual. Durante a entrevista, o seguinte ocorrerá: eu farei perguntas e ouvirei suas respostas, sendo elas gravadas. Você tem o direito de recusar a gravação, mas isso não significa que terá que deixar de participar da pesquisa. Nesse caso, as respostas serão anotadas por mim e um(a) auxiliar, se for necessário. Esta entrevista será realizada num espaço fechado, onde somente você, eu e o(a) auxiliar estaremos presentes.

Os riscos em participar desta pesquisa são mínimos: pode ser que você se sinta incomodado ou desconfortável com alguma das perguntas feitas, mas, para diminuir essa possibilidade, adequarei as perguntas ao seu nível de escolarização e oriento que você peça esclarecimentos caso tenha dúvida e que responda apenas as questões com as quais se sinta confortável, podendo, inclusive, deixar de responder a uma pergunta ou desistir de sua participação, sem qualquer prejuízo. Essa pesquisa ajudará a entender o alcance e o impacto das políticas públicas na vida de alguns adolescentes que cometeram atos infracionais e, talvez, possa auxiliar trabalhadores e governantes a refletir em possibilidades de maior eficiência e eficácia dessas políticas na proteção de crianças e adolescentes.

Lembramos que é um direito seu desistir da participação na pesquisa em qualquer momento e por qualquer razão, sem qualquer prejuízo. Esclarecemos e garantimos que a sua identificação será mantida em segredo e os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para estudo como explicado acima, incluída sua publicação para fins científicos. Em caso de dúvida, ou para entender melhor a pesquisa, você poderá entrar em contato com as pesquisadoras, em qualquer momento que julgar necessário. Os dados para contato encontram-se no final desse documento.

Destacamos que você não terá qualquer forma de despesa e não será pago(a) para participar da presente pesquisa.

Se você se sentir suficientemente esclarecido(a) sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, lhe convido a assinar este Termo, feito em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra comigo.

Araras, ____ / ____ / ____.

Assinatura da pesquisadora responsável

Assinatura do participante da pesquisa e RG